



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS**

SARA BLANDINA DE ALCÂNTARA RODRIGUES

**CATEGORIA TRABALHO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA
PERSPECTIVA DE DISCENTES DE CURSOS PRESENCIAIS EM SERGIPE**

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2015**

SARA BLANDINA DE ALCÂNTARA RODRIGUES

**CATEGORIA TRABALHO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA
PERSPECTIVA DE DISCENTES DE CURSOS PRESENCIAIS EM SERGIPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social - PROSS da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Dr^a Vera Núbia Santos.

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2015

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

R696c Rodrigues, Sara Blandina de Alcântara
Categoria trabalho na formação em Serviço Social na
perspectiva de discentes de cursos presenciais em Sergipe / Sara
Blandina de Alcântara Rodrigues ; orientadora Vera Núbia Santos.
– São Cristóvão, 2015.
207 f. : il.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade
Federal de Sergipe, 2015.

1. Serviço social. 2. Formação profissional. 3. Currículos. 4.
Trabalho. I. Santos, Vera Núbia, orient. II. Título.

CDU 364.4:331(813.7)

SARA BLANDINA DE ALCÂNTARA RODRIGUES

**CATEGORIA TRABALHO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA
PERSPECTIVA DE DISCENTES DE CURSOS PRESENCIAIS EM SERGIPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social - PROSS da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Dr^a Vera Núbia Santos.

Aprovada em 31 de agosto de 2015.

Prof.^a Dr.^a Nailsa Maria Souza Araújo (PROSS-UFS)

Prof.^a Dr.^a Rosângela Marques dos Santos (DSS-UFS)

Prof.^a Dr.^a Vera Núbia Santos (Orientadora)

A todos que defendem a formação
acadêmica/profissional crítica e qualificada.

AGRADECIMENTOS

Depois de uma jornada, mais longa do que esperava, mais uma etapa da jornada da vida se encerra. E, nesse momento, preciso registrar sinceros agradecimentos àqueles, que de uma forma ou de outra, acompanharam-me nessa caminhada.

Agradeço primeiro, imensamente ao meu Deus que não permitiu que desistisse quando as dificuldades e obstáculos pareciam me dominar.

Aos meus pais que sempre, sobre grandes sacrifícios, priorizaram a educação dos filhos, e até hoje são o meu exemplo de imponência na simplicidade. Obrigada pelas orações que me sustentaram até aqui. Amo vocês!

Ao meu irmão Lucas pela cumplicidade singular. Obrigada por me socorrer nos últimos dias que antecederam a entrega desse trabalho, pela companhia nas madrugadas e, por, diante do caos, ainda me fazer sorrir da dor.

Ao meu esposo Robson pelo amor incondicional e companheirismo fiel. Nunca conseguirei retribuir por dividir comigo o peso e o sofrimento desse momento tão difícil. Te amo nego!

À minha orientadora professora Vera Núbia pelos direcionamentos nos momentos em que parecia perder o rumo e pela compreensão das minhas limitações.

Às professoras e colegas do mestrado pelas experiências divididas e todo o aprendizado. Não posso deixar de agradecer à Josi por todo o conhecimento adquirido e acompanhamento disciplinante na oportunidade do Estágio Docente, e orientação quanto ao encontro da temática em estudo.

Às professoras componentes das bancas de qualificação Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves (Lica) e Nailsa Maria Souza Araújo, esta última também integrante da banca de defesa junto à professora Rosângela Marques dos Santos. Obrigada pelas valiosas contribuições.

A todos da PROSS, especialmente à professora Lica que sempre me tratou com tanto carinho e atenção. À Lorena pelas partilhas e toda a assistência no período em que foi secretária da PROSS e a Walter Luís que hoje a “substitui” e tem que ouvir as lamúrias e histerias dessa louca estudante.

A CAPES por ter financiado esse período de estudos, permitindo minha dedicação integral.

Aos amigos que acompanharam de perto toda a luta para que eu não desistisse do mestrado e me incentivaram a seguir em frente. Agradeço em especial às primas e amigas Isadora e Iolanda que me ouviram, cuidaram e se preocupam comigo, à amiga Rose Cleide pela leitura do meu trabalho e pertinentes contribuições nos últimos minutos e a todos que sempre torceram por mim.

Obrigada a todos!

RESUMO

O estudo em tela apresentou como objeto a categoria trabalho no processo de formação profissional, dado o estatuto de trabalho confiado ao Serviço Social a partir da reforma curricular da década de 1990. Esta proposta de compreender o Serviço Social como trabalho é inserida na última reforma curricular e, desde então, adensa o tônus de uma polêmica que supõe a discussão sobre os próprios fundamentos ontológicos do trabalho. A incorporação da categoria trabalho nas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social organizou, ancorada nos fundamentos marxianos, o exercício profissional como processo de trabalho constituído pelo objeto de trabalho ou matéria prima, pelos instrumentos de trabalho e o próprio trabalho. Essa nova concepção pretendia alçar novos rumos ao Serviço Social, problematizando a sua inscrição sócio-histórica e significação social da profissão. Nessa perspectiva, objetivou-se analisar a compreensão de discentes de cursos presenciais de Serviço Social de Instituições de Ensino Superior (IES) de Sergipe acerca da categoria trabalho, visando desvelar a importância dessa apropriação na formação profissional. Para tanto, tornou-se necessário: apontar as principais questões que fundamentam no debate da reforma curricular a relação Serviço Social/trabalho; compreender os fundamentos ontológicos do trabalho na matriz teórico-metodológica marxista; analisar os projetos pedagógicos de cursos presenciais de Serviço Social das IES em Sergipe, as ementas e os planos de aula das disciplinas que discutem a categoria trabalho; e identificar o perfil dos discentes concludentes de cursos presenciais de Serviço Social em Sergipe. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa de caráter exploratório, orientada pela perspectiva crítica do materialismo-histórico-dialético. Foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo, e utilizado como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. O universo foi composto por 86 estudantes concludentes de duas IES, caracterizando-se como campo empírico e a amostra atingiu 20 discentes do sexo feminino das turmas de 2014/2 – dez discentes de cada IES. Como resultado do estudo foi observado que mesmo com a garantia do debate sobre a categoria trabalho no projeto pedagógico dos cursos e sua particularidade em algumas disciplinas, as entrevistadas não demonstram aprofundamento do debate proposto nas diretrizes curriculares, mesmo quando da inserção em campos de estágio, sinalizando em alguns aspectos imprecisões conceituais, o que denota que a formação acadêmica não propiciou o esgotamento do debate, de forma a esclarecer o seu significado. Diante disso, torna-se fundamental a afirmação do trabalho como eixo estruturante da formação acadêmica, de forma que o debate não se restrinja às disciplinas específicas, contemple a totalidade da formação e possibilite a apropriação do debate posto ao Serviço Social, dada a sua importância para a formação e o exercício profissional.

Palavras-chave: Trabalho. Serviço Social. Formação Profissional. Reforma Curricular.

ABSTRACT

This study presented the job category in the training process as an object, given the job statute entrusted to the Social Work from the curriculum reform of the 1990s. This proposal of to understand Social Work as a job is inserted into the last curriculum reform and, since then, it thickens the tone of a debate that supposes the discussion about the own ontological foundations of the job. The incorporation of the job category in the Curriculum Guidelines for the course of Social Work organized, anchored in Marxist foundations, professional practice as a work process that consists of the job object or raw material, by the working tools and the work itself. This new conception intended to reach new paths to social work, discussing its socio-historical registration and social significance of the profession. From this perspective, this study aimed to analyze the understanding of students of classroom courses of Social Work for Higher Education Institutions (HEI) of Sergipe about the job category, aiming to reveal the importance of this appropriation into vocational training. Therefore, it was necessary: to point out the main issues that base the discussion of curriculum reform to the relationship Social Work/job; to understand the ontological foundations of the work in Marxist theoretical and methodological matrix; to analyze the educational projects of classroom courses of Social Work of HEI in Sergipe, the menus and the lesson plans of the subjects that discuss the job category; and to identify the profile of conclusive students of classroom courses of Social Work in Sergipe. The research is characterized as qualitative, of exploratory character, guided by the critical perspective of materialism, historical and dialectical. Bibliographic, documentary and field researches were done, and it was used as a data collection instrument the semi-structured interview. The universe was composed by 86 students from two conclusive classes of HEI, characterized as empirical field and the sample reached 20 female students of the classes of 2014/2 – ten students from each HEI. As a result of the study, it was observed that even with the guarantee of the debate about the job category in the pedagogical project of the courses and its particularity in some subjects, the interviewees didn't show deepening on the debate proposed by the curriculum guidelines, even when inserting in training camps, signaling in some aspects conceptual inaccuracies, which denote that academic training has not led to the exhaustion of the debate in order to clarify its meaning. Therefore, it is essential to claim the work as structure of academic qualification, so that the debate is not restricted to specific subjects, contemplate all training and enable the appropriation of the debate said to Social Work, given its importance for qualification and professional practice.

Keywords: Work. Social Work. Professional qualification. Curricular reform.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Sexo dos discentes.....	59
Gráfico 02 – Projetos de pesquisa e extensão.....	61
Gráfico 03 – Compreensão do Serviço Social como trabalho.....	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Perfil dos discentes concludentes do curso de Serviço Social (Período 2014-2)	60
Tabela 02 – Perfil acadêmico dos discentes concludentes do curso de Serviço Social (Período 2014-2).....	62
Tabela 03 – Compreensão ontológica da categoria trabalho (Discentes concludentes do curso de Serviço Social – Período 2014-2)	68
Tabela 04 – Processo de Formação dos discentes concludentes do curso de Serviço Social (Período 2014-2).....	92
Tabela 05 – Processo de Formação dos discentes concludentes do curso de Serviço Social (Período 2014-2).....	97
Tabela 06 – Compreensão do Serviço Social como trabalho ou não (Discentes concludentes do curso de Serviço Social – Período 2014-2).....	118
Tabela 07 – Compreensão da relação formação e realidade (Discentes concludentes do curso de Serviço Social – Período 2014-2)	139
Tabela 08 – Compreensão da relação realidade e exercício profissional (Discentes concludentes do curso de Serviço Social – Período 2014-2).....	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ABESS – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CEDEPSS – Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CES – Câmara de Educação Superior
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CNE – Conselho Nacional de Educação
ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
FIES – Programa de Financiamento Estudantil
IES – Instituição de Ensino Superior
MEC – Ministério da Educação
PEAC – Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras
PET-Educação – Programa de Educação Tutorial
PET-Saúde – Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde
PET-Saúde Mental – Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde/ Saúde Mental
PIC-Vol – Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PROUNI – Programa Universidade Para Todos
UFS – Universidade Federal de Sergipe
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TTE – Tempo de trabalho excedente
TTN – Tempo de trabalho necessário

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
 CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS DO TRABALHO E AS PERSPECTIVAS DISCENTES.....	31
1.1 Trabalho e constituição do ser social.....	31
1.2 Da comunidade primitiva à contradição fundamental: a relação capital/trabalho.....	37
1.2.1 A chamada acumulação primitiva	43
1.3 Categorias principais do Modo de Produção Capitalista.....	57
1.3.1 O processo de trabalho especificamente capitalista	56
1.4 Perfil dos sujeitos da pesquisa: uma aproximação necessária	58
1.5 Perspectivas discentes acerca dos fundamentos ontológicos do trabalho	62
 CAPÍTULO II – O DESPERTAR DE UM NOVO ESTATUTO: O SERVIÇO SOCIAL COMO TRABALHO E OS REVESES DO DEBATE.....	69
2.1 Bases contextuais da reforma curricular.....	69
2.2 A Proposta Básica para o projeto de formação profissional.....	72
2.3 As Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social: a centralidade da categoria trabalho para compreensão do Serviço Social	77
2.4 Perspectivas discentes sobre a formação profissional	79
2.5 Um debate profícuo: as distintas compreensões da prática profissional do assistente social	100
2.5.1 A compreensão de Iamamoto: o Serviço Social como trabalho	100
2.5.2 A compreensão de Lessa: o Serviço Social práxis social	104
2.6 Perspectivas discentes sobre o Serviço Social como trabalho.....	110
 CAPÍTULO III – A DINÂMICA RELAÇÃO FORMAÇÃO / EXERCÍCIO / REALIDADE NA PERSPECTIVA DISCENTE.....	120
3.1 Atividade e práxis / Teoria e Prática: união de opostos	120

3.2 Perspectivas discentes sobre a relação formação/realidade e realidade/exercício profissional	125
3.3 – Perspectivas discentes sobre a relação formação/realidade.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS.....	154
APÊNDICES	158
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	159
Apêndice B – Formulário de Pesquisa	160
ANEXOS.....	162

INTRODUÇÃO

O caminho percorrido até o encontro com a temática “A categoria Trabalho na Formação Profissional do Assistente Social no Brasil” foi longo e repleto de idas e vindas.

Ainda no pré-projeto de pesquisa proposto no processo seletivo do mestrado pretendia-se analisar a instrumentalidade profissional e suas expressões no cotidiano de trabalho do assistente social das entidades de acolhimento e do Núcleo Técnico da 16ª Vara da Infância e da Juventude, considerando o contexto de aproximação da maioria dos adolescentes acolhidos nas entidades do Município de Aracaju/SE.

Em decorrência do processo de orientação e reflexão sobre o projeto inicial optou-se por sua reformulação. Com o novo direcionamento ambicionava-se analisar a instrumentalidade do exercício profissional do assistente social e a perspectiva marxista, a partir dos trabalhos apresentados no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS/2013.

Ao tempo em que se aprofundava o estudo desse objeto, aproximava-se também dos principais debates promovidos no interior do Serviço Social na atualidade, dentre os quais a compreensão do Serviço Social como trabalho, na disciplina Fundamentos do Serviço Social, no primeiro semestre de 2013, do Mestrado em Serviço Social, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Os apontamentos realizados na disciplina traziam à tona os principais autores¹ que problematizavam a questão e as respectivas teses defendidas, que de um lado ou de outro, afirmavam sustentar-se na teoria social marxista. Nesse contexto, deu-se a guinada para a pesquisa realizada.

Na elaboração final dessa disciplina já haviam sido discutidas as questões basilares do debate e se levantado alguns questionamentos e dificuldades particulares de compreensão que despontaram no decorrer do estudo². Esta iniciativa revelou ser imperativa a aproximação contínua e processual com as mediações que recobrem o objeto em estudo: o estatuto de

¹ Na ocasião o debate foi realizado a partir dos seguintes obras: ARAÚJO, N.M.S. O Serviço Social como trabalho: alguns apontamentos sobre o debate. In. Serviço Social e Sociedade. Nº 93. Ano XXIX. Março de 2008. São Paulo: Cortez, 2008. LESSA, Sérgio. Serviço Social e trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho. Maceió: Edufal, 2007.

² As aproximações com a temática concebidas naquela oportunidade foram incorporadas no presente trabalho.

trabalho confiado ao Serviço Social em decorrência da reforma curricular promovida na década de 1990.

Ainda pesou para a escolha e identificação com a temática a experiência de estágio docente na disciplina Ética e Serviço Social I³, a partir da qual foram observadas as dificuldades que os discentes da disciplina do 4º período de Serviço Social da mesma Instituição de Ensino Superior – IES apresentavam para o entendimento da categoria trabalho, enquanto atividade transformadora do homem em ser social e, portanto, ponto de partida naquele momento, para a discussão dos fundamentos da ética profissional. É válido frisar que, concomitantemente, os alunos cursavam a disciplina Trabalho e Sociabilidade e, mesmo assim, persistiam os equívocos de compreensão.

O trabalho consiste numa atividade que ao transformar a natureza com o objetivo de suprir diferentes necessidades, transforma também ao homem. É o trabalho que possibilita que o homem se torne um ser social. Essa ação se diferencia daquela realizada pelos animais, pois antes de existir no plano real, objetivamente em decorrência da ação do homem, existe no plano ideal. Dessa forma, o homem projeta teleologicamente, antecipa previamente no pensamento o resultado que pretende alcançar com sua ação transformadora. Isso não significa afirmar que o resultado da atividade humana, o produto final do seu trabalho, seja idêntico ao que se foi planejado, pois este sofre a influência da causalidade, das condições objetivas do plano real. Ao produzir novos objetos através da transformação da natureza e suprir as necessidades sociais que se renovam continuamente, o homem cria novas alternativas. E é só diante da existência concreta de alternativas, que se torna possível a afirmação da liberdade (BARROCO, 2008).

É por meio do trabalho que os homens e mulheres se relacionam, que a sociedade se organiza e se reproduz, explicitando o seu caráter social e coletivo. Caracteriza-se o trabalho, nesse esteio, como uma das formas de objetivação humana e expressão da práxis.

³ O Conteúdo Programático da disciplina Ética e Serviço Social I, ministrada pela Profª Drª. Josiane Soares Santos tinha como conteúdo programático: I Unidade: Os fundamentos ontológicos-sociais da vida social e da ética. – Ontologia social marxiana e o trabalho como atividade fundante do ser social; práxis como objetivação humana; a liberdade e o lugar da moral no conjunto das objetivações humanas; cotidiano, alienação e diferenciações entre moral e ética. II Unidade: Os fundamentos filosóficos do Serviço Social tradicional e a configuração de sua ética. – Ética e ética profissional no Serviço Social tradicional; Serviço Social tradicional e moralização da “questão social”; pressupostos filosóficos do Serviço Social tradicional: neotomismo e pensamento social cristão; valores e concepções éticas nos Códigos de Ética Profissional do assistente social de 1947, 1965 e 1975.

No modo de produção capitalista o trabalho se apresenta de forma alienada, à medida que os capitalistas apropriam-se dos meios de produção e daquilo que é produzido a partir da força de trabalho dos proletários, que não mais se reconhecem naquilo que produzem. O objeto produzido pelos trabalhadores aparece-lhes de forma estranha e alheia, como expressão das relações de exploração e poder que constituem o modo de produção capitalista. Esse processo é acentuado com a especialização progressiva das atividades dos trabalhadores na divisão social do trabalho e desenvolvimento das forças produtivas. Os trabalhadores perdem o conhecimento da totalidade do processo de trabalho, fragilizam-se no processo de negociação com os proprietários dos meios de produção e tornam-se cada vez mais substituíveis (NETTO, BRAZ, 2007).

Nesse sentido, o capitalista utiliza-se do incremento tecnológico nos processos de produção para substituição de parte crescente da força de trabalho e, dessa forma, diminuir o tempo socialmente necessário para se produzir determinada mercadoria, aumentar a produção e o tempo de trabalho excedente, no qual se realiza a criação da mais-valia, interesse central e fonte de acumulação do capital. Esse é, portanto, o circuito pernicioso que movimenta e reproduz o capital e sustenta o seu modo de produção.

Essas discussões e a compreensão da forma de organização da sociedade burguesa fazem parte de uma reflexão recente na história do Serviço Social brasileiro. É por meio da interlocução com as produções deixadas por Karl Marx e dos teóricos marxistas que o sucederam, que adentra no universo do Serviço Social a compreensão crítica da sociedade burguesa, da divisão social do trabalho e as desigualdades sociais como resultado particular dessa forma de produção social.

No entanto, as primeiras interlocuções do Serviço Social com o marxismo destoavam da compreensão crítica da sociedade, devido ao verniz positivista e epistemológico que as recobriam. Esse movimento de aproximação ocorreu de maneira tardia, a partir dos anos 1960, em determinado cenário histórico, social, político e econômico brasileiro que corroboraram para sua realização.

Essa aproximação foi influenciada pelas iniciativas do movimento de Reconceituação, ocorrido entre 1965 e 1975 na América Latina, que pretendia de maneira geral, pensar o Serviço Social, a teoria e os métodos que subsidiavam a ação profissional até aquele momento. No Brasil, realizou-se num contexto de desmontamento da ditadura de 1964, como manifestação de grupos e de entidades representativas do Serviço Social, como o Centro

Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS e a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS, para ajustamento da profissão a essa realidade.

Dados os limites caucionados pela ordem instaurada pelo Golpe de 1964, os assistentes sociais voltaram sua atenção para o próprio Serviço Social, sua qualificação técnica e metodológica, considerando as novas demandas daquele Estado e das instituições aos quais serviam. O processo de reconceituação tencionava o questionamento do Serviço Social tradicional, de suas práticas assistencialistas e moralizadoras, ao tempo em que propunha a adequação do Serviço Social às novas demandas, marcas contraditórias que, segundo Netto (1981) determinaram o caráter heteróclito desse processo.

Nesse contexto, a incorporação do marxismo pelo Serviço Social foi inicialmente realizada a partir de fontes secundárias, com acentuado caráter conservador, reducionista e fragmentário, fundada sob equivocadas interpretações da teoria social de Marx, resultantes da busca do Serviço Social de fundamentação teórico-metodológica junto às Ciências Sociais (QUIROGA, 1991).

Cabe considerar que a influência do funcionalismo norte-americano invadiu o Serviço Social do Brasil a partir da década de 1940, principalmente após o intercâmbio realizado por estudantes das Escolas de Serviço Social brasileiras nas escolas de Serviço Social estadunidenses. A prática profissional concentrou-se, a partir de então, na valorização das técnicas erguidas sob o pressuposto teórico funcionalista. Dentre os representantes dessa perspectiva pode-se citar Émile Durkheim, um dos teóricos mais conhecidos pelo Serviço Social.

Aliado ao funcionalismo, o Serviço Social tradicional foi orientado no Brasil, desde a sua gênese, pela Doutrina Social da Igreja, cuja base filosófica encontrava-se erguida pelo neotomismo, ideologia que pressupõe a retomada da filosofia de Santo Tomás de Aquino para explicação dos fundamentos do homem. Tal orientação defende os princípios da dignidade da pessoa humana, do bem comum e da busca pela natural perfectibilidade humana, como pressuposto da ação do assistente social (AGUIAR, 2011). Daí os vieses moralizador, pragmatista e empiricista que sustentaram a formação e a prática do assistente social até meados da década de 1960, com o início do processo de reconceituação e interlocução com a teoria marxista, como já sinalizado.

De acordo com Iamamoto (2013), a visão humanista cristã aparece numa relação harmônica e conciliante com o desenvolvimento do capitalismo e, portanto, com a exploração do trabalho do homem. Nesse ínterim, o trabalho é compreendido como algo próprio da natureza humana, como instrumentalizador da sua dignidade humana. Não se enxergavam, nem se questionavam as bases de sustentação do capitalismo, cuja veste de exploração e poder se apresentavam dissociados das desigualdades sociais. Estas, por sua vez, são percebidas a partir da perspectiva do mérito, segundo a vontade de Deus, apartadas do contexto de classes sobre a qual o capitalismo se organiza.

O cerne da questão permanecia obscurecido: as desigualdades sociais, aqueles problemas sociais com os quais os assistentes sociais lidavam cotidianamente, eram resultados particulares do modo de produção que se espalhava acentuadamente no mundo.

Seguindo essa lógica, os problemas sociais são tratados como questões individuais, que partem do comportamento desviante dos sujeitos, culpabilizando-os. Esta configuração se traduz numa ação profissional que trata os casos individualmente, buscando a adequação da família para sanar os conflitos sociais. “A família, como grupo social básico, é erigida como núcleo do trabalho profissional e como referência para a apreensão da vida em sociedade, em contrapartida às classes sociais” (Ibid, p. 33).

Os pensamentos humanitário e solidário que reforçam o caráter missionário do Serviço Social aparecem, na consciência dos agentes profissionais, conforme discorre Iamamoto (2013), numa relação ambígua com a ação profissional que segue e reforça o modo de produção criador das desigualdades sociais. Nessa perspectiva, reproduz-se a ideia de dissonância entre teoria e prática no Serviço Social.

É preciso entender a emergência do Serviço Social como profissão à medida que no início do século XX se agrava a “questão social” e o Estado brasileiro, ao assumir a função de aparato às demandas da classe trabalhadora, cria instituições que requerem a atividade do assistente social. Dessa forma, a profissão torna-se socialmente necessária e é legitimada pelo Estado brasileiro.

A constituição do Serviço Social no Brasil esteve estruturalmente envolta por amarras do sincretismo, dada à natureza da profissão e a “*carência de um referencial teórico crítico-dialético*”, o que fundamenta “*um exercício prático profissional medularmente sincrético*” a partir de três eixos fundamentais: “o universo problemático original que se lhe apresentou como eixo de demandas histórico-sociais, o horizonte do seu exercício profissional e a sua

modalidade específica de intervenção” (NETTO, 2011, p. 92, grifos do autor). Esta característica pode ser observada ao longo da formação profissional dos assistentes sociais no Brasil, tendo em vista, as diferentes e, muitas vezes contraditórias perspectivas e abordagens com as quais o Serviço Social dialogou, em busca de teorias e métodos que subsidiassem a intervenção profissional.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2012), a década de 1940 é marcada pela expansão das escolas de Serviço Social nas capitais dos Estados brasileiros, apesar do limitado campo de trabalho. Tem especial atenção o surgimento, em 1946, da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), responsável em “promover o intercâmbio e a colaboração entre as escolas filiadas e promover a adesão a um padrão mínimo de ensino [e desenvolver] uma campanha constante para o reconhecimento e institucionalização do ensino e da profissão” (Ibid, p. 348-349).

Nas décadas de 1930 e 1940 ainda não se tinha uma proposta formal de currículo que orientasse a formação em Serviço Social. Os princípios orientadores do neotomismo e do funcionalismo foram cravados no Serviço Social brasileiro, conduzindo os profissionais ao empiricismo, a práticas de conformação social, individualização e culpabilização dos indivíduos pela situação de carência em que se encontravam, sendo ocultadas as faces políticas, econômicas, históricas e sociais que caracterizavam determinada realidade. São incorporados às abordagens do Serviço Social, e como técnica para prática profissional, o Serviço Social de caso, grupo e comunidade.

Na década de 1950, o ensino em Serviço Social é regulamentado e construído o primeiro currículo da área, o currículo de 1953. Os conteúdos da formação estão divididos em três anos de estudo, com disciplinas gerais como Sociologia, Psicologia, Noções de Direito, Higiene e Medicina Social, Introdução ao Serviço Social, Pesquisa Social, Administração de Obras Sociais, Economia Social, bem como o ensino do Serviço Social de Caso e de Grupo, e de Organização Social da Comunidade (SÁ, 1995).

O desenvolvimento do Serviço Social, sua institucionalização e legitimação perante o Estado esteve associado ao crescimento de demandas, em virtude da criação de instituições que os requisitavam para a conformação social, dentre estas, muitas no âmbito do Estado, que se constitui, desde o início, o maior empregador do assistente social. Essa necessidade da

intervenção do Serviço Social foi crescente em virtude da política desenvolvimentista⁴ que adentrou no Brasil no pós-guerra e tornou-se base estimuladora de demandas por profissionais de Serviço Social, com os programas de Desenvolvimento de Comunidade. É partir de 1956, no governo de Juscelino Kubitschek, marcado pelo crescimento acelerado da industrialização, que o desenvolvimentismo ganha espaço no Serviço Social. Não obstante, os esforços estavam voltados, predominantemente, para o desenvolvimento econômico, aparecendo em segundo plano o desenvolvimento social (AGUIAR, 2011).

Considerando o contexto de ditadura militar a partir do Golpe de 1964, o Serviço Social assume em 1968, um compromisso com a classe burguesa, com ações voltadas para a integração da população à política governamental, eliminando os obstáculos para o crescimento econômico. Em contrapartida, esse é o momento que influencia o movimento de Reconceituação do Serviço Social e se realiza em 1967, a maior expressão desse movimento, o I Seminário de Teorização do Serviço Social, realizado em Araxá, Minas Gerais, cujo resultado foi o Documento de Araxá (Ibid).

O processo de Renovação do Serviço Social iniciado no Brasil na década de 1960, segundo Netto (2008), apresenta-se sobre três diferentes perspectivas que são predominantes em determinado período, mas que se entrecruzam ao longo das décadas que seguem.

A Perspectiva Modernizadora predomina na década de 1960, marcada pelo crescimento da categoria profissional, consolidação do mercado, pela expansão do ensino do Serviço Social que deixa de ser realizado pelas antigas agências de formação e alcançam as universidades. Objetivava-se o (re)posicionamento do Serviço Social diante do desenvolvimento do capitalismo. Nesse período, observam-se também as primeiras aproximações entre o marxismo e o Serviço Social, desdobrando-se como um processo problemático por se tratar, principalmente, da incorporação de um marxismo destoante a Marx, como sinalizado nas análises de Quiroga (1991) e Netto (1989). Esse movimento é caracterizado por Netto (Ibid) como uma incorporação enviesada do marxismo ao Serviço Social.

⁴ A política desenvolvimentista foi justificada inicialmente pela Organização das Nações Unidas, como estratégia de superação dos problemas causados pela 2ª Guerra Mundial, com o intuito de se reorganizar o sistema econômico mundial adequando as bases econômicas dos países não industrializados. Instala-se no Brasil, uma política de afirmação do capitalismo e de programas de Desenvolvimento de Comunidade.

Nos anos de 1970 sobressai a vertente de Reatualização do Conservadorismo, a qual se mostrava adversa ao positivismo e ao pensamento crítico-dialético⁵, procurando voltar-se, a partir de então, para a fenomenologia, apoiando-se, sob o véu da psicologização, na humanização das ações profissionais.

A Perspectiva de Intenção de Ruptura marca o Serviço Social nos anos 1980, com críticas aos pressupostos ideológicos, teóricos e metodológicos tradicionais que sustentavam o Serviço Social brasileiro, no intento de romper com o conservadorismo entranhado na profissão, assumindo, por conseguinte, a postura de distanciamento ou negação da influência do positivismo, e aproximando-se da tradição marxista propriamente dita, por meio dos seus interlocutores, e à própria obra de Marx.

Ao longo desse período o CBCISS realiza os seminários de teorização, expressões claras das mudanças na forma de organização e movimentação dos assistentes sociais. Tais seminários representam de formas distintas o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, representando avanços e retrocessos. Além do Seminário de Araxá promovido em 1967, são realizados os Seminários de Teresópolis-RJ em 1970, Sumaré-SP em 1978, Alto da Boa Vista-RJ em 1984 e Rio de Janeiro-RJ em 1989.

Considerando o contexto de crise do capital, as refrações do período autocrático, as iniciativas reivindicatórias pelos direitos cerceados naquele período, a sociedade se organiza na luta por um Estado de direito. É nesse contexto que se estabelece o currículo de 1970, o qual, de acordo com Sá (1995), institui um período mínimo de três anos e máximo de cinco anos para duração do curso e segmenta a formação em dois ciclos: um básico, com as disciplinas Sociologia, Psicologia, Economia, Direito e Legislação Social e Teoria do Serviço Social; e um profissional, com as disciplinas Política Social, Métodos de Serviço Social (Caso, Grupo e Comunidade) e Ética Profissional.

Esse currículo apresenta como inovação a disciplina Política Social e reforça o distanciamento entre teoria e prática, ao abordá-las separadamente como Teoria do Serviço Social – expressão da compreensão de que se fazia necessária uma teoria própria ao Serviço Social – e Métodos de Serviço Social.

⁵ Referente às apropriações realizadas pelo Serviço Social de leituras de segunda mão do materialismo crítico-dialético.

De acordo com Santos (2006) após a década de 1970, a formação encontrou-se envolvida por uma visão teoricista, numa tentativa de afastar-se da influência epistemológica positivista.

Ainda considerando os frutos dos questionamentos do Movimento de Reconceituação e de procura do Serviço Social, por outras bases de sustentação que possibilitassem a compreensão da realidade brasileira, há um encontro do Serviço Social com a fenomenologia e com o marxismo, mesmo que este, inicialmente, através de leituras de segunda mão, com resquícios do positivismo das Ciências Sociais.

Segundo a análise de Netto (1989, p. 95) para se tratar de uma abordagem que segue a tradição marxista, esta deve firmar-se sob um “triplo critério: o método crítico-dialético, a teoria do valor-trabalho e a perspectiva da revolução”, apresentando-se esses elementos de forma simultânea.

Essa investida só foi concretizada no Serviço Social brasileiro a partir dos anos 1980, com o alcance e análise da teoria social de Marx realizada por Iamamoto. Conforme sinaliza Netto (2013), é a partir da obra “Serviço Social e Relações Sociais no Brasil”, que se inaugurou a interlocução com a obra marxiana. Afirma que “entre nós foi Marilda quem fundou a análise do Serviço Social não em tal ou qual vertente marxista, mas na matriz teórico-metodológica original de Marx” (Ibid, p.12).

Essa perspectiva é cunhada no currículo de 1982, com a compreensão da divisão social do trabalho, ao passo em que reconhece o significado social do Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Isso significa que o Serviço Social deve ser compreendido, a partir de então, como uma profissão socialmente necessária e, por isso, tem seu lugar na divisão social do trabalho, tendo em vista que a sua realização contribui para o processo de produção e reprodução social. Nesse enfoque,

Quanto mais amadurecida foi se tornando a aproximação da intelectualidade da profissão à teoria social de Marx, mais as determinações que estruturam a profissionalidade do Serviço Social na sociedade burguesa foram se tornando claras (PONTES, 2010, p.170).

O Currículo de 1982 encontrava-se organizado em duas grandes áreas, a básica e a profissionalizante, conforme apresentadas respectivamente: Filosofia, Sociologia, Psicologia, Economia, Antropologia, Formação Social, Econômica e Política do Brasil, Direito e Legislação Social; Teoria do Serviço Social, Metodologia do Serviço Social, História do

Serviço Social, Desenvolvimento de Comunidade, Política Social, Administração em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional em Serviço Social, Planejamento Social; e, por fim, Estudo dos Problemas Brasileiros e Educação Física inseridas como matérias complementares obrigatórias (PINTO, 1986).

Esse Currículo superou a fragmentação do Serviço de Caso, Grupo e Comunidade ao implementar as disciplinas Metodologia do Serviço Social e História do Serviço Social, e reclamou como potencializadora da prática profissional a compreensão da realidade.

É importante salientar que ao inserir no currículo a disciplina História do Serviço Social é evidenciado o vínculo da profissão com a história. Para ser compreendida deve ser considerado o lastro histórico que a constitui, as implicações da realidade histórica que caracterizam a formação e exercício profissional. No avesso, permanece a fissura no tratamento da realidade e na compreensão da profissão, com a abordagem dissociada entre as disciplinas Teoria do Serviço Social, Metodologia do Serviço Social e História do Serviço Social.

Ao analisar essa proposta curricular, Maciel (2006, p. 97), afirma que “o eixo do currículo ficou centrado na Teoria e Metodologia, pelo entendimento de que é pelo conhecimento das teorias sociais e de seus respectivos métodos que será construída a prática do Serviço Social”.

O processo de democratização que caracterizou o país na década de 1980 e as novas determinações que permeiam os cenários político e socioeconômico brasileiro, a partir dos anos de 1990, transformam as distintas expressões da “questão social” e, consequentemente, as demandas, as formas de intervenção e a própria formação profissional.

No seio do Serviço Social, visualiza-se a construção de um projeto ético-político e crítico que se concretiza nas bases normativas da profissão – Código de Ética Profissional de 1993, Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão, e pelas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social em 1996. Essas bases normativas manifestam o processo de renovação e vinculam o projeto profissional ao projeto social da classe trabalhadora, assentando a liberdade como valor ético central.

Transformam-se também as demandas profissionais dos assistentes sociais, diante das novas conformações que incidem sobre a “questão social”, e exigem dos profissionais a reorganização da sua formação e atenção quanto à dinâmica da realidade. A articulação entre realidade e profissão caracteriza-se como um grande desafio por se entender

[...], que o Serviço Social não atua apenas *sobre* a realidade, mas atua *na* realidade. Nesta perspectiva, compreende-se que as análises de conjuntura – com o foco privilegiado na questão social –, não são apenas o *pano de fundo que emolduram o exercício profissional*; ao contrário, são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social, devendo ser apreendidas como tais. O esforço está, portanto, em *romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade*, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional (IAMAMOTO, 2012, p. 55, grifos do autor).

Estas transformações não alteram apenas as demandas e a forma de intervenção profissional, mas, sobretudo, a própria profissão, considerando que as implicações se disseminam nas distintas atividades inscritas na divisão social e técnica do trabalho.

A nova lógica curricular considera o processo de ensino e formação profissional como expressão da dinâmica da realidade e parte constitutiva da vida social. Portanto, pressupõe o trabalho como atividade fundante do ser social e da vida em sociedade. Considerando essa dinâmica da realidade, a formação profissional precisa atender às novas requisições da contemporaneidade para uma intervenção crítica e de qualidade nos processos sociais, subsidiada pelas mediações de uma formação teórica, metodológica, ética, política e cultural contínua.

Segundo aponta Araújo (2000), o processo de reforma curricular esteve associado à tentativa de superação do que ela define como nós críticos do processo de formação profissional, voltando-se para uma direção social condizente com a teoria social crítica e com o projeto ético-político profissional.

Nessa direção, as diretrizes curriculares conferem um novo tratamento à prática profissional, à medida que atribui o estatuto de trabalho ao Serviço Social. Pretende-se, a partir de então, fornecer as condições necessárias para que o assistente social, ao compreender a divisão social e técnica do trabalho, reconheça-se enquanto trabalhador assalariado, inserido em processos de trabalho. Esta apreensão do Serviço Social como trabalho foi proposta, portanto, como alternativa para superação de marcas como messianismo e voluntarismo na profissão, os quais são expressões das dificuldades de compreensão da realidade objetiva que constituem a prática profissional (ARAÚJO, 2000).

Com o fito de romper com a fragmentação presente no currículo anterior (teoria – metodologia – história), a formação profissional passa a ser organizada em núcleos de fundamentação indissociáveis, a saber: 1 – Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da

vida social; 2 – Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3 – Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (ABEPSS, 1996).

Nesse sentido, a formação profissional do assistente social passa a considerar uma totalidade de saberes, uma nova postura e entendimento da relação teoria/prática como um processo de aprendizagem que se estende ao longo da formação, no circuito ensino-pesquisa-extensão. No processo de ensino-aprendizagem o conhecimento perpassa a totalidade da formação e os conteúdos da estrutura curricular entrelaçam-se ao mesmo tempo em que suas especificidades são levantadas.

Ao analisar a disposição e o entrelaçamento de conteúdos dos núcleos de fundamentação, a interdependência dos diferentes elementos constituintes da profissão e das relações sociais, percebe-se a centralidade da categoria trabalho para a formação profissional, sem a qual não se pode compreender a constituição do homem como ser social, a transformação da sociedade, a formação sócio-histórica brasileira e a nova dinâmica capitalista, que modifica o cenário social e contemporâneo.

Diante do debate na categoria profissional acerca da problemática delineada e considerando as dificuldades de compreensão da realidade e intervenção profissional, questionou-se às discentes concludentes: 1) Qual a compreensão que têm acerca do estatuto de trabalho conferido ao Serviço Social nas Diretrizes Curriculares de 1996? 2) Que fundamentos dão sustentação teórica à apropriação desse estatuto?

Na mesma direção, importou considerar: Qual o espaço dispensado à discussão da categoria trabalho nos Projetos Pedagógicos e ementas das disciplinas dos cursos presenciais de Serviço Social das IES no Estado de Sergipe?

Para prosseguimento ao estudo e considerando os questionamentos realizados, três hipóteses foram levantadas: 1) Considerando a qualificação do Serviço Social como trabalho proposta pelas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 1996, e que os projetos pedagógicos dos cursos são construídos seguindo suas orientações, há uma tendência entre os discentes de abordar a profissão como trabalho, sem recorrer aos fundamentos ontológicos daquela categoria; 2) Há disciplinas da estrutura curricular do curso de Serviço Social que abordam a profissão como trabalho, mas não apresentam a pluralidade inerente a esse debate de forma a reduzi-lo a esta compreensão; 3) Além do debate sobre o estatuto de trabalho conferido ao Serviço Social pelas Diretrizes Curriculares para a compreensão da

realidade e superação dos equívocos de sua análise é necessária à apreensão da teoria social crítica na formação acadêmica.

Nessa perspectiva, parece salutar a aproximação com o percurso da formação profissional que resultou no apontamento do Serviço Social como trabalho e com as Diretrizes Curriculares de 1996, produto da reforma curricular e expressão dessa nova direção proposta para a formação e exercício profissional dos assistentes sociais brasileiros.

Diante da centralidade atribuída ao trabalho para compreensão da dinâmica e da sociedade tendo em vista a teoria social crítica como matriz hegemônica no Serviço Social, a última reforma curricular aborda o exercício profissional do assistente social como trabalho. Daí resulta uma configuração peculiar da prática profissional, do significado social da profissão e da sua relação com a realidade social, o que modifica os pressupostos do processo de formação do assistente social.

Nesse sentido, o estudo caracterizou-se como indispensável para apreender a formação profissional do assistente social a partir e por meio da sua historicidade, considerando o cenário de ampliação dos cursos de Serviço Social nas IES públicas e, principalmente, privadas, as tentativas de flexibilização dos currículos⁶ e as transformações no mundo do trabalho, que reconfiguram o processo de ensino/aprendizagem no país.

Pretendeu-se contribuir para reflexões que levem à construção de novas perspectivas sobre a relação entre trabalho e o Serviço Social na formação profissional, a elucidação das fissuras presentes no debate, bem como, colaborar para a aproximação e apropriação dessa discussão, seus pressupostos e tensões pelos discentes, ainda na graduação.

O estudo teve como objetivo geral analisar a compreensão de discentes de cursos presenciais de Serviço Social de IES de Sergipe acerca da categoria trabalho, visando desvelar a importância dessa apropriação na formação profissional.

Com o fito de alcançar as finalidades da pesquisa, assinalou-se como objetivos específicos: apontar as principais questões que fundamentam no debate da reforma curricular a relação Serviço Social/trabalho; compreender os fundamentos ontológicos do trabalho na matriz teórico-metodológica marxista; analisar os projetos pedagógicos de cursos presenciais

⁶ Da proposição de currículo mínimo na década de 1980, passou-se a estabelecer, por meio de norma do Ministério da Educação – MEC a instituição de “diretrizes curriculares” que, por terem essa configuração, permite a flexibilização dos currículos.

de Serviço Social das IES em Sergipe, as ementas e os planos de aula (programas) das disciplinas que discutem a categoria trabalho; e identificar o perfil dos discentes concludentes de cursos presenciais de Serviço Social em Sergipe.

Dada à natureza do objeto, os objetivos propostos e as fontes utilizadas, a pesquisa caracterizou-se como qualitativa, que, de acordo com Martinelli (1999, p. 26-27) deve considerar: “seu caráter inovador, como pesquisa que se insere na busca de significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências sociais”; a “dimensão política desse tipo de pesquisa que, como construção coletiva, parte da realidade dos sujeitos e a eles retorna de forma crítica e criativa” e, por último, que “não se coloca como algo excludente ou hermético, é uma pesquisa que se realiza pela via da complementaridade, não da exclusão”.

O presente estudo possui um cunho exploratório, à medida que se preocupa em alcançar uma visão geral sobre o objeto, ou seja, conhecer os fatos, determinada realidade social de forma cada vez mais aproximativa (GIL, 2010).

Encontra-se fundamentado na Teoria Social de Marx e em autores marxistas. É válido frisar que, para Marx, a relação entre teoria e método é indissociável e, não obstante, o estudo orienta-se pelo método crítico dialético, baseado, segundo Ianni (1992), nas relações antagônicas e nas contradições da realidade.

Netto (2009) destaca que para Marx o objeto tem existência própria, independe da vontade do sujeito, mas o sujeito tem papel ativo no processo de investigação, uma vez que a teoria é, para Marx, o movimento de apreensão do real pela reflexão do sujeito.

O desvendar das categorias do método não parte da abstração, mas da observação da dinâmica da realidade. Conforme explica Netto (2009), o método em Marx é produto de um processo de aproximações sucessivas com o seu objeto, definindo-se em perspectivas distintas, como método de pesquisa – processo de aproximação com o máximo de determinações do objeto – e método de exposição – lógica de exposição dos aspectos mais pertinentes à caracterização do objeto. Netto (Ibid) aponta que o processo de conhecimento dessas determinações do objeto é explicado por Lukács como um movimento entre a singularidade, a universalidade e a particularidade.

Dessa maneira, Marx propõe um método que após o pesquisador observar e analisar o objeto, chega “a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples” e deve realizar a “viagem de volta”, processar as informações no plano do pensamento do sujeito e voltar-se para o concreto (NETTO, 1994). O método de investigação proposto por

Marx não é, portanto, “um conjunto de regras formais de análise, externas às peculiaridades do objeto, mas uma *relação* que permite ao sujeito apanhar a dinâmica própria do objeto” (NETTO, 1994, p. 39). Marx supera, portanto, a perspectiva da aparência fenomênica galgando a essência de constituição da objetividade.

A elaboração teórica metodológica marxiana encontra-se fundada em três articuladas categorias – que são para Marx formas de ser determinadas historicamente: a totalidade, a contradição e a mediação. Netto (2009, p. 690) explica que para Marx a totalidade “não é um ‘todo’ constituído por ‘partes’ funcionalmente integradas. [...] é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidade de menor complexidade”. De acordo com Netto (1994, p. 38) a “totalidade concreta é dinamizada pela negatividade que atravessa os complexos de complexos que a constituem”. A contradição é o caráter que permite aferir que a totalidade não é inerte, que está em constante transformação. E as mediações caracterizam-se como todos os elementos, todas as determinações que possam constituir a totalidade (NETTO, 1994).

Foi, portanto, alicerçado no método marxiano que se realizou a pesquisa, tendo por suposto que com um objeto de estudo engendrado na teoria social crítica, não é possível outra perspectiva metodológica de análise.

O universo de investigação constituiu-se por 86 estudantes concludentes de duas IES em Sergipe que ofertam curso presencial de Serviço Social, caracterizando-se como campo empírico. A amostra foi composta por 20 discentes e classificou-se como não probabilística intencional, uma vez que dependeu apenas da escolha da pesquisadora e das indicações feitas pelos sujeitos da pesquisa. Convém esclarecer que uma amostra ideal é aquela que, conforme aponta Minayo (2001), reflete as múltiplas dimensões do objeto de estudo, visando abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas definições. Para Marsiglia (2001, p. 25), as amostras não-probabilísticas do tipo intencional são “usadas quando o pesquisador quer obter a opinião de certas pessoas, não necessariamente representativas do universo todo, mas de parte dele”.

A pesquisa tinha inicialmente como pretensão realizar entrevistas semiestruturadas com discentes concludentes do curso de Serviço Social das turmas de 2014/2 de três Instituições de Ensino Superior de Sergipe que ofertem o curso na modalidade presencial⁷. No

⁷ A escolha em entrevistar estudantes na modalidade presencial deveu-se a dois motivos: primeiro por ser o acesso a estudantes mais propício e; e em segundo lugar, pela dificuldade de acesso a informações das instituições que ofertam o curso na modalidade EAD (Educação à Distância), bem como pelo debate nacional

entanto, o primeiro empecilho que se encontrou foi a dificuldade de acesso a discentes de uma IES privada, tendo em vista que no contato inicial realizado com representante do curso desta instituição para solicitação de autorização para pesquisa e disponibilização do Projeto Pedagógico do curso, houve recusa de imediato. Apesar de se tentar por meio de indicação junto a docentes os contatos de discentes em conclusão de curso na universidade naquele período, não se obteve êxito.

Dessa maneira, a pesquisa pode ser realizada apenas com discentes de duas IES, fato que não interferiu no estudo. Na instituição (A)⁸ foram disponibilizadas a lista dos discentes concludentes, seus respectivos contatos, as ementas das disciplinas “Trabalho e Sociabilidade” (4º Período) e “Serviço Social e Processos de Trabalho” (5º Período), mas o acesso ao Projeto Pedagógico não foi possível em virtude de sua reformulação pela IES. Na instituição (B) foram ofertadas as ementas das disciplinas “Trabalho e Sociabilidade” (4º Período) e “Serviço Social e Processo de Trabalho” (5º Período), e o Projeto Pedagógico do Curso.

Já no que se refere à lista de discentes formandos, encontrou-se muita dificuldade na disponibilização da listagem completa junto à Administração Acadêmica da instituição (B) uma vez que eles também só poderiam ter essa informação quando todas as notas fossem lançadas no sistema acadêmico e realizada a equivalência das atividades complementares. Considerando o atraso do período letivo em virtude das greves na instituição⁹, só se pode ter acesso à lista final em maio de 2015, fato que não prejudicou a realização das entrevistas com os discentes, tendo em vista que já se tinha contato com alguns destes, os quais passaram outros contatos, permitindo assim, a realização de todas as entrevistas.

Deve-se considerar que nas duas IES houve a disponibilidade dos discentes em participar da pesquisa, inclusive com a indicação de outras pessoas, de forma que forneciam os contatos e sinalizavam aqueles que tinham maior disponibilidade de horário e que se poderia encontrar mais facilmente. Este fato diminui muito a resistência dos discentes de participarem e foi fundamental para a celeridade deste processo.

capitaneado pelo Conselho Federal de Serviço Social, que “acende o alerta” sobre o distanciamento entre a estrutura curricular desses cursos e as Diretrizes Curriculares da área, por exemplo.

⁸ Com o fito de não identificar as Instituições de Ensino Superior que participaram da pesquisa foram utilizadas as expressões instituição (A) e instituição (B) para referir-se àquelas.

⁹ Inclusive da greve deflagrada no mês de junho de 2014.

Portanto, para a realização da pesquisa empírica, com coleta das informações necessárias junto aos sujeitos, empregou-se a técnica da entrevista e para realizá-la utilizou-se o roteiro de entrevista com perguntas abertas e fechadas como instrumento.

Após a realização das entrevistas, iniciou-se um exaustivo processo de transcrição das falas dos sujeitos respondentes que resultou num material de aproximadamente sete horas e vinte minutos de gravação e demandou a atenção da pesquisadora por cerca de dois meses e meio. Em seguida, realizou-se o processo de análise e interpretação dos dados com a construção de categorias de análise, fase que também exigiu muito tempo da pesquisa, graças à extensão do material e complexidade das diversas questões que emergiram.

Recorreu-se também à pesquisa documental, com a consulta e análise de um projeto pedagógico disponibilizado e das estruturas curriculares dos cursos de Serviço Social, bem como planos de curso das disciplinas que discutem a categoria trabalho. A análise de documentos “é dirigida a textos escritos que podem servir como fonte de informação para a pesquisa: planos, programas, leis, decretos, artigos, atas, relatórios, ofícios, documentos, panfletos, etc” (MARSIGLIA, 2001, p. 27).

A dissertação encontra-se organizada em três capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. O Capítulo I intitulado “Fundamentos do Trabalho e as Perspectivas Discentes” tem por objetivo compreender a fundamentação teórica das perspectivas dispostas no debate sobre o trabalho como categoria ontológica e sua apropriação no Serviço Social nas perspectivas de discentes.

O Capítulo II intitulado “O despertar de um novo estatuto: o Serviço Social como trabalho e os reveses do debate” analisa a Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional, as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social de 1996 e as distintas compreensões acerca da prática profissional que dinamizam o debate contemporâneo, bem como a sua apreensão por discentes.

No Capítulo III denominado “A dinâmica relação formação/exercício/realidade na perspectiva discente” faz-se uma reflexão acerca da relação teoria/prática tendo por base o debate do tema e sua compreensão pelas discentes.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS DO TRABALHO E AS PERSPECTIVAS DISCENTES

1.1 – Trabalho e constituição do ser social

A existência e reprodução dos homens e mulheres que constituem a sociedade estão condicionadas à natureza – formada por seres orgânicos e inorgânicos¹⁰ e à relação que aqueles estabelecem progressivamente com esta. À medida que o homem¹¹ para satisfazer a necessidades primárias como a fome, percebe, por exemplo, que o processo de cozimento da carne e de outros alimentos facilita a sua mastigação e a sua alimentação, estabelece mediações entre ele e a natureza. A satisfação das necessidades que antes era realizada de forma direta, ao se colher, por exemplo, o alimento da própria natureza, agora é mediada por instrumentos criados pelo homem, ao tempo em que são distanciadas, mas jamais eliminadas, as barreiras naturais entre o homem e o mundo natural.

O estabelecimento dessas mediações e a criação de novas formas concretas de satisfação das necessidades emergentes dos sujeitos, o que representa, portanto, a gênese do homem enquanto ser social, somente pôde despontar a partir da medição originária: o trabalho. A respeito da peculiar característica do trabalho de constituição da sociabilidade humana, explica Lukács (2013, p.44) que,

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social.

Essa transição de ser biológico ao ser social é apresentada como um salto ontológico visto que, de acordo com Lukács (Ibid) não se pode conhecer o processo de desenvolvimento do ser social de maneira precisa e direta em virtude da impossibilidade de reconstrução dessa

¹⁰ Por seres orgânicos entende-se àqueles que possuem a capacidade de se reproduzir; e seres inorgânicos são àqueles que, ao contrário, não possuem esta capacidade.

¹¹ A partir de então ao se mencionar homem/homens pretende-se fazer referência ao gênero humano de forma geral, ou seja, ao conjunto de homens e mulheres que constituem a sociedade.

movimentação histórica por meio de experiências, e que a gênese do ser-em-si em ser-para-si é decorrente da sociedade e não do desenvolvimento natural do homem.

É evidente que esse salto não ocorreu de uma hora para outra, de forma abrupta ou linear. “A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma súbita ou gradativa, no tempo, da nova forma de ser” (LUKÁCS, 2013, p.46). Em outros termos, a gênese do ser social é resultado do desenvolvimento do ser orgânico já existente, que autoconstrói-se a partir das transformações de suas características, capacidades e potencialidades próprias ao processo de luta pela existência.

Aqui, não se pode deixar de apresentar a síntese das características e capacidades constituintes do ser social, elencadas de maneira precisa por Netto e Braz (2007, p.41) e, que conduzirão a análise, por conseguinte:

1. realizar atividades teleologicamente orientadas; 2. objetivar-se material e idealmente; 3. comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada; 4. tratar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente; 5. escolher entre alternativas concretas; 6. universalizar-se; e 7. sociabilizar-se.

É por meio do trabalho, atividade necessariamente humana de transformação da natureza para a satisfação de necessidades sociais, que o homem se distingue dos demais seres naturais e se torna ser social. Este caráter social adquirido pelo homem decorre do fato do trabalho caracterizar-se como atividade coletiva que se realiza entre os homens, em sociedade, e o “caráter coletivo da atividade do trabalho é, substantivamente, aquilo que se denominará de **social**” (NETTO; BRAZ, 2007, p.34, grifos dos autores). Os autores lembram que “no trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que [...] constituem a essência do novo ser social. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 44).

Para Marx (2013, p. 255), “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Os animais para sobreviver também buscam alimentos, constroem ninhos e abrigos, mas diferentemente do homem, operam de forma instintiva, biologicamente determinada, numa ação imediata com a natureza. Para melhor compreensão, é necessário recorrer à imprescindível explicação que ressalta:

Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais [tierartig], do trabalho. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final de processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade (MARX, 2013, p.255-256, grifos do autor).

Assim, o trabalho é uma atividade totalmente diversa, pois para a sua realização o homem esboça anteriormente no plano ideal, ou seja, projeta teleologicamente a sua ação e o resultado a que se pretende alcançar. É uma relação que se manifesta mediada por instrumentos e implica na escolha baseada em valores (por exemplo, a matéria e suas propriedades ser útil ou inútil) e conhecimento da matéria que irá ser transformada, dos meios e a obtenção das habilidades necessárias para a realização do fim proposto.

O trabalho implica, pois, um movimento indissociável em dois planos: num plano *subjetivo* (pois a prefiguração se processa no âmbito do sujeito) e num plano *objetivo* (que resulta na transformação material da natureza); assim, a realização do trabalho constitui uma **objetivação** do sujeito que o efetua (NETTO; BRAZ, 2007, p.32, grifos dos autores).

Isso requer o desenvolvimento anterior da consciência humana, capacidade que permite que o homem pense, planeje antecipadamente a fim de conhecer e modificar a realidade. De acordo com Barroco (2008, p.27-28) ao atingir a consciência o homem “autoconstrói-se como ser de projetos; torna-se autoconsciente, como sujeito construtor de si mesmo e da história. [...] A autoconsciência é um ato de autodeterminação; capacidade humana posta em movimento pelo trabalho”.

A que se considerar e tornar claras as diferenças entre a consciência humana e a dos animais e ainda da relação necessária entre consciência e teleologia. É preciso que se tenha consciência para que se planeje idealmente um fim que se materializará objetivamente, mesmo que, de maneira distinta da que foi anteriormente pensada, dada à interferência da causalidade.

Nesse sentido, LUKÁCS (2013, p.48) considera que,

[...] a teleologia, em sua essência, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins. Pôr, nesse contexto, não significa, portanto, um mero elevar-à-consciência, como acontece com as outras categorias e especialmente com a causalidade; ao contrário, aqui, com o ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o pôr tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico. Em consequência, conceber teleologicamente a natureza e a história implica não somente que ambas possuem um caráter de finalidade, que estão voltadas para um fim, mas também que sua existência, seu movimento, no conjunto e nos detalhes devem ter um autor consciente.

Ao tornar-se um ser consciente, o homem ultrapassa os limites instintivos de uma ação puramente biológica. A consciência humana distingue-se da consciência animal à medida que o homem antecipa idealmente um resultado, uma transformação que pretende realizar na natureza a partir do trabalho. Ao ser precursora e direcionadora de uma mudança objetiva numa dada realidade, a consciência ultrapassa o status de epifenômeno. Em contrapartida, “a consciência animal jamais vai além de um melhor serviço à existência biológica e à reprodução e por isso, de um ponto de vista ontológico, é um epifenômeno do ser orgânico” (Ibid, p.63). A sequência da explicação clarifica um pouco mais a questão. Desse modo,

Somente no trabalho, no pôr do fim e de seus meios, com um ato dirigido por ela mesma, com o pôr teleológico, a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente – o que é comum também àquelas atividades dos animais que transformam objetivamente a natureza de modo involuntário – e executa na própria natureza modificações que, para os animais, seriam impossíveis e até mesmo inconcebíveis (LUKÁCS, 2013, p.63).

Conforme exposto, pode-se compreender que o trabalho supõe a teleologia e para o desenvolvimento desta é necessária a ascensão da consciência humana. O homem projeta a sua ação, os seus objetivos antes de realizá-los. Isso só se torna possível em virtude da objetividade da realidade e do conhecimento desses elementos concretos, das propriedades de cada matéria que são apropriadas continuamente pelo ser humano e que por ele serão utilizados e transformados numa nova materialidade. Toda essa ação tem um sentido objetivo, um por que: suprir determinadas necessidades sociais; e assim, distingue-se intrinsecamente das respostas instintivas e animais de outros seres orgânicos.

Para que os conhecimentos e habilidades adquiridos e as novas formas materiais criadas por meio do trabalho pelo homem fossem transmitidos aos demais sujeitos da sociedade – dada a necessidade de universalização, também se tornou imperativo o desenvolvimento da linguagem. Netto e Braz (2007) sintetizam que a linguagem articulada é a forma através da qual o homem se comunica e exprime as suas distintas compreensões acerca da realidade. Ter a nítida compreensão desse processo é imprescindível para o entendimento do homem enquanto ser social e dos elementos constitutivos dessa sociabilidade.

Aqui, cabe destacar também a relação necessária entre causalidade e teleologia, as quais se apresentam de maneira particular: inseparáveis ao mesmo tempo em que se opõem e, “quando tomadas abstratamente, parecem excluir-se mutuamente” (LUKÁCS, 2013, p. 54). O autor analisa esse processo utilizando-se do exemplo da pedra. Segundo o mesmo, na pedra em si não existe nenhum intuito ou forma de utilizá-la como um instrumento qualquer. Isso só se efetiva quando o homem aproxima-se dela, conhece suas propriedades materiais e as relaciona com uma finalidade pré-fixada com o objetivo de concretizá-la.

A que se considerar ainda que, independente de qual seja o objeto produzido a partir da atividade transformadora humana, as propriedades das matérias estão intrínsecas ao objeto, não desaparecem por completo. Entende-se, que

sua constituição natural jamais pode ser inteiramente suprimida. Por mais relevantes que sejam os efeitos transformadores do pôr teleológico das causalidades no processo de trabalho, a barreira natural só pode retroceder, jamais desaparecer inteiramente; e isso é válido tanto para o machado de pedra quanto para o reator atômico (LUKÁCS, 2013, p 73)

De acordo com Netto e Braz (2007, p.38) “quanto mais o homem se humaniza, quanto mais se torna ser social, tanto menos o ser natural é determinante em sua vida”. No entanto, apesar deste contínuo processo de distanciamento das barreiras naturais entre os sujeitos e os objetos, o que nunca se poderá vislumbrar é a supressão desta imbricada vinculação.

É importante salientar que os objetos produzidos pelo homem por meio do trabalho passam a existir independentemente do sujeito criador. Dessa forma, “no trabalho, surge primariamente a distinção e a relação entre *sujeito* (aquele que realiza a ação) e *objeto* (a matéria, o instrumento e/ou produto do trabalho)” (Ibid, p.33).

O trabalho visa à transformação da natureza para o atendimento de necessidades progressivamente extensas e complexas dos próprios homens à medida que novas mediações,

alternativas e objetos são criados e a sociabilidade é desenvolvida. Para seguir o exemplo já citado da fome pondera-se que esta (BARROCO, 2008, p.27),

[...] torna-se social na medida em que suas formas de satisfação são determinadas socialmente e em que, ao serem criadas formas diferenciadas de satisfação, transformam-se os sentidos, habilidades e potencialidades do sujeito.

Ao transformar determinada realidade e criar algo novo, o homem também se transforma e segue o curso da autoconstrução. A cada transformação da natureza, novas alternativas são estabelecidas, possibilidades de escolhas concretizadas, conhecimentos e habilidades agregados pelo homem e outras necessidades instituídas. Este é o processo de constituição da riqueza social. Movimento contínuo de reprodução material da sociedade, que transforma os sujeitos envolvidos e torna cada vez mais complexas as suas relações sociais. A esse respeito Lessa (1999, p.24) resume que,

[...] todo ato de trabalho, sempre voltado para o atendimento de uma necessidade concreta, historicamente determinada, termina por remeter para muito além de si próprio. Suas consequências objetivas e subjetivas não se limitam à produção do objeto imediato, mais se estendem por toda a história da humanidade.

As possibilidades concretas de escolhas entre alternativas objetivas criadas pelo homem através do trabalho só podem ser realizadas a partir da valoração. Aqui “não se trata apenas de um único ato de decisão, mas de um processo, uma ininterrupta cadeia temporal de alternativas sempre novas” (LUKÁCS, 2013, p.71). É nesse circuito e, somente através do trabalho, que o homem obtém a capacidade de escolher entre diferentes objetivações e, portanto, adquire a liberdade.

Barroco (2008) sinaliza o trabalho como o complexo impulsionador da construção dos valores que põe em movimento a sociabilidade, a universalidade, a consciência e a liberdade, mediações “conquistadas no processo histórico de sua autoconstrução pelo trabalho”. Evidencia-se, nesse sentido, o trabalho enquanto categoria fundante do ser social e das demais formas de complexos sociais, como a linguagem, a moral, a ética, a religião, a educação, a cultura, a política, o Estado, etc., pois a sociedade não se limita ao trabalho e permanece em constante desenvolvimento. Este se configura, portanto, como o processo de reprodução social. Segundo Lessa (1999) a reunião dos complexos acima citados e as relações sociais

correspondentes a cada período da história, provenientes do desenvolvimento do homem e da sociedade, constitui a totalidade social.

O trabalho e os demais complexos sociais resultantes dele não se confundem. Os seus objetos e objetivos são essencialmente distintos. Enquanto no trabalho se efetiva “a relação dos homens com a natureza”, nos demais complexos sociais, a exemplo do Estado, da educação e da política, têm-se a “relação dos homens entre si”. No que se refere aos objetivos, o do trabalho é sempre “transformar a realidade material: já nestes outros complexos sociais, o objetivo é promover uma dada organização das relações sociais, uma dada organização dos homens” (Ibid, p.25).

Isso decorre do fato que o trabalho e os distintos complexos sociais são originários de diferentes formas de práxis, de acordo com as finalidades a que se propõem e com as objetivações que realizam. “O homem é um ser da práxis [...]. A práxis supõe o trabalho, este é o fundamento daquela, mas não a esgota” (SANTOS, 2011, p.39). Nessa perspectiva, Lukács (2013) manifesta o trabalho como modelo de práxis social.

Mas o que vem a ser práxis? E a práxis social? Existem outras formas de práxis? O que as diferencia? No capítulo III que trata da relação teoria/realidade, direcionam-se os esforços na tentativa de esclarecer o invólucro destas questões, tendo por base as inferências feitas pelas respondentes.

Como já destacado, o desenvolvimento da sociabilidade humana está imbricado à sua capacidade de objetivação, de atender a necessidades sociais por meio da transformação da matéria em novos objetos através do trabalho, o que resulta na riqueza socialmente produzida. A análise dessas relações sociais no plano econômico é realizada pela Economia Política e configuram-se como os primeiros passos para a aproximação das leis sociais e diferentes conformações do desenvolvimento da sociedade. Posto isto, e considerando o objeto deste estudo, é imperioso adentrar-se na análise da categoria trabalho no modo de produção capitalista, o fenômeno do valor e outros elementos necessários à compreensão e reflexão posterior sobre o Serviço Social enquanto trabalho.

1.2 – Da comunidade primitiva à contradição fundamental: a relação capital/trabalho.

O apontar de um modo de produção não decorre de um desenvolvimento linear ou estático, mas das próprias contradições que marcam esses processos, quando não há mais

correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção, e o ritmo de desenvolvimento de um atravanca a fluência do outro (NETTO; BRAZ, 2007). Essa ascensão realiza-se com base em elementos criados na estrutura da sociedade anterior. Isso significa dizer que para que se compreendam as expressões do trabalho no modo de produção capitalista, é mister que se considere as particularidades dos estágios anteriores e se observe as condições que impulsionaram o seu desenvolvimento.

A primeira forma de organização social conhecida na história da humanidade é a chamada *comunidade primitiva*. Nesta, tudo que era produzido era dividido entre todos os membros da comunidade, e deste modo, não existia apropriação privada por determinados grupos privilegiados. As atividades que permitiam a sobrevivência destes povos eram rudimentares e baseavam-se, principalmente, na caça e pesca de animais, na colheita de frutos e raízes disponíveis na natureza e protegiam-se em simples formas de abrigos, e por esses motivos praticavam o nomadismo, dada a escassez dos alimentos e a necessidade permanente de procura pelos elementos indispensáveis à subsistência. As relações que se estabeleciam entre os sujeitos eram de cooperação e o máximo de segregação que existia era uma divisão por idade e sexual entre as atividades realizadas por homens e mulheres, donde os primeiros se dedicavam a caça e as últimas à colheita, à preparação dos alimentos e tarefas do lar.

O desenvolvimento das atividades da agricultura e do pastoreio permitiu que os homens se fixassem aos territórios, construíssem abrigos mais elaborados já que não precisavam mudar-se com frequência à procura de alimentos e aperfeiçoassem os seus instrumentos de trabalho. Também decorre da pecuária e da agricultura a instituição da “divisão social do trabalho, primeiro entre as comunidades, depois no seio delas, quando diferentes indivíduos começaram a dedicar-se a diversos tipos de atividades produtivas” (OSTROVITTANOV, 1988, p.19).

A partir de então, outras ações são realizadas com o intento de suprir as necessidades desses sujeitos como, por exemplo, no preparo dos alimentos, no cuidado com os animais e a terra, para vestir-se e deslocar-se, por meio da atividade artesã que se diferenciam das demais. Nesse sentido, amplia-se o domínio sobre as propriedades de algumas matérias primas, como o metal, o barro, a madeira e outros elementos naturais que se tornam mais facilmente manipuláveis para a produção de novos objetos.

Com esses avanços tornou-se possível se produzir mais que o necessário para satisfação das necessidades imediatas dos membros da comunidade, o que fomentou a criação

do excedente econômico. Diante da possibilidade de se acumular os produtos oriundos do trabalho, aquilo que não era consumido pela comunidade passa a ser destinado à troca de mercadorias com outras comunidades.

Netto e Braz (2007) explicam que em decorrência da acumulação dos produtos do trabalho, desenvolveram-se as primeiras iniciativas de comércio através das trocas das mercadorias, bem como a alternativa de exploração do trabalho humano, onde se avista a divisão da sociedade em duas classes: aqueles que trabalham e produzem os bens socialmente necessários e aqueles que se apropriam do que foi produzido pelos trabalhadores.

A acumulação e a exploração são as condições propiciadoras da decadência da comunidade primitiva, ao mesmo tempo em que são as bases propulsoras de outra forma de vida e de produção, o *escravismo*. Esta nova sociedade se organiza com a separação entre os proprietários de terras e os escravos prisioneiros de guerra. Um grande contingente de homens que não possuindo a propriedade dos meios de produção deixaram de ser livres e foram convertidos em escravos e os camponeses, em artesãos. Ou seja, dividia-se fundamentalmente entre homens livres e escravos.

Nesta estrutura societal, segundo Netto e Braz (Ibid, p.65), o trabalho e a apropriação do que era produzido diretamente pelos escravos eram realizados sob forte violência, coerção e exploração pelos seus proprietários, posto que “só vale a pena ter escravos se o seu proprietário puder extrair deles um produto excedente (ou *sobreproduto*)”. Esta ação era legitimada pelo Estado, expressão nascente e representativa do poder político. Intensificou-se a produção de mercadorias dado o grau de exploração dos escravos e, por conseguinte, ampliou-se a atividade comercial entre os povos.

Desse processo resultou, segundo Ostrovittanov (1988), a formação das cidades, onde se concentravam o comércio e os ofícios, e iniciou-se a separação entre cidade e campo. Com o crescimento da exploração dos escravos e considerando que muitos camponeses que não conseguiram concorrer com os baixos custos da produção dos latifundiários e foram expulsos de suas terras, tornando-se escravos, cada vez mais a população livre se distanciava das atividades produtivas, reservando-se a ciência, as artes e assuntos públicos. Essa situação permitiu ao regime escravagista assentar “as bases para a oposição entre trabalho físico e o trabalho intelectual, criando a cisão entre um e outro” (Ibid, p.32).

A decadência do escravismo ocorreu concomitante a crise do Império Romano, a partir do momento em que as condições de escravidão tornaram-se empecilhos à ampliação da

produtividade do trabalhador livre, ou ainda, o nível de desenvolvimento das forças produtivas foi atravancado pelas relações de produção existentes (NETTO; BRAZ, 2007).

Após o período de transição, consolidou-se o feudalismo, estrutura social caracterizada pela divisão dos membros desta sociedade em senhores feudais e servos, mais uma vez, entre aqueles que detêm o poder e a propriedade dos meios de produção e aqueles que são expropriados. Apesar da ampliada exploração e dos servos estarem vinculados a terra, estes dispunham de instrumentos de trabalho para o cultivo próprio e também ter que cultivar a terra do seu senhor, entregando-lhe parte do que era produzido.

No modo de produção feudal destacou-se a articulação entre agricultura e a indústria doméstica, pois aquilo que não era produzido nos feudos era adquirido junto aos comerciantes ambulantes. As cidades se desenvolveram e foram ocupadas principalmente por comerciantes e artesãos, estes últimos reuniram-se em corporações. É preciso ficar claro que aquilo que era produzido pelos comerciantes e artesãos, “baseado na propriedade privada e no trabalho pessoal criando produtos destinados à troca, chama-se *produção mercantil simples*” (OSTROVITTANOV, 1988, p. 56).

A indústria artesanal ou doméstica caracterizava-se como o agrupamento de trabalhadores num mesmo local, nas oficinas do mestre artesão, para a realização do processo de produção por cooperação, ou “a forma de trabalho dentro da qual muitos indivíduos trabalham de modo planejado uns ao lado dos outros e em conjunto, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, porém conexos” conforme explicita Marx (2013, p.400).

A produção manufatureira incorre na utilização do conhecimento técnico do artesão que antes conhecia todo o processo de produção do valor de uso, mas com uma transformação significativa. A partir de então, o resultado da produção é gerado por meio da articulação de atividades distintas, parciais e constituintes de um mesmo processo de trabalho, porém decorrentes da soma das atividades dos produtores especializados em determinadas ações. Desta divisão manufatureira do trabalho emana a constituição do trabalho coletivo e “a mercadoria converte-se no produto social de uma união de artesãos, em cada um executa continuamente apenas uma e sempre a mesma operação parcial” (MARX, 2013, p.412).

A constituição das manufaturas é resultante de duas formações possíveis, ambas como consequência da atividade artesã.

Por um lado, ela parte da combinação de ofícios autônomos e diversos, que são privados de sua autonomia e unilateralizados até o ponto em que passam a constituir meras operações parciais e mutuamente complementares no processo de produção de uma única e mesma mercadoria. Por outro lado, ela parte da cooperação de artesãos do mesmo tipo, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares, isolando-as e autonomizando-as até que cada uma delas se torne uma função exclusiva de um trabalhador específico (MARX, 2013, p.413).

Os trabalhadores detinham todo o conhecimento sobre o processo produtivo que haviam adquirido com a experiência como artesãos. Nesse momento, o capitalista mesmo fiscalizando os trabalhadores não tinha o controle sobre o processo de trabalho, o que representava apenas a subsunção formal do trabalho ao capital.

Diante da realização das Cruzadas (séculos XI a XVIII), a forma de organização do feudalismo se torna mais complexa, os artesãos e comerciantes se organizam e expandem progressivamente as atividades comerciais. Desta forma, os comerciantes, representantes do capital mercantil, ampliam o seu poder e assumem um lugar de destaque na sociedade, o que acaba por fomentar o colapso do sistema feudal e a ascensão de uma nova classe: a burguesia (NETTO; BRAZ, 2007).

Considerando tratar-se de uma estrutura societal organizada sob um Estado Absolutista, o poder dos senhores feudais foi reduzido e este espaço ocupado pelos comerciantes, forte burguesia comercial, os quais se tornaram os financiadores do Estado. Por isso, esta nova classe de poder assumiu o controle comercial por meio dos monopólios. No entanto, enquanto eram criadas as condições necessárias à edificação do modo de produção capitalista e ascensão de uma nova classe social detentora de poder, a burguesia, o Estado Absolutista e as relações de produção ainda constituintes, tornaram-se um obstáculo para o desenvolvimento burguês. São as Revoluções Burguesas que abatem o *Ancien Régime* e fomentam o estabelecimento do Estado burguês (NETTO; BRAZ, 2007).

As Revoluções Burguesas constituíram-se como um processo histórico e político que manifestou diferentes expressões a depender do país em que ocorria, das condições sob as quais incidia e a mudança que pretendia. Como exemplos de Revoluções Burguesas que buscaram a ruptura com as bases da estrutura anterior através da transição revolucionária, têm-se a Revolução Inglesa (1640-1688) e a Revolução Francesa (1789), e como reformistas, passivas ou pelo alto, ou seja, aquelas que não pretendem modificar por completo as bases

estruturantes da ordem anterior, mantendo alguns desses elementos, têm-se como exemplos as Revoluções Burguesas Alemã e Italiana.¹²

É por meio delas que é possível superar as barreiras econômicas e políticas do feudalismo e criar as condições necessárias para o desenvolvimento do capitalismo, à medida que é abolido o regime de servidão e permitida a exploração da força de trabalho assalariada capitalista.

A burguesia ascendente utilizou-se dos camponeses revoltosos, que na exaustão da exploração e opressão por senhores feudais, foram facilmente coagidos na luta contra o feudalismo, uma vez que, conforme sinalizam Ostrovittanov (1988, p.63), enquanto os burgueses foram os mentores da derrocada do modo de produção feudal, “os camponeses constituíam a grande massa de combatentes contra o feudalismo”.

Este processo configura-se o pontapé para o espraiamento do capital. A burguesia assumiu uma conformação revolucionária e, nesse sentido,

Onde passou a dominar, destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Dilacerou sem piedade os laços feudais, tão diferenciados, que mantinham as pessoas amarradas a seus “superiores naturais”, sem pôr no lugar qualquer outra relação entre os indivíduos que não o interesse nu e cru do pagamento impessoal e insensível “em dinheiro”. Afogou na água fria do cálculo egoísta todo fervor próprio do fanatismo religioso, do entusiasmo cavalheiresco e do sentimentalismo pequeno-burguês. Dissolveu a dignidade pessoal no valor de troca e substituiu as muitas liberdades, conquistadas e decretadas, por uma determinada liberdade, a do comércio. Em uma palavra, no lugar da exploração encoberta por ilusões religiosas e políticas ela colocou uma exploração aberta, desavergonhada, direta e seca. [...] rasgou o véu comovente e sentimental do relacionamento familiar e o reduziu a uma relação puramente monetária (MARX; ENGELS, 2008, p.12-13).

Além de adentrar e dominar a vida dos homens, o capitalismo transforma as relações humanas em relações entre coisas, mediadas pelo dinheiro, com o único intuito de acumulação do capital. A necessidade de aperfeiçoar os instrumentos de produção, transformar as forças produtivas e aumentar a produtividade do trabalho no modo de produção capitalista são impulsionadas pelo caráter revolucionário da burguesia.

As contradições dos modos de produção anteriores são substituídas e acentuadas pela contradição das classes fundantes do capitalismo. A nova sociedade constituída estruturou-se

¹² Para uma análise das revoluções, cf. Eric Hobsbawm na obra “A era das revoluções”.

a partir de outra forma de exploração, a exploração da força de trabalho do homem livre em troca de um salário e dividiu-se em duas classes fundamentais e opostas: o proletariado e a burguesia. Deste modo, da mesma forma que a burguesia e o capital se desenvolvem, o proletariado também se desenvolve, de modo que “só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital” (Ibid, p.19).

A Revolução Industrial¹³ iniciada no final do século XIX conduz o incremento tecnológico à produção, a ampliação da divisão do trabalho, intensifica a produção em determinada jornada de trabalho e, por conseguinte, a exploração do trabalhador operário.

Conforme ponderam Netto e Braz (2007) para participar da produção não era mais imprescindível a utilização da força física do homem, pois a máquina fazia o trabalho pesado, e também não exigiam conhecimento técnico rigoroso para a sua realização. Isto representou aos olhos do capitalista novas possibilidades de mão de obra barata para a produção, pelo que mulheres e crianças passam a ser objeto da exploração, com menores remunerações. Isso concorre para que, no desenvolvimento capitalista, o trabalhador já não tenha o conhecimento da totalidade do processo produtivo das mercadorias, pois cada um tem que se especializar em determinada tarefa na produção, e por isso se expressa à subsunção real do trabalho ao capital.

Aquela massa de camponeses e pequenos artesãos transformados em proletários, e que se ajunta a grande parcela da população que adensa as filas do operariado, aprenderam com a própria burguesia as formas de lutar contra a opressão e exploração, ao passo em que se organizam e reconhecem a unidade que existe entre eles enquanto classe social. A organização do trabalho visa combater as péssimas condições e extensão das jornadas de trabalho, os baixos salários com os quais só era possível sobreviver, considerando que as inovações nas indústrias tornavam o trabalho humano um complemento da máquina.

1.2.1 – A chamada acumulação primitiva

As particularidades e principais características do modo de produção capitalista processam-se na transição do feudalismo ao capitalismo e, sobretudo, pelas condições basilares que suscitaram a sua gênese. A atenção, a partir daqui, volta-se às peculiaridades da

¹³ Cada Revolução Industrial insere novas inovações tecnológicas e transforma a forma de produção no capitalismo.

acumulação primitiva, subsidiada predominantemente, na análise realizada pelo próprio Marx em “O capital”, livro I, Capítulo 24¹⁴.

De acordo com Marx (2013, p.786), a acumulação primitiva desenvolveu-se nas entranhas do feudalismo, marcadamente entre os séculos XIV e XV, e configura-se como ponto de partida da acumulação capitalista, posto que expressou nada mais “do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção”.

O processo que cria o sistema capitalista consiste no movimento de retirada do trabalhador da propriedade privada dos meios de trabalho – daquilo que utiliza para a realização da atividade com o fim previamente proposto e, principalmente, o seu banimento da terra, e na transformação dos meios de subsistência e produção em capital, condições que regem a metamorfose dos camponeses e pequenos artesãos expropriados em trabalhadores assalariados. Significa a conversão da propriedade privada dos meios de produção baseado na produção pessoal e própria em propriedade capitalista. Para que essa transformação se efetive, é necessário que

[...] duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por consequente, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas então, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista (MARX, 2013, p.786).

Para que o modo de produção capitalista se realize é preciso que os homens se tornem sujeitos que não participam de forma direta dos meios de produção e, ao mesmo tempo, não sejam proprietários deles, mas que se constituam exclusivamente donos de seus corpos, da força de trabalho. Em contrapartida, também se faz necessário que, os capitalistas que detêm a propriedade dos meios e objetos de trabalho, ou seja, dos meios de produção, tenham disponíveis à compra a mercadoria peculiar, a força de trabalho, o único constituinte do

¹⁴ Para abordagem aprofundada desse processo, ver: Capítulo 24 – “A assim chamada acumulação primitiva” em: MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

processo de trabalho que lhes falta à posse, no entanto, imprescindível à produção do mais valor¹⁵.

As bases criadoras da acumulação primitiva são decorrentes de um longo processo de expropriação e banimento violento dos camponeses das terras as quais estavam anteriormente vinculados e transformação desse grupo numa grande massa de homens e mulheres desprovidos em trabalhadores assalariados.

Por apresentarem manifestações distintas em cada país, a análise da acumulação primitiva é realizada por Marx a partir da sua expressão clássica ocorrida na Inglaterra. Segundo Marx (2013), as expropriações começam com a usurpação das terras comuns, expulsão dos camponeses pelos senhores feudais, e são impulsionadas pela apropriação das terras e dos bens da igreja, no final do século XVI. As expropriações continuam quando as terras do Estado são presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou roubadas, e o seu apogeu é caracterizado pelo processo de *clearing of states*¹⁶, de limpeza desses terrenos da presença dos produtores rurais. Grande parte desses expropriados tornaram-se desempregados, vagabundos e mendigos, punidos com sucessivas e duras legislações, chamadas sanguinárias, que os forçavam a trabalhar nas piores condições, sob torturas, marcados com brasa e coleiras de ferro ao pescoço, para facilitar a identificação pelos senhores destes homens, suas propriedades. Estas expropriações permitiram, portanto, a penetração do capitalismo na agricultura e a formação do proletariado livre necessário.

Considerando essa transformação histórica, deve-se observar que os trabalhadores assalariados são fruto da “libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa”, bem como, por se tornarem “vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam” (MARX, 2013, p.787).

A constituição do capitalista se deu a partir da forma primitiva de arrendatário, o *bailiff*, o qual ainda servo se torna colono, depois parceiro e finalmente arrendatário. No final do século XVI, com a Revolução Agrícola, esse arrendatário enriquecia na mesma velocidade que a maior parte da população empobrecia. A burguesia nascente utiliza-se do poder do

¹⁵ O fenômeno do valor e os outros elementos constituintes do processo de produção capitalista serão abordados no item posterior.

¹⁶ De acordo com Marx (2013, p.800) este é o processo de “clareamento das propriedades rurais, o que significa, na verdade, varrê-las de seres humanos”.

Estado para normatizar e instituir a ordem que lhes é favorável, rebaixar os salários, estender as jornadas de trabalho, e tornar o trabalhador ainda mais dependente do capitalista (Ibid).

Antes eram as famílias camponesas que produziam os meios de subsistência e matérias primas, os quais, na maioria das vezes, eram por eles mesmos consumidos. A partir do período de transição para o capitalismo, os meios de subsistência e matérias primas foram transformados em mercadorias e vendidos no mercado pelo arrendatário. Aquela expropriação dos camponeses que antes trabalhavam para si e a dissociação entre eles e seus meios de trabalho e produção provocou a ruína da indústria doméstica rural. Tais processos acabaram por resultar na formação do mercado interno propício ao desenvolvimento do modo de produção capitalista (MARX, 2013).

A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo e no mesmo lugar (ou, se se preferir, no mesmo campo de trabalho), para a produção do mesmo tipo de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, tal é histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista. (Ibid., p. 397)

A produção mercantil simples é, portanto, a marca desse período e consiste no uso do dinheiro por um pequeno grupo da população, os comerciantes, para a compra de mercadorias de produtores diretos a menor preço e que serão revendidos por um valor maior, satisfazendo o seu objetivo inicial, a obtenção do lucro. Mas a ampliação dessas atividades comerciais não é suficiente para torna-se possível o modo de produção capitalista. Para isto, fazem-se necessários ainda, como se pode observar, uma relação particular: a existência de homens que detenham certo acúmulo de dinheiro para a compra da mercadoria força de trabalho; e homens que não tendo mais a posse sobre os meios de trabalho e produção, estejam dispostos a vender a única coisa que ainda lhes pertence, a força de trabalho.

Contribuíram para a constituição do capitalista industrial, conforme explica Marx (2013), o sistema colonial, a formação da dívida pública, os sistemas tributário e protecionista. O sistema colonial fez prosperar o comércio e a navegação por meio da escravização, massacre e tráfico negreiro, que na metrópole se transformavam em capital. Estes se constituem como elementos particulares da acumulação primitiva do capital.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa

reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista (Ibid, p.821).

O sistema de crédito ou dívida pública se espalhou pela Europa no período manufatureiro e na justificativa de pagá-la, foi instituído o sistema tributário, com a tributação excessiva sobre a população. Sua eficácia expropriante foi acentuada com o protecionismo que se espargiu entre os países europeus sobre intensas disputas, extirpando todas as indústrias dos países secundários (MARX, 2013).

Com a formação do mercado mundial, a produção em pequeno porte dos artesãos sob a forma das corporações já não era suficiente, o que tornou necessária a sua superação pela produção capitalista, a partir da exploração da força de trabalho disponível e barata.

Foi por meio desse processo de usurpação das terras dos camponeses, da igreja e do Estado, criação de bens úteis pelos produtores diretos que passaram a ter a relação de compra e venda da mercadoria intermediada pelo comerciante que almejava o lucro, a ampliação das relações comerciais e a busca de novos mercados fornecedores de matérias primas e riquezas, que suscitou a formação do volume de capital pertencente a nascente burguesia, primeiras expressões da acumulação de capital do novo modo de produção.

Só a título de consideração, a depender do nível de desenvolvimento das forças produtivas e das condições objetivas dela decorrentes, o capitalismo assume diferentes conformações representadas em estágios de desenvolvimento. Além da etapa do capitalismo comercial ou mercantil (século XVI e meados do século XVIII) já sinalizada, após a Revolução Industrial têm-se: o capitalismo concorrencial (final do século XVIII ao final do século XIX), imperialista ou monopolista (final do século XIX até os dias de hoje) que se subdivide em três estágios: o clássico (1890 a 1940), o “anos dourados” (1945 a 1970) e o capitalismo contemporâneo (1970 aos dias de hoje)¹⁷.

1.3 – Categorias principais do Modo de Produção Capitalista

O modo de produção capitalista objetiva-se a partir da relação social entre capitalista e trabalhador, onde o primeiro possui a propriedade privada dos meios de produção e o

¹⁷ Para aprofundamento do tema ver: NETTO, José.Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

segundo, desprovido de instrumentos e objetos de trabalho, somente é proprietário da sua força de trabalho, mercadoria peculiar necessária ao capitalista para a realização do processo de trabalho e produção de capital. O objetivo elementar do capitalista de acumulação de capital só se torna possível através do processo de trabalho gerador de valor e mais valor.

Para a compreensão do fenômeno do capital é fundamental que se realize a aproximação com os principais elementos que constituem o processo de trabalho especificamente capitalista.

A primeira categoria a ser analisada é da mercadoria, visto que “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 2013, p.113). Apesar de o homem viver rodeado de mercadorias e constantemente envolver-se em relações sociais com aquelas, comumente esta é avistada apenas na forma aparente de coisa, de objeto que satisfaz necessidades sociais, porém é obscurecida a relação social nela imanente, o trabalho humano nela materializado a partir do processo produtivo.

Sobre os elementos necessários para a produção das mercadorias Marx (Ibid) pondera que o estabelecimento da divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção por um pequeno grupo de homens, os capitalistas, são condições sem as quais esse processo não pode ser realizado.

A mercadoria se apresenta, de acordo com Marx (2013), como um objeto útil que supre as necessidades dos homens e que possui duplo caráter: o da qualidade e o da quantidade. Por ser algo que possui utilidade social, a mercadoria é um valor de uso que só se realiza com o consumo. O valor de uso da mercadoria decorre de suas propriedades constituintes, ou melhor, das suas qualidades materiais. Nesse ponto, as mercadorias são qualitativamente diferentes em virtude dos atributos materiais nelas contido. Por outro lado, as mercadorias possuem valor de troca que “aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo [...]” (Ibid, p.114). O valor de troca é o que as mercadorias têm em comum, o que permite que elas estabeleçam relação de igualdade e, por isso, são qualitativamente iguais. O valor é um atributo social das mercadorias, pois só se realiza por meio da troca.

O caráter enigmático ou misterioso da mercadoria segundo Marx (2013, p.147) deriva de sua própria forma, posto que

A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho. O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existentes à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais.

Os dois fatores da mercadoria, valor de uso e valor são provenientes do duplo caráter do trabalho. Marx foi pioneiro na análise crítica da dupla natureza do trabalho expresso na mercadoria e sinalizou a importância da sua compreensão para economia política.

Conforme explica Marx (2013) o trabalho útil, concreto ou produtor de valores de uso se refere às atividades adequadas a um determinado fim e, quanto a ele são qualitativamente diferentes. O trabalho abstrato, em contrapartida, se refere à capacidade física e mental que o homem possui de trabalhar e, por isso, quanto a ele, são qualitativamente iguais. Desta forma, é através do trabalho concreto que o homem produz valor de uso e do trabalho abstrato que produz o valor. “Assim, um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato” (Ibid, p.116).

Isso indica que o que permite que valores de uso diferentes, de espécies e qualidades distintas se igualem e possam ser trocados é o fato de serem produtos do trabalho humano abstrato, o que, segundo Marx (2013, p.116) configura-se como a “substância formadora de valor”. Já a grandeza desse valor é obtida a partir da “quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso” (MARX, 2013, p.117). No entanto, a grandeza de valor depende também do nível de desenvolvimento das forças produtivas¹⁸, donde se conclui que

¹⁸ Marx define alguns elementos que influenciam o nível de desenvolvimento das forças produtivas, a saber: “o grau médio de destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais” (MARX, 2013, p.118).

Quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo e maior seu valor. Assim, a grandeza de valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade de trabalho que nela é realizado e na razão inversa da força produtiva desse trabalho (MARX, 2013, p.118).

Desta forma, quanto maior for o nível de desenvolvimento tecnológico e a habilidade do trabalhador no processo de produção, por exemplo, menor é o tempo necessário para produzir determinado bem e, por consequência, a quantidade de trabalho materializado neste, o que resulta no menor valor da mercadoria.

Aqui, é preciso observar ainda que quando uma coisa pode ser útil para o ser humano, “ser valor de uso sem ser valor”, uma vez que não é resultado do trabalho do homem, como, por exemplo, “o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta etc” (Ibid, p.118). De outra maneira, pode ser uma coisa produto do trabalho do homem, ter utilidade social, mas que por satisfazer apenas a necessidade do próprio produtor, não pode ser definido como mercadoria, somente como valor de uso. Isso sinaliza que para ser mercadoria o valor de uso deve atender a necessidade social de outrem, ser utilizado por outrem como valor de uso, após o processo de troca (MARX, 2013).

A mercadoria é, portanto, “uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca” (NETTO; BRAZ, 2007, p.80) e o fenômeno do valor tem sua gênese condicionada ao fenômeno da troca.

Até que o dinheiro se realize como a forma de expressão do valor, outras formas são instituídas pelo homem no processo de desenvolvimento da sociedade para mediatizar as relações de troca.

De acordo com Marx (2013), a primeira forma de troca de mercadorias denominada Simples, Singular ou Fortuita do valor era realizada eventualmente pelos nômades em virtude da necessidade de possuir outras mercadorias que eles não produziam. Nesta, uma mercadoria (B) assume a forma de equivalente geral cujo papel é expressar o valor de outra mercadoria (A) que assume a forma relativa, cujo valor está sendo medido. A partir daí, o valor de uso passa a representar o seu contrário, o valor; o trabalho concreto a representar o trabalho abstrato; e o trabalho privado a representar o seu contrário, o trabalho social.

À medida que os homens se tornam sedentários, as trocas são realizadas com regularidade e o valor expresso pelas mercadorias nunca se completa. Esta é a Forma Extensiva ou Total do Valor. Quando o processo de troca se generaliza é desenvolvida a Forma Geral do Valor onde uma mercadoria assume o papel de equivalente geral de todas as outras mercadorias (forma relativa) de forma igual, como, por exemplo, o ouro e a prata.

Só a partir do momento histórico em que uma única mercadoria torna-se a representação social das formas de riqueza, torna-se, também, mercadoria dinheiro. Esta é a denominada forma dinheiro do valor e se realiza quando o dinheiro assume a forma de equivalente geral (Ibid). Para que se possa entender, é como se o valor das mercadorias adentrasse em uma única mercadoria. É o valor que as mercadorias possuem, existindo para além delas, independente delas, representado em forma de dinheiro (SOUZA, 2007).

O dinheiro universal é aquele que assume todas as funções de medida do valor, de meio de circulação, de meio de pagamento e de reserva de valor no comércio mundial¹⁹. Ora, “o dinheiro mundial funciona como meio universal de pagamento, meio universal de compra e materialidade absolutamente social da riqueza universal” (MARX, 2013, p.217). Conclui-se, então que o dinheiro é uma relação social corporificada numa representação simbólica que depende da sanção da sociedade para efetivar-se como forma geral da riqueza.

O processo de circulação das mercadorias na produção mercantil simples é representado da seguinte maneira: M-D-M (mercadoria – dinheiro – outra mercadoria), visto que o produtor de uma mercadoria realiza o processo de troca desta pelo dinheiro e, em seguida, deste por uma nova mercadoria ou instrumentos de trabalho necessários a sua sobrevivência e a continuidade de sua produção. Nessa circulação o processo se inicia e termina com mercadorias que se constituem valores de uso diferentes e o dinheiro funciona como intermediário entre as mercadorias. Com a expansão da circulação das mercadorias e maior emprego do dinheiro nestas relações, a circulação assume a forma D-M-D+, onde ao contrário da anterior, é o dinheiro que muda de lugar duas vezes, pois aquele que desembolsa o dinheiro inicialmente na compra de uma mercadoria (intermediadora da troca) coloca o dinheiro na circulação, mas o retira em seguida com um acréscimo de valor quando vende a mercadoria. O objetivo final do comprador da mercadoria de antemão é a obtenção do lucro ao revendê-la. Em síntese,

¹⁹ Para o aprofundamento da compreensão das funções assumidas pelo dinheiro ver Capítulo II de O Capital – O Processo de Troca.

Na circulação M-D-M, o dinheiro é, enfim, transformado em mercadoria, que serve como valor de uso e é, portanto, gasto de modo definitivo. Já na forma contrária, D-M-D, o comprador desembolsa o dinheiro com a finalidade de receber dinheiro como vendedor. Na compra da mercadoria, ele lança dinheiro na circulação, para dela retirá-la novamente por meio da venda da mesma mercadoria. Ele libera o dinheiro apenas com a ardilosa intenção de recaptura-lo. O dinheiro é, portanto, apenas adiantado (MARX, 2013, p.225).

Como o próprio Marx (Ibid, p.223) ponderou, “o dinheiro como dinheiro e o dinheiro como capital se distinguem apenas por sua diferente forma de circulação”.

A partir daqui, para compreensão dessa diferença, se carece adentrar no processo de transformação do dinheiro em capital, o qual se inicia quando o capitalista na posse de dinheiro desembolsa-o e adquire as mercadorias necessárias à produção (meios de produção e força de trabalho). Neste momento encerra-se a primeira circulação. Logo após a interrupção da circulação aponta-se a esfera da produção, na qual todo do mistério é esclarecido. Nesta, há a interação entre a força de trabalho, os instrumentos e objetos de trabalho para a produção de uma nova mercadoria, encerrando-se assim a produção. Em seguida, têm-se o início da segunda circulação, a partir da qual a mercadoria final produzida é vendida quando recebe a sanção social e, em troca, obtêm-se o dinheiro anteriormente adiantado pelo capitalista, porém acrescido de um valor excedente, o mais valor (MARX, 2013).

É válido destacar que o capitalista não gasta dinheiro quando compra as mercadorias indispensáveis à produção de uma nova mercadoria. O seu objetivo orientador é a obtenção do lucro e, por isso ele só adianta um dinheiro que receberá no final acrescido de mais valor (Ibid).

Conforme explica Netto e Braz (2007) o processo de circulação das mercadorias no capitalismo mercantil assume a expressão D-M-D'. O capitalista na posse de dinheiro compra os instrumentos e objetos de trabalho necessários e a mercadoria que lhe falta para a realização da produção, a força de trabalho. No final do processo ele retoma a posse do dinheiro acrescido de valor. No entanto, este acréscimo não se dá como na circulação anterior, compra de uma mercadoria por um valor menor e venda por um valor maior para obtenção do lucro; o acréscimo de valor se dá pela exploração da força de trabalho do trabalhador assalariado, mercadoria criadora de mais valor.

Evidencia-se, a partir de então, que “o capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem circulação. Ele tem de ter origem nela e, ao mesmo tempo, não ter origem nela” (MARX, 2013, p.240). Dessa forma, o mais valor não se gera na circulação, mas na produção. No entanto, a realização do valor e, portanto, do mais valor depende do processo de circulação. Logo, a transformação do dinheiro em capital ocorre no processo de produção, mas depende dos processos de circulação para a sua realização.

Enfim, o mais valor tem sua origem na produção, pois nela se dá a interação entre os meios de produção e a força de trabalho do homem, mercadoria capaz de gerar mais valor. Mas para isso acontecer depende tanto da primeira circulação – que permite, quanto da segunda circulação, que o realiza (MARX, 2013).

Como já dito anteriormente, segundo Marx (Ibid), para que o capitalista encontre no mercado a mercadoria força de trabalho são necessárias duas condições essenciais. Primeiro, a força de trabalho deve ser oferecida pelo seu possuidor como mercadoria no mercado e, para isto, deve ser proprietário dela e de sua pessoa. A segunda condição é que o trabalhador não pode vender mercadorias em que encarne seu trabalho, em virtude da força de trabalho ser a única mercadoria que ele possui.

O valor dessa mercadoria é determinado, de acordo com Marx (2013, p.245), como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. “Como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio nela objetivado”. Isso significa que o valor dessa mercadoria decorre do valor dos meios necessários à subsistência do homem, a sua manutenção e reprodução, que permitirá, por conseguinte, que a força de trabalho continue sendo utilizada e explorada pelo capitalista. A forma de pagamento desta força de trabalho é expressa por meio do salário, sob a forma de preço do trabalho, “como determinada quantidade de dinheiro paga por determinada quantidade de trabalho” (Ibid, p.605). Nesta direção, deve-se observar que,

A taxa mais baixa e unicamente necessária para o salário é a subsistência do trabalhador durante o trabalho, e ainda [o bastante] para que ele possa sustentar uma família e [para que] a raça dos trabalhadores não se extinga (MARX, 2010, p.24).

Aqui jaz um aspecto importante para a compreensão do fenômeno do mais valor, o que precisa ser observado mais de perto. De acordo com Marx (2013), a jornada de trabalho reúne o tempo de trabalho necessário (TTN) e o tempo de trabalho excedente (TTE). O

trabalho necessário é aquele pelo qual o trabalhador recebe dinheiro, seu salário, pelo capitalista. Já o trabalho excedente consiste na fração de tempo que o trabalhador labora sem receber nada em troca. Ora, é trabalho não pago pelo capitalista, sob o qual se consubstancia a exploração (Ibid). Quanto maior é a exploração da força de trabalho humana maior é a quantidade de capital acumulado pelo capitalista e, em contrapartida, maior é pauperismo que subjuga o trabalhador, assim,

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em produção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2010, p.80).

Deve-se esclarecer que a depender da maneira de extração da mais valia pelo capitalista, esta se caracteriza como mais valia absoluta ou relativa. O autor (2013) assenta que a primeira é produzida pela extensão da jornada de trabalho para além do trabalho necessário, a qual é apropriada pelo capitalista. Já a segunda pressupõe, especificamente, o modo de produção capitalista, visto que resulta da contração do tempo de trabalho necessário e introdução de inovações tecnológicas no processo de trabalho para se produzir um número maior de mercadorias, numa mesma jornada de trabalho. Em alguns períodos do capitalismo, quando a extração do capital é tencionada pela ampliação extasiada da jornada de trabalho e precárias são as condições de trabalho, pode-se acompanhar o estágio de mortificação de homens e mulheres trabalhadores, como no exemplo a seguir.

Nas últimas semanas de junho de 1863 todos os jornais londrinos trouxeram um parágrafo com a “*sensational*” manchete: “*Death from simple over work*” [morte por simples sobretrabalho]. Tratava-se da morte da modista Mary Anne Walkley, de 20 anos de idade, empregada numa manufatura de modas deveras respeitável, fornecedora da corte e explorada por uma senhora com o agradável nome de Elise. A velha história, muitas vezes contada, foi agora redescoberta e nos diz que essas moças cumprem uma jornada de, em média 16½ horas e, durante a *season*, chegam frequentemente a trabalhar 30 horas ininterruptas, quando sua evanescente “força de trabalho” costuma ser reanimada com a oferta eventual de xerez, vinho do Porto ou café. E estava-se justamente no ponto alto da *season*. Era necessário concluir, num piscar de olhos, os vestidos luxuosos das nobres damas para o baile em honra da recém-importada Princesa de Gales. Mary

Anne Walkley trabalhara 26¹/₂ sem interrupção, juntamente com outras 60 moças, divididas em dois grupos de 30, cada grupo num quarto cujo tamanho mal chegava para conter 1/3 do ar necessário, enquanto à noite partilhavam duas a duas, uma cama num dos buracos sufocantes onde tábuas de madeira serviam como divisórias de cada quarto de dormir. E essa era uma das melhores casas de moda de Londres. Mary Anne Walkley adoeceu na sexta-feira e morreu no domingo, sem que, para a surpresa da sra. Elise, tivesse terminado a última peça. O médico, sr. Keys, chamado tarde demais ao leito de morte, testemunhou perante o Coroner's Jury, com áridas palavras: "Mary Anne Walkley morreu devido às longas horas de trabalho numa oficina super lotada e por dormir num cubículo demasiadamente estreito e mal ventilado". [...] nossos "escravos brancos", clamou o Morning Star, órgão dos livres-cambistas Cobden e Bright, "nossos escravos brancos são conduzidos ao túmulo pelo trabalho e definham e morrem sem canto nem glória" (MARX, 2013, p.327-328).

A mercadoria força de trabalho do produtor direto é explorada sob todas as formas até que o trabalhador não tenha capacidade alguma de erguer-se e produzir, mas nada interrompe o círculo de produção da mais valia e reprodução do capital.

A porção de capital adiantada pelo capitalista para a compra dos elementos constituintes do processo de produção assume conformação particular conforme o tipo de mercadoria a ser adquirida. Marx (Ibid) afirma que o capital desembolsado para a compra dos meios e objetos de trabalho denomina-se capital constante e, é constante, porque ao passar pelo processo de produção não é acrescido de valor e não altera o valor; e o capital utilizado para a compra da força de trabalho, nomeia-se capital variável, visto que, no processo de produção altera o seu valor, reproduz valor e cria mais valor.

O processo de valorização é a relação que se estabelece entre os homens, entre capitalistas e trabalhadores, enfim, entre capital e trabalho.

Este processo é criador de valores de uso que possuem valores de troca e de mercadorias que têm valores maiores do que o total dos valores aplicados nas suas produções. "Assim, como a própria mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção tem de ser a unidade de processo de trabalho e o processo de formação de valor" (MARX, 2013, p.263).

A inter-relação que se observa entre o processo de trabalho e o processo de valorização é que só no processo de trabalho a valorização é possível, somente por meio dele é que a valorização se realiza, pois é só no processo de trabalho que há a interação entre o trabalhador, portador da mercadoria especial formadora de valor, e os meios de produção e, portanto, geração de mais valor.

1.3.1 – O processo de trabalho especificamente capitalista

Como já discorrido nesse capítulo, Marx (2013) conceitua o trabalho como o processo em que se realiza a intermediação entre o homem e a natureza, através do qual o homem transforma os elementos da natureza e as matérias primas em coisas úteis, em valores de uso. Os elementos que constituem o processo de trabalho são: a atividade adequada a um fim, ou seja, o próprio trabalho; os objetos de trabalho, conjunto de elementos sobre os quais sobrevém o trabalho humano; e os meios de trabalho, conjunto de instrumentos, ferramentas e equipamentos utilizados para a efetivação do trabalho. É válido acrescentar que a terra é o objeto universal do trabalho humano, fornecedor originário de meios de trabalho como a pedra, bem como, é meio de trabalho quando ao ser utilizado na agricultura requer o emprego de outros meios de trabalho. Os objetos de trabalho e as matérias primas, também se distinguem, onde os primeiros só são matérias primas quando por meio do trabalho, já sofreram modificações, o que indica que “toda matéria prima é objeto do trabalho, mas nem todo objeto do trabalho é matéria prima” (Ibid, p.256).

A produção de mercadorias está sujeita à existência dos meios de produção (conjunto de objetos e meios de trabalho) e disponibilização da força de trabalho do homem como mercadoria passível de compra, para realização do trabalho. A reunião desses elementos compõe, segundo Netto e Braz (2007), as forças produtivas.

Além de considerar que a distinção entre as épocas econômicas e o grau de desenvolvimento das forças produtivas depende intrinsecamente da forma como o processo produtivo é realizado, ou melhor, de quais são os meios de trabalho utilizados e não do que se é produzido, Marx (2013) certifica que os meios de trabalho ultrapassam a dimensão material de instrumentos e ferramentas utilizados pelo homem no processo de trabalho, pelo que se inclui “todas as condições objetivas que, em geral, são necessárias à realização do processo. Tais condições não entram diretamente no processo, mas sem elas ele não pode se realizar, ou o pode apenas de modo incompleto” (MARX, 2013, p.258). Este processo de trabalho é concretizado, portanto, quando

[...] a atividade do homem, com a ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está

objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio (Ibid, p.258).

Deve-se salientar que, naquilo que resulta do processo de trabalho já está materializado, como meios de produção, valores de uso provenientes de processos de trabalho antes realizados. Ao mesmo tempo, o valor de uso resultante desse processo, o produto do trabalho, é ainda meio de produção para a realização de um processo de trabalho seguinte, e, dessa maneira, “os produtos são não apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho” (MARX, 2013, p.259). Na mesma perspectiva, um único produto pode ser utilizado como matéria prima ou meio de trabalho no mesmo processo de trabalho, como por exemplo, uma vaca no pasto pode a ser matéria prima a ser trabalhada, ao tempo em que, também, é meio para a aquisição de material que constitui o adubo. Disso é possível concluir que um valor de uso pode ser, a depender da função que assume no processo de trabalho, matéria prima, meio ou produto do trabalho e que, quando a posição que ele ocupa neste processo é modificada, as determinações desse valor de uso também são modificadas (Ibid).

A apropriação da mercadoria força de trabalho por meio da compra pelo capitalista é condição fundamental para o intercâmbio entre esta e os meios de produção e, desse modo, efetivação do processo de trabalho, do qual, como sinalizado por Marx (2013), resultam dois fenômenos. No primeiro, quando o trabalhador vende a sua força de trabalho, esta se torna propriedade do capitalista, o qual, também, controla o seu trabalho a fim de evitar que matérias primas sejam desperdiçadas ou que os meios de trabalho devastados. No segundo, o produto resultante do trabalho do produtor direto, o trabalhador, é também propriedade do capitalista, ao qual pertence a força de trabalho, o próprio trabalho do operário. Isso denota que por meio dessa apropriação da força de trabalho

[...] o capitalista incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos que constituem o produto e lhe pertencem igualmente. De seu ponto de vista, o processo de trabalho não é mais do que o consumo de mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, que, no entanto, ele só pode consumir desde que lhe acrescente aos meios de produção. O processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. Assim, o produto desse processo lhe pertence tanto quanto o produto do processo de fermentação em sua adega (MARX, 2013, p.262-263).

Apesar da força de trabalho ser a mercadoria de característica singular, visto que, é somente, por meio dela, que é possível a gênese do mais valor e, portanto, acumulação de capital e enriquecimento do capitalista, para o burguês este processo de trabalho nada mais é do que a inter-relação entre mercadorias de sua propriedade, pelas quais ele desembolsou dinheiro para a compra.

Com a ampliação crescente da divisão do trabalho as mercadorias resultantes do trabalho de diferentes produtores privados lhes aparecem sob a forma de coisas que lhes são estranhas, não se reconhecendo no produto final criado. As relações sociais entre estes trabalhadores, as relações entre os homens sofrem considerável transformação, pois lhes aparecem como relações entre coisas, e assim, “a mercadoria, *criada pelos homens*, aparece como algo que lhes é alheio e os domina; a *criatura* (mercadoria) revela um poder que passa a subordinar o *criador* (homens)” (NETTO; BRAZ, 2007, p.92). Este processo de alienação exprime, conforme sinaliza Marx (2010, p.80)

[...] senão: o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal, é a *objetivação* do trabalho. A efetivação do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento*, como *alienação*.

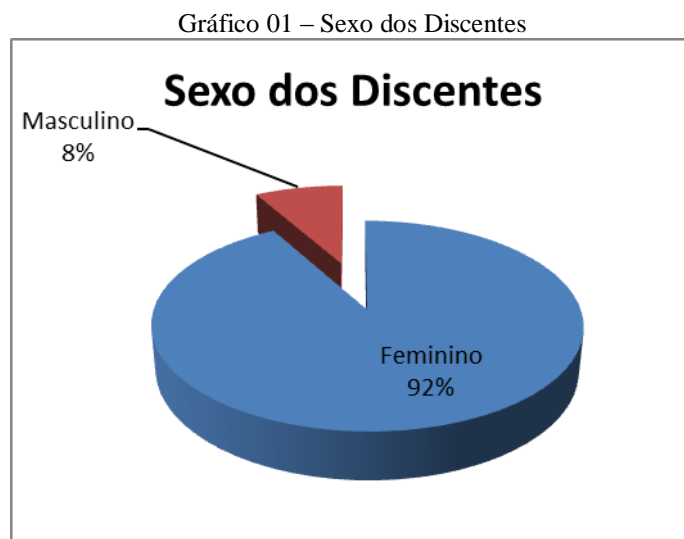
A produção de mercadorias, dos valores de uso necessários à subsistência do homem e a reprodução da sociedade e, desse modo, a constituição de toda forma de riqueza depende da realização do processo de trabalho e, nesse esteio, encontra-se imbricada ao trabalho.

Todavia, antes da aproximação com as compreensões das respondentes da pesquisa acerca da categoria central do trabalho, tornou-se necessário conhecer os principais elementos que caracterizam os sujeitos da pesquisa, os quais suscitam importantes considerações a respeito da formação em Serviço Social.

1.4 – Perfil dos sujeitos da pesquisa: uma aproximação necessária

Com relação aos sujeitos da pesquisa, cada Instituição de Ensino Superior participante possuía 43 discentes concluindo o curso de Serviço Social no período 2014/2, o que

representou um total de 86 alunos. Deve-se considerar que os discentes concludentes da instituição (A) eram 40 do sexo feminino e três do sexo masculino e os da instituição (B), 39 do sexo feminino e quatro do sexo masculino. Dessa maneira, o universo da pesquisa foi constituído por: 79 alunos do sexo feminino e sete do sexo masculino; e a amostra por 20 discentes do sexo feminino, sendo dez de cada IES, como já relatado (Cf. Gráfico 01).



Fonte: Elaboração própria.

Esse perfil reforça as pesquisas nacionais que sinalizam um dado histórico do Serviço Social e mesmo a imagem da profissão: a sua representatividade predominantemente feminina.

As primeiras perguntas da entrevista objetivaram construir o perfil das discentes tendo por base algumas características da formação como, por exemplo, se concilia trabalho e estudo, deslocamento para frequentar a IES, ou até mesmo participação em projeto de pesquisa e extensão ou em estágio não-obrigatório. Nessa direção, as discentes respondentes da pesquisa são predominantemente jovens entre 22 e 24 anos, solteiras, que não possuem filhos e residem em povoados ou no próprio município onde está localizada a instituição ou ainda em cidades circunvizinhas, a exemplo de Aracaju e São Cristóvão. Entre as entrevistadas três residem em municípios mais distantes daquele onde cursam Serviço Social: em Nossa Senhora das Dores, Salgado e Simão Dias e dependem do transporte municipal para sua locomoção. O cruzamento destes e de outros dados pode ser observado na tabela 01.

Tabela 01 – Perfil dos Discentes Concluintes do Curso de Serviço Social – Período 2014-2.

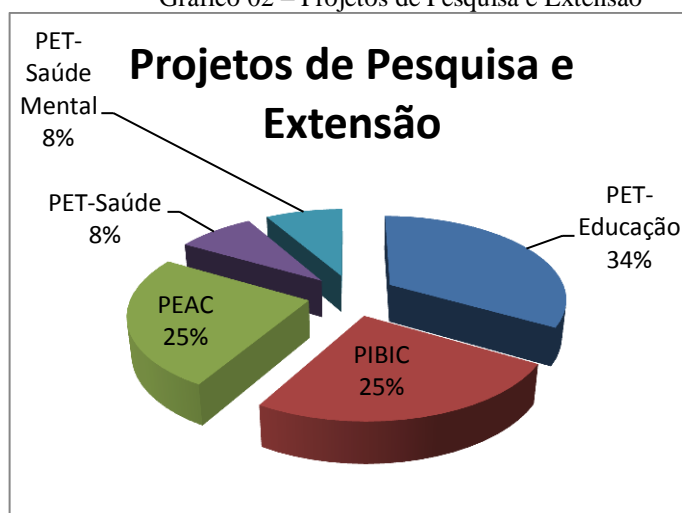
Dados	Número de Discentes	Porcentagem
Faixa Etária	20 – 25	12
	26 – 30	3
	31 – 35	4
	36 – 40	1
Estado Civil	Casada	4
	Divorciada	2
	Solteira	14
Filhos	Sim	5
	Não	15
Domicílio	Aracaju	6
	Lagarto	10
	São Cristóvão	1
	Outros Municípios	3
Vínculo Empregatício	Sim	6
	Não	14
Regime de Trabalho	Autônomo	1
	Celetista	2
	Estatutário	2
	Prestação de Serviço	1
Carga Horária Semanal	30 horas	2
	40 horas	4

Fonte: Elaboração própria.

Apesar do curso de Serviço Social ser noturno nas duas IES, 14 discentes não possuem vínculo empregatício, o que pode significar disponibilidade para se dedicarem exclusivamente aos estudos ou que participavam de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelas IES e destas recebem bolsas-auxílio.

No tocante a formação acadêmica 11 discentes participaram de projetos de pesquisa e extensão, um número considerável diante dos poucos projetos na área de Serviço Social, a exigência de disponibilidade e ausência de vínculo, o reduzido número de bolsas de incentivo à permanência universitária, de valores muito baixos e com constantes atrasos no repasse, o que dificulta que discentes mesmo aprovados no processo seletivo permaneçam nos projetos, pois precisam da remuneração para suprir as suas necessidades. Em contrapartida, observou-se que duas discentes participaram durante sua vida acadêmica de três projetos de pesquisa e extensão cada, informação de relevância considerando o contexto supracitado (Cf. Gráfico 02).

Gráfico 02 – Projetos de Pesquisa e Extensão



Fonte: Elaboração própria.

De forma descritiva, quatro discentes participaram do Programa de Educação Tutorial – Educação (PET-Educação), três participaram do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), uma do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), uma do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde/Saúde Mental (PET-Saúde Mental), três do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), sendo que destas duas foram voluntárias (PICVol), e três não souberam informar o nome do projeto que participaram. Neste último caso, isso pode representar incompreensão das entrevistadas quanto ao significado do que é um projeto de pesquisa ou de extensão, visto que quando questionadas pela entrevistadora como seriam estas atividades, descreveram eventos com palestras e oficinas. Em virtude disto, este dado não foi inserido no gráfico 02.

No que se refere aos Programas de Incentivo à Educação (Cf. Tabela 02), duas discentes participaram do PROUNI e uma do Programa de Financiamento Estudantil – Fies. Vale destacar que uma discente, apesar de responder que não participou de Programas de Incentivo à Educação, tinha bolsa de estudos com desconto de 50% do valor da mensalidade do curso. Sobre o estágio, sete discentes tiveram a oportunidade de realizar além do estágio obrigatório, o não-obrigatório remunerado. Dentre as alunas que entraram na IES pública como cotista, três fizeram parte da cota reservada à escola pública e uma da Cota de Escola Pública e da Racial.

Tabela 02 – Perfil Acadêmico dos Discentes Concluintes do Curso de Serviço Social – Período 2014-2.

Dados	Número de Discentes	Porcentagem (%)
Projeto de Pesquisa ou Extensão	Sim 11	55%
	Não 9	45%
Programa de Incentivo à Educação	Sim 3	15%
	Não 07	85%
Estágio	Apenas o Obrigatório 13	65%
	Obrigatório e Não-obrigatório 7	35%
Estágio Remunerado	Sim 7	35%
	Não 13	65%
Outra Formação/Graduação	Sim 1	5%
	Não 19	95%
Cotista	Sim 4	20%
	Não 06	80%
Primeira Geração da Família com Acesso ao Ensino Superior	Sim 9	45%
	Não 11	55%

Fonte: Elaboração própria.

Uma informação que se destaca ainda nessa dimensão é que nove das 20 discentes entrevistadas pertencem à primeira geração familiar a ter acesso ao ensino superior, o que representa o nítido crescimento da oportunidade de ingresso nesse nível de ensino seja em IES públicas ou privadas, a partir das políticas de expansão do ensino superior e privatização da educação, que concorre para a ampliação do curso no Brasil e no Nordeste, em particular (ALMEIDA, 2013).

Esse panorama demonstra que a área de Serviço Social nas IES em Sergipe atrai um público feminino, jovem e com as possibilidades para se apropriar da formação acadêmica como prevê as Diretrizes Curriculares da área aprovadas pela ABEPSS. Há que se considerar, todavia, a autonomia na construção dos projetos pedagógicos e seu desenvolvimento pelas IES.

1.5 – Perspectivas discentes acerca dos fundamentos ontológicos do trabalho

Dada a profundidade do tema em estudo, buscou-se na entrevista compreender a perspectiva das discentes acerca dos fundamentos ontológicos do Trabalho. A questão central para essa aproximação foi a seguinte: **Qual é a sua compreensão de trabalho, considerando-o no sentido ontológico?**

A dificuldade do entendimento da questão já sinalizou que o tema poderia não ser aprofundado, o que levou à necessidade de explicitação do seu significado. Deste questionamento surgiram diversos grupos de respostas, algumas mais elaboradas, outras com fragmentação de pensamento.

Deve-se considerar que as principais disciplinas que tratam fundamentalmente esse debate estão alocadas nas duas IES de formação das entrevistadas no meio do curso, quais sejam: Trabalho e Sociabilidade e Serviço Social e Processos de Trabalho. No entanto, a sua compreensão deve estar consolidada desde então, dada à imprescindibilidade para o entendimento dos diferentes complexos que estruturam a formação acadêmica e o próprio Serviço Social, ir além daquelas disciplinas, considerando que outras também abordam elementos da discussão, bem como podem ser contempladas por outras atividades do processo de formação como, por exemplo, rodas de conversa, palestras, seminários e apresentações de trabalhos.

Nas falas e categorias setorizadas, a seguir, pode-se observar algumas dessas imprecisões que muitas vezes podem passar despercebidas se não tratadas com a devida acuidade. As duas categorizações extraídas das percepções das entrevistadas²⁰ compreendem: “Transformação da natureza” e “Categoria fundante do ser social”.

A – Transformação da natureza.

Ontológico. É isso de transformar a natureza? [...] De transformar algo, de transformar a natureza, de pegar algo da natureza e transformar em trabalho. Mas o Serviço Social ele não vai pegar nada e transformar em trabalho. Então, o Serviço Social nessa lógica antagônica, nessa lógica ontológica, ele não é trabalho. O que é que a gente vai transformar? O trabalho é uma pesquisa intelectual, né não? (Entrevistada 04).

O trabalho no sentido ontológico seria o trabalho que transforma a natureza. Ao qual o homem recorre através de um conjunto de mediações e de instrumentos e do conhecimento produzido durante toda a história humana para transformar essa natureza e responder as suas necessidades sociais (Entrevistada 11).

[...] o trabalho, ele tem essa função [...] tá sempre produzindo coisas novas, produzindo matérias novas que vai sempre ser útil pra o desenvolvimento da sociedade, entendeu? Que o homem utiliza muito da natureza, de materiais físicos pra fazer isso, utilizando outras coisas como a sua capacidade intelectual e tudo mais pra produzir algo. Eu acho que tem mais essa questão de transformação material mesmo do trabalho (Entrevistada 12).

²⁰ Foi utilizada como forma de nomeação das discentes entrevistadas a sequência numérica de 01 a 20 (Exemplo: Entrevistada 01; Entrevistada 02) com o objetivo de referir-se àquelas sem identificá-las, mantendo-se o sigilo da pesquisa.

A questão do trabalho é a questão da transformação, né? Tipo, da transformação social, você conseguir transformar a natureza e conseguir transformar a si mesmo e com isso ter todo um complexo, de transformação da natureza ao mesmo tempo que há transformação do homem. [...] essa questão da transformação da natureza parte de uma necessidade, da nossa necessidade e, a partir dessa transformação surgem novas necessidades, né? (Entrevistada 17).

É possível abstrair, ao observar as falas das entrevistadas que as compreensões acerca dos fundamentos do trabalho retomam, de forma implícita, aspectos da concepção marxiana sobre trabalho, evidenciados ao considerar o trabalho o ato de transformação da natureza pelo homem que, por meio desta ação, também se transforma e do qual resultam objetos que atendem sempre a novas necessidades sociais. Referem-se à transformação material, objetiva, realizada através do trabalho.

Em contrapartida, faz-se importante sinalizar a dificuldade de articulação para a explicação do posicionamento e algumas fragilidades nas compreensões como ao se afirmar que o trabalho consiste no ato de “pegar algo da natureza e transformar em trabalho” ou confundi-lo com pesquisa intelectual.

B – Categoria fundante do ser social.

O trabalho é a categoria fundante do ser social. [...] Que o homem tem que tá trabalhando pra que ele seja reconhecido como um ser social. [...] eu lembro que a professora deu um exemplo sobre o trabalho da abelha, né? [...] Mas, eu não vou saber não explicar. [...] É a capacidade de transformar algo, né isso? [...] você pega a madeira por si só, você não vai sentar na madeira, mas se você transformar, que é a capacidade que o homem tem de transformar determinado objeto, pra que aquele objeto fosse útil, entendeu? [...] Isso é trabalho. E o assistente social, ele não transforma nenhum objeto, mas ele orienta aquele usuário pra que ele aja naquela determinada direção e consiga efetivar e garantir os seus direitos. Por isso que eu acredito que seja trabalho (Entrevistada 03).

[...] eu só posso dizer que trabalho é toda ação que é realizada pelo homem no sentido de produzir ou no sentido de transformar. [...] O que é trabalho pra você? Categoria fundante do ser. [...] Eu lembro que ela falava alguma coisa assim: ação de transformar a natureza. [...] no caso, como eu disse da madeira. De transformar em um novo objeto, da madeira. A carteira é a madeira. [...] Ela é carteira porque ela veio da madeira, né? (Entrevistada 06).

Trabalho é a categoria fundante do ser social e é através dele que nos diferenciamos do ser humano e ele é mesmo categoria central. E é ele que dá origem aos demais complexos sociais (Entrevistada 10).

[...] teve um momento na disciplina Trabalho e Sociabilidade em que é passada a questão da ontologia do ser social, da primazia do real com base na teoria social de Marx, o que é que ele entende por trabalho, por ser ele a

categoria fundante do ser social. Ele não é a única categoria, mas compreende-se de acordo com a teoria de Marx que ele é a categoria fundante. Da questão de que apesar da capacidade apenas do homem refletir, de projetar, [...] apenas projetar não significa [...] que foi trabalho. Tem a diferença entre trabalho e atividade, da necessidade da práxis mesmo, de você transformar pra poder ser trabalho (Entrevistada 13).

Trabalho é tudo aquilo que o homem faz pra se reconhecer enquanto ser social. [...] Primeiro, trabalho é diferente de emprego. [...] só o homem é capaz de realizar o trabalho e isso o legitima enquanto ser social. [...] deixe eu resgatar o trabalho em Trabalho e Sociabilidade. É porque primeiro está associado ao que você vai fazer, exige que você pense aquilo que você vai executar. [...] qualquer ação e [...] ato no sentido de trabalho tem que ser primeiro pensado, é teleologicamente (Entrevistada 14).

Trabalho é a categoria fundante do ser social. [...] Eu tô tentando lembrar de uma discussão que era bem legal [...]. A árvore seria apenas a árvore, né? Mas o homem, ele vai lá e transforma aquela árvore através do trabalho, né? Ele pega aquela matéria e transforma em algo que seja útil pra ele, numa cadeira, por exemplo. [...] E a partir daí vai desenvolvendo [...] com objetivos, funcionalidades. [...] O homem tem a capacidade de o que? Nossa! [...] É o pensamento. Projeta. Nossa! Tem que lembrar de muita coisa! (Entrevistada 16).

Trabalho é uma práxis social. O trabalho é a categoria fundante do ser humano. É no trabalho, o homem com relação à natureza que transforma o objeto num bem útil que gera valor. [...] Ele produz pra satisfazer as suas necessidades e também [...] não somente a sua necessidade, mas também a necessidade social (Entrevistada 19).

O trabalho é o fundante do ser social. Então, no caso, através do trabalho que o ser natural, ele passa a ser um ser social. Então, a sua sociabilidade ela passa a partir daí. Que é quando ele vai pensar teleologicamente, né? [...] e através da finalidade o que ele vai desenvolver. Aí tem toda aquela história da madeira que se transforma num machado, que ele vai perceber o da carne, que ele vai perceber que a partir do momento do cozimento, de assar, ela torna mais macia, né? (Entrevistada 20).

É importante destacar a atribuição da categoria trabalho à responsabilidade pela transformação do ser homem em ser social, como atividade designadora do desenvolvimento da sociabilidade humana. Alguns aspectos requerem atenção como a simplificação do significado, pois só duas discentes explicam a concepção da expressão fundante, mas, em geral, as demais conseguem apropriar-se minimamente do contexto de compreensão da categoria. Outras falas recordam a capacidade teleológica do homem de projetar antecipadamente antes da ação e que ao realizar a transformação de um objeto em coisa útil, faz para atender a necessidades sociais.

Duas discentes mencionam a práxis e demonstram compreensão do seu significado quando uma diferencia a práxis da atividade e quando a outra ao classificar o trabalho como

práxis social parece concordar com Lukács²¹ que, como discutido anteriormente, afirma que o trabalho e os demais complexos sociais são formas de práxis social. Uma respondente sinaliza ser o trabalho a categoria originária dos demais complexos sociais e outra também se destaca ao relacionar a primazia do trabalho para a transformação do homem em ser social como parte da teoria social de Marx.

Para responder ao questionamento algumas entrevistadas tentaram retomar as reflexões realizadas na sala de aula, em dois casos especificamente da disciplina Trabalho e Sociabilidade. Um ponto recorrente nas falas de discentes das duas IES é a utilização do exemplo da transformação da madeira para explicar o sentido ontológico do trabalho e, mesmo assim, em alguns casos foi possível perceber a dificuldade para a sua explicação.

Nota-se que esse debate não está apropriado pelas entrevistadas no nível de aprofundamento devido no que diz respeito às Diretrizes Curriculares, especialmente no tocante à dificuldade de expressão e mesmo de equívocos grosseiros como confundir a compreensão dos fundamentos do trabalho com trabalho assalariado, como forma de sustento e sobrevivência; denominar como trabalho a reprodução natural e biológica de animais como o exemplo da abelha; e afirmar que através do trabalho o homem é transformado em máquina.

É como eu falei, é transformar [...] seria a transformação de algo [...] é porque eu tô sem saber falar. Pegar algo e transformar aquele algo em objeto para que esse objeto possa ser... [...] pra se dar um exemplo: a gente pega um material que está ali, pode ser usado tipo uma cadeira e transformar aquela cadeira em um outro objeto, onde aquele outro objeto, ele possa ser vendido ou utilizado para algo (Entrevistada 01).

É a venda da nossa mão-de-obra, no sentido ontológico? [...] É a venda da nossa mão-de-obra remunerada (Entrevistada 02).

O trabalho transforma o homem em uma máquina, né não? Na qual o ser humano produz, o ser humano tá ali produzindo pra chegar até o capitalismo. [...] O trabalho é quando você tá em uma função ali na qual você necessita pra sobrevivência. É assim, você tá ali construindo algo pra ter algo em troca, né? No trabalho é assim. Então, no caso, eu tô [...] dando a minha mão de obra. [...] E aí essa troca é o que vai me sustentar. [...] o exemplo da cadeira. Tá lá a madeira, através da construção da madeira, através da madeira eu vou construir a cadeira, [...] quem for utilizar da cadeira, vai utilizar pra uma função. [...] Então, o trabalho vai ser a troca (Entrevistada 05).

É o sentido da mão de obra? Nesse sentido ontológico? Que assim, como antigamente, nessa época que o Serviço Social não era considerado trabalho, né? Que existia a mais valia, ou o trabalho, é nesse sentido? [...] Então, eu

²¹ A palavra “parece” foi utilizada, pois a entrevistada não mencionou o autor que defende aquela concepção, mas isto se apresenta implícito diante da similaridade.

lembro dessa forma, no sentido da mais valia. Você trabalha, né? Pra poder em troca receber um salário, receber sua remuneração, no caso. [...] Que você pega a madeira e transforma numa cadeira. [...] Pra poder ter a utilização daquele produto, daquele negócio que ele transformou (Entrevistada 07).

O trabalho é a força, no caso é a mão de obra de certa forma sendo um pouco explorada em determinada área, na profissão assim. [...] No caso, como era desenvolvido aquele objeto? O processo de elaboração daquele objeto. Era a extração da madeira, pra depois botar em forma e fazer uma cadeira. E assim seria o trabalho. Seria explorar a mão de obra [...] do trabalho naquela época e o processo até chegar aquele objeto. [...] Utilidade no caso. A cadeira pra sentar ou enfeitar lá o ambiente, colocar numa mesa, enfeitar, seria isso (Entrevistada 08).

Não, lembro não. [...] Trabalho ela dizia que era não sei o que do ser social. [...] É a partir do trabalho que o homem se torna útil. Um ser social. É a partir do trabalho que ele é reconhecido na sociedade. [...] Ele transforma a madeira. [...] Não lembro (Entrevistada 09).

A primeira coisa que a professora fala quando entra na sala que o sentido ontológico do trabalho é o que gera mais valia. Assim, na visão do capitalismo tem a produção de valor de uso, valor de troca, a mais valia. [...] O trabalho diferencia o ser humano dos outros seres existentes. Por exemplo, a gente tem animais que executam certas atividades, mas não é trabalho, porque o trabalho ele requer raciocínio pra agir. Planejar, pensar antes de agir (Entrevistada 15).

O trabalho, ele transforma justamente. É a categoria fundante, tudo não começou através do trabalho? É isso. É porque essa disciplina [...] tem muito tempo. Eu achei bastante complexa. Foi muito difícil de eu tá entendendo. [...] o trabalho transforma. [...] a madeira em uma mesa. Pega uma coisa bruta e vai transformando, dando vida, dando forma a tudo. [...] Ela foi criada pra uma necessidade (Entrevistada 18).

A análise de algumas dessas falas torna evidente a fragilidade na compreensão de categorias fundamentais, as lacunas existentes e a necessidade de se voltar à atenção para a formação em Serviço Social. São reproduzidas algumas distorções entre o significado dos fundamentos do trabalho e, este, enquanto processo onde se utiliza a mão de obra do trabalhador, ou enquanto valorização do capital, por exemplo, afirmar que o trabalho no sentido ontológico é aquele que cria mais valia; e, que, é a partir do trabalho que o homem se torna útil.

Há ainda por parte de uma respondente a sinalização da relação entre a compreensão do sentido ontológico do trabalho com a “época que o Serviço Social não era considerado trabalho, [...] Que existia a mais valia” (Entrevistada 07), pelo que, é possível observar o desconhecimento do significado da palavra “ontológico”, incompreensão dos fundamentos do Serviço Social e da estrutura do modo de produção capitalista. As categorias sinalizadas estão organizadas a título de síntese na tabela 03.

Tabela 03 – Compreensão Ontológica da Categoria Trabalho (Discentes Concluintes do Curso de Serviço Social – Período 2014-2).

Questionamento	Categorias	Número de Respondentes	Porcentagem (%)
Compreensão da Categoria Trabalho no Sentido Ontológico	A - Transformação da natureza.	04	20%
	B – Categoria Fundante do Ser Social.	08	40%
	Dificuldade de expressão e incompreensões.	08	40%

Fonte: Elaboração própria.

Em decorrência das dificuldades observadas nas tentativas de explicação das discentes, dos equívocos recorrentes e da complexidade do debate enfatizada por algumas discentes, evidencia-se a necessidade do aprofundamento das discussões a respeito da categoria trabalho e até mesmo dos fundamentos do Serviço Social, que não foram apreendidos em sua totalidade durante a formação. Estas limitações não só comprometem o desenvolvimento do discente, a apreensão dos demais conteúdos fundamentais à formação, mas, consequentemente, o exercício profissional.

É válido assinalar que ao observar as falas das discentes percebe-se que em alguns casos a apreensão da categoria trabalho e a sua referência na formação acadêmica limita-se às disciplinas “Trabalho e Sociabilidade” e “Serviço Social e Processos de Trabalho”.

Apesar de se entender que os conteúdos da discussão estão estruturados nessas disciplinas, avista-se que o conhecimento deve ultrapassar a disciplina específica, perpassar toda a formação e alcançar os demais componentes curriculares, de modo que se tenha um processo contínuo e articulado entre os conteúdos, conforme disposto nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social.

CAPÍTULO II

O DESPERTAR DE UM NOVO ESTATUTO: O SERVIÇO SOCIAL COMO TRABALHO E OS REVESES DO DEBATE

2.1 – Bases contextuais da reforma curricular

O cenário brasileiro no despertar da década de 1990 é caracterizado pela reconfiguração do capitalismo, como alternativa do capital para a superação da crise instaurada desde os anos 1970. Segundo Braz e Netto (2007) a estratégia de saída da crise esteve sustentada sobre o tripé da reestruturação produtiva, financeirização e a ideologia neoliberal.

No momento em que muitas das conquistas da Constituição de 1988, ainda nem dispunham de regulamentação própria, apregoa-se no Brasil, uma nova forma de organização da produção, a reestruturação produtiva, a política neoliberal e a contrarreforma do Estado, caracterizando-se como um período de retrocessos e de desmonte de direitos e de políticas sociais. Nesse sentido, Behring e Boschetti (2008, p.156) explicam que

[...] a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise.

A partir de então, a estrutura política, econômica e ideológica que se põe requer um Estado não mais intervencionista, mas capaz de garantir as bases e os mecanismos necessários para o desenvolvimento do capital e redução acentuada dos gastos sociais.

As transformações societárias ocorridas, especialmente no mundo do trabalho, operam mudanças significativas nas expressões da “questão social”. Conforme sinaliza Antunes (2011) é um cenário complexo e contraditório para o trabalho e para a classe trabalhadora, pois ao mesmo tempo em que há a redução na quantidade dos operários da indústria tradicional, há uma mudança qualitativa na forma do trabalho também numa perspectiva dual e oposta: de desqualificação do trabalho em vários setores e qualificação acentuada em outros,

com a intelectualização de pequena parcela da classe trabalhadora. A crescente substituição da força de trabalho, do capital variável nas indústrias pelo maior incremento tecnológico que aumenta também a produção, despeja inúmeros trabalhadores na fila do exército de reserva, transformando as formas do trabalho.

Antunes (2011) explica que, em contrapartida, esse período é marcado pelo crescimento do trabalho assalariado em virtude da expansão do setor de serviços que passa a comportar grande parcela dos trabalhadores, o chamado subproletariado; pela precariedade do trabalho sob as formas de trabalhos parciais, temporários, terceirização; e tendência à incorporação crescente do trabalho feminino. Nesse sentido, “complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a *classe-que-vive-do- trabalho*” (ANTUNES, 2011, p.58, grifos do autor).

Acentuam-se os níveis de desemprego, subemprego, exploração e adensamento das desigualdades sociais, os quais transformam as demandas profissionais do assistente social e o seu exercício profissional, considerando a sua inscrição na divisão social do trabalho. Logo, manifesta-se a necessidade de se repensar o exercício e o significado social da profissão a partir da nova configuração histórica e socioeconômica que se apresenta.

Nesse limiar, tornou-se imperativa a reconfiguração do Currículo de 1982, até então vigente, na tentativa de sanar os equívocos daquela formulação e incorporar os avanços adquiridos com o amadurecimento dos debates da categoria profissional no contexto da chamada crise de paradigmas. A tão proclamada “crise de paradigmas” está fundamentada na ideia disseminada pelos chamados pós-modernos de que as teorias sociais elaboradas pelos clássicos da Modernidade já não conseguem explicar a estrutura e os fenômenos da sociedade contemporânea. Doravante, as distintas formas de compreensão do mundo propostas por Marx, Weber e Durkheim não teriam mais validade teórica.

Segundo Ianni (1991) esse debate sobre a existência de uma crise seja de teorias, modelos ou de paradigmas tem sido anunciada por muitas correntes teóricas em diferentes países, desde a segunda guerra mundial, sustentada na ideia de crise das explicações sociológicas e na perspectiva ascendente da pós-modernidade, a qual, segundo Jameson (1996) emerge a partir dos anos 50/60 no contexto do capitalismo tardio.

Os teóricos que defendem a existência de uma crise de paradigmas fragilizam ou abandonam a perspectiva histórica, compartilham a ideia de mudança do objeto da sociologia e discutem os problemas quanto ao método (IANNI, 1991). É dessa maneira que se ensaia e

prolifera a crise da “sociedade do trabalho” através da qual, se defende que o trabalho não assume mais a centralidade da explicação da sociabilidade humana e organização social.

O ideário neoliberal tem como estratégia esconder as contradições estruturais do modo de produção capitalista, as contradições de classes e de exploração do trabalho como fonte de produção e acumulação do capital.

De acordo com Koike (1999), a expressão neoconservadora dos pós-modernos adentra o meio acadêmico e fomenta um processo de transformação das perspectivas defendidas pelos docentes e pesquisadores, a partir da disseminação pelas agências mandatárias como FMI e Banco Mundial, de uma concepção de educação para a conformação e coesão social, numa lógica de mercantilização do ensino, precarização das universidades públicas e transferência de recursos públicos para o financiamento da Educação na iniciativa privada.

Diante deste contexto conturbado e de transformações societárias, modificam-se também as condições para a atuação do assistente social, com a redução dos postos de trabalho, precarização das relações trabalhistas e novas demandas profissionais, configurando-se em grandes desafios para a formação e o exercício profissional. Apesar disso, a década de 1990 é, notadamente, um período de continuidades e avanços nos debates que recobrem o Serviço Social brasileiro. São reflexos desse movimento a construção do projeto ético-político profissional, materializado na Lei de Regulamentação da Profissão/1993, no Código de Ética Profissional de 1993 e nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 1996.

Os novos direcionamentos assumidos pelo Serviço Social, a partir de então, corroboram para o delineamento de uma formação teórico, metodológica, técnica e ético-política que forneça aos assistentes sociais os subsídios necessários para a interpretação crítica e intervenção na realidade social, haja vista a anunciada dificuldade no tratamento daquela, em virtude dos meandros conservadores ainda presentes.

Nesse jugo, o Serviço Social assume a liberdade como valor ético central e ratifica determinada direção social, orientada à defesa dos interesses da classe trabalhadora. Reconhece, no entanto, as contradições do processo de inserção da profissão na sociedade capitalista, bem como aponta como horizonte a construção de uma nova ordem societária.

Essas transformações só foram possíveis em virtude do amadurecimento teórico dos intelectuais, bem como o adensamento dos debates que reafirmam a teoria social crítica como base orientadora do Serviço Social brasileiro, imperativa à análise crítica da realidade sobre a qual o profissional se debruça diariamente.

A apropriação do conteúdo das obras de Marx e dos marxistas reflete o salto qualitativo e a maturidade intelectual obtida pelos pesquisadores, no fomento no campo das produções e no nível do debate sobre o significado da profissão na sociedade capitalista contemporânea.

2.2 - A Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional

Resultante de um processo de construção coletiva, a Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional foi elaborada pela ABESS/CEDEPSS²², analisada e aprovada na XXIX Convenção Nacional da ABESS, realizada em Recife/PE, em 1995. O amadurecimento desta proposta resultou na constituição das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social em 1996. Até a sua conclusão, foram realizadas de 1994 a 1996 mais de 200 oficinas locais, regionais e nacional. Realizou-se na ocasião um amplo debate nas Unidades de Ensino de Serviço Social no país, com a participação da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS, do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – CEDEPSS, do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO (ABEPSS, 1996).

De acordo com o exposto na Proposta em questão, a revisão curricular foi orientada pelos princípios a seguir:

[...] a preservação dos avanços do currículo/82, bem como do Código de Ética aprovado em 93, tomando como ponto de partida o patamar teórico-metodológico e ético-político construído pela categoria profissional, em sua trajetória; a convivência democrática entre as diferentes concepções ético-políticas e teórico-metodológicas que perpassam a formação e a prática profissional; a capacitação e desenvolvimento das unidades de ensino como parte do próprio processo de construção da nova proposta curricular. (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 144).

²² Foram consultadas para elaboração da Proposta Básica: Ana Elizabete Mota (UFPE), Isabel Cristina Cardoso (UERJ), Marilda Iamamoto e Nobuco Kameyama (UFRJ), Maria Lúcia Barroco e Maria Rosangela Batistoni (PUC-SP) (ABESS/CEDEPSS, 1996).

A Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional²³ refaz inicialmente o percurso histórico e caracteriza o cenário de ampliação das discussões no Serviço Social que antecedeu a reforma curricular. Por conseguinte, sinaliza a direção social estreita com os interesses dos trabalhadores e a realidade social como pressuposto ímpar para a formação profissional. Nessa perspectiva, aposta-se nesta relação entre realidade e profissão, como eixo condutor do novo currículo, apesar das problematizações outrora ensaiadas entre a política social, os padrões de proteção social e a relação história, teoria e método como possíveis eixos direcionadores.

Dessa maneira, considera-se que “a redefinição da formação profissional implica superar os impasses anteriormente apontados, por meio do tratamento de algumas questões afetas à relação entre conhecimento/profissão/realidade e ao significado social do exercício profissional” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p.151).

O desenho que foi traçado na Proposta Básica para o Projeto de formação Profissional, segundo Araújo (2000), pretendia superar as diferentes manifestações do conservadorismo ainda presentes no Serviço Social brasileiro e caracteriza-se como uma tentativa de aproximação deste à realidade conjuntural do país.

Como elemento articulador e fundante dessa relação entre o exercício profissional e a realidade, define-se a questão social como eixo central da formação profissional, apresentada como matéria prima do trabalho do assistente social. Esta estratégia ascende como premissa para a superação do distanciamento entre realidade e profissão, teoria e prática, onde correntemente, durante os anos 1980, os assistentes sociais colocavam-se numa relação de exterioridade com a dinâmica da realidade e demandas cotidianas profissionais, perpetuando-se traços conservadores na profissão.

Como disposto na proposta básica, o processo de revisão curricular esteve firmado sob dois supostos fundamentais: o primeiro é expresso na compreensão de que as transformações que incidem sobre a esfera da produção, são notadas também na esfera da reprodução social, espaço no qual se realiza o exercício profissional do assistente social; o segundo sinaliza que as análises das mudanças promovidas no mundo do trabalho, nas relações entre o Estado e as classes sociais devem considerar o nível de organização e socialização das classes trabalhadoras e do grau de domínio da burguesia (ABESS/CEDEPSS, 1996).

²³ Apresentada na Revista Serviço Social e Sociedade nº50, Ano XVII, abril de 1996.

Estes pressupostos configuram as mudanças na realidade social e, conseqüentemente, as demandas e condições de trabalho do profissional. Daí o nível de atenção dimensionado a relação profissão/realidade nas discussões e no novo currículo.

Apesar de toda a contextualização realizada, na proposta básica não é possível visualizar a problematização e a fundamentação da proposição da prática profissional como trabalho, apenas a exposição dessa afirmativa, como estratégia de superação dos impasses/equívocos presentes no currículo de 1982. Dessa maneira, pode-se concluir que esta forma de compreensão do Serviço Social não foi debatida de forma coletiva pela categoria profissional, estudantes e seus organismos representativos.

Nessa direção, ratifica a centralidade do trabalho como fundante do ser social e, portanto, da produção e reprodução social. Como já sinalizado, manifesta as expressões da “questão social” como matéria prima do trabalho do assistente social; a prática profissional planejada e realizada em virtude de determinada finalidade, para o alcance dos objetivos propostos, é compreendida como trabalho; e como produtos deste trabalho são postos as mudanças culturais e materiais que o profissional opera na vida dos usuários dos serviços sociais, na dinâmica da esfera de reprodução social.

Apresenta como fundamentação para os direcionamentos acima defendidos, a concepção da esfera da produção como espaço que compreende “a produção de mercadorias e da vida material; a produção e reprodução das relações sociais; a produção e reprodução de formas de consciência e representação da vida social”. Explica ainda que o valor de uso do trabalho do assistente social está expresso na necessidade social deste e o valor de troca na forma de salário pago ao assistente social pelo trabalho realizado (ABESS/CEDEPSS, 1996).

Esses, portanto, caracterizam-se como os únicos apontamentos sobre os fundamentos ontológicos do trabalho que se pode perceber ao analisar-se a citada proposta básica.

A teoria social crítica e o método critico-dialético são avistados como perspectiva contundente para orientação da formação profissional, pois preconizam “um rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social” (Ibid, p. 166). A matriz teórico-metodológica marxista consolida-se hegemonicamente no Serviço Social brasileiro, conduzindo a compreensão das mediações que contornam a totalidade social, à medida que apreende as particularidades e singularidades dos fenômenos.

A formação profissional demanda forte rigor histórico, teórico e metodológico, sem prevalências ou supervalorização de uma ou outra dimensão. Considerando a “questão social”

como eixo condutor da formação profissional e a incidência das transformações societárias sobre o objeto de trabalho do assistente social, foram estabelecidas metas e diretrizes para sustentação e organização do processo de formação, a saber:

Capacitação teórico-metodológica que permita uma apreensão crítica do processo histórico como totalidade [...]; capacitação investigativa como base para um ensino na busca de explicação da formação histórica da sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidade da constituição e desenvolvimento do capitalismo no país e também como base para a explicação do Serviço Social nas relações sociais da nossa sociedade; capacitação teórica que saliente a necessidade de tratar o campo das mediações [...]; capacitação investigativa articulada à intervenção profissional, no sentido de uma habilitação teórico-metodológica e técnico-política; capacitação ético-política que consolide os valores e princípios legitimados no atual Código de Ética e possibilite apreender a prática profissional em sua dimensão teleológica [...]; capacitação para apreender as demandas – tradicionais e emergentes – postas no mercado de trabalho e para formular respostas, estratégias, táticas e instrumentos que potencializem as tendências de enfrentamento da questão social [...]; capacitação para apreender as novas mediações e injunções nos campos tradicionais da prática profissional, bem como as demandas emergentes, especialmente com base nas novas articulações entre público e privado; capacitação técnico-política para gestão de serviços sociais na esfera estatal e privada, empresarial ou não; capacitação teórica para *compreender a prática profissional como uma forma de trabalho determinado socialmente, possibilitando que o assistente social se reconheça como trabalhador assalariado e sujeito de sua atividade prática*. (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 166-167, grifos nossos).

A reunião dessas habilidades e capacitações se faz necessária ao exercício profissional crítico e competente do assistente social. Percebe-se no trecho acima citado o apontamento do Serviço Social como trabalho ao tempo em que considera salutar uma firme formação teórica para sua compreensão.

Para que as metas pré-estabelecidas sejam cumpridas exige-se: capacitação contínua dos docentes; exercício do pluralismo como condição necessária à vida acadêmica e universitária; estabelecimento de política que oriente a pesquisa e as temáticas prioritárias para a pesquisa e prática profissional, além da definição da infraestrutura e recursos para o desenvolvimento das pesquisas; promoção da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional, articulando ensino, pesquisa e extensão; compreensão do perfil dos estudantes; e ampliação da atenção da academia para a compreensão da prática profissional, principalmente quanto ao estágio, ensino da prática e interlocução entre instituições de ensino e mercado de trabalho (ABESS/CEDEPSS, 1996).

Quanto ao pluralismo, deve-se alertar para o perigo que este pode sinalizar se mal compreendido ou utilizado. O pluralismo, considerando a compreensão de Tonet (1995), configura-se como uma grande conquista para o campo do conhecimento, pois permite o diálogo e a convivência entre diferentes formas de compreensão do mundo, caracterizando-se como “*conditio sine qua non* para o progresso científico” (TONET, 1995, p.56). De outra forma, o pluralismo metodológico é um falso caminho levantado pelos pós-modernos como alternativa para a pesquisa e compreensão dos fenômenos da realidade, confundindo-se às vezes com o ecletismo, ou seja, com a possibilidade de condensar diferentes perspectivas, diferentes métodos numa mesma proposta; e outros com um forte relativismo, que concede multiplicidade a verdade, aos métodos (Ibid).

A Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional indica uma nova forma de organização dos conhecimentos necessários à formação do assistente social. Este conjunto de conhecimentos orientadores do projeto de formação profissional está disposto em três núcleos de fundamentação que apesar de distintos, são indissociáveis, considerando a totalidade do processo de formação.

O *Núcleo de fundamentação teórico-histórica das configurações socioeconômicas, culturais, políticas e teóricas do ser social* é responsável pela compreensão do ser social na sua totalidade e confirmação do trabalho como fundante desse ser social e “eixo central do processo de reprodução da vida social”. Trata ainda da configuração da sociedade burguesa, a divisão social do trabalho, a constituição das classes sociais e, portanto, do processo de exploração do homem aviltado pelo modo de produção capitalista. Explicita o processo de desenvolvimento do ser social a partir das teorias modernas, dentre as quais, a teoria social marxista (ABESS/CEDEPSS, 1996).

O *Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira inserida na divisão internacional do trabalho* reflete sobre apreensão dos elementos econômicos, sociais, políticos e culturais constituintes da realidade histórica do país, analisando os padrões de produção e as mudanças ocasionadas no mundo do trabalho, a conformação do Estado, as diferenças de classes, os projetos políticos e a compreensão das contradições que revestem a sociedade e o Serviço Social brasileiro (Ibid).

E por último, o *Núcleo de fundamentação do trabalho profissional* compreende o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social e técnica do trabalho. Confere uma nova forma de compreensão do exercício profissional, apresentado

como processo de trabalho. Explicita as expressões da “questão social” como objeto ou matéria prima, que somados aos meios e o produto do trabalho compõem aquele processo de trabalho. Esse núcleo deve abordar a dimensão técnico-operativa, o ensino da prática para os futuros profissionais (ABESS/CEDEPSS, 1996).

2.3 - As Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social: a centralidade da categoria trabalho para compreensão do Serviço Social

A Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social foi aprovada pela categoria profissional na Assembleia Geral da ABESS em 08 de novembro de 1996, no Rio de Janeiro (ABEPSS, 1996). No entanto, só em 03 de abril de 2001, sob o parecer 492/2001, foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação e publicado no Diário Oficial da União de 09 de julho de 2001. Em 12 de dezembro do mesmo ano o parecer 492/2001 foi retificado e publicado o parecer 1363/2001 no Diário Oficial da União de 29 de janeiro de 2002, com a aprovação de projeto para as Diretrizes Curriculares para os cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, formulada pela própria Câmara de Educação Superior – CES²⁴.

Esse parecer estabeleceu que cursos de Serviço Social devem formular seus projetos pedagógicos a partir das Diretrizes Curriculares já aprovadas. O projeto pedagógico de formação profissional deverá apontar o perfil dos formandos, as competências e habilidades gerais e específicas que devem ser desenvolvidas, a organização do curso, os conteúdos curriculares, o formato do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), e as atividades complementares previstas no curso (CNE/CES, 2002).

Nesse sentido, as Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social fornece as matrizes, diretrizes e metas orientadoras da formação profissional, segundo as quais os cursos de Serviço Social das unidades de ensino do país devem seguir para elaboração dos seus projetos pedagógicos.

²⁴ Os respectivos documentos encontram-se em anexo neste trabalho.

As mudanças propostas a partir da reforma curricular sinalizam o tratamento da questão social como objeto ou matéria prima, a prática do assistente social como trabalho e as mediações que constituem e dinamizam a realidade social como as instituições empregadoras, o Estado, as políticas sociais etc. como elementos constituintes do processo de trabalho. “A análise da ‘prática’ do assistente social como trabalho, integrado em um processo de trabalho permite mediatizar a interconexão entre o exercício do Serviço Social e a prática da sociedade” (IAMAMOTO, 2012, p.60).

Afirma-se a necessidade da abordagem articulada dos conteúdos direcionadores da formação profissional e da flexibilidade para que os projetos pedagógicos de cada curso de Serviço Social considerem a realidade local e regional. Como disposto anteriormente, explicita a teoria social crítica como perspectiva teórica-metodológica para compreensão da totalidade que abrange a realidade social e defende o pluralismo no debate entre as diferentes perspectivas teóricas (ABEPSS, 1996).

Nessa perspectiva, as Diretrizes Curriculares trazem à tona a abordagem central da “questão social”, considerando as expressões das contradições da sociedade capitalista e as especificidades de suas manifestações no cenário brasileiro e inova ao apresentar o Serviço Social como trabalho. “O trabalho emerge, assim, como o elemento central da realidade social e como componente constitutivo da prática profissional, que deixa de ser tratada como prática social abstrata, para configurar-se como trabalho profissional” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p.149). A afirmação e o tratamento da prática profissional enquanto trabalho não ocorrera sem problemas e dela resultam algumas discussões entre os teóricos e pesquisadores do Serviço Social.

É esse traço vultoso das Diretrizes Curriculares de 1996 que nos obriga à compreensão da categoria trabalho para o entendimento da profissão e, nessa direção, a profusão de estudos dos fundamentos ontológicos do trabalho e da sua atual configuração no estágio monopolista do capital. Daí decorre, portanto, a centralidade da apreensão das mediações da categoria trabalho para a análise do Serviço Social e nossa formação profissional.

Ao considerar e defender o Serviço Social como trabalho e a inserção de seus profissionais em processos de trabalho, a vertente propositora pretendia ultrapassar o voluntarismo e messianismo que recobrem a profissão historicamente, os equívocos na apreensão da relação teoria e prática e as dificuldades que muitos profissionais têm na compreensão e intervenção da realidade social (ARAÚJO, 2000).

Dessa forma, esses equívocos reproduzidos pelos assistentes sociais são resultantes da dificuldade de compreensão da profissão enquanto atividade pertencente à divisão social e técnica do trabalho, que apresenta contradições que não são profissionais, mas próprias da natureza da sociedade capitalista. Faz-se necessário, portanto, compreender que apesar do projeto ético-político profissional caminhar em defesa da cidadania, da equidade e justiça social, da democracia e socialização da riqueza socialmente produzida estes são estranhos à sociedade capitalista, onde a propriedade privada e a exploração de tantos homens e mulheres por outros poucos homens e mulheres capitalistas fomentam a teia da organização societal.

2.4 – Perspectivas discentes sobre a formação profissional

Conforme já sinalizado, a década de 1990 foi um período de mudanças no cenário econômico, sociopolítico e ideológico brasileiro o que acabou por refletir diretamente no Serviço Social. No caminho do assentamento da nova direção social da profissão, que coaduna com os interesses da classe trabalhadora, defende a possibilidade de emancipação dos homens e, portanto, a possibilidade de outra ordem social, concretiza-se o projeto ético-político do Serviço Social. Este se apresenta corporificado nas dimensões normativas, éticas e políticas.

As bases normativas do projeto ético político profissional são o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 1996. Quanto à dimensão ética reconhece a liberdade como valor ético central – visto que esta representa aos sujeitos a possibilidade concreta de escolha entre alternativas reais –, defende os direitos humanos, as condições necessárias para o desenvolvimento pleno dos sujeitos, o pluralismo e a construção de uma nova ordem social sem qualquer forma de exploração, cerceamento e preconceitos. A dimensão política manifesta um projeto marcadamente democrático, pois defende a equidade e a justiça social como princípios norteadores profissionais, bem como a luta por direitos, cidadania, acesso universal aos programas e políticas sociais, a participação política de todos e, sobremaneira, a possibilidade de que todos tenham acesso à riqueza socialmente produzida (NETO, 1999).

Nesse sentido, o projeto ético político profissional é construído na direção contrária do rumo que se tomava a sociedade, inundada pela ofensiva neoliberal, retração dos direitos sociais e privatizações. Esta síntese é necessária para que se adentre, a partir de agora, em alguns aspectos da formação profissional e seja realizada a aproximação com as compreensões das entrevistadas a esse respeito.

A partir do grupo de perguntas subsequentes, buscou-se contemplar vieses do processo de formação, iniciando-se pelo seguinte questionamento: **“Apropriou-se do Projeto Ético-Político do Serviço Social”?**

De imediato todas as discentes responderam de forma afirmativa a questão. Por se tratar de uma pergunta objetiva que apresentava as alternativas de respostas “Sim” e “Não” para as respondentes não se exigiu fundamentações, naquele momento, a respeito da compreensão sobre o Projeto Ético-Político Profissional. No entanto, a dificuldade de entendimento de discentes sobre algumas perguntas seguintes e as próprias compreensões apresentadas nas falas, contradizem as afirmativas anteriores.

Já quanto as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, primeiro perguntou-se de forma objetiva se as discentes apreenderam o significado destas na formação acadêmica²⁵. Apesar de 17 entrevistadas, ou seja, 85% delas ter respondido positivamente, na questão seguinte quando se indagou: **“O que são as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social de 1996?”** – foram lançadas diferentes formas de compreensão e tentativas de explicação, algumas vezes até equivocadas.

Pode-se inter-relacionar este dado ao da pesquisa realizada em 2004 e publicada em 2005, pelo CFESS – Conselho Federal de Serviço Social, sobre o “Perfil Profissional do Assistente Social no Brasil” que constatou que 56,11% dos assistentes sociais desconheciam as Diretrizes Curriculares que orientam a formação (CFESS, 2006). Esse dado indica possíveis desvios da formação acadêmica em Serviço Social e alerta sobre a centralidade da supervisão de estágio nesse processo, tendo em vista que são os profissionais que orientam os discentes de Serviço Social nos diferentes campos de estágio.

Em duas entrevistas, apesar de ter respondido na pergunta anterior que as haviam compreendido, as entrevistadas afirmaram que não lembravam o que seriam as Diretrizes Curriculares e outras, apesar de também responderem sim na pergunta anterior, não souberam

²⁵ Os dados desta questão encontram-se sistematizados na Tabela 04.

responder ou apontaram uma compreensão distorcida do seu significado. Dentre as 20 entrevistadas, as respostas foram agrupadas quando expressaram alguma semelhança e podem ser esquematizadas sobre três grupos de categorizações.

A – Elementos que direcionam o “exercício profissional”:

Se não existissem elas, não teria como o profissional trabalhar. Assim, não teria um norte [...]. Cada um fazia o que queria por si mesmo, sem ter um objetivo e sem ter um processo, por exemplo, sem obedecer regras e normas (Entrevistada 01).

Pra poder sinalizar todas é complicado, né? [...] É aquela questão da ética não, né? [...] É a construção do profissional, né? Pra desenvolver o currículo, a profissão. No caso, é o que o assistente social vai exercer, né assim? (Entrevistada 05).

Nota-se que estas compreensões se desviam do significado particular das Diretrizes Curriculares, associando-as diretamente ao direcionamento da atuação profissional.

B – Elementos que direcionam a formação profissional:

São as normas, as regras do curso, de todo o percurso do curso (Entrevistada 04).

Bom, eu entendo como um conjunto de normativas e valores que orientam o curso a nível nacional. Aí cada instituição, ela desenvolve a partir dessa especificidade (Entrevistada 11).

Tem a questão dos eixos [...] que compõem as Diretrizes Curriculares para se firmar [...] a grade curricular, o projeto pedagógico do curso. Eu acredito que venha a ser os eixos que devem formar a graduação do aluno (Entrevistada 12).

Então, quando você tem contato é que você compreende um pouco melhor [...] como está estruturado o curso, a questão dos núcleos, por que a gente tem aquelas disciplinas de início, por que tem aquelas no meio, por que tem aquelas no final. Então, essa possibilidade, essa compreensão pra você compreender aquela questão da diferença das Diretrizes do MEC para as da ABEPSS também. Eu vou tentar lembrar dessa diferença de uma pra outra, da que o MEC faz, a questão da criticidade que ele acaba retirando e dentre outras coisas que ele coloca mais um perfil tecnicista na dele e a que tem obrigatoriamente ser seguida é a do MEC. Os cursos, eles não tem a obrigação de seguir a da ABEPSS. Então, é uma luta também da categoria pra que a da ABEPSS seja a preconizada em relação a da outra (Entrevistada 13).

As Diretrizes Curriculares servem como norma pra o curso de todo o Brasil em que colocam regras a serem cumpridas, normativas dentro do curso em qualquer universidade que fazem parte. Por exemplo, das Diretrizes Curriculares, a grade do curso que deve ser seguida com algumas variações em algumas universidades (Entrevistada 14).

Essas Diretrizes Curriculares pra dar organização de como vai ser a formação, o curso [...] (Entrevista 15).

Digamos que seja assim a regulação, uma regulamentação sobre o curso pra que ele funcione dentro da, dentro da perspectiva teórica, metodológica, ética e política que o Serviço Social se propõe, né? Tanto que tem se distribuído em núcleos de formação [...] que eu não lembro todos os núcleos agora. [...] Orientar na direção do curso (Entrevistada 16).

Pra nos orientar [...] diante do curso na forma geral. Dentro do nosso projeto ético político a gente aprende isso (Entrevistada 18).

As Diretrizes mostram o que o curso vai desenvolver no decorrer dos períodos. Eu acredito que seja isso (Entrevistada 19).

Estas entrevistadas compreendem, de forma geral, que as Diretrizes Curriculares reúnem os elementos que direcionam a formação acadêmica e estabelecem normas para a organização do curso. Sinalizam que as Diretrizes estruturam a formação em eixos fundamentais e que, à medida que servem de subsídio à construção dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social das diferentes IES, acabam por orientar a constituição da grade curricular e, portanto, a formação.

Um dos pontos levantados pela entrevistada 13 requer considerada reflexão: as diferenças que existem entre as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social que foram formuladas de forma conjunta pelas diversas representações da categoria a nível estudantil e profissional, e aquelas que foram aprovadas pelo Ministério da Educação. A própria nomenclatura “Diretrizes Curriculares” já indica que estas compreendem elementos necessários à formação acadêmica, direcionando-a. No entanto, não se limita a estes. Outras abordagens podem ser interessantes à formação de discentes de determinada IES de acordo com a realidade em que está inserida, considerando que as Diretrizes Curriculares não exigem estas ou aquelas disciplinas específicas, posto que, indicam a “flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares [...] como forma de favorecer a dinamicidade do currículo” como princípio da formação profissional (ABEPSS, 1996, p.6).

C – Elementos que articulam formação e exercício profissional:

No sentido assim, dentro da perspectiva até ético política pra direcionar, dar ferramentas no sentido ético político do debate da profissão. [...] Existe essa questão dos instrumentos pra tá dimensionando essa questão ética e política pra poder [...] tá utilizando na questão da prática. [...] Então, na questão do ensino direcionar. Dá as diretrizes da questão do ensino dentro do que a gente ver na nossa formação, o que é que vai debater dentro da nossa formação. [...] É a questão do direcionamento político [...] do próprio Serviço Social dentro da academia (Entrevistada 17).

No caso, pensando na via acadêmica, existe um direcionamento e que ele é através dessas Diretrizes, pensando toda a totalidade do curso, já que o nosso curso é generalista. [...] As Diretrizes é no sentido de dar esse direcionamento pra atuação profissional já que não tem como se desligar a formação da atuação. E uma das maneiras de ter essa, de visualizar essa ligação é através das Diretrizes (Entrevistada 20).

Estas compreensões demonstram que as Diretrizes Curriculares subsidiam a organização da totalidade do curso nas IES e norteiam tanto a formação acadêmica, quanto o exercício profissional.

Observa-se a existência de equívocos sobre as Diretrizes Curriculares que se sustentam em percepções de que estas são sinônimas das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, elementos, também, constituintes da formação; compreensão limitada das Diretrizes como direcionadoras apenas da atuação profissional e ou às disciplinas da estrutura curricular. Outra fala apresenta elementos conservadores e assistencialistas que se distanciam por completo das prerrogativas e orientações constantes nas Diretrizes Curriculares e as confunde ainda, com o estágio curricular obrigatório. Quanto a este último aspecto, vale esclarecer que ambos os estágios são curriculares, um obrigatório, outro não-obrigatório.

São as três é? Não. São as dimensões (Entrevistada 02).

As dimensões, né isso? [...] Se eu não tiver enganada, se for o que eu estou pensando, que seja a questão das disciplinas que são as obrigatórias. Eu acho assim, que precisa, que precisou passar por essa renovação das Diretrizes [...]. Porque assim, as disciplinas que são fundamentais, são fundamentais mesmo pra prática profissional, eu acredito (Entrevistada 03).

Pra dar assistência as pessoas que precisam, um auxílio na verdade, um auxílio pras pessoas que não tem conhecimento dos seus direitos. No caso lutar pelos direitos dessas pessoas. [...] Essas Diretrizes é obrigatório no curso, como o estágio. O estágio supervisionado obrigatório, que é o curricular, sem direito a remuneração. Eu sei porque eu passei por isso. Aí, no caso, é obrigatório porque tá dentro da grade do curso. As diretrizes seria o estágio obrigatório (Entrevistada 08).

As três dimensões? [...] Para direcionar o caminho que o profissional deve ir, deve seguir e centrado ali na teoria mesmo crítica, interventiva (Entrevistada 10).

Outras três entrevistadas não souberam explicar ou não se lembraram da concepção das Diretrizes Curriculares, conforme se pode observar nos trechos a seguir.

Que norteia. [...] Sei não mulher, [...] eu não tô lembrada não (Entrevistada 06).

Olhe, não sei. Não lembro. Lembro não. Sério mesmo (Entrevistada 07).

Não lembro. Não lembro mais (Entrevistada 09).

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996, p.6) corroboram para a construção de uma “base comum, no plano nacional, para os cursos de graduação em Serviço Social, a partir da qual cada Instituição de Ensino Superior (IES) elabora seu **Currículo Pleno**²⁶”. Em contrapartida, à medida que é flexível e permite que cada curso considere a dinâmica social da realidade na qual está inscrito, também abre grandes frestas para que o ensino não contemple todo o conhecimento e conteúdos indispensáveis à formação profissional, na perspectiva construída pelo conjunto da categoria. Aqui se encontra um dos grandes calços para a existência de cursos de Serviço Social com conteúdos tão díspares que continuam a lançar, semestralmente, um número crescente de assistentes sociais no mercado de trabalho de todo o país²⁷.

Convém destacar que quando as entrevistadas remetem imediatamente a compreensão das Diretrizes Curriculares às dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, avista-se que a relação foi realizada mais propriamente por assimilação ou confusão entre os termos “diretrizes” e “dimensões” do que pelo entendimento dos seus próprios significados. Ou seja, que aquelas dimensões seriam também elementos constituintes das Diretrizes Curriculares. Enfatiza-se ainda que por esta ser uma observação da pesquisadora, pode ter sido influenciada positiva ou negativamente enquanto participante efetiva da pesquisa no processo de aproximação constante e progressiva com as entrevistadas.

Ainda em relação às Diretrizes Curriculares é necessário explicar que mesmo tendo demonstrado compreender o seu significado, três discentes salientaram a necessidade de uma abordagem mais incisiva das Diretrizes Curriculares na sala de aula, durante a formação. Segundo elas, o contato mais aprofundado só foi possível em atividades extracurriculares, por se tornar indispensável a sua compreensão para a realização de outras atividades, como se demonstra nas citações que seguem.

²⁶ Atualmente cada IES é responsável por elaborar o seu Projeto Político Pedagógico.

²⁷ Segundo dados do CFESS, o Brasil é o segundo país no mundo em número de assistentes sociais, com cerca de 150 mil profissionais inscritos nos conselhos profissionais.

Em parte, eu acho que não foi muito aprofundado na minha formação, entende? Não foi dado o devido cuidado no processo de formação (Entrevistada 11).

Eu não posso dizer que eu apreendi totalmente, né? Porque até eu e as meninas, a gente tava conversando sobre isso. Que as Diretrizes Curriculares elas tem [...] um conteúdo um pouco mais denso, né? Eu tive acesso assim, sobre a discussão, mas eu não tenho muita propriedade pra falar sobre isso também. É uma coisa que eu acho que falta um pouquinho na graduação falar mais sobre isso, e que eu posso também estudar depois também (Entrevistada 12).

Do TCC, dessa oportunidade que eu tive de ver mais no TCC. Durante a sala de aula a gente não teve tanto essa oportunidade. A gente escutava falar, assim: as Diretrizes Curriculares não sei o que [...], mas se você me perguntasse antes eu não ia saber explicar mais ou menos o que era. Eu já ouvi falar, sabe que regulamenta, [...] mas que [...] a gente não leu ela na sala de aula em nenhuma disciplina. Então, quando você tem contato é que você compreende um pouco melhor por que é e como está estruturado o curso, a questão dos núcleos, por que a gente tem aquelas disciplinas de início, por que tem aquelas no meio, por que tem aquelas no final (Entrevistada 13).

Aqui, pode-se depreender que não se trata apenas da apropriação do documento, mas da compreensão da formação numa dimensão de totalidade.

Quando perguntadas se tiveram acesso ao Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da IES algumas considerações foram feitas e merecem atenção, pois revelam que essa aproximação se deu a partir de outras atividades fora da sala de aula, ou foi realizada de maneira superficial, ou ainda por iniciativa própria do aluno em pesquisas no site da IES. Este último caso pode indicar confusão dos discentes com a estrutura curricular do curso, visto que, em busca realizada no site da IES a que pertenciam, não foi localizado o Projeto Pedagógico do curso, mas a estrutura curricular e outras informações como a Portaria de autorização de funcionamento, os objetivos do curso, mercado de trabalho e o corpo docente constituinte. Notou-se, também, o desconhecimento sobre o que é o projeto pedagógico, confundindo-o com o projeto de intervenção elaborado pelos discentes durante o Estágio Curricular Obrigatório.

[...] ter tive, mas [...] eu achava que deveria ser mais, mais completo entendeu? Eles deveriam passar esse projeto pedagógico de uma forma [...] onde a gente pudesse ver mesmo qual realmente é esse processo, porque foi passado como se fosse de uma forma pincelada, logo de início, no primeiro período, aí eles falam e pronto [...]. O que a gente precisa fazer, as obrigações, o processo de estágio, mas eu achava que a gente deveria, eles deveriam passar mais. E também cabe a gente tá procurando, não só esperar deles [...] (Entrevistada 01).

Sim, porque se eu tive acesso, nem que seja assim, a faculdade não me deu, mas tinha no site e eu sou curiosa (Entrevistada 03).

A gente fez o nosso projeto de intervenção, no caso (Entrevistada 05).

[...] eu fui ver mesmo no papel, olhar, ler, foi durante a pesquisa do PIBIC que aí a pesquisa tinha como objetivo, justamente analisar os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social da região Nordeste. Então, tanto eu tive acesso ao daqui, apesar das dificuldades de acesso pelo sistema, digamos assim, e também acesso a outros, ao de outros cursos. E aí é importante porque a gente consegue ver as diferenças, que a gente consegue ver também como cada curso estrutura o seu, apesar de ter como base essas Diretrizes, mas ela também dá a possibilidade de certa forma, não existe aquela coisa rígida (Entrevistada 13).

Eu tive, mas não através das disciplinas do curso. Eu tive porque eu fiz pesquisa. Então, aí através da pesquisa eu tive acesso ao projeto (Entrevistada 16).

Tive, mas foi meio precário. Foi bem precário. [...] Eu tive assim contato, foi como eu disse no período de estágio, mas eu acho que só pra dar um suporte no momento de escrita de relatório. Porém, assim, de início e durante o decorrer do curso eu não acabei buscando [...] (Entrevistada 17).

O projeto pedagógico²⁸ disponibilizado pela Instituição de Ensino Superior (B) constitui-se sob a forma de Resoluções com sucessivos anexos que compreendem cada, um aspecto basilar diferente de organização do processo de formação no curso de Serviço Social da instituição.

Esta questão deve ser considerada, pois os documentos acessados, por se mostrarem fragmentados em resoluções, não se constituem uma unidade à primeira vista, o que denota ausência de inter-relação dos conteúdos e dos distintos componentes do projeto, visto que não se apresenta sob uma base única e articulada. No entanto, ressalta-se que o documento é composto por cinco resoluções aprovadas na mesma data com vários anexos.

A primeira resolução trata da alteração do projeto pedagógico do curso de Serviço Social da instituição e os anexos seguintes dizem respeito, primeiro, à Estrutura Curricular Geral do curso com a divisão dos núcleos de fundamentação: Núcleo Fundamentos Teórico Metodológicos da Vida Social – onde está alocada a disciplina Trabalho e Sociabilidade –; Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociabilidade Brasileira; e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional – onde se encontra a disciplina Serviço Social e Processo de Trabalho. Segundo, à Estrutura Curricular Padrão que organiza as disciplinas de cada período, os créditos, a carga horária e os pré-requisitos de cada. Terceiro, diz respeito ao Currículo Complementar onde constam as disciplinas optativas e as atividades

²⁸ O projeto pedagógico citado encontra-se nos anexos.

complementares, e o quarto, dispõe o Ementário com as disciplinas disponibilizadas pelo Departamento de Serviço Social.

A segunda Resolução faz alterações na departamentalização e no ementário em virtude da necessidade de flexibilizar e dinamizar a atuação do Departamento de Serviço Social para seguir as mudanças e o conhecimento da atualidade. No grupo “matéria de ensino” “Trabalho e Sociabilidade” encontram-se vinculadas as disciplinas “Trabalho e Sociabilidade”, “Relações de Gênero e Serviço Social, Cultura, Identidade e Subjetividade”, Tópicos Especiais em Trabalho e Sociabilidade. Já no outro grupo “matéria de ensino” “Serviços Social e Processos de Trabalho” estão relacionadas as disciplinas “Serviço Social e Processos de Trabalho”, “Oficina de Instrumentalidade Profissional I”, “Oficina de Instrumentalidade Profissional II”, “Tópicos Especiais em Serviço Social”. Quanto ao ementário este permanece igual, inclusive mantendo o número da Resolução Anterior.

A terceira Resolução modifica as normas para o Estágio Curricular Supervisionado. A quarta aprova as alterações nas normas para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e o seu anexo estabelece as normas para o TCC, incluindo a forma como se deve realizar a orientação, as atribuições do aluno e do orientador, a constituição da banca examinadora e como deve ser a apresentação oral. A última Resolução regulamenta as Atividades Complementares, descriminando todas as atividades e a equivalência de horas atribuídas a cada.

Ao observar a estrutura do projeto pedagógico, percebe-se que se propõe a conexão dos conteúdos entre as disciplinas e ainda com os demais componentes curriculares como o Estágio Supervisionado em Serviço Social e o Trabalho de Conclusão de Curso. Outro ponto que pode ser destacado é que, nos Ementários e na Resolução que modifica a Departamentalização, a disciplina está exposta como Serviço Social e Processos de trabalho (processos no plural) enquanto que nas outras resoluções e anexos têm-se Serviço Social e Processo de trabalho (processo no singular). No que diz respeito a Serviço Social e Processo de Trabalho, por exemplo, indica uma mudança significativa na compreensão e conteúdo da disciplina, pois ao mencionar a relação do Serviço Social com os Processos de Trabalho, refere-se à atuação do assistente social em distintos processos de trabalho, o que sugere que processos de trabalho apresentam-se como sinônimos de campos de atuação.

Na Instituição de Ensino Superior (A), como não foi possível o acesso ao Projeto Pedagógico, volta-se, a partir daqui, para uma aproximação com as ementas das disciplinas

em análise, na tentativa de perceber as suas particularidades. A ementa da disciplina “Trabalho e Sociabilidade”²⁹ está dividida nos tópicos “Ementa”, “Competências”, “Habilidades” e “Bibliografias Básica” e “Complementar”. Sinaliza o conjunto de conhecimentos e discussões centrais necessárias à formação como “Trabalho e relações sociais na sociedade contemporânea. Divisão social do trabalho. Produção social e valor. Trabalho assalariado, propriedade e capital, processos de trabalho e produção da riqueza social. Trabalho e cooperação: o trabalhador coletivo. Trabalho produtivo e improdutivo. A polêmica em torno da crise da sociedade do trabalho”.

Ao observar a ementa acima, conclui-se que em nenhum momento é mencionada a compreensão dos fundamentos do trabalho ou o trabalho no sentido ontológico. Quando é realizada referência ao trabalho ou é abordado no capitalismo contemporâneo, ou sob a forma de suas especificações, como trabalho assalariado ou trabalho produtivo e improdutivo.

No entanto, quando se trata do conteúdo da subdivisão “Competências”, reconhece-se, como necessária, a compreensão do trabalho “na sua dimensão ontológica e histórica, bem como suas implicações na constituição do ser social”, mas esta competência só aparece após mencionar-se como necessidades o reconhecimento do trabalho na divisão social e técnica do trabalho, e a compreensão da realidade em sua totalidade relacionada à intervenção do assistente social. Nesse sentido, a forma de estruturação do tópico “Competências” apresenta sinais de desencadeamento e de desconexão com o conteúdo programado da ementa.

As referências da bibliografia básica incluem dois livros e dois artigos, pelo que se destaca que a abordagem do trabalho no sentido ontológico é realizada através de um único artigo que contempla às concepções de Marx e Lukács sobre o tema. Esta aproximação não buscou fundamentação nas próprias obras dos autores supracitados, fontes infindáveis de conhecimento dos fundamentos do trabalho, do desenvolvimento da sociabilidade e do modo de produção capitalista.

A bibliografia complementar acrescenta quatro obras para subsidiar o aprendizado necessário, mas nenhuma delas discorre sobre o trabalho na sociedade capitalista e as suas consequências para o trabalhador.

Considerando as referências listadas, conclui-se que, estas fornecem alguns elementos a respeito da discussão do trabalho, de suas expressões no capitalismo, porém, não se pode

²⁹ A ementa da disciplina encontra-se em anexo.

afirmar que elas sejam suficientes para fomentar o aprendizado e fundamentar uma compreensão sólida das categorias e concepções sobre os fundamentos do trabalho e o desenvolvimento da sociabilidade, que ao se relacionar ao nome da disciplina para ser o mais acertado.

O conteúdo da ementa da disciplina “Serviço Social e Processos de Trabalho”³⁰ consiste em abordar “o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. A inserção do Assistente Social nos processos de trabalho: questão social, políticas e movimentos sociais, a dinâmica institucional e a formulação de projetos de pesquisa e intervenção. Espaços ocupacionais do Serviço Social nas esferas pública e privada. O Assistente Social como trabalhador, as estratégias profissionais, o instrumental técnico-operativo e o produto do seu trabalho. Processo de supervisão de estágio e os atores nele envolvidos: supervisores, usuários e alunos”. Este se assemelha em alguns aspectos ao formato da ementa da IES (B) como ao sinalizar o trabalho como especialização do trabalho coletivo, considerar o assistente social um trabalhador que tem distintos processos de trabalho e refletir sobre a supervisão de estágio. É importante ponderar que na ementa dessa disciplina da IES (A) também não se aponta a existência de concepções divergentes que não consideram o Serviço Social trabalho, e, portanto, não chega nem perto de se aproximar dos elementos do debate.

A bibliografia básica está sustentada em três obras e a complementar acrescenta mais duas referências, o que corrobora para se considerar que àquelas não são suficientes para o aprofundamento do debate requerido e imprescindível à formação acadêmica de qualidade.

O programa ou plano de aula da disciplina “Trabalho e Sociabilidade”³¹ da IES (B) é composto pela Ementa da disciplina – a mesma do projeto pedagógico, pelos objetivos da disciplina, o seu conteúdo programático estruturado em unidades com conteúdos articulados, a forma como as aulas devem ser realizadas, ou seja, a metodologia, a avaliação e a bibliografia.

A ementa propõe que o conteúdo ministrado na disciplina deve contemplar a abordagem e fundamentar a compreensão do “significado ontológico-social do trabalho. O trabalho enquanto atividade humano-genérica. Práxis, objetivações humanas e a construção da subjetividade. Trabalho e Sociabilidade no Capitalismo”, o qual também está inter-

³⁰ A ementa da disciplina encontra-se em anexo.

³¹ A ementa da disciplina encontra-se em anexo.

relacionado aos objetivos propostos. Quanto à bibliografia, observa-se que está constituída por obras e autores clássicos, referências solidificadas na discussão da temática no Serviço Social.

No tocante ao programa da disciplina “Serviço Social e Processos de Trabalho”³² assevera-se que esta se dispõe da mesma forma que a anterior, dividida em ementa, objetivos, conteúdo programático, metodologia, avaliação e bibliografia.

Na ementa em questão consta como teor de conhecimento proposto pela disciplina compreender “o Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo na sociedade capitalista. O assistente social como trabalhador: condições, relação e processos de trabalho. A questão da interdisciplinaridade. Supervisão do trabalho profissional e estágio”. Há que se destacar que esta é apresentada de forma distinta no Ementário da disciplina contido no Projeto Pedagógico, visto que entre o primeiro e o segundo período tem-se a seguinte complementação: “A inserção do assistente social nos processos de trabalho de natureza diversificada, suas implicações ético-políticas e particularidades técnico-operativas”, o que na ementa deste programa não é citado. Desta forma, pode-se afirmar que ao retirar aquele trecho, colabora-se para que o problema na compreensão – já citado quando tratado no projeto pedagógico – de similaridade entre as categorias processos de trabalho e campos de atuação seja prescindido.

Observa-se ainda a afirmação do Serviço Social como forma de especialização do trabalho coletivo, o assistente social como trabalhador, mas não se aponta, especificamente, o Serviço Social como trabalho. É preciso salientar que na ementa e nos objetivos não se visualiza a indicação da existência de outras correntes que discordam desta concepção, pelo que se afirma que o Serviço Social não é trabalho. Quanto à bibliografia, pode-se averiguar que constam dois livros de Iamamoto, quatro artigos e o módulo II do Caderno de Capacitação em Serviço Social e Política Social, da UNB, que contém diversos artigos que discorrem desde os fundamentos do trabalho e o desenvolvimento da sociabilidade humana ao Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo, bem como, a relação entre os processos de trabalho e o Serviço Social.

³² A ementa da disciplina encontra-se em anexo.

Ao analisar as bibliografias das disciplinas “Trabalho e Sociabilidade” e “Serviço Social e Processos de Trabalho” das duas IES, obtém-se um dado ao menos curioso: não há nenhuma referência em comum.

Estes distanciamentos sinalizados podem ser resultantes da demasiada flexibilidade proporcionada à elaboração dos projetos pedagógicos e estruturação dos cursos de Serviço Social no Brasil. A informação indica, sobretudo, que apesar das Diretrizes Curriculares nortearem os elementos basilares à produção dos projetos pedagógicos dos cursos, ao garantir a flexibilidade, criam brechas para a coexistência de cursos de Serviço Social de todos os tipos e em todos os níveis.

Ao voltar-se novamente para os dados das entrevistadas, observa-se que, quando as discentes foram questionadas se observavam o conteúdo das Ementas das disciplinas, enfatizaram que os professores na aula inicial de cada disciplina apresentavam o conteúdo das Ementas e explicavam o percurso da disciplina. Que observaram que quando o conteúdo das disciplinas era muito denso, parte deste era passado de forma superficial e aligeirada.

[...] como o tempo era muito curto, sempre quando era no final passava tudo de forma pincelada, porque a gente sabe que o tempo é curto e também tinha muita coisa de se ver, e o que era mais importante. Eles nos passavam de forma mais pincelada de acordo com o tempo. Chegava na primeira prova era aquela coisa mais composta, mais grande. Quando era da segunda prova em diante era mais resumido (Entrevistada 01).

Bastante. Até porque [...] todos os professores fizeram questão de apresentar no primeiro dia de aula, ele sempre apresentava a ementa do curso, tudo. Conversava com a gente sobre qual seria o programa da disciplina e tudo mais (Entrevistada 12).

Quanto a acompanhar o andamento das disciplinas com as ementas as formandas salientaram que observavam, principalmente, o cronograma das disciplinas, as formas de avaliação e a bibliografia. Destacaram, que diante do conteúdo considerável de algumas disciplinas para um curto período de tempo, apenas a parte mais importante deste era enfatizado durante as aulas e que, por isso, acompanhavam o andamento daquelas para poder também cobrar a abordagem de outras questões presentes na ementa. Outra discente destacou que não conseguia acompanhar o andamento da disciplina porque não tinha disponível muito

tempo para se dedicar e já chegava cansada para as aulas. No entanto, deve-se frisar que esta discente era aluna regular e fez todo o curso com bolsa parcial³³.

[...] a gente via que era necessário tá observando aquilo porque muitas das vezes era passado de forma pincelada. A gente sempre cobrava, aí quando eles, na próxima aula, na próxima aula. Tinha professor que falava tudo que já tinha falado na aula anterior pra poder chegar aquele assunto, mas sempre, pelo menos da minha parte a gente cobra (Entrevistada 01).

[...] Aí sempre olhava assim, acompanhava mais a questão de trabalhos, assim na ementa. Olhe, tal data vai ter trabalho, porque eles seguiam rigorosamente as datas, a questão de cronogramas. Mas assim, acompanhar eu acredito que a maioria de nós não (Entrevistada 03).

É muito comum, pelo menos seguir a base, né? Mas aqueles outros conteúdos que vão ser abordados depois, nem sempre dá tempo. [...] pelo menos a base [...] (Entrevistada 10).

Mais a questão da avaliação que todo mundo olha e a questão da bibliografia (Entrevistada 16).

Não, nunca acompanhei. Dispersa mulher, toda dispersa. Chegava com sono [...]. Se eu tivesse tempo (Entrevistada 09).

Essas e outras informações colhidas junto as discentes sobre o Processo de Formação acadêmica encontram-se dispostas na Tabela 04.

Tabela 04 – Processo de Formação dos Discentes Concluintes do Curso de Serviço Social – Período 2014-2.

Dados	Número de Discentes	Porcentagem (%)
Apropriou-se do PEP do Serviço Social	Sim 20	100%
	Não 0	0
Apreendeu as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social	Sim 17	85%
	Não 1	5%
	Parcialmente 2	10%
Acesso ao Projeto Pedagógico da IES	Sim 16	80%
	Não 4	20%
Conhece a Estrutura Curricular do Curso	Sim 20	100%
	Não 0	0
Observou as Ementas das Disciplinas	Sim 20	100%
	Não 0	0
Acompanhou o andamento das Disciplinas com as Ementas	Sim 15	75%
	Não 4	20%
	Parcialmente 1	5%

Fonte: Elaboração própria.

³³ Na primeira fase das entrevistas esta discente relatou ter sido bolsista da IES correspondente com desconto de 50% no valor total da mensalidade. Explicou ainda, naquele momento, que apesar de ser divorciada, ter três filhos e possuir vínculo empregatício de 40 horas semanais, conseguiu concluir o curso com notas regulares.

A respeito da compreensão das discentes sobre a direção social do Serviço Social contemporâneo, destaca-se que muitas das entrevistadas não entenderam a pergunta inicialmente. Por isso, foi necessário que a pesquisadora contextualizasse o processo de construção e efetivação do projeto ético político do Serviço Social e sua consolidação na década de 1990 para incitar sobre a nova direção social tomada, a partir de então, no Serviço Social brasileiro.

Deve-se considerar que algumas das questões as falas de uma mesma entrevistada podem estar dispostas em mais de uma das categorias, uma vez que sua compreensão abordou diferentes aspectos de análise. Isso acontece, por exemplo, na questão a seguir e, nesse sentido, o resultado das entrevistas pode ser assim organizado.

Sobre a direção social do Serviço Social contemporâneo, observa-se que as entrevistadas entenderam que a profissão:

A – Volta-se ao acesso aos direitos garantidos na perspectiva da consolidação da cidadania:

[...] visa muito à questão da equidade, da justiça social, da garantia dos direitos, de como orientar o usuário, né? Mostrar o caminho, a direção, que ele possa seguir. [...] Que o assistente social é o profissional que tá ali pra mostrar os usuários os direitos, orientar aquele usuário como é que ele vai conseguir tal benefício, como ele vai agir em tal situação, mostrando mesmo, assim, os caminhos. E que ele ajuda bastante na consolidação da cidadania do indivíduo que chega até a gente. [...] eu acho que a nossa ação profissional ele mudou a partir do movimento de reconceituação porque [...] deixamos de ser profissionais acrílicos e passamos a ser críticos, passamos a analisar mais a sociedade [...] quando mudou o projeto ético político. Então eu acho que é por conta da corrente marxista (Entrevistada 03).

Deixa de ser aquela dama de caridade, aquela coisa da igreja e passando a ser assistência mesmo. Sem ser aquela assistência de caridade, né? Passando pra o direito do ser humano, né? [...] Na verdade, ele se torna o Serviço Social, né? A Assistência Social, ele se torna. Porque a gente sabe que na década de 70 [...] era mais um serviço de caridade, geralmente eram as mulheres dos prefeitos, as filhas, [...] conhecidas como as damas, né? Ai vai [...] surgir a profissão, no caso né? [...] vai passar a garantir os direitos dos cidadãos. Só que a gente sabe que nem todos os cidadãos sabe que tem esse direito. [...] e aí o Serviço Social tenta mostrar os seus direitos, não é assim? (Entrevistada 05).

[...] a direção social do Serviço Social vem tentando lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. [...] Eu acho que o Serviço Social, ele tem caminhado numa trajetória buscando sempre viabilizar os direitos aos cidadãos. E eu acredito por enquanto, mesmo tendo as divergências, tá caminhando de uma forma que busque essa finalidade, dos direitos a todos.

Então, [...] os direitos que nós buscamos enquanto assistente social são pra todos, mas a categoria principal defendida por nós, são a classe que são mais injustiçada diante da contemporaneidade, que é a classe trabalhadora (Entrevistada 15).

Algumas incoerências são perceptíveis nas apropriações como, por exemplo, ao explicar o processo de incorporação da direção social e, o que isso representou, uma entrevistada associou este processo ao surgimento do Serviço Social, à transformação da Assistência Social, apresentando traços conservadores.

B – Volta-se em defesa de uma nova ordem societária na perspectiva da emancipação:

Eu acho que o Serviço Social na contemporaneidade, ele tá lutando contra esse projeto hegemônico que está posto. Ele luta, no caso, contra o capitalismo, contra o que o capitalismo tá colocando pra a sociedade e pra as relações sociais. E o Serviço Social ele atua de encontro a isso, ele não vai de acordo com a ordem burguesa, ele procura uma outra posição contrária pra procurar uma nova ordem societária (Entrevistada 11).

Eu entendo que essa questão de ter criticidade com base na teoria marxista, de analisar a realidade pra intervir depois, através dessa análise conjuntural, contextual, socioeconômica, né? [...] que através do estudo de Marx dá pra a gente ter essa análise na profissão, né? [...] pra direção de buscar a emancipação humana, da sociedade em geral. Uma nova sociedade, uma outra sociedade que não seja a que a gente vive atualmente (Entrevistada 12).

Ah, que ele é contra hegemônico, [...] das dificuldades que existem nessa direção, justamente porque, desde o momento que ela assume a teoria social de Marx, [...] há um momento em que ela assume esse perfil crítico, perfil contra hegemônico. Então, com tantos desafios que ela está, ela vivencia, a que é posta a profissão de ser justamente contrária a ideologia dominante na sociedade que é a questão da burguesia, da concepção da ideologia burguesa, das dificuldades que ela encontra (Entrevistada 13).

Bom. Teoricamente. Eu vou falar assim. É muito bonito. Entendeu? Tanto na perspectiva da ética, quando você pega um Código de Ética que defende os direitos humanos, que defende a diversidade, que defende o pluralismo, e é a partir também das leituras, né? [...] um projeto muito rico, né? Voltado pro marxismo, voltado pra uma sociedade, uma nova construção, então, nova ordem societária e tal. [...] Pra construção de um novo projeto de sociedade, né? A base do curso é o marxismo, né? Então ele tá fundamentado pra construção dessa nova ordem societária, nessa relação entre capitalismo, trabalho, essas coisas todas, todas essas categorias, né? (Entrevistada 16).

A possibilidade de se compreender a sociedade e a forma como ela funciona através da formação acadêmica está intimamente relacionada à incorporação da teoria social crítica de Marx pelo Serviço Social brasileiro. Só conhecendo as relações que se estabelecem neste

processo, é que se pode entender que é possível à construção de uma ordem societária em que os homens possam se desenvolver livremente.

C – Volta-se à apropriação crítica da realidade:

A profissão foi regulamentada, né? [...] antes era crítica, hoje é crítica, a gente não pode dizer que somos investigadoras, mas a gente tem todo [...] um olhar [...] pra investigar. [...] todo um olhar crítico pra saber dar rumo aquela, a cada situação que vai aparecendo (Entrevistada 06).

[...] ele vai caminhar justamente pra uma diretriz mais crítica e fincada justamente na base marxista onde a gente legitima o nosso compromisso com a categoria profissional do trabalho, e também reafirma o nosso compromisso com o projeto de sociedade que é posto, embora não de maneira hegemônica, mas posto à categoria o projeto de sociedade em que a gente busca justiça e igualdade, reafirmando como eu já disse o nosso compromisso que é com a classe trabalhadora, respeitando as diferenças e os princípios que estão postos no sentido do nosso projeto ético político (Entrevistada 14).

Observa-se que algumas respondentes situam a direção social da profissão, a partir da crítica da realidade social e da perspectiva de classe, o que não invalida uma determinada percepção do pano de fundo desse debate, mas não o coloca, em termos de análise, como uma categorização da temática.

[...] está direcionado a atender os interesses das duas classes, interesses antagônicos, né? [...] A classe trabalhadora. É a classe dominada. Mas eu acredito que ele busca atender a classe trabalhadora, porque ele se reconhece como trabalhador que enfrenta as mesmas dificuldades. Mas, também pra ele garantir também o seu lugar na sociedade capitalista, ele também acaba atendendo o interesse do capital. [...] Mas a visão, a direção dele mesmo é pra classe trabalhadora, trabalhar com as classes sociais, né? (Entrevistada 04).

A partir do momento que teve as indústrias. Aí, o Serviço Social começou a trabalhar em prol dos trabalhadores, né? Os direitos dos trabalhadores (Entrevistada 07).

Ele passou a atender mais a classe trabalhadora. Ele deixou de ser, de ter aquela imagem de filantrópica. É isso? [...] Ele passou a atender mais a classe trabalhadora, [...] passou a trabalhar de outra forma. [...] Ele passou a ter também aquela questão do nível superior que não tinha antes [...] (Entrevistada 09).

Seria a questão de ser crítica, liberal? [...] Nós temos que ter uma visão crítica da realidade, olhar todos os sujeitos. Não só numa perspectiva. Deve ser ampla. Então, nós pegamos um pouquinho de cada e isso torna, pelo menos permitirá que o profissional tivesse uma visão bem mais ampla, pra que tivesse um projeto melhor, como é preconizado. [...] Então a gente sabe, como diz o Código de Ética que a gente tem que apoiar a classe trabalhadora. Mas também a gente tem que se reconhecer como trabalhadores. Cada qual pensar [...] o que tem disponível pra ajudar, [...]

estar mediando pra que o trabalhador não perca os seus direitos e, consequentemente também, não diretamente como trabalhador, nós somos trabalhadores (Entrevistada 10).

Esse direcionamento está relacionado à questão da defesa dos direitos dos trabalhadores. Da gente tá se colocando, se posicionando em relação à defesa desses direitos. Obviamente que a gente [...] sabe que dentro dessa questão da divisão de capital e trabalho, a gente tá sempre debatendo, a gente tá respondendo a algumas, as demandas da classe trabalhadora, mas também do Estado [...], de quem acaba nos empregando, né? Mas a perspectiva política está voltada pra defesa da classe trabalhadora. [...] a questão que a partir de 90 que a gente ver a questão da emancipação, da questão da conquista de direitos, de tá fazendo a questão da formação política, né? Tipo, você tem seus direitos, porém, não daquela forma conservadora que seria o benefício como uma benesse. Mas na questão da emancipação do indivíduo e dentro de uma classe, né? [...] de transformação social [...] (Entrevistada 17).

Pra classe trabalhadora, pros direitos sociais, [...] para que esses direitos possam ser garantidos (Entrevistada 18).

[...] eu acredito que o Serviço Social, ele tomou partido da classe trabalhadora [...] na garantia dos direitos sociais. [...] a gente fez até uma pesquisa [...] sobre o novo projeto, pedagógico. Então, [...] o Serviço Social, ele toma como partido da classe trabalhadora na luta pela garantia dos direitos, dos direitos sociais (Entrevistada 19).

No caso, o direcionamento do Serviço Social que há a partir do Serviço Social na contemporaneidade, justamente voltado pra a classe trabalhadora. Então, o Serviço Social, ele tem uma direção ético político que é voltado pra classe trabalhadora. [...] vem lutando pela liberdade, pela igualdade social, que já vem incorporando nele o próprio direcionamento que o assistente social, a partir de então deve agir, né? [...] É porque no caso, o pensamento é justamente de uma nova sociabilidade, [...] lutando para além do capital, do capitalismo, já que se tem a ideia que o capitalismo se estagnou. Então, não tem como pensar em uma nova sociabilidade nesse sentido (Entrevistada 20).

Ao analisar as concepções de algumas discentes, percebem-se confusões como ao explicar que a partir da direção social crítica do Serviço Social foi reafirmado o compromisso com o projeto de sociedade hegemônico, o que, obviamente, é o contrário; que foi a partir dessa mesma direção que se passou a exigir formação em nível superior para o Assistente Social; ou a afirmação das perspectivas crítica e liberal enquanto sinônimos.

Ainda quanto a essa questão, uma entrevistada afirmou que não lembrava qual é a direção social da profissão, apesar de se ter explicado o cenário que cumulou com a afirmação da direção social do Serviço Social na contemporaneidade, e outras duas, apesar da tentativa, não conseguiram responder.

Mulher, pra falar a verdade, você falou bonito agora, mas eu não lembro (Entrevistada 01).

As incompreensões a respeito do significado da direção social da profissão e as dificuldades em explicar as suas formas de apropriação podem ser reflexos das fragilidades da formação acadêmica, da própria conformação das disciplinas e do fato de que, como já sinalizado acima, as referências bibliográficas não dão conta de problematizar de forma aprofundada a questão.

As categorias obtidas a partir do agrupamento das respostas das entrevistadas na última e na próxima pergunta podem ser visualizadas de maneira sintetizada na Tabela 05 abaixo.

Tabela 05 – Processo de Formação de Discentes Concluintes do Curso de Serviço Social – Período 2014-2.

Questionamento	Categorias	Número de Respondentes	Porcentagem (%)
Direção Social do Serviço Social	A – Volta-se ao acesso aos direitos garantidos na perspectiva da consolidação da cidadania	03	15%
	B – Volta-se em defesa de uma nova ordem societária na perspectiva da emancipação	04	20%
	C – Volta-se à apropriação crítica da realidade	02	10%
	(Crítica da realidade social e da perspectiva de classe)	08	40%
Perspectiva Teórico-Metodológica Hegemônica	(Não lembra ou não respondeu)	03	15%
	A - Materialista Histórico Dialética/Marxista/Crítica	17	85%
	B - Não lembra ou não responde.	03	15%

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito à **perspectiva teórico-metodológica hegemônica no Serviço Social** observou-se grande dificuldade de compreensão da pergunta por parte de 50% das entrevistadas, ainda que a menção ao “materialismo histórico dialético”, à “corrente marxista”, ou à “perspectiva crítica” fosse recorrente. Poucas entrevistadas foram além da menção aos termos e buscaram demonstrar a relação com a profissão, e três outras não responderam a questão por não lembrarem.

Baseada numa perspectiva marxista e afirmando o nosso compromisso com a classe trabalhadora. A gente caminha pra uma visão crítica, uma perspectiva crítica [...] (Entrevista 14).

No caso é o materialismo histórico dialético de Marx, né? Em que a gente visa perceber a realidade de uma forma mais crítica, [...] pra poder até atuar de uma melhor forma junto com a população, percebendo a totalidade (Entrevistada 20).

Algumas discentes levantaram um questionamento de fundamental importância a respeito da perspectiva marxista e a sua hegemonia no Serviço Social brasileiro. Dessa maneira, sinalizam que apesar do marxismo está posto enquanto teoria social hegemônica, isso pode não significar que ele seja adotado pela maioria dos discentes e profissionais de Serviço Social. Ou ainda que, da mesma forma que a teoria social marxista é hegemônica na contemporaneidade, outras podem vir a assumir esse posto, patrocinadas pelo momento civilizatório e contra revolucionário que se vive. Este é sim um grande desafio para o Serviço Social brasileiro, como defendido pela entrevistada 13 em sua fala. Lutar para a consolidação cotidiana do projeto ético- político profissional direcionado a emancipação do homem e que, portanto, caminha na direção oposta ao apregoado pelas ideologias conservadoras e vestidas numa nova roupagem, ditas pós-modernas.

O Serviço Social hoje, acho que na sua maioria ele assume o marxismo enquanto teoria, mesmo que não seja hegemônico dentro da profissão. Mas eu acho que existe, a sua maioria é o marxismo, mesmo que hajam outras correntes (Entrevistada 11).

[...] das análises teóricas de Marx. O Serviço Social toma uma nova direção metodológica. Não que isso seja hegemônica dentro do curso, dentro da profissão, né? (Entrevistada 12)

Então, das dificuldades que tem nessa direção de ela estar em cheque em todo momento e porque ela é hegemônica na questão, devido a todo caráter de luta, de debate que existe na profissão. Mas também de compreender que não é porque ela é hegemônica que não existem outras correntes na profissão. Então, ter sempre clareza disso. Então, ela tá em constante debate na profissão. Na profissão existem outras correntes. [...] é tanto que a quem diga que ela não é. [...] Ela é hegemônica sim, até o momento, mas isso não quer dizer que a maioria dos profissionais, eles tenham essa concepção sobre a profissão, [...] não tem essa direção. [...] da mesma forma que ela conseguiu ser hegemônica pode ser que outras consigam. [...] a conjuntura também [...] não favorece nesse momento. A concepção de crise, ela não tá favorecendo. [...] muito pelo contrário. Ela favorece a outras concepções, concepções mais conservadoras, concepções pós-modernas. Então, isso é um desafio enorme pra direção (Entrevistada 13).

Nessa mesma direção, a entrevistada 13, a partir das próprias experiências na sala de aula com discussões sobre a temática, também sinaliza que durante o curso, a abordagem das demais concepções teóricas e metodológicas é realizada de forma muito superficial, o que não permite que o aluno possa se apropriar e seguir outra perspectiva.

[...] a fase da construção que também é bem difícil. Que aí você tem que assumir certos posicionamentos ou dizer não, não concordo. Porque também cabe ao aluno dizer não. Certo, é a concepção hegemônica, é a direção da

profissão, mas eu não concordo. Então, eu quero seguir outra linha. Só que aí, ao mesmo tempo, [...] durante a formação você não tem a oportunidade de seguir, de ter clareza de como é essa outra linha. [...] vamos supor que eu não concordo com a ideia de Marx. [...] eu concordo mais com a questão fenomenológica. [...] quando eu tive a oportunidade de ver eu concordei mais com essa. Só que você vê uma parte assim, pouca da disciplina. [...] não é durante toda a graduação que você vê. Aí o que acontece? [...] é quando tinha muitos embates assim, no grupo mesmo, porque o pessoal quando tava no início do curso, teve um mesmo que ele transferiu o curso dele de Ciências Sociais. Então, lá não é a teoria social de Marx. E aí ele tinha um pensamento bem conservador, bem pós-moderno. Na verdade, [...] até hoje ele não tem clareza desse pensamento dele, e ele questionava isso. Não é que a gente não deve questionar até que ponto a graduação ia dar essa oportunidade. Porque eu também, eu não sei como seria, qual seria a solução pra isso também. Mas que é complicado, entendeu? Porque acaba que quem não tem, quem não concorda, ele é obrigado a ver isso durante todo o curso. Então, ele ver uma percepção [...] durante todo o seu curso, só que você não concorda. O que acontece? Você se forma e [...] acaba virando aquela coisa eclética. Naquele momento que me interessa eu utilizar uma tal teoria eu vou utilizar. [...] Marx é ótimo pra explicar a teoria, pra explicar isso e aquilo, mas pra análise profissional não. Pra aquilo ali é importante ver, uma questão macro, pessoal, do indivíduo, e a pessoa já vai pra questão da psicologia. E aí mistura tudo na cabeça. Na disciplina de FHTM III [...] a discussão mesmo que foi colocada a questão do Serviço Social clínico. Que é uma coisa proibida na profissão. A gente teve a oportunidade de ver isso, mas que você via colegas na sala de aula discutindo com o professor dizendo que não, que concordava, tinha que ter. E aí assim, tá aquela coisa, você tá com o papel, a profissão disse que não, que é totalmente incoerente. [...] Quer dizer, você teve a oportunidade já de compreender que aquilo ali não tem sentido, tem uma legislação que explica, que diz que não pode, não sei o que, mas tem pessoas que defendem. Isso na graduação e provavelmente quando ele sair, ele vai defender. Então, é complicado porque tem esse impacto todo na realidade, na formação [...] (Entrevistada 13).

Portanto, torna-se necessário o debate e o aprofundamento das diferentes concepções teóricas e metodológicas durante a formação acadêmica, o que permite que esta se realize efetivamente, respeitando a pluralidade e, se evite, a partir de incompreensões ou entendimentos superficiais, a utilização de perspectivas díspares para a análise dos fenômenos. Ou melhor, o ecletismo que se espalha no meio acadêmico e profissional, fruto das tendências pós-modernas que se espalham nas diversas perspectivas teóricas na atualidade.

2.5 - Um Debate Profícuo: Distintas Compreensões da Prática Profissional do Assistente Social

Considerar o Serviço Social como trabalho ou não se constitui como um dos grandes embates teóricos contemporâneos no âmbito do Serviço Social. A proposta de compreender o Serviço Social como trabalho é inserida na última reforma curricular e, desde então, adensa o tônus de uma polêmica que supõe a discussão sobre os próprios fundamentos ontológicos do trabalho.

A incorporação da categoria trabalho nas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, segundo Araújo (2008), organizou, ancorada nos fundamentos marxianos, o exercício profissional como processo de trabalho constituído pelo objeto de trabalho ou matéria prima, pelos instrumentos de trabalho e o próprio trabalho. Essa nova concepção pretendia alçar novos rumos ao Serviço Social, problematizando a sua inscrição sócio-histórica e significação social da profissão. Podemos aferir que

[...] à inserção da categoria trabalho debita-se a capacidade de clarificar a utilidade social da profissão, a natureza da profissão, ou seja, debita-se o poder de retratar sua determinação histórico-social (*sic*), ressaltando suas formas de participação na produção e reprodução da vida social (ARAÚJO, 2008, p. 17).

No entanto, não encontramos na Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional qualquer explicação contundente a respeito das discussões que conformaram esta proposição, ou seja, problematizações que abordassem, especificamente, essa caracterização do exercício profissional do assistente social como processos de trabalho, o percurso dos debates sobre esse enfoque distinto.

2.5.1 - A compreensão de Iamamoto: o Serviço Social como Trabalho

Nesse momento, pretendeu-se sinalizar a abordagem do Serviço Social como trabalho, fundamentada na teoria social marxista e exposta em diferentes obras de Marilda Villela Iamamoto, grande precursora desta forma de compreensão. Este debate teórico-metodológico foi encontrado na pesquisa realizada nas obras “O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional” e em “Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital

financeiro, trabalho e questão social”. Nesta última, a autora recorre aos fundamentos ontológicos do trabalho apoiados na teoria social de Marx, para explicar a ideia do Serviço Social como trabalho defendida no projeto de formação profissional.

A análise de Iamamoto sobre a profissão – sem a intenção de reducionismos, mas em virtude da necessária localização, é realizada considerando sua inscrição na sociedade capitalista, a produção e reprodução social, a partir das quais é impulsionada a reprodução da totalidade social, da vida e das relações sociais. A compreensão da reprodução dessas relações sociais ultrapassa a esfera da mera reprodução material, da reprodução da força de trabalho, instrumentos e matérias-primas, pois, segundo Iamamoto e Carvalho (2012, p. 78) este processo

Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção.

Dessa forma, a reprodução das relações sociais consiste a “reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 79).

De acordo com Iamamoto (2014, p. 247), a compreensão disseminada de que o Serviço Social se localiza na esfera da reprodução social é resultado de uma interpretação equivocada que separa, põe “uma muralha ‘esfera da produção’ – aprisionada nos muros fabris – e ‘a da reprodução’, reduzida à reprodução de um dos elementos da produção, o seu componente subjetivo, a força de trabalho, pela via do consumo de bens e serviços”.

Na contramão dessa perspectiva, afirma-se que ao reconhecer o Serviço Social como trabalho pretendeu-se superar uma análise presente até então, que só entendia como prática profissional a atividade realizada pelo profissional. Os seus condicionantes, as políticas sociais, os movimentos sociais e a realidade das instituições configuravam-se como determinações externas à prática do Serviço Social. Seguindo essa lógica, “o que geralmente é chamado de prática corresponde a um dos elementos constitutivos do processo de trabalho que é o próprio trabalho” (IAMAMOTO, 2012, 95).

Ao pensar o Serviço Social como trabalho, buscou-se compreender as dimensões desse processo de trabalho, identificando, portanto, “a matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação; meios ou instrumentos que potenciam a ação do sujeito sobre o objeto; e a própria atividade, ou seja, o trabalho direcionado a um fim, que resulta em um produto” (Ibid, p.61-62).

A concepção sinalizada, a partir de então, nas Diretrizes Curriculares, fundamentada na teoria social marxista e discutida por Iamamoto (2012) considera as diferentes expressões da “questão social” como matéria prima ou objeto de trabalho do Serviço Social; os conhecimentos e habilidades profissionais desenvolvidas são considerados os meios de trabalho do assistente social; e a atividade do profissional como o trabalho que se concretiza e resulta na realização de treinamentos, possibilita benefícios e implica no processo de reprodução da força de trabalho, mercadoria criadora da mais valia.

O Serviço Social, apesar de ser reconhecido como profissão liberal, por possuir relativa autonomia para intervenção profissional, não detém de todos os meios necessários para a efetivação do trabalho, os quais se encontram sob a alçada dos empregadores. Ora, o assistente social vende sua força de trabalho, afirmando-se como trabalhador assalariado, ao tempo em que realiza as suas atividades em um processo de trabalho coletivo, considerando que não possui a capacidade e os recursos necessários para organizar sozinho o processo de trabalho (IAMAMOTO, 2012).

Assim, conclui-se que o assistente social não tem um processo de trabalho exclusivamente seu. Insere-se em processos de trabalho coletivo, pois (,) “não produz diretamente riqueza – valor e mais valia –, mas é um profissional que é parte de um trabalhador coletivo, fruto de uma combinação de trabalhos especializados na produção, de uma divisão técnica do trabalho” (Ibid, p.69). Esta afirmação de Iamamoto contrapõe-se a sua consideração – já citada anteriormente – de que “a análise da ‘prática’ do assistente social como trabalho, ***integrado em um processo de trabalho*** permite mediatizar a interconexão entre o exercício do Serviço Social e a prática da sociedade” (IAMAMOTO, 2012, p.60, grifos nossos).

De acordo com Iamamoto (2014) o significado social do trabalho profissional do assistente social, na sua relação unívoca e contraditória entre trabalho concreto e trabalho abstrato que é marca da sociedade capitalista, depende das relações sociais e contratuais que

estabelece com os seus empregadores, sejam estas unidades privadas ou o Estado, em virtude do caráter distinto das requisições e demandas realizadas.

É nesse circuito, com especificações próprias, requisitado por diferentes organismos para responder a distintas expressões da “questão social”, em determinadas condições de trabalho e com os meios de trabalho disponíveis, que os assistentes sociais se configuram como trabalhador assalariado. Nesse processo, o assistente social vende sua força de trabalho por determinado valor de troca, o qual assume a forma de salário (Ibid).

Essa forma de compreensão está subsidiada na centralidade dada à mercadoria “como unidade contraditória de valor de uso e valor, trabalho concreto e trabalho abstrato, trabalho privado e trabalho social” (IAMAMOTO, 2014, p.216-217). Nessa direção, a força de trabalho do assistente social caracteriza-se como mercadoria portadora de valor de uso, já que atende a necessidades sociais, e de valor de troca, expresso na relação de compra e venda na forma de salário, o qual deveria atender as necessidades para reprodução da força de trabalho. Em decorrência da atividade profissional do assistente social são promovidas mudanças na matéria sobre a qual incidiu o seu trabalho, com resultado material ou social (Ibid).

É, portanto, em virtude da relação de compra e venda da força de trabalho do assistente social “que se dá a objetivação do valor de uso dessa força de trabalho, expresso no trabalho concreto exercido pelo assistente social, dotado de uma qualidade determinada, fruto de sua especialização no concerto da divisão do trabalho” (IAMAMOTO, 2014, p. 217-218).

Sobre a polêmica que se instaurou nas pesquisas da área sobre a discussão ora problematizada, Iamamoto (2014) rebate que alguns teóricos vêm tratando o trabalho profissional do assistente social unilateralmente, apenas enquanto expressão do valor de uso, ocultando as relações sociais capitalistas que pressupõem a existência da propriedade privada e, por conseguinte, das classes sociais. É neste cenário que se dá a concretização do trabalho profissional e ao se desconsiderar qualquer expoente na análise, “corre-se o risco de resvalar a explicação para uma análise a-histórica, ainda que em nome da tradição marxista” (IAMAMOTO, 2014, p. 216).

Nesse sentido, Iamamoto (2012, p. 97) avalia que a compreensão do exercício profissional como prática profissional é insuficiente, pois

[...] supõe que a atividade do assistente social depende, fundamentalmente, do profissional, como se ele dispusesse da autonomia necessária para acioná-

la e direcioná-la conforme suas próprias e exclusivas exigências, o que se choca com a condição de assalariamento.

Dessa forma, ao reduzir o trabalho do assistente social à prática profissional, negligenciar-se-iam as outras mediações constitutivas do processo de trabalho, os meios e condições para sua concretização, restringindo-o a parte desse processo, a atividade determinada a uma finalidade (IAMAMOTO, 2012).

Esta forma de compreensão da atividade profissional do assistente social como trabalho sinaliza que ao afirmar-se apenas como prática profissional não se atinge a totalidade que a compreende, como se restringisse a apenas uma dimensão, a da prática, e desconsiderasse as conformações do objeto de trabalho e as condições objetivas em que o processo de trabalho se realiza.

No entanto, do ponto de vista da perspectiva com a qual se compactua neste estudo e que será analisada a seguir, esta apreensão, apesar de afirmar-se segundo a teoria social marxista, não consegue justificar coerentemente a fundamentação do Serviço Social como trabalho.

2.5.2 - A compreensão de Lessa: o Serviço Social como práxis social

Ainda no final da década de 1990 algumas problematizações e questionamentos acerca da concepção do Serviço Social como trabalho também começam a ser realizadas por pesquisadores como Costa³⁴ e Lessa, a partir da retomada e análise crítica dos fundamentos do trabalho, recorrendo-se, principalmente, a autores como Marx e Lukács.

A partir do estudo realizado por Santos (2011), o Serviço Social é caracterizado não como trabalho, mas como prática profissional, ou seja, uma forma de objetivação humana, que integra a práxis social, mas que não se limita a ela, recorrendo a autora a diferentes conceituações, especialmente de Vázquez e Lukács, para fundamentar o seu posicionamento.

Explica que para Vázquez a

³⁴ Para maior aprofundamento acerca do debate ver: COSTA, Gilmaisa Macedo da. Trabalho e Serviço Social: debate sobre a concepção de Serviço Social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Serviço Social, UFPE, 1999.

[...] práxis social é um tipo de práxis cujo objeto da atividade prática é a sociedade ou os homens reais; o objetivo é a transformação do mundo social, e a atividade toma por objeto não um indivíduo isolado, mas grupos ou classes sociais, inclusive a sociedade inteira (SANTOS, 2011, p.41).

Confrontando essa definição, Santos (Ibid) explica que Lukács considera a práxis o conjunto das objetivações humanas, dentre elas o trabalho e outras esferas como a arte, a religião e a ideologia. “Diferentemente de Vázquez, ele inclui o trabalho e as outras formas de objetivações humanas como um tipo de práxis social. O trabalho é o modelo de toda práxis social e esta, por sua vez, não se restringe ao trabalho” (SANTOS, 2011, p.42). No entanto, salienta que Lukács diferencia aquelas objetivações humanas a partir dos seus objetivos entre posições teleológicas primárias ou secundárias. Afirma que Lukács considera como trabalho, no seu sentido restrito, apenas a ação que promove a transformação da natureza e, portanto, posição teleológica primária. As outras interações promovidas entre os homens são consideradas posições teleológicas secundárias, podendo incluir, portanto, nessa perspectiva o Serviço Social (SANTOS, 2011).

O posicionamento de Lessa sobre a questão é claro e totalmente diverso ao aplicado às Diretrizes e de Iamamoto, chegando a avaliá-lo como equivocado. De acordo com Lessa (2007, p. 28), ao compreender o Serviço Social como trabalho, cancela-se o que

[...] o trabalho tem de específico, isto é, cumprir a função social de transformar a natureza em meios de produção e de subsistência, dissolve-se o trabalho em um enorme conjunto de práxis e, conseqüentemente, cancela-se a tese marxiana de ser o trabalho a categoria fundante do mundo dos homens.

No prefácio do seu livro “Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo” Lessa (2011) sinaliza que muitos dos equívocos reproduzidos na interpretação dos textos de Marx, ocorrem em virtude da adoção do Capítulo VI – Inédito de *O Capital*, com o qual há uma importante contradição sobre o conceito de trabalho produtivo presente na obra publicada pelo próprio Marx, *O Capital*³⁵.

A incongruência segundo Lessa (Ibid) se deve ao fato de que em *O Capital* o trabalho produtivo é aquele capaz de produzir mais-valia. No entanto, no Capítulo VI – Inédito

³⁵ “A preferência pelo Capítulo VI – Inédito contra *O Capital* está presente em um vasto campo do debate contemporâneo, envolvendo posições políticas e teóricas as mais diversas (por exemplo, Jacques Nagel, Poulantzas, Ricardo Antunes e Marilda Iamamoto)” (LESSA, 2011, p. 27).

publicado após a morte de Marx, há a sinalização de que a burguesia pode ser compreendida como trabalhador produtivo. Lessa (2011, p.26-27) rebate enfaticamente esta afirmativa e explica que esta “burguesia, em hipótese alguma, poderia ser produtora de mais-valia, já que cabe a ela a função social de se apropriar do trabalho excedente sob a forma de mais-valia”.

O momento contra revolucionário que se vive tende a obscurecer, as contradições inerentes à sociedade. Sob a influência das elaborações das Ciências Sociais, parte dos teóricos do Serviço Social segue o mesmo caminho, ao velar as diferenças entre o trabalho e os demais complexos sociais, identificando como trabalho a práxis profissional do assistente social (LESSA, 2007).

As implicações dessa nova forma de se pensar o trabalho e o Serviço Social trazem graves equívocos e confusões. O primeiro é de ordem ideológica e filosófica, pois “levou à identificação (incorreta) da práxis do operário com a práxis do assistente social” (LESSA, 2007, p. 67). Ao assumir essa relação de identidade encerra-se “a diferença entre trabalho e reprodução ou, então, convertendo todas as práxis sociais em ‘produtivas’”, o que significa que este não é o campo filosófico marxiano (Ibid, p. 83).

Nesse enfoque, entende-se um ponto salutar da questão. Ao se considerar o Serviço Social trabalho, há a contraposição à clássica elaboração marxiana que ao identificar os trabalhos produtivo (aquele criador de mais valia) e improdutivo (aquele que não cria mais valia) estratifica o mundo do trabalho.

É necessário sinalizar que o próprio Marx (2013) explica no capítulo V de O Capital que ao considerar o trabalho de modo geral, abstrato, como relação entre o homem e a natureza, e “[...] o processo inteiro do ponto de vista do seu resultado, do produto, tanto o meio como o objeto de trabalho aparecem como meios de produção, e o próprio trabalho aparece como trabalho produtivo” (MARX, 2013, p.258). Quando se refere ao processo capitalista de produção, o autor explica que ao mesmo tempo em que há a ampliação da concepção de trabalho produtivo, tendo em vista que “para trabalhar produtivamente, já não é mais necessário fazê-lo com suas próprias mãos; basta, agora, ser um órgão do trabalhador coletivo, executar qualquer uma das suas subfunções”, (MARX, 2013, p.577) há um estreitamento do conceito de trabalho produtivo, considerando-se que

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de

produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital (Ibid, p.578).

Pode-se apreender a partir destas considerações que o conceito de trabalho produtivo no processo de produção particularmente capitalista defendido por Marx não mais considera produtivo aquele capaz de produzir valores de uso, mercadorias, mas sim aquele que produz mais valor e serve de subsídio para a valorização do capital.

Para melhor compreensão desta distinção deve-se recorrer a um clássico exemplo de Marx (2013, p.578),

[...] um mestre escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. Assim o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direito de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar.

Desse modo, o que interessa para a caracterização do trabalhador enquanto produtivo ou improdutivo é se este, independente de onde realiza as suas funções, se numa fábrica ou numa entidade de ensino, produz mais valia, contribui para a acumulação de capital e enriquecimento do capitalista.

O segundo equívoco para Lessa (2007, p.67) é de ordem sociológica e política, o qual “levou à identificação (incorreta) da classe operária com a pequena-burguesia, classe à que pertencem os assistentes sociais”. Aqui Lessa (2007) trata uma questão fundamental em sua análise, pois, segundo o autor, a citada relação de identidade significaria, portanto, o afastamento ou perda da concepção de Marx quanto às lutas de classes e a possibilidade da revolução.

Essa afirmação também merece atenção. Considerando o projeto ético-político da profissão amparado por uma direção crítica e política voltada para a luta de classes e à emancipação humana, não se pode considerar que a profissão, ao ser reconhecida como trabalho, tenha se apartado da “classe trabalhadora” ou que as propostas da categoria se distanciem do trabalhador. Apesar de inseridos em espaços de trabalho, na função de

auxiliares da exploração, como levantado por Lessa, são nesses espaços que, minimamente, a partir da prática profissional, os assistentes sociais desvelam os direitos e os caminhos obscurecidos e incitam nos sujeitos a possibilidade de mudança.

Lessa (2007) observa ainda que essa vertente, ao considerar o Serviço Social trabalho, não permite a delimitação da identidade profissional ou a concepção do seu instrumental. Para o autor, diferentemente do trabalho, a prática do assistente social não é capaz de gerar um produto em si, assim como não tem uma matéria prima, o que torna problemático colocar a “questão social” como matéria prima do Serviço Social.

Outra observação é feita. Segundo Lessa, essa concepção, que generaliza todos os assalariados, transformando-os em trabalhadores, tem muito em comum com “os fundamentos teóricos de um certo marxismo ‘sem Marx’” (LESSA, 2007, p. 85). Esta afirmativa contrapõe-se totalmente ao realizado nas Diretrizes, posto que essas estão firmadas sob a concepção ontológica marxista do trabalho. Nesse limiar, estabelecem-se compreensões díspares sobre os caminhos seguidos pelas diferentes perspectivas. Ambos seguem a mesma tese marxiana, mas chegam a postulações distintas.

Fundamentando o seu posicionamento, como já explicitado, também na tese marxiana do trabalho, Lessa (Ibid) distingue o trabalho – aquele pelo qual o homem transforma a natureza para satisfazer necessidades – das demais práxis sociais, dentre as quais o Serviço Social. Isso se deve a uma questão fundamental: a sua função social. Segundo Lessa (2007) é a função social que torna o trabalho categoria fundante e as outras práxis sociais fundadas, sendo, portanto, o trabalho “a práxis social que produz os meios de produção e de subsistência sem os quais a sociedade não poderia sequer existir”.

Afirma Lessa (2007), portanto, que enquanto a função social do trabalho é a mediação do homem com a natureza, a função social das demais práxis sociais é realizar e reproduzir as relações dos homens entre si.

A práxis social do assistente social caracteriza-se, fundamentalmente, na relação com outros sujeitos, pelo que, através da capacidade de convencimento, possibilitará a construção de novas formas de pensar de ambos, assistente social e sujeitos de direitos. Neste ponto, a perspectiva defendida neste estudo concorda com Lessa, em virtude da distinção da natureza da função social entre o operário trabalhador e o assistente social.

Ainda segundo a abordagem de Lessa (2007), entre a classe dominante e a dominada, entre capitalista e proletariado, há uma camada intermediária, a classe de transição, à qual

pertencem os sujeitos que não transformam a natureza e que, portanto, de suas práticas não resulta um produto; mas que também não tem a propriedade dos meios de produção. Os homens e mulheres que pertencem a essa classe de transição ou pequena burguesia – dentre eles os assistentes sociais – são trabalhadores assalariados cujos salários resultam, também, da exploração do operariado. Dessa forma, “as “classes de transição” são historicamente defensoras da exploração do homem pelo homem” (LESSA, 2007, p. 73).

Uma análise realizada pelo autor não pode passar despercebida. Lessa (Ibid) considera que, em virtude dos operários constituírem a única classe que se sustenta por meio da riqueza que produz, vivendo todo o resto da sociedade da riqueza que os operários produzem, são esses os únicos comprometidos com a superação da sociedade capitalista. No entanto, Lessa (2007) faz uma ressalva: num momento de crise, onde se propõe uma revolução, nada impede que alguns membros da classe de transição tendam a se juntar ao grupo revolucionário.

Aqui, é preciso registrar, mais uma vez, que a perspectiva desenvolvida a partir deste estudo não acredita que os únicos interessados numa revolução, numa mudança social, sejam os trabalhadores, os operários que sustentam o mundo. Muito pelo contrário. Percebe-se que, com a configuração que se apresenta na atualidade, com o auge da alienação espargida sobre tudo e sobre todos, os assistentes sociais têm um papel fundamental de desmistificação das imposições dominantes e, sobretudo, de luta por uma nova ordem. Apesar de conseguirem o ganha pão também com a exploração do trabalho, os assistente sociais também podem se ajuntar à luta pela mudança da ordem social, só que de uma outra maneira.

Diante da exposição realizada, da interlocução entre as compreensões defendidas por Iamamoto e Lessa, torna-se necessário sinalizar que no posicionamento aludido a partir de então, se pondera que a prática profissional do assistente social não pode ser considerada trabalho, tendo em vista que a função social que realiza diz respeito à mediação das relações entre os sujeitos e não entre o homem e a natureza.

Apesar do trabalho do operário e da atividade do assistente social definir-se como práxis sociais, a primeira é fundante e a segunda é fundada. Isto significa que esta apreensão encontra-se firmada na concepção de trabalho de Lukács como práxis social originária, como percorrido já percorrido.

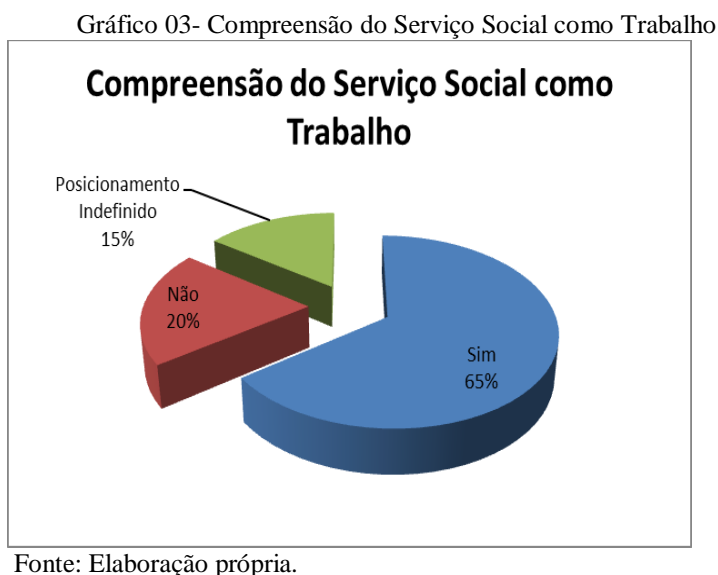
Nesse sentido, avalia-se que opostamente ao que é defendido por Iamamoto, ao considerar a atividade do assistente social como prática profissional, não há delimitação desta ação a dimensão da prática, ao que ela afirma ser a atividade adequada a fim, o próprio

trabalho. Do ponto de vista deste simples ensaio e sem maiores pretensões, conjectura-se que a ação do assistente social configura-se como uma forma de práxis social que nos diferentes campos de atuação interfere nas relações sociais entre os homens.

2.6 – Perspectivas discentes sobre o Serviço Social como Trabalho

Considerando as aproximações realizadas com as percepções das concludentes entrevistadas, observou-se que a apreensão da categoria trabalho e sua relação com o Serviço Social é incipiente. As formas de objetivação do trabalho, destacadas no decorrer deste capítulo, pouco foram percebidas pelos sujeitos da pesquisa e em nenhum caso houve aprofundamento dessa discussão.

Notou-se ainda que apesar de muitas entrevistadas sinalizarem que já tinham uma opinião formada sobre a compreensão de o Serviço Social ser ou não trabalho, apresentaram grande dificuldade de justificar coerentemente o raciocínio que sustentava a sua concepção. O gráfico 03 ilustra a forma de apropriação das discentes.



Diante dos dados, notou-se que 65% das discentes afirmaram ter concepção do Serviço Social como trabalho; 20% não o compreendem enquanto trabalho, e 15% das discentes, por reconhecerem a complexidade do debate, não possuem um posicionamento definido. O entendimento deste último grupo de discentes acerca das diferentes concepções que envolvem esse debate pode ser observado nas falas que seguem.

Não é nem sim, nem não. É aquela questão do fato de até hoje eu não ter essa clareza. [...] Eu tenho clareza do debate, mas eu não tenho a clareza da minha percepção em cima disso ainda, não tenho uma opinião formada, fechada. Então eu tenho dúvidas ainda em relação a isso. Durante a disciplina, a gente, principalmente, no caso, Serviço Social e Trabalho que é um debate mais forte, a gente foi instigado no momento a ver os dois lados e tomar uma decisão ou não, ou ir construindo ao longo, porque ela também não é no final do curso, ela é no meio. Então você vai ter outros espaços pra ir amadurecendo ou não sua ideia sobre aquelas coisas. Então, eu tô saindo do curso agora, mas eu ainda tenho as minhas dúvidas. Mas é como aquela história também que eu disse de tentar evitar o termo trabalho ao falar do Serviço Social, tentar utilizar o termo exercício profissional (Entrevistada 13).

Eu vou dizer assim, que eu não tenho uma opinião formada. [...] a gente teve o debate em relação a isso e tem as perspectivas teóricas, né? Iamamoto defende a questão do trabalho e acho que Lessa que defende o contrário. Eu não tenho um aporte teórico pra tá debatendo em relação à questão do que é que eu penso. Se eu vou na linha da Iamamoto, de Lessa ou de outros teóricos que defendem ou não. [...] Mas, eu penso dessa forma. Eu ainda não tenho posicionamento, nem suporte teórico pra tá falando, o que é que eu posso afirmar, mas sei da questão da polêmica e, apesar de existir a polêmica a gente ainda retrata muito Serviço Social como trabalho, apesar de não debater ele profundamente, né? A gente trata como trabalho sem trazer a questão que seja (Entrevistada 17).

Teve durante essas disciplinas, realmente teve uma discussão bem forte [...]. Aí, agora assim, eu falar pra você que eu já tenho uma ideia concreta de se é ou não, efetivamente eu ainda não tenho. Mas, porém, contudo, no entanto, eu tenho uma tendência a achar que não é. [...] No caso, as discussões na área de Serviço Social que a gente ver mais discutindo em relação ao Serviço Social ser considerado trabalho é Iamamoto, né? [...] ela sempre aborda como o Serviço Social sendo um trabalho. Já nas discussões de Sérgio Lessa, [...] eu entendo melhor. [...] Então se a gente for analisar os escritos de Marx o Serviço Social não vai ser considerado como trabalho, já que no sentido dele, são mais voltados pro chão da fábrica, né? Tem toda essa questão do operariado, né? (Entrevistada 20).

Apesar de afirmarem que não possuem um posicionamento definido por persistirem algumas lacunas na apreensão das diferentes concepções, as discentes supracitadas conseguem diferenciar o ponto de partida das percepções de Iamamoto, Lessa e Marx, visto que, de acordo com a primeira o Serviço Social é trabalho, já o segundo tem um posicionamento contrário, e o terceiro, se for considerando o sentido ontológico, também não é trabalho.

A formação acadêmica não propiciou o esgotamento do debate, de forma a esclarecer o seu significado. Por outro lado, deve-se ponderar que não se pode esperar que somente nas

disciplinas “Trabalho e Sociabilidade” e “Serviço Social e Processos de Trabalho” haja aprofundamento e superação do debate.

Dentre as respondentes que compreendem o debate Serviço Social/trabalho, observa-se que se delinearam dois posicionamentos colidentes: SIM/NÃO.

O posicionamento contrário à compreensão do Serviço Social como trabalho ampara-se no que defende Lessa (2007), por considerar que o Serviço Social não é trabalho em virtude de não se caracterizar como o processo de transformação da natureza em coisas úteis para a satisfação de necessidades sociais. O Serviço Social é para o autor (2007) uma práxis social decorrente do trabalho, posto que, este se configura como a categoria fundante do ser e das outras práxis sociais. O que permite que uma categoria seja caracterizada como trabalho ou práxis é a sua função social e, desse modo, a função social do trabalho é mediar a transformação da natureza, enquanto, que a do Serviço Social é mediar relações entre os homens, entre os sujeitos sociais. A concepção de trabalho assentada nos seus fundamentos ontológicos está imbricada a teoria social de Marx.

Não. Eu não entendo como trabalho não. Porque o Serviço Social assim, no meu lado. Por mais que muitos autores falam como Iamamoto. Ela diz que é trabalho, mas pra mim é profissão. [...] Eu não considero que é trabalho (Entrevistada 06).

Não. Porque o trabalho é a categoria fundante do ser social. O homem transforma o trabalho pra a criação de valores de uso. Nós não transformamos algo em valores de uso, né? O Serviço Social é um complexo social. Ele é oriundo do trabalho. [...] Porque nós não transformamos algo em valores de uso. E o trabalho é isso (Entrevistada 10).

Não. [...] Porque, na verdade, eu parto do sentido do trabalho no sentido ontológico. Aí no caso, o trabalho para Marx seria a transformação da natureza. E o Serviço Social, no caso, ele não possui uma matéria prima específica, ele trabalha com a questão social, mas a questão social não é algo que se possa intervir diretamente e transformá-la. Parte mais de condições mais subjetivas. Então, eu acho que é mais amplo [...] não é uma matéria em si, não é um objeto concreto (Entrevistada 11).

É uma questão que deixa dúvida, mas eu, a partir do que eu tive acesso dos textos de Marx, não tem como falar que é trabalho, porque a gente não trabalha com uma obra prima, com um trabalho mais manual. [...] É ou não é trabalho? Porque tem autores que afirmam que é trabalho sim, mas se a gente for analisar de acordo com as obras de Marx, não tem como dizer que é trabalho. Porque o assistente social, ele não transforma, ele não pega uma coisa pra transformar assim materialmente, né? A gente trabalha com mais coisas ideológicas ou filosóficas, do que isso, né? Efetivar direitos não chega a ser uma coisa material (Entrevistada 12).

A maioria das justificativas das discentes para que não compreendam o Serviço Social como trabalho está relacionada à concepção do trabalho quanto ao sentido ontológico e, portanto, sustenta-se no entendimento de Marx e no posicionamento de Lessa quanto ao Serviço Social.

Em contrapartida, outros sujeitos destacaram sua aproximação ao debate com a defesa da compreensão de ser o Serviço Social trabalho. Porém, ressalta-se a existência de imprecisões de interpretação, ou mesmo, do insuficiente aprofundamento do debate, o que levou a redução da complexa relação que esta discussão impõe, a questões do imediatismo profissional.

Bom. O Serviço Social é um trabalho sim. [...] pra ser uma categoria trabalho ele tem que... [...] É uma categoria... é trabalho, é um trabalho sim. [...] É atividade produtiva, assalariada, é que gera frutos pra sociedade. [...] Não é como outros tipos de trabalho que vai ter um material concreto. Mas ele vai trabalhar no sentido de mudar a perspectiva da sociedade. Na dimensão diferente de outros tipos de trabalho. Ou seja. Tá mudando, de novo trabalhando diferente dos outros por não gerar um produto final, mas de certa forma, tem o seu produto que é diferenciado por ele (Entrevistada 15).

Eu acho que é muito complicado. É complexo. Então, foi péssimo essa disciplina pra mim. Eu acho que é trabalho sim. Por que não é trabalho? O trabalho não é o fundamento de tudo? Eu acho que é trabalho sim. [...] Ele tende a transformar uma dada realidade. Não é porque a gente não trabalha com algo físico, palpável [...]. Como é que eu posso explicar? O trabalho são as nossas ações pra transformar aquela realidade. [...] Tenta, né? Tenta. Se bem que às vezes não consegue. Porque diante de tudo, do sistema, enfim. Mas sim. Tenta sim (Entrevistada 18).

Embora não haja essa compreensão, as entrevistadas sinalizaram um processo de amadurecimento do debate no Serviço Social: um tipo de trabalho. O Serviço Social, assim como as demais profissões, está inserido na divisão social e técnica do trabalho, na qual assume determinado papel e funções específicas, que corroboram para a reprodução da sociedade.

Apesar das discentes mencionarem as perspectivas de Iamamoto e Lessa nas entrevistas e apresentarem elementos de um debate que foi incitado em sala de aula e cujas reflexões permanecem, na análise dos programas ou ementas das disciplinas, constatou-se que apenas na disciplina “Serviço Social e Processos de Trabalho” da IES (B) são utilizadas duas produções de Iamamoto, mas nenhuma de Lessa, e na disciplina “Trabalho e Sociabilidade” da IES (A) apenas uma obra de Iamamoto.

Nas falas seguintes, ainda que se tenha a compreensão da existência do debate e ressalte a sua inserção na disciplina, não se consegue elucidar ou diferenciar as perspectivas postas, além de reduzir a questão social.

Porque ele não se dá em produção, mas eu acho que sim. Então, por quê? Porque quando a gente estudou lá em Serviço Social e Processo de Trabalho a discussão que Lessa faz [...] que ele discute que o trabalho é aquele que o trabalhador tá no chão da fábrica, tem que tá produzindo. Foi isso que eu me recordo. Mas eu não lembro muito. Iamamoto assim... eu lembro que eu li, mas eu não me lembro, eu não me recordo à discussão que ela faz do trabalho. Mas é aquela confusão de trabalho e emprego, né? [...] Na cabeça da gente se mistura. Então as categorias às vezes não ficam muito claras. Trabalho é aquele que você pega esse bem e transforma. É muito concreto. [...] Só que na perspectiva contemporânea, na atualidade a gente sempre mistura trabalho e emprego. [...] Ele trabalha como classe trabalhadora, né? Em busca da emancipação... não é assim emancipação. [...] Por que que o Serviço Social é trabalho? [...] Por que que ele é trabalho na perspectiva marxista? [...] Ele trabalha como a classe trabalhadora. Ou em outra esfera, porque tem vários campos de trabalho. Mas ele trabalha com as expressões da questão social. E aí, através de políticas públicas, através de políticas sociais. Então eu acho que ele desenvolve atividades que pode ou não ocasionar alguma mudança ou não social ou de relações menores, não sei dizer agora. Então eu acho que por isso pra mim ele é trabalho. [...] Porque ele desempenha funções, ele desenvolve diversas atividades [...] que se propõe ou não a mudar alguma realidade [...] (Entrevistada 16).

Ele transforma o homem e a natureza. Eu acho que o Serviço Social ele transforma de certa forma, a natureza, o homem. Por que não? O trabalho seria a relação do homem em contato com a natureza. Quando o homem exerce atividade ele também se transforma e eu acho que a gente também é transformado de acordo com as condições que a gente vai vivenciando com relação ao outro ser humano. Aí foi quando o professor [...] disse assim que a gente não seria a natureza. Eu digo: mas nós somos a natureza. [...] Eu acho que a gente se transforma porque a gente enriquece com a situação que vai vivendo e aprendendo. O homem, de certa forma, como o professor diz, a gente não conscientiza ninguém, ninguém muda a mente de ninguém. [...] É muito complicado. Eu acho que uma é Lessa. Diz que não é. E Iamamoto diz que é trabalho. [...] Iamamoto que diz que não é trabalho. Ou que é trabalho, porque ela tem uma relação com a natureza, só que ela não fala da transformação. E Lessa diz que não é porque pra ser trabalho tem que haver essa relação [...] do homem com a natureza e nessa relação o homem também se transforma. Eu acho que é isso [...] Iamamoto, ela fala [...] que a questão social é o objeto. [...] Serviço Social é trabalho porque há uma transformação enquanto nós como ser humano. Eu acho que isso (Entrevistada 19).

Considerando os trechos relacionados, pode-se perceber o nível de confusão teórica que envolve o entendimento das distinções das perspectivas dos autores, à medida que se

afirma que Iamamoto, ao compreender o Serviço Social como trabalho, define-o como relação entre o homem e a natureza, o que jamais pode ser debitado a autora. Defende-se também que o homem é natureza e que, por isso, como objeto, pode ser transformado pela ação de outro homem, o que poderia justificar a assertiva do Serviço Social como trabalho.

Nesse ponto, evidencia-se a complexidade da temática e a necessidade de aprofundamento teórico nas disciplinas.

A frágil e insuficiente clareza de compreensão também atinge a relação que se manifesta com a venda da força de trabalho, utilizada pelas discentes para exprimir o Serviço Social enquanto trabalho.

Eu acredito que seja trabalho, porque como você falou da questão da matéria prima, o homem faz com que ela seja vendida, ou não? [...] Ele usa a sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência e gerar renda (Entrevistada 01).

[...] pra mim tem dois sentidos, eu acho que sim, mas eu acho que não. Mulher, não. [...] Porque o trabalho é como se tivesse vendendo minha força de trabalho e o Serviço Social é mais que isso, né? É [...] trabalhar com pessoas, a pessoa tem que se dar mais. Acho que não. Coloque não. [...] Porque trabalho a gente tá vendendo, mas por outro lado é viu? O Serviço Social na Contemporaneidade. [...] eu não vou saber explicar, porque não é uma venda da nossa força de trabalho. [...] Essa questão tá meio complexa, né?! [...] Olhando por outro lado é. Então coloque sim. [...] Porque a gente vende a nossa força de trabalho. Não deveria ser assim, né? A gente devia se doar mais (Entrevistada 02).

Compreendo que o Serviço Social é trabalho porque é a atividade, exerce e recebe por isso? Embora eu já ouvi falar que tem uma fala, uma abordagem de sala que o Serviço Social não é trabalho. Porque eu não sei, deixe eu ver se eu me lembro o que foi que a professora falou sobre isso de que o Serviço Social não é trabalho. Porque trabalho seria aquilo que a gente transforma, né? Transforma a natureza. E a gente não vai transformar a natureza. Então, o Serviço Social não é trabalho. [...] Se é trabalho ou não? Na perspectiva de transformar a natureza, não. Mas se não for assim é trabalho (Entrevistada 04).

Sim. [...] Porque assim, o assistente social está inscrito na divisão social técnica do trabalho. [...] Além de estar ali pra ajudar, pra orientar os usuários que chegam a gente a como garantir os seus direitos, nós também somos trabalhadores. [...] O assistente social é um trabalhador assalariado e aí, às vezes ele também, do mesmo jeito que o capitalismo coloca o trabalhador sem ser o assistente social na [...] precarização do trabalho, o outro trabalhador, às vezes o assistente social também acaba sendo vítima dessa precarização do trabalho. Então, eu entendo sim, que o assistente social ele tá ali lutando pela classe trabalhadora. A gente tomou partido com a direção social, da classe trabalhadora, mas nós também somos, somos trabalhadores e também temos os nossos desafios, as nossas lutas [...] (Entrevistada 03).

Para a explicação da definição do Serviço Social como trabalho tentou-se equiparar esta categoria complexa e originária à atividade remunerada ou ao processo de venda da força de trabalho pela qual se recebe em troca uma remuneração, sob a forma de salário que permite a subsistência do trabalhador, e segundo esse argumento, do assistente social.

Considerando o risco de algumas colocações, deve-se ter muita atenção e destreza ao analisar as concepções resultantes das entrevistas. Depois de todas as lutas travadas ao longo do processo de reconhecimento do Serviço Social enquanto profissão regulamentada por legislação específica e legalmente constituída, não se devem reproduzir equívocos desta natureza: considerar que o assistente social ao vender a sua força de trabalho não devia receber remuneração por esta atividade, posto que ele “devia se doar mais”.

Neste ponto, sinaliza-se a compreensão do Serviço Social como trabalho por tratar-se de uma profissão e, assim, são postas como sinônimos, concepção firmada sob o senso comum.

Sim. [...] Hoje ela é uma profissão, o Serviço Social. [...] Hoje é uma profissão, uma coisa que antes não era. Antigamente ela não era caracterizada como profissão, né? E hoje ela é, e ela tem a função de olhar o que a sociedade em si, na minha perspectiva, né? Olhar a sociedade em si. De que forma? Em cada área, né? Então, pra mim é uma profissão, um trabalho. [...] A função do Serviço Social é intervir, né? Naquele meio que tá necessitando. Ela vai intervir, na minha concepção. Mas, ela não é só por isso que ela é um trabalho. Porque também tem 40 horas semanais e tudo mais, é remunerado, né? E tudo mais (Entrevistada 07).

[...] nos últimos tempos a gente pode dizer que compreende como trabalho. Porque já tem como você estudar, você tem como ter o nível superior. E o Serviço Social hoje ele é considerado uma profissão. Mas tem muitas pessoas que não pensam dessa forma. [...] Sim, trabalho é como se fosse profissão (Entrevistada 09).

Nestas situações, ao abordar trabalho e profissão como categorias semelhantes, obscurecem-se as relações que particularizam a realização do trabalho e do processo de trabalho, distanciando-se de uma compreensão baseada numa formação crítica que vislumbra a análise dos fenômenos da totalidade.

Duas respostas destoaram totalmente da temática e, em outra, as imprecisões marcaram a tentativa de explicação, visto que, ficou evidenciada a falta de suporte teórico para justificar a afirmativa depreendida pelas entrevistadas de ser o Serviço Social compreendido como trabalho.

Sim. [...] Porque, aí a gente vai voltar lá pra década de 70, que é desde quando o Serviço Social, ele sempre teve o nome de caridade, mas era [...] aquela postura da década de 70. Mas ele com o capitalismo, [...] o Serviço Social, ele surge na intenção da garantia dos direitos. E aí, o profissional do Serviço Social surge pra orientar na questão trabalhista também. [...] Porque o Serviço Social ele é regulamentado, né? Não só porque ele é regulamentado. [...] o operário tá lá pra na manutenção da máquina, apertando os botõezinhos e tal, né? E o assistente social tá ali pra auxiliar o trabalhador, o operário, orientando ele, é, não só a ele, mas as famílias se por acaso acontece um acidente com ele, ela tá lá pra orientar, auxiliar o médico. Tá lá pra orientar a questão do INSS se ele precisar ficar encostado, tá ali pra auxiliar as famílias em si, se por acaso for algo grave e ela, a assistente social é que vai passar pra família, né? Então, ele é um trabalho [...] como se fosse uma enfermeira, você vai pra enfermagem pra cuidar dos outros. Então você tá ali pra auxiliar o trabalhador no desempenho. Assim, desde de estimular ao serviço dele até auxiliá-lo nos seus direitos. Mais ou menos isso (Entrevistada 05).

Sim. [...] Assim, porque na verdade o Serviço Social é uma profissão que no caso é de caráter ético político [...] direcionada a questão social no Serviço Social. E ele é considerado sim uma profissão como qualquer outra. Mas visa à questão dos direitos e dos cidadãos (Entrevistada 08).

Eu não cheguei a uma conclusão exata, mas eu sempre quis acreditar que o Serviço Social é trabalho sim. Porque mesmo o Serviço Social sendo a categoria ontológica que transforma o homem. Mesmo que a gente não esteja participando exatamente do processo de produção, que é como defendem alguns autores, que [...] a categoria trabalho a partir do momento em que o homem trabalha no processo de produção. O Serviço Social não faz parte diretamente. Apesar disso, a nossa prática, o Serviço Social, eu acredito sim que seja trabalho e que essa prática fornece pra que a gente consiga se legitimar enquanto ser fundante, ser social, e consegue fazer com que a gente se emancipe enquanto ser humano. É complicado porque de fato, a categoria trabalho, ela é muito complexa. [...] Eu não consigo assim chegar num resultado. Eu entendo o Serviço Social como trabalho. [...] Embora, a gente não trabalhe diretamente na produção (Entrevistada 14).

Quanto a estas percepções, explicita-se que as compreensões vão desde afirmar o Serviço Social como categoria ontológica responsável pela transformação do homem, ao considerar o assistente social um auxiliar dos operários e da sua família para a viabilização de direitos, bem como do médico, como uma enfermeira para cuidar dos outros. Aqui reside um forte caráter assistencialista com reforço da caracterização da profissão como ajuda.

Opõe-se desta concepção a compreensão do Serviço Social defendida neste estudo, ou seja, como profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho, gestada no processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista, quando o Estado assume para si uma nova função, o controle da classe trabalhadora. O Serviço Social, neste cenário, adentra como

estratégia de mediação das tensões sociais e enfrentamento das diferentes manifestações da questão social, pelo que utiliza e toma como lócus efetivo do exercício profissional, novas alternativas desenvolvidas pelo Estado para rebater àquelas problemáticas, as políticas sociais.

O Serviço Social legitima-se, portanto, como profissão socialmente e embasamento teórico metodológico, ético político e técnico-operativo para a intervenção profissional, que tem como projeto característico, a defesa da emancipação humana.

As compreensões levantadas junto às entrevistadas encontram-se organizadas, sinteticamente, na tabela 06.

Tabela 06 – Compreensão do Serviço Social como Trabalho ou não (Discentes Concludentes do Curso de Serviço Social – Período 2014-2).

Questionamento	Categorias	Número de Respondentes	Porcentagem (%)
Compreensão do Serviço Social como trabalho ou não/Justificativa	Compreende o debate, mas diante da complexidade do tema não tem posicionamento definido.	03	15%
	Não. Considera trabalho no sentido ontológico, de transformação da natureza, transformação de matérias primas em produtos socialmente úteis. O Serviço Social não realiza essa transformação.	04	20%
	Sim. Especifica como um tipo de trabalho.	2	10%
	Sim. Relaciona à venda da força de trabalho ou como sinônimo de profissão.	6	30%
	Sim. Sinaliza a existência do debate através de autores de abordagens opostas, mas não consegue justificar.	2	10%
	Desconhecimento do tema ou imprecisão	3	15%

Fonte: Elaboração própria.

Ao observar os dados colhidos, deve-se considerar um dos pontos retratados na fala da Entrevistada 17³⁶, onde registra que muitos abordam o Serviço Social como trabalho indiscriminadamente, mesmo sem entender realmente o significado dessa concepção. Tal situação também pode ser verificada em algumas compreensões de trabalho apresentadas pelas discentes, por exemplo, abordando a categoria trabalho como sinônimo de profissão ou atividade regulamentada.

Aqui reside talvez um dos pontos basilares para os graves equívocos que são reproduzidos por discentes e assistentes sociais que ao não entenderem corretamente as categorias principais de sua formação e, nesse caso, sobre o trabalho, recaem constantemente

³⁶ A entrevistada 17, por reconhecer a complexidade do debate, afirmou ainda não ter uma posição definida a respeito.

em discursos incoerentes e contraditórios a respeito do Serviço Social e do exercício profissional. Isso também é possível de ser visualizado em publicações da área que tomam o Serviço Social, por exemplo, como trabalho desde o título, mas não fazem nenhuma referência à concepção teórica que estão se baseando ou simplesmente reproduzem a categoria trabalho como sinônimo de profissão ou emprego.

Dessa forma, as deficiências presentes no processo de formação não só prejudicam o andamento do aprendizado do discente, mas conseqüentemente, reproduz-se no exercício profissional.

Há, portanto, um ciclo de repetidas incompreensões que precisam ser discutidas, seja com maior ênfase na abordagem dessa categoria na sala de aula ainda na graduação, seja através dos cursos e especializações que constituem a formação continuada profissional.

É necessário o cuidado para que não se trate desse e de outros temas tão importantes para a formação do assistente social com superficialidade ou como se fosse uma categoria de pouca relevância para o exercício profissional, desconsiderando este debate como se pouco tivesse a contribuir para o cotidiano do assistente social. Que não se caia assim, na armadilha de reproduzir, mais uma vez, a ideia de que parte do que se aprende na formação, na teoria, não fundamenta a prática profissional.

CAPÍTULO III

A DINÂMICA RELAÇÃO FORMAÇÃO/EXERCÍCIO/REALIDADE NA PERSPECTIVA DISCENTE

3.1 – Atividade e práxis

Como se observou no Capítulo I, o trabalho e os distintos complexos sociais decorrem de diferentes formas de práxis. O Serviço Social não se afasta desses complexos, por ser, ele próprio, uma forma de práxis social. A compreensão dessa objetivação fez-se necessária no sentido de desvelar a dinâmica relação teoria/realidade.

A princípio, recorre-se à discussão elaborada por Vázquez (1977, p.185) a respeito da práxis, a partir da célebre frase: “toda práxis é atividade, mas nem toda atividade é práxis”. Daqui, já se pode aferir, portanto, que não se deve cogitar a abordagem enquanto sinônimos de atividade e práxis, visto que, esta última se particulariza como “forma de atividade específica” (Ibid, p.185-186).

De maneira geral, o conceito de atividade é, segundo Vázquez (1977, p.186), “o ato ou conjunto de atos em virtude do qual um sujeito ativo (agente) modifica uma matéria-prima”. Considerando a amplitude que se dá à atividade nesta definição, não há qualquer especificação do tipo de ação que se realiza, de quem seja o ator executor dessa ação, nem do tipo de matéria-prima que é objeto da ação, ou até mesmo, que espécie de produto é resultante dessa atividade.

A atividade prática humana se distingue, em contrapartida, conforme explicita Vázquez (Ibid, p.187), por compreender que só se realiza “quando os atos dirigidos a um objeto para transformá-lo se iniciam com um resultado ideal, ou finalidade, e terminam com um resultado ou produto efetivo, real”. A capacidade essencialmente humana de projetar idealmente, no plano da consciência, um resultado que se pretende concretizar a partir da ação, restringe ao homem a inclinação para efetivar esse tipo de ação. A atividade humana “se desenvolve de acordo com finalidades e essas só existem através do homem, como produtos de sua consciência” (VÁZQUEZ, 1977, p. 189).

A práxis pressupõe, portanto, a efetivação de uma relação unívoca e ineliminável: “uma atividade teórico-prática, nem somente teórica, nem somente prática. Isso significa que

a práxis possui um lado ideal – teórico – e um lado material – propriamente prático –, que só se separam por um processo de abstração [...]” (SANTOS, 2011, p.36). Esta suposta separação apenas se realiza no plano do pensamento, pois tão-somente a reunião dos dois movimentos “teórico” e “prático” constitui um único processo de transformação material denominado práxis.

Assim, para que realize uma atividade prática, o homem deve concretizar materialmente as finalidades pensadas num plano anterior e transformar uma matéria-prima real em um resultado concreto, a partir de meios também objetivos. Portanto, para que se caracterize como práxis a ação humana deve se realizar efetivamente e resultar num produto objetivo, pois “a simples atividade subjetiva – psíquica – ou meramente espiritual que não se objetiva materialmente não pode ser considerada como práxis” (VÁZQUEZ, 1977, p.194).

Há também, nesse processo, uma dupla dimensão de transformação. Objeto e sujeito sofrem um mútuo movimento de objetivação e (auto) construção. Segundo Santos (2011, p.40)

[...] a transformação da natureza pelo homem (atividade objetiva) e, por sua vez, a transformação do homem pela natureza (atividade subjetiva) são o universo da práxis humana. O trabalho é considerado, então, a forma primária e central de objetivação humana.

Os diferentes tipos de práxis são caracterizados de acordo com a natureza das matérias-primas utilizadas, as quais podem ser naturais, já ter sido objeto de uma transformação anterior, ou ainda ser o próprio homem, grupos ou a sociedade. A *atividade prática produtiva* ou *práxis produtiva* é representada pelo trabalho e, para Vázquez (Op. Cit, p.197-198), configura-se como a principal forma de práxis, posto que

[...] nela o homem não só produz um mundo humano ou humanizado, no sentido de um mundo de objetos que satisfazem necessidades humanas e que só podem ser produzidos na medida em que se plasmam neles finalidades ou projetos humanos, como também no sentido de que na práxis produtiva o homem se produz, forma ou transforma a si mesmo.

A *práxis artística* resulta na produção objetiva de obras de arte, para atender não a “uma necessidade prático-utilitária, mas” a “uma necessidade geral humana de expressão e objetivação” (Vázquez, 1977, p.198).

Na *práxis científica ou experimental* o resultado real imediato que se almeja é sempre teórico e realiza-se “quando o pesquisador atua sobre um objeto material modificando à vontade as condições em que se opera um fenômeno” (Ibid, p.199).

Segundo Vázquez (1977) quando a matéria-prima, o objeto da atividade prática humana é o próprio homem e se tem como finalidade a sua transformação ou das relações sociais, econômicas e políticas que o envolvem, esta assume a corporeidade de *práxis social*, a qual por diferentes configurações acaba por desdobra-se em *práxis política* e *práxis revolucionária*.

A *práxis social* é aquela “em que o homem é sujeito e objeto dela, na qual ele atua sobre si mesmo” (SANTOS, 2011, p.41). Ou, de maneira similar, o sujeito ativo tem como objeto para análise e transformação as classes sociais, os grupos de indivíduos ou a sociedade constituída. Aqui, cabe advertir, no entanto, que de forma geral toda atividade prática possui um caráter social, uma vez que

o homem só pode levá-la a cabo contraindo determinadas relações sociais (relações de produção na *práxis produtiva*) e, além disso, porque a modificação prática do objeto não humano se traduz, por sua vez, numa transformação do homem como ser social (VÁZQUEZ, 1977, p.200).

Isso significa que em todas as formas de *práxis*, independente da espécie de produto real final que foi criado há, de uma forma ou de outra, mesmo que num plano secundário, a transformação do homem que enriquece, progressivamente, a cada nova objetivação por ele criada e das relações sociais por ele estabelecidas. Além disso, os homens se inter-relacionam segundo cada nível de organização da sociedade e, nesse processo são atendidas necessidades não de um sujeito isolado, específico, mas de uma sociedade que se reproduz, ininterruptamente. Disso decorre, sobretudo, o caráter social da *práxis*.

Nesse aspecto, consiste talvez o principal ponto divergente nas análises sobre *práxis* entre Lukács (2013) e Vázquez (1977). Enquanto Vázquez, como se apresentou acima, delineia o trabalho como *práxis produtiva* e a distingue da *práxis social*, Lukács (2013) defende que o trabalho – como também já sinalizado no início dessa discussão – é modelo fundamental de *práxis social*, ao passo em que inclui nesta categoria as demais expressões das objetivações humanas. Apesar destas formações ocuparem um único grupo de *práxis* – a *práxis social*, elas representam atividades fins essencialmente distintas.

A diferenciação que Lukács realiza entre as práxis sociais, assim como Vázquez entre as formas de práxis, está firmada nos tipos de objetos e objetivos da ação. Mas, Lukács, diversamente do outro autor, conduz a sua argumentação seguindo a primazia do trabalho, enquanto objetivação originária e impulsionadora das demais construções humanas. Dessa forma, explica que enquanto o trabalho é caracterizado como a relação de transformação da natureza (objeto) pelo homem (sujeito) e, portanto, fundador da sociabilidade humana; os outros complexos (a arte, a ética, a religião) resultam da interação entre os homens (agora como sujeito e objeto da ação) e são “formas ulteriores e mais desenvolvidas da práxis social” (LUKÁCS, 2013, p.83).

Diante disso, e considerando que a atividade prática resulta da imbricada relação entre teleologia e causalidade, Lukács (Ibid) assevera que existem duas expressões da supracitada relação, a saber, a *primeira forma de pôr teleológico (pôr teleológico primário)* e a *segunda forma de pôr teleológico (pôr teleológico secundário)*.

Logo, os pores teleológicos primários dizem respeito a atos direcionados a transformação da natureza, ou seja, ao trabalho; e os pores teleológicos secundários referem-se “a tentativa de induzir outra pessoa (ou grupo de pessoas) a realizar, por sua parte, pores teleológicos concretos” (LUKÁCS, 2013, p.83). Posto isto, são atos cujos atores visam transformar outros homens e possibilitar que estes modifiquem relações sociais e conotações da realidade. Vale acrescentar ainda que,

[...] o objeto desse pôr secundário do fim já não é mais algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano; o pôr do fim já não visa a transformar diretamente um objeto natural, mas, em vez disso, a fazer surgir um pôr teleológico que já está, porém, orientado a objetos naturais; da mesma maneira, os meios já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar essas intervenções por parte de outros homens (Ibid, p.84).

Derivada da práxis social, a *práxis política* requer a participação de grupos ou classes com representatividade dos seus respectivos interesses de classe para transformação e organização da sociedade. A atividade política é práxis, *primeiro*, conforme explica Vázquez

[...] na medida em que a luta que os grupos ou classes travam está vinculada a certo tipo de organização real de seus membros (instituições e organizações políticas, como são, por exemplo, os partidos); em *segundo lugar*, ainda que a atividade política seja acompanhada de um choque e

contraposição de ideias, projetos, programas, etc., e essa luta ideológica exerça uma influência indubitável nas ações políticas reais, concretas, o caráter prático da atividade política exige formas, meios e métodos reais, efetivos, de luta; assim, por exemplo, o proletariado em sua luta política se vale de greves, manifestações, comícios e inclusive de métodos violentos. Em *terceiro lugar*, a atividade política gira em torno da conquista, conservação, direção ou controle de um organismo concreto como é o Estado. O poder é um instrumento de importância vital para a transformação da sociedade (VÁZQUEZ, 1977, p.200-201, grifos nossos).

Seguindo o mesmo raciocínio, a práxis revolucionária é expressão culminante da forma mais desenvolvida da práxis política, cujos sujeitos desta atividade prática transformadora devem reconhecer-se e organizar-se na forma de uma classe determinada, o proletariado. Ademais, corrobora Santos (2011) que, esta atividade prática também prescinde de uma teoria que agencie a formação da consciência dos operários enquanto constituintes desta classe social. Esta práxis tem deste modo, como finalidade “mudar radicalmente as bases econômicas e sociais em que se baseia o poder material e espiritual da classe dominante, e instaurar assim uma nova sociedade” (VÁZQUEZ, Op. Cit., p.201).

Há, nesse sentido, a clara indicação da identidade desses sujeitos revolucionários que, reconhecidos enquanto classe trabalhadora, tornam-se capazes de transforma-se e transformar a realidade. Isso significa pressupor que as formas de organização, produção e reprodução de uma sociedade são construídas pelos homens através das distintas expressões da práxis e que, consequentemente, também por meio delas podem ser modificadas.

É preciso entender que à medida que o ser social estabelece novas necessidades, cria objetivações e relações sociais cada vez mais complexas, funda determinados modos de vida como a comunidade primitiva, o escravismo, o feudalismo e o capitalismo. Deve-se compreender, desse modo, que as diferentes formas de produção e organização social, em particular aquela que se baseia na propriedade privada dos meios de produção e divisão de classes entre trabalhadores e capitalistas, ou seja, a sociedade capitalista é uma construção social e que por isso, pode ser superada por outra forma de organização social, mesmo que se tente a todo custo difundir, através da ideologia dominante, a concepção de sua irrevogabilidade, como visto no capítulo I.

Cada modo de vida e de produção social é decorrente do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Estas dizem respeito à maneira determinada como se dão as relações entre os homens e entre estes e a natureza. Aquelas representam os elementos

necessários ao processo de trabalho, a saber: os meios, o objeto e a força de trabalho, a atividade do homem adequada a um fim. É a partir da interlocução entre as relações de produção e as forças produtivas que se avista um modo de produção e, este se modifica, ao tempo em que os seus elementos propulsores se desenvolvem.

Ao intervir na realidade, o assistente social não pode prescindir da compreensão da dinâmica social que a revela, o que pressupõe a práxis, ou seja, a unidade teoria/prática, e, neste caso, na forma de práxis social.

3.2 – Teoria e prática: união de opostos

As dificuldades na compreensão da teoria social de Marx e os equívocos provenientes da incorporação equivocada do marxismo pelo Serviço Social brasileiro, como já discutido, resultam em constantes questionamentos que incorrem em discentes e assistentes sociais sobre a relação teoria/prática e a instrumentalidade profissional no cotidiano profissional.

Esses equívocos se manifestam, de acordo com Santos (2011, p.13), sobre três perspectivas: a primeira é a de que “a ‘teoria se transforma em prática’”; na segunda “defende-se que a prática fala por si só, ou seja, a ação prática oferece, também de imediato, a teoria, a qual seria, portanto, apenas a sistematização da prática”; e a terceira é a “de que *a teoria social de Marx não instrumentaliza para a ação*”. No entanto, considerando a perspectiva do materialismo histórico dialético

[...] a teoria se distingue da prática, é ato do pensamento, o qual, todavia, dirige-se para um objeto – produto da prática –, ou seja, a teoria almeja o conhecimento da constituição do concreto, entretanto, esse concreto tem sua gênese na prática, é nela que se expressam as determinações do objeto. Dessa forma, teoria e prática se distinguem ao mesmo tempo em que estabelecem uma relação de unidade (SANTOS, 2011, p.27).

Dessa forma, Santos (Ibid) refuta a ideia reproduzida insistentemente de que “na prática a teoria é outra”, analisando de forma irônica que essa colocação só seria possível, caso a teoria fosse definida como uma questão definitiva, fechada, que se encaixa na prática. Nesse sentido, coaduna-se com a abordagem da autora e entende-se como teoria a compreensão por meio do pensamento dos diferentes constituintes do objeto, da realidade

posta, e a prática como o movimento de constituição desse objeto, aparecendo, por isso, em relação interdependente.

Conforme é sinalizado por Santos (2011, p. 35) “[...] o âmbito da prática é o da efetividade, o da ação, o dos meios, enquanto o âmbito da teoria é o da possibilidade, é o da determinação, o da apropriação dos fins”. Assim, a teoria não tem a capacidade de transformar em si o objeto, o campo do real, mas por meio do conhecimento pode possibilitar a transformação daquele objeto; no entanto, já por meio da prática, posto que é a dimensão prática que modifica a realidade.

De acordo com Guerra (2011, p.178, grifos do autor) “*ao se colocarem determinadas questões, os sujeitos estão definindo as teorias que possibilitam o alcance e o campo de visibilidade das explicações e interpretações de suas inquietações*”. Inscreve que o âmbito da prática é compreendido

“como uma ação racional de sujeitos reais, e o conhecimento que ela se engendra como o confronto entre experiências socialmente comunicadas e o conhecimento historicamente elaborado. O que resulta desse confronto incorpora o conteúdo do pensamento, que direciona as ações dos sujeitos. Nesse processo de auto-implicação (*sic*) entre conhecimento e prática as elaborações teóricas constituem-se em uma das formas de objetivação humana que tem como conduto de passagem as particularidades” (Ibid, p.178-179).

Apreende-se, portanto, que a competência profissional do assistente social depende intimamente da qualidade na compreensão das dimensões da prática profissional, não dependendo apenas de uma ou outra para a sua realização.

Pensar o exercício profissional a partir dessas três dimensões coloca a possibilidade de entender o significado social da ação profissional – formativa, interventiva e investigativa. Pensá-las de modo articulado e orgânico, mas reconhecendo a particularidade de cada uma permite entender o papel da teoria como possibilidade, uma vez que leva ao conhecimento da realidade, indica caminhos, estratégias, bem como o instrumental técnico-operativo que deve ser utilizado e como deve ser manuseado. Implica, portanto, em pensar a relação que se estabelece entre teoria e prática, com as mediações necessárias para que a finalidade ideal, através da intervenção, possa se constituir em finalidade real, objetiva (SANTOS; BACKX; FILHO, 2012, p.18).

Na análise desse movimento de transformação da teoria em prática, ficou clara a necessidade de compreensão das determinações que insurgem sobre as dimensões teórico-

metodológica, ético-política e técnico-operativa e de entendê-las como construções interdependentes. Não há como realizar uma ação sem antes considerar sua finalidade, os meios que serão utilizados para alcançar determinado resultado e as mediações dos planos objetivo e subjetivo que influenciarão a sua efetivação. Assim,

[...] a instrumentalidade comparece tanto como necessidade histórica da vida cotidiana quanto decorrência necessária de um modo específico de relação social numa sociedade historicamente determinada: a ordem burguesa consolidada (GUERRA, 2011, p.180).

Refletindo sobre as dimensões da prática profissional Guerra (Ibid) e Santos (2011) coadunam com o entendimento de que as concepções tecnicistas e teoricistas que supervalorizam as dimensões técnico-operativa e teórico-política, respectivamente, precisam ser superadas, pois “*impõem constrangimentos ao processo de ruptura (grifos do autor)* da profissão com seu conteúdo reformador e conservador” (GUERRA, Op. Cit., p.174).

Percebem-se, nessas concepções, os vestígios dos laços conservadores sobre os quais o Serviço Social se fundou, tendendo-se, parte do Serviço Social, a representações fragmentadas, limitadas, unilaterais, ao desconsiderarem a totalidade social.

Santos (Op. Cit) conclui que a teoria não produz instrumentos próprios, mas fornece à prática o conhecimento necessário do objeto que será transformado, cabendo à teoria “[...] oferecer subsídios na utilização desses instrumentos, ou seja, imputar a eles a finalidade, a análise, o conceito, o conteúdo; dar a eles um significado próprio, condizente com os princípios fundamentais da teoria que os orienta” (SANTOS, 2011, p. 85-86).

Nesse sentido, a capacidade de compreensão desse objeto e de suas diferentes determinações faz-se indispensável para a definição dos meios, dos instrumentos e técnicas a serem utilizadas, o que requer uma formação profissional sólida, amparada no ensino crítico e dialogado das dimensões constituintes da prática profissional.

Entender a relação teoria e prática remete ao aprofundamento das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, visto que, o movimento do pensamento à ação é determinado por escolhas valoradas, direcionamentos políticos, finalidades, procedimentos e conhecimento teórico.

Teoria e prática são, portanto, instâncias constituintes do exercício profissional que, nas diferenças, fundamentam o movimento do real, pelo que, sem o seu correto entendimento, fragiliza-se a compreensão da instrumentalidade e, conseqüentemente, a prática profissional.

3. 3 – Perspectivas discentes sobre a relação formação/realidade

A compreensão da realidade configura-se como um dos elementos indispensáveis para o exercício profissional e, por conseguinte, para a defesa do projeto profissional do Serviço Social. Esta apropriação está diretamente vinculada à percepção da relação entre teoria/prática.

O conhecimento aprofundado do significado da teoria e da prática enquanto particularidades, bem como, da relação teoria/prática, enquanto movimento de transformação da realidade, é um processo que se constitui como imprescindível à superação do distanciamento entre teoria e prática reproduzidos nos meios acadêmicos e profissionais. A aproximação crescente e sucessiva, com estas dimensões, é condição necessária para que as incompreensões que serão abordadas a seguir sejam superadas.

As percepções das discentes acerca da relação entre a sua formação e a realidade e, não obstante, entre a realidade e o exercício profissional estão organizadas entre dois grupos de perguntas e as categorizações resultantes desse processo.

A primeira observação que se deve fazer sobre a questão seguinte é que ela foi elaborada desta maneira, evitando-se usar as expressões teoria e prática, por dois simples motivos: não induzir as entrevistadas aos repetidos discursos de aparente dualidade contraditória entre teoria e prática; e não restringir os complexos que envolvem a formação e a realidade a apenas uma dimensão, a relação teoria e prática. Nesse sentido, perguntou-se: **Como compreende a relação entre a formação e a realidade?**

As respostas apresentaram diferentes conotações, destacando-se que a formação estabelece-se na, e sobre a realidade. Ou seja, que todo o contexto neoliberal, de contrarreforma do Estado e de esvaziamento dos recursos das políticas sociais, dentre elas a Educação, interferem na formação do assistente social. Que existe uma relação dinâmica entre teoria e prática, visto que a teoria fornece os elementos necessários para intervenção na realidade e a formação é baseada na realidade.

Algumas entrevistadas, embora ressaltem a distinção teoria/prática, demonstram a dificuldade em estabelecer a unidade e, por vezes reproduzem a teoria como um conjunto de elementos para a compreensão da prática e não como abstração da realidade. A indicação dada da importância da formação nesse contexto é significativa.

[...] eu não sou a favor da ideia que a teoria é diferente da prática. Porque assim, sem a teoria como é que a gente vai intervir na nossa realidade? A gente sabe, porque nós vivemos numa sociedade capitalista. Então o capital ele só quer o que? É o lucro, a mais valia. Então, ele só obtém isso através do que? Da exploração do ser humano, o único que gera valor é o trabalho humano. [...] Então, depois da globalização tudo interfere. Se acontece algo fora vai interferir na nossa profissão. E como eu falei a pouco, nós somos inseridos no trabalho, na divisão sociotécnica do trabalho. Então qualquer coisa que venha interferir em qualquer outra profissão vai inserir, vai interferir na nossa (Entrevistada 10).

[...] essa pergunta parte um pouca dessa dinâmica: a teoria e a prática. Vai muito nesse sentido assim... que, no caso, a formação, ela não vai te mostrar um receita perfeita de você intervir na realidade, mas ela vai te dar as bases. E a teoria vai te dar os fundamentos pra como você deve intervir. Aí a partir dessa realidade vai mostrar é... a partir da, é... a formação vai mostrar como você deve intervir na realidade. E a realidade vai mostrar mais itens específicos do que tá acontecendo. Você vai arrecadar os fundamentos da formação pra intervir de uma certa forma” (Entrevistada 11).

[...] a nossa formação tem que se adequar a realidade, de certa forma. Quando a gente estuda teoria e prática, a gente estuda a relação entre teoria e prática. O que a gente estuda muito, antes de ir pra campo, por exemplo, no estágio supervisionado, é que a teoria é diferente da prática. Coisa que quando a gente vai a campo a gente vai perceber que não. A gente não precisa estar com tudo pronto antes de chegar na realidade. A gente vai pra realidade se adequar ao que é nos dado. [...] a relação entre a formação e a realidade, elas tem que andar conjuntamente pra poder dar certo o trabalho do assistente social de forma geral. [...] A gente tem que se adequar dentro da sala de aula pra entender o que é que tá acontecendo na realidade, na contemporaneidade e assim, desenvolver [...] e debater sobre os trabalhos que são possíveis em sala que se forem à realidade poderão ser resolvidas (Entrevistada 15).

Ressalta-se que o “lugar” do estágio é privilegiado nesse contexto, uma vez que possibilita uma maior aproximação à relação teoria/prática, embora essa reflexão não possa ser reduzida a esse momento da formação.

É bem contraditória, né? A gente tá estudando, quando a gente vem pra realidade, a gente realmente vivencia aquilo que a gente tanto estuda. Por exemplo, as perdas dos direitos, já que a gente luta pelos direitos sociais na sociedade, a gente ver que essas políticas neoliberais, no modo de produção capitalista vêm, como foi sempre desde o início, tentando minimizar,

distanciar e diante de todo o contexto e de todas as políticas a gente ver essa perda, esses conflitos e essa diminuição. [...] A qualidade fica comprometida [...] do estudo, da formação, até no comprometimento dos professores de dar mesmo, de passar o conteúdo. E de qualquer forma a gente sai prejudicado (Entrevistada 18).

A gente, o que a gente ver na teoria a gente vivencia na prática. [...] claro que quando a gente entra a gente pensa: [...] pra que isso? Parece que tá tudo muito, muito distante, mas quando a gente vai pra prática mesmo, a gente começa a perceber que eles estão interligados. [...] Quando eu fiz o estágio lá eu ainda tava bem recente. Então eu ainda tava parecendo que uma coisa não tinha nada a ver com a outra. Aí quando a gente vai pra prática você gosta da prática, né? Porque é tudo mais dinâmico e na teoria é muita leitura, muita coisa. Aí quando eu já vim pro estágio obrigatório, eu já tava no 8º período, então você percebe nitidamente essa relação, até mesmo na hora da gente tá elaborando o relatório de estágio, que tudo aquilo tem que estar lá, porque se não tiver essa base é complicado [...] (Entrevistada 19).

Observa-se que algumas respondentes salientaram as mudanças na compreensão dessa mesma realidade em virtude da formação crítica em Serviço Social, que busca o desvendamento das dimensões da totalidade social. No entanto, muitas não relacionam a dinâmica que existe entre ambos os movimentos: que a formação está firmada na, e sobre esta realidade e que esta mesma formação incita uma nova forma de olhar e intervir sobre as expressões dessa realidade.

É válido frisar ainda que 35% das respondentes da pesquisa mencionaram em suas falas que visualizam a relação contraditória entre teoria e prática, e assim, o distanciamento entre o que é apreendido na formação e o que realmente ocorre na prática.

Outras discentes sinalizaram que esta formação é também ilusória e não sustenta a compreensão de realidade. São concepções que apresentam a ideia de que a partir da formação acadêmica compreendem o assistente social como um profissional com capacidade de realizar a transformação do mundo. No entanto, na oportunidade do estágio, percebem as limitações e desafios empreendidos sobre o exercício profissional dada a conjuntura social contemporânea, e veem que ele não tem essa capacidade efetiva, frustrando-se. Talvez por conta dessa compreensão equivocada, reproduzam a ideia da ilusão presente na formação do assistente social.

[...] a relação que a gente vê do Serviço Social quando tá na sala de aula e quando a gente sai, a gente vê que tem o seu, suas coisas concretas no que a gente vê na parte da teoria, mas também a realidade é muito diferente. [...] nossa formação ela deve, é difícil ser compreendida da maneira que a gente

vai ver fora, tanto quando for estagiar, ou então quando for trabalhar, mas sabendo que só ali mesmo na sala de aula a gente não aprende tudo o que deve fazer. Onde a gente vai aprender mesmo é fora, né? Porque é lá que a gente vai ver a realidade, que a gente vai ver o que realmente a sociedade necessita. E a formação também é muito importante por causa da teoria, porque a teoria é a base que a gente tem pra saber lidar com essas situações que a gente se depara ao longo do tempo [...] (Entrevista 01).

[...] essa relação é totalmente diferente uma da outra. [...] Na sala de aula a gente vê uma coisa, mas quando vai pra prática, pro estágio mesmo, porque o estágio é o foco ali, e a gente ver uma realidade totalmente diferente. [...] É no estágio que a pessoa realmente sabe que é aquilo que quer mesmo. Então eu acho que a relação é uma relação bem diferente. [...] na realidade a gente vê muitas coisas que são erradas, totalmente, que não condiz com a profissão (Entrevistada 02).

[...] na teoria a prática ela é linda, sabe? [...] eu vejo que na formação de sala de aula, às vezes a gente ver que é fácil resolver tal problema. [...] Na sala de aula a gente aprende isso. Que às vezes é muito fácil resolver as coisas. Mas quando você chega na prática, se você vê assim a realidade, você vê que tem coisas que você quer fazer, mas você não tem como fazer. Na teoria parece ser fácil, na sala de aula parece ser fácil de resolver. [...] às vezes, a gente aprendeu que tem como resolver, mas na prática você não tem como resolver (Entrevistada 03).

[...] a gente é muita imatura ainda. A gente tem uma visão de que vai poder resolver tudo. Que tudo a gente vai poder mudar. Que todos os direitos a gente pode, vai garantir, mas quando você chega na prática, na verdade não é. [...] Na verdade, o Serviço Social, ele nem garante, ele viabiliza, ele orienta. Ele não garante direito. Isso é ilusão da formação. Na prática, ele não, ele não garante não. Tá mais voltado pra encaminhar. [...] A formação é importante, que você vê a teoria, mas a prática é o amadurecimento também. Que você vai acabar com aquela ilusão. Que tudo você vai poder fazer porque você é assistente social (Entrevistada 04).

[...] tem um ditadozinho que tem que andar em mão dupla. Mas aí a formação e a realidade é totalmente diferente. [...] na minha concepção enxergo assim. [...] um exemplo assim interessante que a gente vê no livro que, lá no livro, na teoria, que a gente fica encantado pelo que o assistente social pode fazer pra transformar o mundo, pra transformar a humanidade, pra transformar as coisas. [...] Quando a gente tá lá no estágio, assim no primeiro dia, como foi o meu caso que eu já me deparei com uma situação assim, já fiquei assim estarecida. [...] Mas não foi isso que eu li. É [...], mas na prática, nem tudo que é pra ser feito, não pode ser feito. [...] A gente fica tão de mãos atadas que parece que não vai nem conseguir dar outro rumo pra aquela situação. A não ser esperar. [...] a formação realmente não é tão condizente com a realidade. [...] a gente aprende uma coisa, mas na hora da prática, de praticar a gente ver que é outra (Entrevistada 06).

Quando a gente tá só na sala de aula, a gente tá ali só no teórico, a gente tem uma visão de só aquilo, tudo flores. Quando a gente vai partir pro real, a prática é totalmente diferente. [...] Eu pensava que Serviço Social era aquele negócio, escritório. Era aquela visão que a maior parte das pessoas da sala tinha. Depois que a pessoa vai pra prática não é aquilo. [...] Então, é diferente o que a gente ver ali só na teoria, por isso que é bom ter o estágio. Quando você vai pra prática tudo é totalmente diferente. [...] a relação entre a formação e a realidade é diferente. [...] porque às vezes a gente tá na sala

de aula visando só aquele mundo, [...] aquela teoria que eles falam, mas quando a gente vai pra prática é diferente. Tem muita coisa diferente (Entrevistada 07).

Então na teoria realmente é uma coisa. Quando você vai pra prática eu acho que muda um pouco o seu pensamento. [...] Independente da teoria ou da prática de como seria o Serviço Social, você vai praticar da forma que você aprendeu e também você vai dar o melhor de si (Entrevistada 09).

A recorrente afirmativa de que “na teoria a prática é outra” ou “na prática a teoria é outra” é um marco para 40% das entrevistadas, o que sinaliza a necessidade de a formação profissional ser voltada ao aprofundamento da categoria práxis, e, especificamente à práxis social. A experiência do estágio pode ser um importante elemento no processo da formação no que diz respeito à dicotomia teoria/prática, uma vez que se constitui no espaço onde se encontram as instituições responsáveis por uma parte significativa da formação acadêmica desses discentes.

Cabe esclarecer ainda que este entendimento indica a presença de um repetido discurso de traços conservadores na formação acadêmica dos estudantes de Serviço Social, que anuncia como distante e colidente as dimensões da formação e da prática profissional. Isso significa que ainda existem problemas e lacunas na formação acadêmica a serem enfrentadas, pelo que é pertinente lembrar que um dos pontos destacados nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social é que a formação deve ser baseada na realidade social.

Nesse sentido, avista-se o longo caminho que ainda deve ser percorrido, mesmo que numa direção caracterizada como contracorrente, diante do momento de intensa crise mundial que afeta diretamente as relações sociais, a redução progressiva dos recursos destinados a Educação³⁷, a expansão desenfreada da iniciativa privada sobre esta política e tantas outras estratégias de precarização da Educação, enquanto instrumento de formação crítica e possibilidade de entendimento do verdadeiro funcionamento do modo de produção e reprodução dessa sociedade.

É importante considerar que não se pode exigir, ou mesmo esperar do profissional de Serviço Social a transformação da sociedade. Isto já é algo superado pelo acúmulo teórico na profissão, ainda que se defenda no projeto ético político outra ordem societária.

³⁷ A política da Educação sofreu mais uma vez cortes no Orçamento de 2015 e, por isso, está no centro do movimento grevista dos Sindicatos Públicos Federais. Ao mesmo tempo em que fez cortes de quase 9 bilhões de reais na educação pública, o governo federal ampliou os recursos de repasse para a educação privada em 2015.

Em contrapartida, também foi apontado por outra entrevistada o papel do assistente social dentro desse contexto de transformação social, como se pode verificar a seguir.

[...] dentro do curso é que a gente não tem como fazer a transformação social nenhuma enquanto categoria. Não existe isso. Se não for uma formação política maior de levar dentro dos movimentos sociais, pra tá debatendo e tá tentando mudar a realidade, o Serviço Social não vai fazer só (Entrevistada 17).

É nesse sentido que o profissional deve atuar e pode contribuir para o despertar de algumas faíscas nesse processo de construção de uma nova ordem social, mais justa e igualitária.

Outras apreensões distintas³⁸ se voltam pela influência direta da realidade na formação, no sentido de que uma formação crítica e aprofundada fomenta a compreensão da totalidade social que também interfere na vida social. Nesse sentido, o exame do fenômeno exige a superação do imediato, movimento que parte da aparência em direção à essência do fenômeno.

[...] há uma influência muito grande da realidade na formação profissional. E também vai diferenciar como você entende essa realidade também, durante sua formação. Às vezes a gente chega assim no curso entendendo a realidade de forma diferente. [...] Mais alienada [...]. Só que a partir da formação a gente vai entender ela de outra forma, como realmente ela se desenvolve, a partir do que a gente estuda. Aí a gente vai articular como é que essa realidade se desenvolve. Quais são as raízes que fundamentam essa sociedade? E é isso que vai ajudar também a gente a entender a realidade social das pessoas, dos usuários que você vai trabalhar, que a gente vai trabalhar não, que a gente vai atuar futuramente. Eu acho que modifica, modificou bastante a minha compreensão de realidade a partir da formação que eu tive (Entrevistada 12).

[...] da concepção que a gente tem quando entra na universidade, [...] a gente tem conceitos formados na nossa cabeça e a gente entra e é aquele choque, principalmente a partir do 3º período. Eu acredito que é quando a gente tem um contato mais próximo com o Serviço Social mesmo. [...] às vezes você é tachado como chato, porque você quer discutir sobre tudo, você quer falar. Isso até mesmo dentro de casa também, não só com colegas, não só no âmbito, digamos [...] discussão mais acadêmica, mas no âmbito dentro de casa, no dia a dia, você muda [...]. [...] Eu acho que é essa questão mais de analisar a sociedade em sua totalidade (Entrevistada 13).

[...] a formação [...] oferece pra você uma base muito boa pra que você vá pra essa realidade. [...] A formação, por exemplo, que eu tive, eu não sei se

³⁸ As falas estão organizadas da maneira mais aproximada possível e, muitas vezes, são um pouco extensas na tentativa de se aproveitar o máximo de elementos trazidos pelas entrevistadas que possam contribuir para a explicação de sua opinião.

tá do mesmo jeito. Se vai continuar do mesmo jeito [...] diante do processo que a gente vive, né? De todas essas mudanças que vem sendo implantadas, implementadas. Muita gente conseguiu perceber, por exemplo, um jornal a gente não assiste mais de forma neutra. Então a gente já consegue ter uma visão muito mais rica, muito mais altamente crítica [...] Porque a formação é generalista (Entrevistada 16).

[...] pelo menos a questão da formação, acho que dentro do Serviço Social é mais ou menos uma questão de um choque que a gente tem de realidade. [...] eu acho que a questão do curso traz essa questão do desvendamento, mas não necessariamente faça com que todo mundo se transforme ou passe a pensar diferente. Muita gente se forma e ainda com um pensamento muito conservador. [...] A gente tá vendo agora que as principais reformas que tá vindo aí com questão de crise são todas relacionadas ao ataque dos direitos sociais. [...] é corte na saúde, é corte principalmente na educação, agora com corte pras universidades. [...] É reflexo da questão estrutural, né? A questão política econômica que tá refletindo diretamente não só na questão da profissão como no ensino (Entrevistada 17).

Deve-se considerar também que algumas entrevistadas salientaram que a formação em Serviço Social possibilitou uma forma de compreensão diferenciada e aprofundada da realidade. Esse movimento de análise, construído no âmbito da formação, permite, inclusive, compreender a própria formação em Serviço Social e a lógica que a sustenta.

[...] realmente a partir do momento que a gente entra no curso e finaliza, a compreensão de realidade é outra. É outra criticidade, outra visibilidade e que tem uma contribuição na perspectiva de Marx, pensando na conjuntura capitalista, a questão de toda a infraestrutura atual que reflete na formação não só do Serviço Social, mas em todos os cursos, no processo de contra reforma, de rescisão de direitos que hoje nós temos, uma educação voltada diretamente pra o mercado de trabalho, pra atender às necessidades do capitalismo e produção. E o Serviço Social também faz parte dessa lógica. Nós hoje temos agora com os cursos das universidades particulares, inclusive à distância [...] e até mesmo nas universidades públicas também que acabam se voltando pra atender essas necessidades do capital e que tem esse criticismo tão próprio que é de nosso curso, que é um curso que vai justamente contra a conjuntura (Entrevistada 14).

Primeiro as coisas acabam nos passando muito no imediato. A gente percebe somente aquilo que tá próximo. A gente acaba [...] ficando muito na aparência dos fatos, dos fenômenos. E a partir do momento que a gente começa a perceber, no caso, no sentido da formação em Serviço Social, que é voltada muito pra questão de buscar a análise crítica da realidade, de buscar perceber o que tá para além dessa aparência. [...] o que realmente é que tá originando toda essa questão, [...] aquela expressão da questão social. Mas de onde é que advém ela? Pra a própria atuação profissional futuramente, ela seja de maneira mais qualificada. [...] buscando realmente observar a totalidade e a essência dos fenômenos sociais, das relações sociais (Entrevistada 20).

Nove discentes, ou seja, 45% mencionam as suas experiências de estágio para explicar a relação entre formação e realidade. O estágio é, portanto, um espaço privilegiado e obrigatório à formação acadêmica, salutar para aproximação com a dinâmica que constitui o exercício do assistente social, pela possibilidade de permitir o movimento contrário, qual seja, a relação entre realidade e formação, que pode até interferir na subjetividade do sujeito.

No caso entre a teoria e a prática? [...] Então quando você passa a entender o que é aquilo, você passa a conhecer o Serviço Social, você passa a enxergar com outros olhos. [...] Digamos que, no CREAS mesmo que a gente tava estagiando tem um adolescente que pegou a moto da avó escondida e acabou atropelando uma pessoa. E aí, a sociedade em si, já chega acusando ele [...] E a gente vai conhecer a realidade. A gente já enxerga de outra forma. [...] a gente passa a analisar as coisas (Entrevistada 05).

Presenciei uma determinada situação e reagi normalmente. Não fiquei surpresa. Choca um pouco, mas a minha reação foi bem diferente do que era antes do meu estágio na área da saúde. Porque eu não podia ver aquela determinada situação que eu já ficava em estado de choque, começava a chorar e agora não. Amadureci e já tô forte. E profissionalmente, assim, são coisas que eu vou levar tanto positivamente como negativamente pra minha vida (Entrevistada 08).

Dentre as análises do processo entre realidade e formação resultantes das entrevistas é importante que outras sejam destacadas, como por exemplo, a necessidade de maior aproximação entre academia e campo. Foi observado que um dos problemas na formação considerados pelos discentes é o distanciamento do docente das dificuldades enfrentadas pelos profissionais nos diferentes campos de atuação, como se pelo fato do docente nunca ter atuado nestes, ou isto ter acontecido há muito tempo, não tenha conhecimento das interfaces que constituem a realidade e, portanto, do exercício profissional.

Só que eu acho que discussões aproximadas com, por exemplo, academia e campo [...] fica um pouco frágil. [...] quem tá na academia hoje muitas vezes não vive a realidade de um profissional e às vezes... [...] Eu acho que o que aproxima, por exemplo, é o estágio, ou no TCC, ou uma pesquisa de mestrado. Quando a gente não tem professor, por exemplo, dentro de um campo hoje... [...] Eu acho que às vezes o professor, ele tem uma visão muito diferente do campo. Eu acho que é porque alguns não vivenciaram o campo ou vivenciou e tem muito tempo (Entrevistada 16).

Essa percepção leva à necessidade de uma maior clareza sobre o próprio exercício docente como desvelador da realidade profissional, por meio de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, para evitar a perpetuação do pseudo distanciamento teoria/prática.

A necessidade de ampliação da interlocução com outras áreas de conhecimento para o aperfeiçoamento da formação em Serviço Social e construção da interdisciplinaridade também foi uma discussão levantada entre as falas das discentes.

Eu acho que a formação é muito rica. Inegável. Mas [...] a gente poderia [...] circular um pouquinho mais com outras áreas, dialogar mais com outras áreas. [...] se a gente tivesse um projeto de leituras dirigidas ou um projeto de pesquisa, desenvolvesse um projeto interdisciplinar, por exemplo, sociologia, psicologia, direito, porque são questões que a gente [...] trabalha com questões interdisciplinares, a gente trabalha, né? (Entrevistada 16)

Deve-se ressaltar ainda quanto a essa questão que nas Diretrizes Curriculares os núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional pressupõem uma inter-relação entre áreas de conhecimento na formação em Serviço Social.

Outro ponto de análise apresentado diz respeito ao fato do curso de Serviço Social nas duas IES ser noturno e o perfil do aluno, que quando trabalhador e com pouco tempo para se dedicar, enfrenta muitas dificuldades para acompanhar o andamento das disciplinas. Nesse aspecto, as discentes problematizaram a questão que envolve as oportunidades de participação em projetos de pesquisa e extensão, as exigências de inexistência de vínculo empregatício para dedicar-se integralmente às atividades e as implicações destas para o discente, já que este precisa da remuneração para sustentar-se e os valores e atrasos das bolsas dificultam esse processo. Presume-se, portanto, que esses espaços são privilegiados, uma vez que nem todos os discentes têm a oportunidade de participar.

E às vezes [...] o cansaço do aluno. Porque assim, o aluno de uma graduação noturna é diferente de uma graduação diurna, que quando você vai fazer uma graduação diurna você vai pra sala de aula com toda disposição, né? E aluno de uma graduação noturna já vai cansado [...] (Entrevistada 03).
Porque a gente sabe também daquela questão dos espaços privilegiados, da educação como ela tá estruturada, da falta de qualidade que existe. [...] o curso, o fato de ele ser noturno, o fato de ele ser de Ciências Humanas, o não reconhecimento das Ciências Humanas. A questão do perfil do estudante de Serviço Social, principalmente [...] o caso que a gente conhece [...] que tem muitos trabalhadores. Então eles chegam cansados do trabalho, tem que

assistir uma aula, sem tempo de você ler o texto. E a gente sabe que é diferente quando você ler de quando você não ler. Então, nessa dificuldade a gente sabe que independente de qualquer coisa, eu que tive essas oportunidades privilegiadas. Eu tô me formando, [...] tem outras pessoas que tão se formando e não tiveram essa oportunidade (Entrevistada 13).

Essas dificuldades refletem diretamente não só na formação, mas, consequentemente, no exercício profissional.

Como a gente sabe essa questão das oportunidades que nem todo mundo tem. Isso é um reflexo, porque até que ponto a universidade, ela oferta um curso noturno, mas um estudante que trabalha, ele não pode participar de um PIBIC, ele não pode participar de um programa como a gente participa, porque também não pode ter vínculo empregatício. [...] Aí você, a gente é um privilegiado? É. Mas ainda tem essa questão. [...] você tem que ser Dedicação Exclusiva pra receber um dinheiro pequeno e ninguém sabe quando. Quer dizer, as condições são complicadas demais [...]. É tenso. Então essa realidade, ela impacta não só no exercício, não só naqueles que trabalham, mas também na própria formação da gente. E é uma bola de neve porque o que tá aqui vai ser reproduzido lá, e futuramente quem tava aqui na formação e se formou, ele vai ser supervisor [...]. Então é complicada a direção que ela tá. (Entrevistada 13)

Outro ponto levantado foi a falta de divulgação maciça das seleções para os projetos de pesquisa e extensão o que pode comprometer o acesso dos discentes aos processos seletivos. A publicização destes deve ser ampliada de forma a evitar situações em que o conhecimento dos programas dê-se de maneira informal, nos corredores da universidade, no contato com outros discentes.

Eu tenho colegas que trabalham e estudam a noite. Então queriam, se dedicar mais, mas não conseguiram. Então, eu considero como um privilégio. Eu acho que é sim, mas é um privilégio de poucos. Porque às vezes, não é divulgado, precisa de uma divulgação muito ampla. [...] Só que era um processo de boca a boca. Eu fiz assim. Olhe, tá sabendo? Tem isso e isso? Aí eu me escrevia e fazia. Eu fiquei com dois projetos fazendo pesquisa, [...] mas porque eu queria ter a formação acadêmica de qualidade. Mas eu queria conhecer onde era que o assistente social tava. Eu queria fazer tudo o que a universidade me ofertava, me oferecia, mas muitos dos programas que eu fiz foram voluntários (Entrevistada 16).

Também merece destaque nessa conjuntura, a tendência contínua de ampliação da jornada de trabalho do docente que tem cada vez mais obrigações para cumprir, com atividades na sala de aula, orientação de discentes na graduação e pós-graduação, supervisão

de projetos de pesquisa e extensão, estágio e tantas outras. Ao mesmo tempo, ainda é constantemente cobrado a produzir e publicar trabalhos científicos. Dessa maneira, ao ser obrigado a realizar atividades das mais diversas, amplia-se, conseqüentemente, a jornada de trabalho que avança para além dos muros da universidade e compromete a qualidade de vida desses profissionais e de suas ações, o que acaba por refletir diretamente na formação acadêmica.

Que exige cada vez mais do professor desenvolver um milhão de atividades, né? Que disponibilize um horário pra turma, pro aluno, pra atividades, né? Sobrecarregadas. Porque precisa ter currículo, tem que ter currículo pra mostrar pra CAPES que tá produzindo (Entrevistada 16).

É importante salientar que a lógica de mercado adentrou de forma perversa no trabalho docente, exigindo cada vez mais o trabalho por resultado, pela produtividade, situação que também se assemelha a dos assistentes sociais inseridos em diversas instituições.

A falta de compreensão sobre o significado da profissão e a baixa remuneração salarial são pontuadas como empecilhos que contribuem para a desvalorização da profissão.

Até pela própria profissão a gente luta, né? Luta pra educação, piso e aí é uma profissão linda. Mas é desvalorizada. Não tem valor nenhum. Não só financeiro, mas a questão é, porque é assim. Você tá fazendo o que? Você vai ser o que? Eu vou ser assistente social. [...] pra que serve o assistente social? Pra cuidar dos direitos. E você vai fazer caridade? Vai dar comida pro povo? Então, é a falta do conhecimento, a falta de expansão porque o Serviço Social [...] tá fora de muitas áreas que precisa estar. E aí com isso muita gente não conhece, muita gente desvaloriza (Entrevistada 05).

É preciso ter cuidado com a apropriação do significado do Serviço Social para quando questionados sobre a profissão, tenha-se segurança para falar e não reproduzir os mesmos erros que assolam o Serviço Social historicamente. Pode ser compreensível que a população não conheça a profissão. Mas o mesmo não pode ser admitido dentre os próprios discentes ou profissionais. Por mais que seja difícil explicar de forma simplificada o que é o Serviço Social e quais são as atribuições do assistente social, não se pode correr o risco de enfatizar ainda mais algumas falácias e incompreensões que permeiam a profissão devido aos resquícios conservadores.

Na tabela 07 observa-se, em forma de síntese, a compreensão das discentes entrevistadas sobre a relação formação/realidade.

Tabela 07 – Compreensão da Relação Formação e Realidade (Discentes Concluintes do Curso de Serviço Social – Período 2014-2).

Questionamento	Categorias	Número de Respondentes	Porcentagem (%)
Compreensão da Relação entre a Formação e a Realidade	Dinâmica: teoria e prática. Teoria fornece os fundamentos necessários para intervir na realidade. Formação baseada na própria realidade. Estão interligados. Não há distanciamento.	05	25%
	Teoria e Prática: distanciamento. Formação não é baseada na realidade. Ilusão da formação.	07	35%
	Influência direta da realidade na formação. Formação crítica e aprofundada fomenta a compreensão da totalidade social. Superação do imediato, da aparência em direção à essência dos fenômenos.	06	30%
	Compreensão aprofundada da realidade com a formação. (Não mencionam o processo contrário da formação está baseada nessa realidade)	02	10%

Fonte: Elaboração própria.

Cabe enfatizar que, se parte das entrevistadas compreendem essa relação como um distanciamento, outra parte significativa vê na relação uma importante mediação, ainda que apresente fragilidade nessa compreensão.

Seguindo o mesmo raciocínio, oito discentes, o equivalente a 40%, mencionaram o estágio para responder a questão: **Como compreende a relação entre a realidade e o exercício profissional?**

Dessa forma, sinalizaram o estágio como oportunidade que tiveram para visualização das diferentes expressões e elementos que envolvem a realidade e o exercício profissional, mencionando-o nas tentativas de explicação.

Num primeiro grupo de explicações, observa-se que a existência de conflitos de relações de trabalho que interferem diretamente na autonomia profissional contribui para a forma de se compreender a relação realidade/exercício profissional. Trata-se de aspectos que envolvem expressões de subalternidade em diferentes espaços.

Então, as meninas questionam muito. A minha supervisora. [...] elas atendem o pessoal do tribunal, né? E atendem os beneficiários [...]. Tem a reunião que elas tem que pegar o nome de quem veio, assim no termo e assinar na carteirinha. Isso não é um trabalho pra um assistente social fazer. Eu enxergo

isso. Porque assim, será que qualquer um profissional de nível médio não pode fazer? [...] não faça não pra você responder na corregedoria criminalmente, ser representado. [...] Então assim, são novas, são muitas demandas que chegam que não é da competência [...] (Entrevistada 03).

Mas o que eu vi dentro da realidade de onde eu estagiei, a gente ver que tem sempre essa questão da mediação dentro do exercício profissional e sempre tem alguém interferindo no nosso trabalho, apesar de a gente querer fazer um trabalho emancipatório, um trabalho de formação política. [...] às vezes, a própria instituição que financia pede pra dar uma segurada por uma série de questões políticas que tem por trás. Justamente, a questão da autonomia. Que a gente apesar de ter o suporte legal, às vezes, tem essa questão de embargar mesmo. Dependendo de onde a gente tá, tem a questão do controle ainda [...] Recursos que às vezes faltam e que impossibilita a questão do trabalho. Tem a questão de pessoas também, tipo a questão de contrato que é muito pouco. Às vezes um profissional pra dar conta de absolutamente tudo (Entrevistada 17).

Um segundo grupo de respostas sinaliza que as condições de trabalho dos profissionais agudizam a possibilidade de se visualizar essa relação realidade/exercício profissional, em razão das situações concretas da inserção e do exercício profissional.

O estágio, ele permite um olhar, você tá ali no cotidiano, você tá ali mais diariamente, então você não tá só em um dia. Você consegue ver diferentes facetas daquele exercício profissional. E aí você consegue ver também a questão das condições de trabalho, [...] dificuldade que você sabe que você vai encontrar em breve porque o estágio é no final, então daqui a pouco é você que vai tá ali. [...] E aí vem, acaba voltando em alguns momentos aquela velha história. Ah, porque não tem nada perfeito! Ou então é diferente. A gente estuda tudo bonitinho, mas quando chega no estágio a gente ver o que é verdade, [...] da dificuldade dessa articulação. [...] Então, isso é um desafio complicado (Entrevistada 13).

[...] como tive uma experiência no estágio, foi muito complicado até pro nosso projeto de intervenção. Porque assim, totalmente parado. Todo mundo desmotivado por um lado. Porque assim, olha pra um lado sem condições, olha pro outro não tinha. Aí às vezes acaba desmotivando uns, outros não e tá assim, geral (Entrevistada 18).

Eu fiz estágio numa Unidade de Saúde, a gente tem muita dificuldade, [...] materiais que faltam, [...] falta de programa, falta de estrutura, [...] tudo isso é complicado. Falta de um carro pra você tá fazendo visita, então isso tudo interfere (Entrevistada 19).

Outro grupamento de respostas articula a própria conjuntura ao exercício profissional, de forma que cabe ao assistente social atentar-se à dinâmica da sociedade para compreender as exigências de sua atuação.

[...] quando eu tava estagiando é muito importante que conheça a realidade que está inserido. Então, as demandas que chegam ao assistente social, elas são advindas do que a gente tá vivendo no momento, na contemporaneidade [...]. Então, é muito importante que o profissional esteja sempre atualizado com relação à contemporaneidade pra poder dar conta das demandas que chegam no seu ambiente de trabalho, seja na assistência social, seja na saúde, seja nas empresas [...] (Entrevistada 15).

Eu falo muito de estágio porque eu acho que tanto eu fiz pesquisa quanto eu fiz assim, alguns estágios. [...] Então é uma questão que às vezes a mudança da gestão, por exemplo, que tem uma visão de governo, vem influenciar o trabalho do assistente social, porque [...] fragmenta um pouco mais, né? Por exemplo, às vezes não entende o trabalho do assistente social naquela instituição e realiza diversos cortes, sem ouvir o profissional, com quem ele trabalha, nem conhece quem é essa pessoa que o assistente social trabalha, o trabalho que desenvolve (Entrevistada 16).

As experiências das entrevistadas denotam as diferentes dificuldades enfrentadas por elas e seus supervisores nos campos de atuação profissional. Demostram que compreendem como as condições objetivas de trabalho e a situação estrutural da sociedade influenciam o resultado da intervenção do assistente social.

No que se refere às categorizações resultantes dessa questão, 10 respondentes, ou seja, 60% das discentes têm a compreensão de que a conjuntura em que se vive impõe diferentes demandas e dificuldades à intervenção profissional e que, para tanto, ao assistente social torna-se necessário decifrar a realidade e criar novas formas de enfrentamento, com estratégias de ação capazes de responder àquelas demandas.

Nesse sentido, pode-se perceber que para a maior parte destas respondentes a compreensão da realidade possibilita vislumbrar demandas que surgem no cotidiano do profissional, sejam demandas que mobilizam para a criação de estratégias de enfrentamento (Entrevistadas 11, 13, 14 e 20), ou que causem imobilidade da ação (Entrevistada 15).

[...] a realidade, ela vem pondo um conjunto de demandas pra a atuação do assistente social. Ela vem mostrar onde é que o assistente social deve intervir, quais são as expressões da questão social que ele deve trabalhar. E independente do seu campo de trabalho eu acho que vai ter suas necessidades também. Em qualquer campo você vai encontrar demandas diversas [...] de acordo com esse campo (Entrevistada 11).

[...] essa necessidade de sempre tá investigando pra conhecer aquela realidade, pra não tornar um trabalho só na imediatividade do dia a dia, não cair nessa questão do cotidiano de agir sem analisar, sem tentar compreender o porquê daquela situação, de tentar compreender aquela situação em relação ao todo, de não ver apenas um caso isolado. [...] A instituição tá dizendo que eu tenho que fazer isso e aquilo. Não. A legislação... não ter medo de bater

de frente e ao mesmo tempo, aí a gente lembra das condições que tão, né? A gente não... tem que bater de frente. A gente tá impulsionado a isso durante a graduação (Entrevistada 13).

Ocorrem muitas vezes, os desafios existem em qualquer um deles, em qualquer âmbito do Serviço Social que não podem justificar que a gente se esmoreça e se mantenha limitada por conta da conjuntura ou da realidade. Mas, as condições de trabalho hoje [...] tem realmente dificultado que esse trabalho seja exercido de maneira que a gente deseja de fato. Isso se dá principalmente, como eu já falei, pelas condições e pela maneira, as oportunidades de trabalho que tem se colocado. [...] tudo o que a gente viu durante a formação profissional, de certa forma, nos preparou pra essa realidade. A gente sabe que não é uma realidade diferente que a gente vai encontrar (Entrevistada 14).

[...] é um grande desafio pra o assistente social pensar essa realidade diante de tantas dificuldades que acabam tendo no exercício profissional. Seja a própria precarização do trabalho, seja o contexto de capitalismo em si, seja pensando na conjuntura neoliberal, seja pensando no neodesenvolvimentismo, toda essa questão de tentar entender a conjuntura. [...] Então a gente tem que buscar suspender esse cotidiano pensando em estratégias pra poder tentar realmente poder compreender essa realidade, de forma mais macro realmente e também percebendo o micro, né? Que é a totalidade social, mas a gente também tem que entender a universalidade, a particularidade, a singularidade (Entrevistada 20).

[...] o profissional pra poder garantir a sua oportunidade no trabalho, ele acaba se adequando a empresa e acaba exercendo uma função. [...] existem aqueles que acabam se adequando a rotina da empresa, a realidade dentro da empresa, não percebendo toda a realidade que afloram, todas as demandas que chegam e não supre da forma que deveria ser realmente, porque acaba, acaba colocando as suas necessidades em primeiro lugar. [...] Ele acaba limitando e o profissional se for um profissional engajado e tiver pensando na demanda, em resolver realmente a demanda vai criar novas possibilidades, ele vai criar novas possibilidades pra poder responder ao que chega no ambiente de trabalho, as demandas advindas da contemporaneidade (Entrevistada 15).

Outras entrevistadas lembram que desvendar a realidade significa, na perspectiva do projeto profissional do Serviço Social, assegurar acesso a direitos, ainda que em situações contraditórias.

[...] por conta do próprio capitalismo, o que a gente tem que ter em mente que tudo é muito estrutural, não é algo só isolado. Então muitos momentos você vai ser barrado por conta de questões do poder institucional [...]. Então, a gente tem que ter essa sabedoria, não pra ficar de braços cruzados frente aquela realidade. Eu vou fazer isso, porque eu não tenho recursos humanos, nem materiais, o que é muito comum, infelizmente. Ah, não tem carro, não tem computador. [...] Não exerci ainda, mas [...] tentarei fazer o melhor mesmo naquela realidade dura que eu conheço, pra tentar concretizar o que está preconizado que é a defesa intransigente dos direitos (Entrevistada 10).

Se dá de formas muito contraditórias, né? Porque a realidade, ela nos coloca muitos desafios, porque a gente tem um Projeto Ético Político que vai de encontro com essa realidade. Né? Então a gente vai tá sempre tendo que buscar estratégias de como atuar nessa realidade que nos coloca muitas barreiras pra a gente atuar como profissional. Pra mim é muito contraditória e existem muitos desafios que a realidade coloca pro exercício profissional. [...] Que limita muito o trabalho, que limita muito a atuação, que limita muito também o acesso aos direitos, que limita [...] a efetivação do nosso próprio projeto de profissão também (Entrevistada 12).

[...] o trabalho também fica comprometido. Porque assim, a gente quer avançar e as políticas não deixam, enfim, o sistema não deixa e isso impede. Mas a gente tem que pensar assim, que independente disso a gente tem que seguir. [...] Infelizmente não é o ideal, mas com as armas que tem ir à frente, né? E não desistir. Mas que tá complicado cada vez mais, tá complicado. [...] Tem que tá lutando, garantindo os direitos. Sim, fazendo o mesmo com obstáculos que esses direitos sejam garantidos. Que a gente possa mesmo de forma difícil, mas que possa ser garantido sim (Entrevistada 18).

Foi possível notar ainda nas falas das entrevistadas que a leitura da realidade caracterizada por diversas dificuldades e desafios, também é estimuladora para a transformação da situação em que se insere o profissional.

É muito, é muito diferente. [...] é muito desafiador. Porque a gente quer [...] dar respaldos as demandas de acordo com o que nós aprendemos. De acordo como que foi investido em toda a formação acadêmica. Mas, quando a gente passa pra olhar realmente a realidade e o exercício profissional a gente vê que muitas das vezes nós não estamos realmente pautados em toda a instrumentalidade, em todas as técnicas, em toda aquela metodologia que aprendemos, aquela coisinha linda. [...] A gente tem que [...] ser desafiador mesmo. Desafiar mesmo. [...] De transformar aquela situação. [...] A gente tem que seguir o nosso Código de Ética e tentar de alguma maneira arrumar uma solução pra aquelas demandas (Entrevistada 06).

Então, eu acho que a realidade hoje, ela tá muito instável, não só pra o assistente social, mas pra outras pessoas também. [...] Então, eu acho que cria dificuldades sim, diversas. [...] Mas eu acho que existem possibilidades sim pequenas, porque se a gente se acomodar o trabalho não vai ser feito, porque as dificuldades vão ser maiores, os desafios vão ser maiores do que as possibilidades. Mas eu acho que existe sim de realizar um trabalho crítico, um trabalho pleno, um trabalho fundamentado (Entrevistada 16).

Observa-se ainda que na fala da entrevistada 12 evidenciou-se que, são nessas circunstâncias, dadas a conjuntura social, econômica e política que o exercício profissional se materializa na defesa um Projeto Ético-Político que se contrapõe à direção que se dá hegemonicamente à sociedade.

Outro grupo de respondentes sinaliza a complexidade da relação realidade/exercício profissional, mas só relata a influência dessa realidade no exercício, reduzindo-a a mera situação das condições de trabalho do profissional, sem se deter na análise do movimento contrário, ou seja, de como a atividade do profissional pode interferir nas dimensões da realidade social. Neste grupo situam-se sete entrevistadas (30%), para as quais a realidade influencia o exercício profissional, impondo desafios diante dos quais o assistente social só pode intervir de acordo com as condições objetivas a que está submetido.

Assim, a compreensão de três dessas discentes aponta que a realidade interfere nas condições objetivas do trabalho profissional, na forma como o assistente social realiza a intervenção cotidiana no espaço sócio-ocupacional.

[...] a gente vê também na realidade muitas dificuldades que o profissional se encontra, e muita questão, essa questão mais de trabalho, ambiente de trabalho mesmo, como se organizar, como se trabalhar, da necessidade [...] o que a gente mais vê é a falta de recursos pra o profissional trabalhar e a gente vê que o profissional de Serviço Social vai trabalhar com isso. Quando a gente vai pra prática a gente é que tem que se virar. [...] Então eu acho que a realidade seria essa, a gente vê uma coisa, mas quando a gente tá inserido num ambiente de trabalho, [...] não é totalmente diferente, mas busca fazer a possibilidade de cada um tem” (Entrevistada 01).

Então assim, às vezes a realidade, ela é que nem diz aquela história, ela nua e crua. Tá ali a realidade e às vezes o profissional não tem como fazer nada naquela realidade, em alguns casos. [...] por isso que eu digo muito que a teoria é muito linda. Quando você vai pra prática, algumas coisas não são lindas. Porque assim, a gente sabe que o assistente social, ele tem que trabalhar incessantemente pela garantia dos direitos dos usuários (Entrevistada 03).

[...] com as colegas a gente percebeu que nem todas as instituições é essa realidade. Falta recursos, as salas são um ambiente precário. Então, o exercício profissional fica difícil, porque você não pode, não tem recursos. Se eu tenho que fazer uma visita que é super importante e eu não tenho carro pra ir? Como é que eu vou no interior? Então o exercício profissional ele é bem complicado. [...] Tudo isso dificulta nossa prática (Entrevistada 04).

Na mesma perspectiva, duas daquelas respondentes consideram que essa realidade ao interferir e limitar algumas vezes a intervenção profissional, também pode provocar a invisibilidade da atuação dos assistentes sociais junto aos usuários dos serviços, e reforçar o desconhecimento do fazer profissional, o que compromete a própria profissão.

Eu acho que cabe de cada profissional, [...] é de profissional pra profissional [...]. Assim, porque quando você exerce a sua função corretamente, quando

você tá ali exercendo a sua função, você tem que dar o melhor de si [...]. Geralmente quando acontece de você mandar um adolescente, ou porque ela esteja fraca numa rede, no caso, pra ser atendido por outra rede e isso não acontece aí, [...] o usuário vai achar que você não tem profissionalismo, que você é que não quer, e geralmente o que é que acontece. Eu tô mandando um adolescente pra o médico e o médico não atende esse adolescente. Então o adolescente vai achar que eu, eu não tô exercendo a minha função, na verdade. [...] Desvaloriza. Me prejudica na verdade, né? Que o adolescente vai achar que eu não sou um bom profissional (Entrevistada 05).

[...] é uma realidade que realmente você só vai saber quando você está no campo de estágio. Então, essa realidade pra mim foi o que mais me deixou assim impressionada. Não foi nem a questão do usuário, do uso de drogas, não. De o assistente social tentar obter recursos pra os usuários e não conseguirem. [...] E tudo isso é muito difícil na profissão, pra você lidar com aquilo. Porque ela quer ajudar o usuário e não tem como. [...] Ela não pode pegar o usuário e levar até aquele determinado lugar. Sozinha não. Ela tem que ter o apoio das redes. E aí ela não consegue. [...] Então é complicado. Todas as dificuldades vão existir. [...] E não vai ser de hoje pra amanhã que vai mudar [...]. Vai ser complicado se quiser, sei lá, tentar ajudar aquele usuário e não conseguir. Vai dificultar, mas todos os trabalhos na vida por aí tem suas dificuldades (Entrevistada 09).

Ou mesmo, como relatado por duas outras entrevistadas, essa realidade desafiadora pode interferir na relação dos assistentes sociais com outros profissionais no espaço ocupacional, e dificultar a realização de discussões e intervenções interdisciplinares.

[...] o assistente social se aperfeiçoa a situações. Como eu estagiei no CAPS, a assistente social sabe lidar com aquilo ali, porque já se aperfeiçoou, né? Então, pra ela já vai ficar prático. Não vai ficar fácil, né? Já vai ficar mais acessível pra resolver situações. [...] Ela vai começando a saber lidar com as situações, né? Vai acostumando e vai sabendo lidar. [...] Porque às vezes você tem uma visita pra fazer e não tem carro. Às vezes você precisa de um enfermeiro pra poder tá com você na visita, ele tá ocupado. Então, nesse sentido é difícil (Entrevistada 07).

No caso, essa realidade influencia no nosso exercício profissional, que o profissional ele tá impossibilitado de resolver aquelas determinadas demandas. Talvez pelo acesso de transporte que não tem, da locomoção pra outro lugar. Aí o profissional fica sem saber como resolver aquela situação, porque depende mesmo do transporte. [...] Aí faz o que tem, porque não é só visita domiciliar na instituição. Tem as demandas, aí faz aquelas demandas porque tá impossibilitado. Não só depende dele. Tá dependendo de outros profissionais de outras áreas fazer aquelas demandas, pra resolver aquelas demandas (Entrevistada 08).

Destaca-se nesse grupo de respondentes uma frágil percepção da relação teoria/prática, no sentido de que o que impõe a realidade não mantém relação direta com a formação acadêmica, por esta realidade apresentar-se distanciada dos fundamentos apreendidos.

Deve-se considerar nessa questão algumas falas que sinalizaram graves problemas na atuação do assistente social, como por exemplo, profissionais que descumprem o Código de Ética Profissional.

[...] o que eu vi na sala de aula não foi muito diferente do que eu presenciei na fundação, porque eu também acho que depende do profissional. Mas a gente também sabe que na realidade tem muitos lugares que a gente vai se deparar pra trabalhar e mesmo no estágio, que é totalmente diferente do que a gente vê. Tem profissionais que não tá, que não se importam muito com seu trabalho. Tem profissional que não segue o que a gente vê aqui na sala de aula, que é o Código de Ética [...] (Entrevistada 01).

Seguindo o mesmo equívoco, outra discente, considerando a sua experiência de estágio, explicou que independente das demandas que aparecem no cotidiano do campo de atuação, o assistente social deve fazer o necessário para atender a tais demandas.

Novas competências são dadas e a gente tem que agarrar porque se você não agarrar vem um psicólogo e toma o seu lugar. Se você não agarrar vem um administrador e vai fazer tudo aquilo que o assistente social estudou, tem competência pra fazer. Mas se você se recusar a fazer determinada coisa você tira, perde o seu campo profissional. [...] A gente tem que fazer. [...] Então assim, são muitas, muitas coisas que se apresenta pra o assistente social fazer e se não fazer ele é penalizado por isso. Então, a gente tem que fazer (Entrevistada 03).

Aqui se visualiza mais uma incompreensão dessa dinâmica. O assistente social não pode realizar uma atividade, cumprir uma demanda para a qual ele não tenha nenhum tipo de conhecimento ou tenha sido instruído para tanto. Diante das constantes mudanças que se interpõem à realidade, é evidente que novas demandas surgirão e exigirão a intervenção profissional, mas isso requer formação continuada e análise de cada conjuntura.

É importante destacar que ao mencionar as experiências de estágio, as entrevistadas realizam constantemente a caracterização de um cenário problemático da atuação do assistente social em distintos espaços ocupacionais, os quais estão profundamente marcados pelas dificuldades e desafios do exercício profissional. Esta situação merece atenção, pois

estes discentes que ainda estavam concluindo o curso e ainda não iniciaram a vida profissional, já carregam o fardo dos empecilhos da atuação profissional.

As falas das entrevistadas foram agrupadas em distintas categorias na Tabela 08.

Tabela 08 – Compreensão da Relação Realidade e Exercício Profissional (Discentes Concluintes do Curso de Serviço Social – Período 2014-2).

Questionamento	Categorias	Número de Respondentes	Porcentagem (%)
Compreensão da Relação entre a Realidade e o Exercício Profissional	A - Realidade dinâmica coloca demandas e dificuldades que exigem diferentes formas de intervenção profissional, como a criação de novas estratégias de intervenção.	10	50%
	B - Realidade influencia o exercício profissional (Não mencionam o movimento contrário). O assistente social faz o que as condições objetivas permitem.	07	35%
	C – Reconhece a importância da relação, mas não desenvolve argumentação.	03	15%

Fonte: Elaboração própria.

Diante da análise das considerações realizadas pelas respondentes da pesquisa, foi possível observar que, apesar do aparente distanciamento na relação teoria/prática já ter sido superado no campo teórico do Serviço Social, lacunas e equívocos na compreensão dessa relação persistem. O fato de não se compreender que teoria e prática são perspectivas distintas, mas que estabelecem uma relação de unidade contribui para a reprodução de falas de que “na prática a teoria é outra” e da ideia de que o que se apreende na academia durante a formação é diferente ou, até mesmo, o contrário do que se observa na realidade. Assim, aparece obscurecida a dinâmica relação formação/realidade ao tempo em que se sustentam tanto os discursos de que a formação não está fundamentada na realidade social, quanto os de que a formação não pode interferir nas expressões cotidianas da realidade.

Nessa mesma direção, as compreensões de algumas discentes quanto à relação realidade/exercício profissional também não consideram a dinamicidade desta, pelo que se observa apenas um dos seus vieses, ou seja, como a conjuntura contemporânea influencia e limita a atuação do assistente social. Não se pontuam, por vezes, que é neste cenário de dificuldades, de distintas condições objetivas que se apresentam cotidianamente, que o profissional deve realizar a sua prática profissional e intervir na realidade social.

É importante destacar, desse modo, a imbricada relação de unidade que envolve a formação, o exercício profissional e a realidade social, e ressaltar a necessidade de se estar

atento, principalmente, a essa relação quando na oportunidade de realização do estágio e inserção em distintos espaços de atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1990 é um período fecundo para o Serviço Social brasileiro, no qual foram concretamente efetivadas grandes conquistas, como o projeto ético político profissional constituído sob as bases normativas da Lei 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão, do Código de ética Profissional de 1993 e das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social de 1996, esta resultante do processo de reforma curricular.

A partir da reforma curricular, a formação em Serviço Social afirmou-se sob uma direção crítica baseada na teoria social de Marx, buscou a articulação entre a formação e a realidade, tentando-se aproximar às questões da realidade do país e superar alguns equívocos ainda presentes no Serviço Social dado o ranço conservador. Nesse sentido, também é inserida no processo de formação profissional a categoria trabalho, à medida que se passa a configurar o Serviço Social como trabalho. Desta afirmativa decorrem inúmeros questionamentos que problematizaram esta nova concepção.

Ao final de um longo processo de pesquisa foi possível assegurar que se atingiu o seu objetivo geral, a saber: analisar a compreensão de discentes de cursos presenciais de Serviço Social de IES de Sergipe acerca da categoria trabalho, visando desvelar a importância dessa apropriação na formação profissional. Os objetivos específicos também foram alcançados, ressaltando-se que foram apontadas as principais questões que fundamentam no debate da reforma curricular a relação Serviço Social/trabalho; compreendidos os fundamentos ontológicos do trabalho a partir da matriz teórico-metodológica marxista; analisados os projetos pedagógicos dos cursos presenciais de Serviço Social de duas IES em Sergipe, as ementas e os planos de aula (programas) das disciplinas que discutem a categoria trabalho; e identificado o perfil das discentes concludentes dos cursos presenciais de Serviço Social de duas IES em Sergipe.

Considerando as três hipóteses previamente estabelecidas que se encontram dispostas a seguir, destaca-se que todas foram confirmadas com a realização da pesquisa.

1) Considerando a qualificação do Serviço Social como trabalho proposta pelas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 1996, e que os projetos pedagógicos dos cursos são construídos seguindo suas orientações, há uma tendência entre os discentes de abordar a profissão como trabalho, sem recorrer aos fundamentos ontológicos daquela

categoria; 2) Há disciplinas da estrutura curricular do curso de Serviço Social que abordam a profissão como trabalho, mas não apresentam a pluralidade inerente a esse debate de forma a reduzi-lo a esta compreensão; 3) Além do debate sobre o estatuto de trabalho conferido ao Serviço Social pelas Diretrizes Curriculares para a compreensão da realidade e superação dos equívocos de sua análise é necessária a apreensão da teoria social crítica na formação acadêmica.

A comprovação da primeira hipótese foi possível, pois se observou a existência daquela tendência em várias compreensões das discentes entrevistadas que, afirmando ser o Serviço Social trabalho, quando questionadas sobre os motivos que as guiaram a tal concepção, remetiam a explicações fragmentadas e com algumas distorções, considerando o trabalho como sinônimo de atividade remunerada, profissão, ou relacionando-o à venda da força de trabalho. Outras entrevistadas, apesar de afirmarem que o Serviço Social é trabalho, terem conhecimento de alguns aspectos do debate, não conseguiram justificar a sua assertiva. Dessa forma, percebeu-se que poucos discentes recorreram aos fundamentos do trabalho para justificar as suas compreensões, e nas oportunidades que realizaram esta fundamentação, fizeram-na, principalmente, para subsidiar a concepção de que o Serviço Social não era trabalho.

A segunda hipótese foi confirmada, visto que, em nenhum dos programas ou ementas das disciplinas, “Trabalho e Sociabilidade” e “Serviço Social e Processos de Trabalho” das duas Instituições de Ensino Superior, faz-se referência ao debate ou a existência de outras concepções. Aborda-se o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, a atividade do assistente social como trabalho e o assistente social como trabalhador que se insere em diferentes processos de trabalho.

A terceira hipótese é ratificada, considerando que, no decorrer da pesquisa, tornou-se perceptível que as principais incompreensões e equívocos reproduzidos nas explicações das entrevistadas a respeito do trabalho, do Serviço Social ou das relações entre formação/realidade e realidade/exercício profissional, são decorrentes da frágil apropriação da teoria social crítica, das lacunas que existem na formação em Serviço Social.

Dentre as concludentes entrevistadas 85% afirmaram que a perspectiva teórico-metodológica marxista é a hegemônica no Serviço Social, enquanto que 15% não lembraram ou não souberam responder. De acordo com as compreensões das respondentes quanto à direção social do Serviço Social na contemporaneidade, 15% volta-se ao acesso aos direitos

garantidos na perspectiva da consolidação da cidadania, 20% volta-se em defesa de uma nova ordem societária na perspectiva da emancipação, e 10% volta-se à apropriação crítica da realidade. As demais concepções das entrevistadas apresentaram fragilidades ou equívocos e, por isso, não foram reunidas em categorias.

Quanto à compreensão do Serviço Social como trabalho, 65% define como trabalho o Serviço Social, 20% discorda desta afirmação por compreender o trabalho no sentido ontológico, e 15% afirma que apesar de conhecer as compreensões distintas das vertentes do debate, ainda não possui um posicionamento definido, em virtude da complexidade do debate.

Como foi possível observar no decorrer do estudo realizado, a densidade da temática requer rigor teórico-metodológico, bem como a apreensão aprofundada de distintas categorias analíticas para a construção de um posicionamento fundamentado e crítico a respeito da configuração do Serviço Social como trabalho ou não. Nesse sentido, e considerando os fundamentos da teoria social marxista, defende-se a concepção de que o Serviço Social não pode ser considerado trabalho, principal forma de práxis social cuja função social é mediar a relação entre o homem e a natureza. Apesar de também configurar-se como um tipo de práxis social, o Serviço Social tem como função social realizar a mediação das relações dos sujeitos entre si.

O que tange às apreensões sobre o significado do trabalho no sentido ontológico, 20% aborda o trabalho como ato de transformação da natureza, enquanto 40% como categoria fundante do ser social. As demais falas das entrevistadas apresentaram dificuldade de expressão ou incompreensões, o que equivale a 40%.

A respeito da relação que se estabelece entre a formação e a realidade, 25% das discentes afirma que não há distanciamento entre as dimensões e que a formação está baseada na realidade; 35% remete ao distanciamento entre teoria e prática, afirmando que a formação não é baseada na realidade e que é, também, ilusória; 30% afirma que há influência da realidade na formação, bem como, a formação crítica e aprofundada fomenta a compreensão da totalidade social, o entendimento da essência dos fenômenos; e, 10% afirma que a formação possibilita a compreensão aprofundada da realidade.

Por fim, no que diz respeito à relação entre a realidade e o exercício profissional têm-se duas compreensões distintas, onde 50% das discentes afirma que a realidade impõe demandas e dificuldades que exigem a criação de novas estratégias de intervenção aos profissionais; e 35% afirma que a realidade influencia o exercício profissional e os assistentes

sociais fazem o que as condições objetivas permitem. As demais respondentes, o equivalente a 15%, reconhece a importância da relação entre a realidade e o exercício profissional, mas não consegue desenvolver a argumentação.

Considerando as compreensões das entrevistadas em diferentes perguntas realizadas, pode-se assegurar que os equívocos nas concepções derivam de um conjunto de elementos que incluem a fragilidade na compreensão da teoria social de Marx, bem como do processo de declínio da educação brasileira, que trazem implicações para a qualidade da formação em Serviço Social, a forma de intervenção profissional e, por conseguinte, para a efetivação do projeto ético político.

As fragilidades da formação observadas nas instituições onde as entrevistadas cursavam Serviço Social puseram em evidência a necessidade de um maior aprofundamento teórico sobre a matriz marxiana, da utilização das fontes e bibliografias primárias, no sentido de aproximação às categorias analíticas para o desvelamento da realidade e, mesmo, para apropriação do projeto profissional do Serviço Social. No âmbito da formação acadêmica, isso pode ser pensado para além das disciplinas aqui indicadas, numa compreensão já direcionada pelas diretrizes curriculares de inter-relação dos conteúdos dos núcleos de fundamentação da formação profissional, bem como em atividades complementares como monitorias, projetos de extensão e de iniciação científica.

Conforme foi possível visualizar, a afirmação do Serviço Social como trabalho não suprimiu os equívocos e as lacunas presentes na formação do assistente social, a dificuldade de compreensão da dinâmica da realidade e sua relação com a formação e o exercício profissional.

A abundância de problemáticas que envolvem esse debate, o nível de fundamentação teórica e metodológica exigido em estudos que pretendem analisar as compreensões dos sujeitos sociais, e o curto lapso temporal estabelecido torna-se um grande desafio para os pesquisadores que se arriscam nessa empreitada. Dessa forma, é preciso que novas pesquisas deem continuidade ao desvelamento da temática considerando outras perspectivas, como a de docentes e assistentes sociais que atuam em diversos espaços ocupacionais.

Diante das análises realizadas, salienta-se que é imprescindível voltar-se à atenção para os fundamentos da formação profissional e se reafirmar a importância da categoria trabalho, e da apreensão contínua e aprofundada da teoria social crítica na formação. Estas sim podem configurar-se como estratégias apropriadas para sanar as incompreensões ainda

marcantes do processo de formação e contribuir para a percepção da dinâmica da realidade e a aproximação da compreensão da totalidade social.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. In. **Serviço Social e Sociedade**. Nº 50. O Serviço Social no Século XXI. São Paulo: Cortez, ano XVII, abril, 1996.

AGUIAR, Antonio Geraldo. **Serviço Social e Filosofia; das origens à Araxá**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Andréa Carla Pereira dos Santos. **A expansão dos cursos de graduação em Serviço Social no nordeste brasileiro em tempo de capitalismo neoliberal**. – São Cristóvão: UFS, 2013 (Dissertação).

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza. O Serviço Social como trabalho: alguns apontamentos sobre o debate. In. **Serviço Social e Sociedade Nº 93**. São Paulo: Cortez, ano XXIX. Março de 2008. _____. **Serviço Social e Revisão Curricular dos Anos 90**. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Serviço Social, UFPE, 2000.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 19-29.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. – 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília: CFESS, 2006.

COSTA, Gilmaísa Macedo. **Trabalho e Serviço Social: debate sobre a concepção de Serviço Social como processo de trabalho com base na ontologia de Georg Luckács**. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Serviço Social, UFPE, 1999.

DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. ABEPSS, 1996. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf. Acesso em 26/07/2014.

JAMESON, F. **Pós-modernidade ou a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996, p. 27-79 e 269-284.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 6. ed. – 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. – 9.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22. ed. São Paulo, Cortez, 2012.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaio Crítico**. – 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. – 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____.; CARVALHO, Raúl de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil.: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 36. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IANNI, Octávio. A crise de paradigmas na sociologia. In. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Nº 32, junho de 1991.

_____. (org.). **MARX – Sociologia**. 7ªEd. São Paulo: Ática, 1992, p.7-42.

KOIKE, Marieta. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade. In. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social – Brasília – UNB Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância, 1999.

LESSA, Sérgio. **Serviço Social e trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho**. Maceió: Edufal, 2007.

_____. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social – Brasília – UNB Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância, 1999.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. – 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. Tradução Nélcio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2013.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. **Universidade em Crise: uma Travessia Necessária para a Formação em Serviço Social**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social, PUCRS, 2006.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni. O projeto de Pesquisa em Serviço Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Módulo 5: Intervenção e Pesquisa em Serviço Social – Brasília: Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância, 2001.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. – [4. reimpr.]. – São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital.** Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008. 72p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CES 492/2001**, Publicado no Diário Oficial da União de 09/07/2001, Seção 1, p.50.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CES 1363/2002**, Publicado no Diário Oficial da União de 29/01/2002, Seção 1, p.50.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

NETTO, José Paulo. A crítica conservadora à reconceitualização. In. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, ano II, Nº 5, março de 1981.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. In. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, ano X, n. 30, abril de 1989.

_____. Razão, ontologia e práxis. In. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, ano XV, nº 44, abril de 1994.

_____. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. In. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social – Brasília: Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Introdução ao Método da Teoria Social. In. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Apresentação. In. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** – 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OSTROVITTANOV, L. **Modos de Produção Pré-capitalistas.** São Paulo: Global editora, 1988.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política Educacional e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1986.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIROGA, C. **Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

SA, Jeanete L. Martins de. **Conhecimento e Currículo em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na Prática a Teoria é Outra? Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

_____; BACKX, Sheila; FILHO, Rodrigo de Souza. A dimensão técnico-operativa do serviço social. In: **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos**. – Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

_____. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil**. Tese de Doutorado. UFRJ – Escola de Serviço Social/Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, Airton Paula. **Texto didático: Conceitos elementares da economia política marxista**. Aracaju, 2007.

TONET, Ivo. O Pluralismo metodológico: um falso caminho. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, Nº 48, 1995.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. – 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

_____. **Filosofia da Práxis**. Tradução de Luis Fernando Cardoso. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL****Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Vimos através do presente termo convidar o (a) senhor (a) para participar da pesquisa do Mestrado em Serviço Social da UFS, intitulada “A Categoria Trabalho na Formação Profissional do Assistente Social: Perspectivas Discentes dos Cursos Presenciais de Instituições de Ensino Superior de Sergipe” desenvolvida pela mestrandia Sara Blandina de Alcântara Rodrigues, matrícula 201311002578, telefone (079) 99494912, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Vera Núbia Santos.

A pesquisa tem como objetivo analisar a compreensão de discentes dos cursos presenciais de Serviço Social das Instituições de Ensino Superior (IES) de Sergipe acerca da categoria trabalho e a dimensão da prática profissional, considerando o retrato da contrarreforma e da privatização que dissecou a política de educação do Brasil e impactou significativamente a reforma curricular proposta na década de 1990.

Na pesquisa serão garantidos o sigilo das informações fornecidas e o respeito profissional. Para coleta das informações será aplicado um formulário com perguntas abertas e fechadas. Só terão acesso aos dados fornecidos a pesquisadora e a orientadora. Ao final da pesquisa será realizada uma devolutiva dos resultados aos sujeitos envolvidos.

Concordando em participar da pesquisa e confirmando os esclarecimentos acima dispostos, por favor, preencha os espaços abaixo:

Eu, _____, aceito o convite para participar do Projeto de Pesquisa acima citado e atesto o recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

_____, _____ de _____ de 2015.

APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

A CATEGORIA TRABALHO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: Perspectivas Discentes dos Cursos Presenciais de Instituições de Ensino Superior de Sergipe.

LINHA DE PESQUISA: Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social

MESTRANDA: Sara Blandina de Alcântara Rodrigues

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Vera Núbia Santos

Roteiro de Entrevista

1. Identificação:

- Nome (iniciais):
- Sexo: Feminino () Masculino () Idade:
- Estado Civil: Casado(a) () Solteiro(a) () Divorciado(a) () Viúvo(a) ()
- Filhos: Sim () Não ()
- Domicílio: Aracaju () Lagarto () São Cristóvão () Outras Cidades ()
- Trabalha: Sim () Não ()
- Regime: Celetista () Comissionado () Estatutário () Prestação de Serviços ()
- Carga Horária: 30 horas () 40 horas () 44 horas ()
- Período Atual (Concludentes): 8º () ou 10º ()
- Participa de Projeto de Pesquisa ou Extensão: Sim () Não () Qual?
- Participa de Programa de Incentivo à Educação: Sim () Não ()
- Qual?: Fies () Prouni ()
- Estágio: Curricular Obrigatório () Curricular Não-obrigatório ()
- Remunerado: Sim () Não ()
- Possui outra Formação/Graduação: Sim () Não ()
- Entrou na Instituição de Ensino Superior como cotista: Sim () Não ()
- Faz parte da primeira geração da família com acesso ao ensino superior:
Sim () Não ()

2. O Processo de Formação:

- 2.1 – Apropriou-se do Projeto Ético Político do Serviço Social?
Sim () Não ()
- 2.2 – Apreendeu as Diretrizes Curriculares do Curso?
Sim () Não ()

2.3 - O que são as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social?

2.4 – Teve acesso ao Projeto Pedagógico do Curso?

Sim () Não ()

2.5 – Conhece a Estrutura Curricular do Curso?

Sim () Não ()

2.6 – Observa o conteúdo das Ementas das disciplinas?

Sim () Não ()

2.7 – Acompanha o andamento das disciplinas com as Ementas?

Sim () Não ()

2.8 – O que entende sobre a direção social do Serviço Social contemporâneo?

2.9 – Qual é a perspectiva teórico-metodológica hegemônica no Serviço Social?

3. Serviço Social e Trabalho

3.1 – Compreende o Serviço Social como trabalho? Por quê?

Sim () Não ()

3.2 – Qual é a sua compreensão de trabalho, considerando-o no sentido ontológico?

3.3 – Como compreende a relação entre a formação e a realidade?

3.4 – Como compreende a relação entre a realidade e o exercício profissional?

ANEXOS

PARECER CNE/CES 492/2001 - HOMOLOGADO

Despacho do Ministro em 04/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de 09/7/2001, Seção 1, p. 50.


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia		
RELATOR(A): Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Vilma de Mendonça Figueiredo		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 492/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 03/04/2001

I – RELATÓRIO

Trata o presente de diversos processos acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia remetidas pela SESu/MEC para apreciação da CES/CNE.

A Comissão constituída pelas Conselheiras Eunice Ribeiro Durham, Vilma de Mendonça Figueiredo e Silke Weber analisou as propostas providas da SESu referentes aos cursos mencionados e procedeu a algumas alterações com o objetivo de adequá-las ao Parecer 776/97 da Câmara de Educação Superior, respeitando, no entanto, o formato adotado pelas respectivas Comissões de Especialistas que as elaboraram. A Comissão retirou, apenas de cada uma das propostas, o item relativo à duração do curso, considerando o entendimento de que o mesmo não constitui propriamente uma diretriz e será objeto de uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior, o que foi objeto do Parecer CNE/CES 583/2001.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

A Comissão recomenda a aprovação das propostas de diretrizes dos cursos mencionados na forma ora apresentada.

Brasília(DF), 03 de abril de 2001.

Conselheiro(a) Silke Weber – Relator(a)

Conselheiro(a) Eunice Ribeiro Durham

Conselheiro(a) Vilma de Mendonça Figueiredo

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).

Sala das Sessões, em 03 de abril de 2001.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente

Conselheiro Jose Carlos Almeida da Silva – Vice-Presidente

Silke Weber DCN eds

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL

1. Perfil dos Formandos

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

2. Competências e Habilidades

A) Gerais

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à

- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
- utilização dos recursos da informática.

B) Específicas

A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de

- elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.

3. Organização do Curso

- Flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta;
- estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional;
- respeito à ética profissional;
- indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio.

4. Conteúdos Curriculares

A organização curricular deve superar as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da formação profissional. Sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam:

- núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social;

- núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais;
- núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

Os núcleos englobam um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em atividades acadêmicas, enquanto conhecimentos necessários à formação profissional. Essas atividades, a serem definidas pelos colegiados, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.

5. Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso (Tcc)

O Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso devem ser desenvolvidos durante o processo de formação a partir do desdobramento dos componentes curriculares, concomitante ao período letivo escolar.

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.

6. Atividades Complementares

As atividades complementares, dentre as quais podem ser destacadas a monitoria, visitas monitoradas, iniciação científica, projeto de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso.

PARECER CNE/CES 1.363/2001 - HOMOLOGADO

Despacho do Ministro em 25/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 29/1/2002, Seção 1, p. 60.


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.		
RELATOR(A): Silke Weber		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 1363/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 12/12/2001

I – RELATÓRIO E VOTO DO(A) RELATOR(A)

Com objetivo de cumprir o disposto no Inciso III do Art. 18 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação, que estabelece ser a Resolução ato decorrente de Parecer, destinado a estabelecer normas a serem observadas pelos sistemas de ensino, a Câmara de Educação Superior formulou projeto de Resolução específico para as Diretrizes Curriculares de cada um dos cursos de graduação a serem por elas regidas.

Brasília(DF), 12 de dezembro de 2001.

Conselheiro(a) Silke Weber – Relator(a)

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2001.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente

Conselheiro José Carlos Almeida da Silva – Vice-Presidente

Processo(s):

PROJETO DE RESOLUÇÃO ...N.º... , DE... DE DE

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, bacharelado

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492, de 3 de abril de 2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em.....

RESOLVE:

Art. 1º As diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social integrantes do Parecer CNE/CES 492/2001 deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação profissional a ser oferecida pelo curso de Serviço social deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) a organização do curso;
- d) os conteúdos curriculares;
- e) o formato do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)
- f) as atividades complementares previstas.

Art. 3º A carga horária do curso de Serviço social deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de curso de bacharelado.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente da Câmara de Educação Superior

Aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, Modalidade Bacharelado, noturno, e dá outras providências.

O no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

da

CONSIDERANDO a Resolução nº 15 do CNE/CES, de 13 de março de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, assim como os pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001;

CONSIDERANDO a Resolução nº 15 do CNE/CES, de 13 de março de 2002, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelado;

CONSIDERANDO a Resolução nº 21/2009/CONEPE, que aprova a Regulamentação do Plano de Reestruturação e Expansão –

CONSIDERANDO o currículo como um processo de construção, visando propiciar experiências que possibilitem a compreensão das mudanças sociais e dos problemas delas decorrentes;

CONSIDERANDO a Resolução nº 84/2009, que inclui a disciplina 401355- Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como obrigatória no currículo dos cursos de licenciatura e de Fonoaudiologia e, como optativa para todos os outros cursos da

CONSIDERANDO o parecer do Relator, Consº AFRÂNIO DE ANDRADE BASTOS, ao analisar o processo nº 14.323/09-66;

CONSIDERANDO ainda, a decisão unânime deste Conselho, em sua Reunião Ordinária, hoje realizada,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social – , Modalidade Bacharelado, noturno, do qual resulta o grau de Bacharel em Serviço Social.

Parágrafo Único: Considera-se extinto o curso dado o início de seu processo de extinção desde que a partir da , suas disciplinas deixaram de ser ofertadas, passando esses alunos, gradativamente pela adaptação à estrutura curricular do curso

Art. 2º O Curso de Graduação em Serviço Social – , tem como objetivos:

I. GERAL: formar profissionais com sólido embasamento teórico-metodológico e ético-político, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, capazes de exercer suas atividades profissionais de forma a contribuir para o crescimento dinâmico da profissão.

II. ESPECÍFICOS:

- a) inserir-se no conjunto das relações sociais e do mercado de trabalho, com competência em sua área de desempenho;
- b) formular e implementar propostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, em resposta às demandas das classes sociais, em especial dos segmentos excluídos e pauperizados da classe trabalhadora brasileira;
- c) assessorar e executar políticas sociais públicas e privadas, articuladas aos movimentos sociais e;
- d) realizar pesquisas sistemáticas sobre a realidade social brasileira e o próprio Serviço Social, contribuindo para subsidiar ações profissionais e outros processos alternativos e para o avanço da produção do conhecimento no campo da profissão e de áreas afins.

Art. 3º Como perfil o Bacharel em Serviço Social deve ser um profissional que atua nas expressões da questão social com vistas à formulação, implementação e gestão das propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

Art. 4º As competências e habilidades a serem adquiridas pelos bacharéis ao longo do desenvolvimento das atividades curriculares e complementares dos cursos são, dentre outras:

- I. capacitação teórico-metodológica que permita uma apreensão crítica do processo histórico como totalidade, o que implica compreendê-lo principalmente em seu movimento dinâmico e contraditório;
- II. capacitação investigativa como base para a busca de explicitação da formação histórica da sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo no país e também como base para a explicação do Serviço Social nas relações sociais dessa sociedade;
- III. capacitação teórica que saliente a necessidade de tratar o campo das mediações, possibilitando transitar de níveis mais abstratos para as singularidades da prática profissional;
- IV. capacitação investigativa articulada à intervenção profissional, no sentido de uma habilitação teórico-metodológica e técnico-política;
- V. capacitação ético-política que consolide os valores e princípios legitimados no atual Código de Ética de Serviço social e possibilite apreender a prática profissional em sua dimensão teleológica, ou seja, na projeção de finalidades e valores voltados à realização da direção social desejada, exercitando a vivência da cidadania, democracia e participação política dos agentes profissionais;
- VI. capacitação para apreender as demandas – tradicionais e emergentes – postas no mercado de trabalho e para formular respostas, estratégias, táticas e instrumentos que potencializem as tendências de enfrentamento da questão social aí presentes;
- VII. capacitação para apreender as novas mediações e injunções nos campos tradicionais da prática profissional, bem como as demandas emergentes, especialmente com base nas novas articulações entre público e privado;
- VIII. capacitação técnico-política para a gestão de serviços sociais na esfera estatal e privada, empresarial ou não, e,
- IX. capacitação teórica para compreender a prática profissional como uma forma de trabalho determinado socialmente, possibilitando que o assistente social se reconheça como trabalhador assalariado e sujeito de sua atividade prática.

Art. 5º O Curso de Graduação em Serviço Social, Modalidade Bacharelado, terá ingresso único no primeiro semestre letivo sendo ofertadas vagas para o período noturno através do Processo Seletivo do Vestibular.

Parágrafo Único: Os pesos definidos para as provas do processo seletivo são os seguintes: Português – 5 (cinco); Matemática – 1 (um); Geografia – 4 (quatro); Física – 1 (um); Biologia – 1 (um); Língua Estrangeira – 2 (dois); Química – 1 (um); História – 4 (quatro).

Art. 6º O Curso de Serviço Social, Modalidade Bacharelado, será ministrado com a carga horária de 3.210 (três mil, duzentas e dez) horas que equivalem a 214 (duzentos e quatorze) créditos, dos quais 184 (cento e oitenta e quatro) são obrigatórios, e 24 (vinte e quatro) são optativos e 06 (seis) correspondem as atividades complementares.

§ 1º Esse curso deverá ser integralizado em no mínimo 08 (oito) e no máximo 16 (dezesesseis) semestres letivos.

§ 2º O aluno poderá cursar um máximo de 28 (vinte e oito) créditos por semestre e um mínimo de 12 (doze) créditos.

Art. 7º A estrutura curricular do Curso de Serviço Social, Modalidade Bacharelado, está organizada nos seguintes núcleos:

- I. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social, constante do Anexo I;
- II. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais, constante do Anexo I;
- III. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado, constante do Anexo I.

Art. 8º O currículo pleno do Curso de Serviço Social, Modalidade Bacharelado, é formado por um Currículo Padrão, constante do Anexo II, que inclui as disciplinas obrigatórias e o estágio curricular supervisionado obrigatório, e por um Currículo Complementar, constante do Anexo III que inclui as disciplinas optativas.

Parágrafo Único: O Ementário do Curso de Serviço Social, Modalidade Bacharelado, consta do Anexo IV da presente Resolução e inclui, além das ementas das disciplinas do curso, as ementas das atividades de Estágio Supervisionado.

Art. 9º O Estágio Curricular Supervisionado será desenvolvido em três etapas (Estágio Supervisionado em Serviço Social I, II e III), que correspondem a um total de 30 (trinta) créditos regulamentados por normas específicas.

Parágrafo Único: O aluno só poderá mudar de campo de estágio em casos excepcionais, ouvida a Coordenação/Comissão de Estágio.

Art. 10. O aluno deverá integralizar, pelo menos, 90 horas em atividades complementares, conforme definido pelo Colegiado de Curso e regido por normas específicas.

Parágrafo Único: A monitoria é contemplada com créditos optativos pela legislação atualmente em vigor na e regida por legislação específica do Programa de Monitoria da

Art. 11. O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – é um processo acadêmico-pedagógico de iniciação científica que se opera dentro de diversos componentes curriculares, possibilitando ao aluno a realização de uma pesquisa articulada com um dos Núcleos Temáticos do Departamento regido por legislação específica.

§ 1º As temáticas dos Trabalhos de Conclusão de Curso deverão ser vinculadas às linhas de pesquisa do professor orientador do Departamento de Serviço Social, podendo ser gerados a partir do estágio supervisionado.

§ 2º Excepcionalmente, o TCC poderá ser orientado por outros professores da , após avaliação pelo Colegiado de Curso.

Art. 12. Os Núcleos Temáticos do de Serviço Social são instâncias acadêmico-pedagógicas que aglutinam diversos componentes curriculares e atividades correlatas tais como: projetos de pesquisa e extensão, oficinas de pesquisa, estágio supervisionado, monografias (de graduação e de pós-graduação), laboratórios, núcleos de pesquisa e outros grupos que venham a se constituir no DSS.

§ 1º Estes núcleos abordarão a realidade social ao considerarem o nível nacional articulado com o internacional e ao enfocarem as problemáticas na região nordeste e particularmente no Estado de Sergipe.

§ 2º Os Núcleos Temáticos são os seguintes:

- I. Núcleo I - Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social;
- II. Núcleo II - Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Relação de Gênero.

Art. 13. Todos os alunos matriculados no Curso de Serviço Social, modalidade Bacharelado (diurno-curso: , extinto) e (noturno-curso:), das turmas 2005, 2006 e 2007 serão adaptados ao novo projeto pedagógico de acordo com o que dispõe a resolução que trata dos procedimentos para este fim.

Art. 14. A coordenação didático-pedagógica bem como a avaliação e o acompanhamento sistemático dos Cursos de Serviço Social modalidade Bacharelado caberão ao Departamento de Serviço Social/Colegiado do Curso de Serviço Social.

Parágrafo Único: A avaliação do processo será realizada através do que define o Projeto Pedagógico do Curso e o Programa de Auto-Avaliação Institucional.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Resolução nº 47/2007

Sala das Sessões, 30 de abril de 2010

RESOLUÇÃO Nº 22/2010/

ANEXO I

**ESTRUTURA CURRICULAR GERAL DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MODALIDADE BACHARELADO**

A composição curricular do Curso de Serviço Social, Modalidade Bacharelado, está constituída dos seguintes núcleos: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. A inter-relação entre os núcleos deverá possibilitar uma sólida formação básica, trabalhar e aprofundar os conteúdos desenvolvidos.

1 – NÚCLEO FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA VIDA SOCIAL

Disciplina	Nº de Créditos	Carga Horária
Antropologia I	04	60
Cultura identidade e Subjetividade	04	60
Fundamentos de Economia	04	60
Introdução à Filosofia	04	60
Introdução à Psicologia Social	04	60
Política I	04	60
Psicologia Geral	04	60
Sociologia I	04	60
Trabalho e Sociabilidade	04	60
TOTAL	36	540

**2 - NÚCLEO DE FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA
SOCIEDADE BRASILEIRA**

Disciplina	Nº de Créditos	Carga Horária
Direito e Legislação Social	04	60
Formação Sócio-Histórica do Brasil I	04	60
Formação Sócio-Histórica do Brasil II	04	60
Movimentos Sociais e Serviço Social	04	60
Política Social I	04	60
Política Social II	04	60
Questão Social	04	60
Realidade Regional	04	60
Seguridade Social	04	60
TOTAL	36	540

3 - NÚCLEO DE FUNDAMENTOS DO TRABALHO PROFISSIONAL

Disciplina	Nº de Créditos	Carga Horária
Administração e Planejamento em Serviço Social	04	60
Estágio Supervisionado em Serviço Social I	08	120
Estágio Supervisionado em Serviço Social II	09	135
Estágio Supervisionado em Serviço Social III	13	195
Ética e Serviço Social I	04	60
Ética e Serviço Social II	04	60
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	04	60
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	04	60
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social. I	04	60
Gestão Social	04	60
Laboratório de Ensino da Prática I	04	60
Laboratório de Ensino da Prática II	04	60
Laboratório de Ensino da Prática III	04	60
Oficina de Instrumentalidade Profissional I	04	60
Oficina de Instrumentalidade Profissional II	04	60
Oficina de Metodologia Científica	04	60
Pesquisa Social	04	60
Pesquisa Social e Serviço Social	04	60
Produção de Texto I	04	60
Seminário Temático I	04	60
Serviço Social e Processo de Trabalho	04	60
Trabalho de Conclusão de Curso I	04	60
Trabalho de Conclusão de Curso II	06	90
TOTAL	112	1.680

RESOLUÇÃO Nº 22/2010/

ANEXO II

ESTRUTURA CURRICULAR PADRÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL, MODALIDADE BACHARELADO

Duração: de 04 a 08 anos

Créditos Obrigatórios: 184

Atividades complementares: 06

Carga horária: 3 210 horas

Créditos por semestre:

Mínimo: 12

Médio: 20

Máximo: 28

Créditos Optativos: 24

CÓDIGO	DISCIPLINA	CR	CH	PEL	PRÉ-REQ.
PRIMEIRO SEMESTRE					
	Sociologia I	04	60	4.00.2	-
	Introdução à Filosofia	04	60	4.00.2	-
	Psicologia Geral	04	60	4.00.2	-
	Oficina de Metodologia Científica	04	60	1.02.1	-
	Seminário Temático I	04	60	2.01.1	-
	TOTAL DE CRÉDITOS	20	300	-	-
SEGUNDO SEMESTRE					
	Política I	04	60	4.00.2	-
	Antropologia I	04	60	4.00.2	-
	Introdução à Psicologia Social	04	60	3.01.2	-
	Produção e recepção de Texto I	04	60	2.02.1	-
	Questão Social	04	60	2.01.1	-
	TOTAL DE CRÉDITOS	20	300	-	-
TERCEIRO SEMESTRE					
	Fundamentos de Economia	04	60	4.00.2	-
	Direito e Legislação Social	04	60	4.00.2	-
	Fundamentos Histórico e Teórico- Metodológicos do Serviço Social I	04	60	2.01.1	-
	Formação Sócio-histórica do Brasil I	04	60	2.01.1	-
	Política Social I	04	60	2.01.1	-
	TOTAL DE CRÉDITOS	20	300	-	-
QUARTO SEMESTRE					
	Formação Sócio-histórica do Brasil II	04	60	2.01.1	304312 (PRR)
	Fundamentos Histórico e Teórico- Metodológicos do Serviço Social II	04	60	2.01.1	304302 (PRO)
	Ética e Serviço Social I	04	60	2.01.1	-
	Trabalho e Sociabilidade	04	60	2.01.1	-
	Política Social II	04	60	2.01.1	304341 (PRO)
	TOTAL DE CRÉDITOS	20	300	-	-

CÓDIGO	DISCIPLINA	CR	CH	PEL	PRÉ-REQ.
QUINTO SEMESTRE					
	Fundamentos Histórico e Teórico- Metodológicos do Serviço Social III	04	60	2.01.1	
	Realidade Regional	04	60	2.01.1	
	Ética e Serviço Social II	04	60	2.01.1	
	Serviço Social e Processo de Trabalho	04	60	2.01.1	
	TOTAL DE CRÉDITOS	16	240		
SEXTO SEMESTRE					
	Administração e Planejamento em Serviço Social	04	60	2.01.1	
	Oficina de Instrumentalidade Profissional I	04	60	1.02.1	
	Movimentos Sociais e Serviço Social	04	60	2.01.1	
	Pesquisa Social	04	60	2.01.1	
	TOTAL DE CRÉDITOS	16	240		
SÉTIMO SEMESTRE					
	Oficina de Instrumentalidade Profissional II	04	60	1.02.1	
	Pesquisa Social e Serviço Social	04	60	2.01.1	
	Gestão Social	04	60	2.01.1	
	Seguridade Social	04	60	2.01.1	
	TOTAL DE CRÉDITOS	16	240		
OITAVO SEMESTRE					
	Trabalho de Conclusão de Curso I **	04	60	2.02.0	
	Cultura, Identidade e Subjetividade	04	60	2.01.1	
	Laboratório de Ensino da Prática I	04	60	2.01.1	
	Estágio Supervisionado em Serviço Social I**	08	120	1.03.4	
	TOTAL DE CRÉDITOS	20	330		
NONO SEMESTRE					
	Laboratório de Ensino da Prática II **	04	60	2.01.1	
	Estágio Supervisionado em Serviço Social II**	09	135	1.04.4	
	Trabalho de Conclusão de Curso II **	06	90	2.02.2	
	TOTAL DE CRÉDITOS	19	285		
DÉCIMO SEMESTRE					
	Laboratório de Ensino da Prática III **	04	60	2.01.1	(PRO)
	Estágio Supervisionado em Serviço Social III**	13	195	1.05.7	(PRO)
	TOTAL DE CRÉDITOS	17	255		

** Disciplinas com caráter eminentemente prático

RESOLUÇÃO Nº 22/2010

ANEXO III

CURRÍCULO COMPLEMENTAR PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MODALIDADE-BACHARELADO -CURSO 351 - NOTURNO

Conforme legislação vigente, o currículo complementar corresponde ao conjunto de disciplinas optativas, necessárias à integralização dos créditos de cada curso. Além, dos créditos optativos o aluno deverá cursar seis créditos de atividades complementares, conforme legislação específica.

CÓDIGO	DISCIPLINA	CR	CH	PEL	PRÉ-REQ
	Microcomputadores	04	60	2.02.2	-
	Introdução à Estatística	04	60	4.00.0	-
	Introdução ao Estudo do Direito I	04	60	4.00.2	-
	Tópicos Especiais em Questão Social	04	60	2.01.1	-
	Tópicos Especiais em Trabalho e Sociabilidade	04	60	2.01.1	-
	Tópicos Especiais em Ética e Serviço Social	04	60	2.01.1	-
	Tópicos Especiais em Política Social	04	60	2.01.1	-
	Tópicos Especiais em Administração e Planejamento	04	60	2.01.1	-
	Tópicos Especiais em Serviço Social	04	60	2.01.1	-
	Tópicos Especiais em Pesquisa Social	04	60	2.01.1	-
	Educação Popular	04	60	3.01.2	-
	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	04	60	3.01.0	-
	História Social da Criança	04	60	3.01.2	-
	Francês Instrumental I	04	60	2.02.0	-
	Inglês Instrumental I	04	60	2.02.0	-
	Espanhol Instrumental I	04	60	2.02.0	-
	Sociologia II	04	60	4.00.2	405041
	Introdução à Psicologia do Desenvolvimento	04	60	3.01.2	-
	Introdução à Dinâmica de Grupo	04	60	1.03.2	-

RESOLUÇÃO Nº 22/2010

ANEXO IV

EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MODALIDADE-BACHARELADO

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS OFERTADAS PELO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

- Seminário Temático I

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: Concepção de Serviço Social. Projeto ético-político profissional. Projeto Pedagógico do Curso. Dimensão organizacional da categoria profissional. Áreas de atuação do Serviço Social e o mercado de trabalho na atualidade.

- Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: Expansão do capitalismo monopolista, questão social e o surgimento do Serviço Social na Europa e nos Estados Unidos. As formas de expressão e enfrentamento da questão social na América Latina, particularmente no Brasil dos anos de 1920 ao final da década de 1950: das protoformas à institucionalização do Serviço Social. Análise crítica das influências teórico-metodológicas e as formas de intervenção construídas pela profissão.

- Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: 304302

Ementa: A Questão social e suas formas de enfrentamento entre as décadas de 60 e 70 do século XX no contexto da expansão do capitalismo sob o padrão fordista-keynesiano de acumulação e o seu modo de regulação. O movimento de Reconceituação na América Latina e no Brasil. O processo de renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa no caso brasileiro. As sistematizações teórico-metodológicas e técnico-operativas da profissão no período.

- Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: 304303

Ementa: A questão social e suas formas de enfrentamento no Brasil a partir da década de 80 do século XX. O redimensionamento da profissão ante as transformações societárias contemporâneas. Condições e relações de trabalho, espaços ocupacionais, atribuições. O debate teórico-metodológico e técnico-operativo do Serviço Social no período.

- Questão Social

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: O processo de produção e reprodução da questão social na sociedade capitalista. Dimensão teórico-conceitual. Diferentes expressões da questão social a partir do capitalismo industrial: desigualdade, exploração e dominação. Classes sociais, Estado e Cultura na conformação da questão social.

- Formação Sócio-Histórica do Brasil I

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: Conceito de formação econômico-social e suas categorias fundamentais: modo e relações de produção e forças produtivas. Modos de produção pré-capitalistas. Estruturação do capitalismo no Brasil do período colonial a 1970 e sua inserção na dinâmica internacional. A constituição dos sujeitos políticos e da luta de classes ao longo do referido período histórico.

3 - Formação Sócio-Histórica do Brasil II**Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1****Pré-requisito: 304312 (PRR)**

Ementa: A crise capitalista a partir da década de 1970 do século XX em nível mundial e seu impacto no Brasil. Emergência do paradigma da flexibilidade e a particularidade do caso brasileiro. A transição democrática e o neoliberalismo. O processo de globalização e formas de inserção do Brasil.

- Movimentos Sociais e Serviço Social**Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1****Pré-requisito: -**

Ementa: Teorias clássicas sobre os movimentos sociais. O debate contemporâneo, principais polêmicas, e sua incorporação na produção acadêmica brasileira. As relações entre movimento social, Estado e a sociedade civil. Dinâmica interna e formas de sociabilidade dos movimentos sociais. As lutas dos movimentos sociais nos espaços rural e urbano e seu papel na formulação de políticas sociais. Dimensão pedagógica e estratégias de educação popular no Serviço Social e sua interlocução com os movimentos sociais.

- Realidade Regional**Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1****Pré-requisito: 304311**

Ementa: Principais expressões da questão social que se manifestam historicamente na realidade da região Nordeste e em Sergipe e suas formas de enfrentamento por parte do Estado, das classes e movimentos sociais.

- Trabalho e Sociabilidade**Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1****Pré-requisito: -**

Ementa: O significado ontológico-social do trabalho. O trabalho enquanto atividade humano-genérica. Práxis, objetivações humanas e a construção da subjetividade. Trabalho e Sociabilidade no Capitalismo

- Cultura, Identidade e Subjetividade**Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1****Pré-requisito: -**

Ementa: Cultura: a questão conceitual. Expressões culturais. Concepções sobre a produção da subjetividade e do sujeito. Marxismo e subjetividade. Teorias da representação do social e construção de identidades sociais.

- Ética e Serviço Social I**Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1****Pré-requisito: -**

Ementa: Os fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético-política da vida social. A relação entre ética e moral. Cotidiano, alienação, liberdade e reflexão ética. A construção do *ethos* profissional, o significado dos seus valores e da dimensão normativa através dos códigos de ética profissional de 1947, 1965 e 1975. Os fundamentos éticos do Serviço Social tradicional, o neotomismo e o pensamento social cristão.

- Ética e Serviço Social II**Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1****Pré-requisito: 304331**

Ementa: O Projeto ético-político profissional: dimensões históricas e conceituais. A construção do *ethos* profissional de ruptura com o Serviço Social Tradicional: expressões teórico-metodológicas e normativas. O Código de Ética profissional de 1986. A atualidade do debate ético na sociedade brasileira e o código de ética profissional de 1993. Dilemas e implicações ético-morais do exercício profissional.

- Política Social I**Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1****Pré-requisito: -**

Ementa: Os primeiros modelos de proteção social no capitalismo concorrencial para o enfrentamento da questão social. O Estado Intervencionista no contexto do capitalismo monopolista: o "Welfare State", as políticas sociais e a questão da cidadania. As diferentes interpretações sobre concepção, natureza e desenvolvimento das políticas sociais. A política social no contexto pós-1970.

- Política Social II

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: 304341

Ementa: O padrão de proteção social brasileiro até 1988. A Constituição de 1988 e a nova conformação do padrão de proteção social no Brasil. Os princípios da descentralização e municipalização. A constituição do fundo público. O papel dos sujeitos políticos na formulação e gestão das políticas sociais públicas e privadas. As políticas setoriais e a legislação social. Formulação e gestão das políticas sociais do Brasil no contexto do neoliberalismo. A questão da focalização.

Seguridade Social

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: 304342 (PRR)

Ementa: O sistema de seguridade social brasileiro instituído na Constituição de 1988: Saúde, Assistência e Previdência Sociais; sua configuração e institucionalidade atual. Os Conselhos Setoriais. Formas e possibilidades de atuação do assistente social nos Conselhos e na formulação, execução e avaliação da política de Seguridade Social.

- Administração e Planejamento em Serviço Social

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização dos processos de trabalho e nas políticas sociais. O planejamento nos processos de trabalho em que se inserem os assistentes sociais e seus instrumentos: planos, programas e projetos.

- Gestão Social

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: Princípios orientadores da formulação e implementação de políticas e programas sociais no Brasil participação, relações intergovernamentais, descentralização político-administrativa e a constituição do fundo público. O papel dos gestores. As novas modalidades de gestão (gestão democrática, co-gestão e auto-gestão). Mecanismos de financiamento e de captação de recursos. Elaboração e acompanhamento de planos orçamentários. Monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos sociais.

- Serviço Social e Processos de Trabalho

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: 304321 (PRR)

Ementa: O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo na sociedade capitalista. A inserção do assistente social nos processos de trabalho de natureza diversificada, suas implicações ético-políticas e particularidades técnico-operativas O assistente social como trabalhador: condições e relações de trabalho. A questão da interdisciplinaridade. Supervisão do trabalho profissional e estágio.

Oficina de Instrumentalidade Profissional I

Cr: 04 CH: 60 PEL: 1.02.1 Pré-requisito: 304361

Ementa: Concepção de instrumentalidade. A unidade entre as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica, ético-política na ação profissional. O conhecimento da realidade como determinante das proposições profissionais: o "diagnóstico social" e a "análise de conjuntura". O projeto de intervenção como elemento organizativo central do exercício profissional.

- Oficina de Instrumentalidade Profissional II

Cr: 04 CH: 60 PEL: 1.02.1 Pré-requisito: 304362

Ementa: Exercício teórico-prático de aplicação e vivência de instrumentos e técnicas utilizados no exercício profissional: entrevistas, reuniões, pareceres sociais, perícia social, registro de observações, documentação, dinâmicas do trabalho com grupos, jogos interativos e sensibilização, oficinas de educação participativa, recursos audiovisuais, multimídia, artísticos e da cultura popular.

Oficina de Metodologia Científica

Cr: 04 CH: 60 PEL: 1.02.1 Pré-requisito: -

Ementa: As formas de conhecimento: Senso comum, mágico, literário, artístico, científico. A construção do conhecimento científico e a postura investigativa. Metodologia do trabalho científico: formas de produção, organização e exposição do trabalho acadêmico. As normas da ABNT.

Pesquisa Social

Cr: 04

CH: 60

PEL: 2.01.1

Pré-requisito: -

Ementa: As diferentes formas de conhecimento e o conhecimento científico. Pesquisa como instrumento de conhecimento da realidade. Objetividade e subjetividade na pesquisa social e o "mito" da neutralidade científica. Incidência das principais orientações filosóficas e teóricas presentes nas ciências sociais quanto à lógica do processo de pesquisa: positivismo (funcionalismo e estruturalismo); fenomenologia e materialismo histórico-dialético. Ecletismo e pluralismo. O debate acerca da "crise de paradigmas" e a teoria social pós-moderna.

- Pesquisa Social e Serviço Social

Cr: 04

CH: 60

PEL: 2.01.1

Pré-requisito: 304372

Ementa: A investigação como dimensão constitutiva do Trabalho dos Assistentes Sociais. A pesquisa qualitativa e quantitativa. Tipos de pesquisa; exploratória, descritiva, documental, teórica, etc.. Interpretação de indicadores sociais e econômicos. Concepção e elaboração de projetos de pesquisa.

- Trabalho de Conclusão de Curso I

Cr: 04

CH: 60

PEL: 2.02.0

Pré-requisito: 304373

Ementa: Elaboração de projeto de pesquisa empírica ou teórica, cuja temática esteja vinculada, preferencialmente às experiências de Estágio. A apresentação do projeto deve estar de acordo com os padrões técnico-científicos e normas da ABNT.

Trabalho de Conclusão de Curso II

Cr: 06

CH: 90

PEL: 2.02.2

Pré-requisito: 304374

Ementa: Orientação teórico-prática para a realização da pesquisa. Elaboração do relatório de pesquisa.

- Laboratório de Ensino da Prática I

Cr: 04

CH: 60

PEL: 2.01.1

Pré-requisito: 304363 -304342 - 304332

Ementa: Estudo dos processos de intervenção desenvolvidos e documentados pelos alunos do campo de Estágio Supervisionado I. Delimitação do campo temático da experiência e aprofundamento do estudo das categorias teóricas que o constituem. Resgate das estratégias e dos procedimentos técnico-operativos utilizados. Redefinição e aperfeiçoamento das estratégias tendo como referência os parâmetros éticos e os objetivos profissionais, num exercício que articule as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão. Elaboração de Plano de Estágio e organização da dinâmica de supervisão com os atores nele envolvidos. Elaboração de relatório parcial.

- Laboratório de Ensino da Prática II

Cr: 04

CH: 60

PEL: 2.01.1

Pré-requisito: 304381

Ementa: Estudo dos processos de intervenção desenvolvidos e documentados pelos alunos no Campo de Estágio supervisionado II. Aprofundamento do estudo das categorias teóricas que o constituem. Redefinição e aperfeiçoamento das estratégias e dos procedimentos técnico-operativos utilizados. Debate dos parâmetros éticos e dos objetivos profissionais, num exercício que articule as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão. Elaboração do Projeto de Intervenção. Elaboração de relatório parcial.

Laboratório de Ensino da Prática III

Cr: 04

CH: 60

PEL: 2.01.1

Pré-requisito: 304382

Ementa: Estudo dos processos de intervenção desenvolvidos e documentados pelos alunos no Campo de Estágio supervisionado III. Resgate das estratégias e dos procedimentos técnico-operativos utilizados. Análise da experiência de implementação do projeto de intervenção, em suas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão. Avaliação do Projeto de intervenção e seus impactos junto à população alvo. Avaliação do Estágio Supervisionado. Elaboração e Consolidação do relatório final de estágio.

304384 - Estágio Supervisionado em Serviço Social I**Cr: 08 CH: 120 PEL: 1.03.4 Pré-requisito: 304363 - 304342 - 304332**

Ementa: Desenvolvimento de atividade teórico-prática de aproximação dos alunos à realidade profissional em estabelecimentos públicos ou privados prestadores de serviços sociais. Processo de supervisão e atores nele envolvidos: supervisores, usuários e alunos. Elaboração de plano de estágio. Desenvolvimento de competências profissionais nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa com relação à: análise institucional, compreensão das formas de organização da política setorial ante as expressões da questão social, caracterização da população usuária, formas de organização e gerência dos processos de trabalho onde se inserem os assistentes sociais. Elaboração de registros técnicos. Identificação de demandas e definição do objeto de intervenção.

304385 - Estágio Supervisionado em Serviço Social II**Cr: 09 CH: 135 PEL: 1.04.4 Pré-requisito: 304384**

Ementa: Desenvolvimento de competências profissionais nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa com relação à elaboração do projeto de intervenção: condução de atividades investigativas, formulação de estratégias de ação, definição de instrumentos de trabalho, elaboração de registros técnicos e sistematização das atividades desenvolvidas.

304386 - Estágio Supervisionado em Serviço Social III**Cr: 13 CH: 195 PEL: 1.05.7 Pré-requisito: 304385**

Ementa: Desenvolvimento de competências profissionais, nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa com relação à: execução do projeto de intervenção; avaliação do projeto e seus impactos junto à população-alvo; avaliação do estágio supervisionado; elaboração do relatório final do estágio.

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS OFERTADAS POR OUTROS DEPARTAMENTOS**304387 - Direito e Legislação Social****Cr: 04 CH: 60 PEL: 4.00.2 Pré-requisito: -**

Ementa: Direito do trabalho. Fundamentos. Contratos de trabalho. Empregador. Direitos e obrigações das partes. Direito coletivo do trabalho. Previdência social. A previdência e a assistência social no Brasil. Segurados e dependentes. Custeio. Benefícios. Acidentes do trabalho.

304388 - Fundamentos de Economia**Cr: 04 CH: 60 PEL: 4.00.2 Pré-requisito: -**

Ementa: Conceito e objetivo da ciência econômica, seu significado e método. As teorias econômicas. Relações da economia com outras ciências sociais. A macroeconomia e a microeconomia. A atividade econômica e a provisão de bens. Valor-utilidade e valor-trabalho. O caráter da economia capitalista e a problemática de seu funcionamento. As economias de mercado e a função do sistema de preços. Moeda, crédito e inflação. As relações econômicas internacionais.

304389 - Produção e recepção de Texto I**Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.02.1 Pré-requisito: -**

Ementa: Como ler um texto. A coesão e a coerência textuais. A constituição do parágrafo. A constituição do texto. A argumentação.

304390 - Antropologia I**Cr: 04 CH: 60 PEL: 4.00.2 Pré-requisito: -**

Ementa: Visão panorâmica da Antropologia em termos de fundamentos. O processo de formação e os principais conceitos, sobretudo o conceito de cultura: a importância do trabalho de campo na definição dos rumos da antropologia.

304391 - Política I**Cr: 04 CH: 60 PEL: 4.00.2 Pré-requisito: -**

Ementa: A análise política, categorias, conceitos, problemas básicos da ciência política contemporânea. Diferentes perspectivas teórico-metodológicas. A construção da Ciência Política.

- Introdução à Dinâmica de Grupo

Cr: 04

CH: 60

PEL: 1.03.2

Pré-requisito: -

Ementa: Estudo das origens e das propriedades estruturais dos grupos, relevando os motivos individuais e os tipos e funções de líderes, tendo em vista a execução de tarefas e objetivos dos grupos. Prática de técnicas em dinâmica de grupo que facilitem o relacionamento interpessoal em atividades educacionais.

- Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Cr: 04

CH: 60

PEL: 3.01.0

Pré-requisito: -

Ementa: Políticas de educação para surdos. Conhecimentos introdutórios sobre LIBRAS. Aspectos diferenciais entre a LIBRAS e a língua oral - de LIBRAS.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2010

RESOLUÇÃO Nº 23/2010/

Aprova alterações na Departamentalização e no Ementário do Departamento de Serviço Social, e dá outras providências.

O **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar a oferta de disciplinas para o curso de Serviço Social

CONSIDERANDO a necessidade de uma atuação mais flexível e dinâmica do Departamento de Serviço Social, visando ao acompanhamento e a evolução do conhecimento;

CONSIDERANDO o parecer do Relator, **Consº ALVARO DE ANDRADE BASTOS**, ao analisar o processo nº 14.323/09-66;

CONSIDERANDO ainda, a decisão unânime deste Conselho, em sua Reunião Ordinária, hoje realizada,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar alterações na Departamentalização do Departamento de Serviço Social, de acordo com o Anexo I desta Resolução.

Parágrafo Único: Do elenco de disciplinas constam código, créditos, carga horária, P.E.L. e pré-requisitos.

Art. 2º Aprovar o Ementário das disciplinas ofertadas pelo Departamento de Serviço Social, de acordo com o Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Resolução nº 48/2007/

Sala das Sessões, 30 de abril de 2010

RESOLUÇÃO Nº 23/2010

ANEXO I

DEPARTAMENTALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - 304

Código/Matéria de Ensino	Código	Disciplinas	Cr	CH	P.E.L	Pré-Requisito
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social		Seminário Temático I	04	60	2.01.1	-
		Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	04	60	2.01.1	-
		Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	04	60	2.01.1	-
		Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	04	60	2.01.1	-
Questão Social		Questão Social	04	60	2.01.1	-
		Formação Sócio-histórica do Brasil I	04	60	2.01.1	-
		Formação Sócio-histórica do Brasil II	04	60	2.01.1	-
		Movimentos Sociais e Serviço Social	04	60	2.01.1	-
		Realidade Regional	04	60	2.01.1	-
		Tópicos Especiais em Questão Social	04	60	2.01.1	-
Trabalho e Sociabilidade		Trabalho e Sociabilidade	04	60	2.01.1	-
		Relações de Gênero e Serviço Social	04	60	2.01.1	-
		Cultura, Identidade e Subjetividade	04	60	2.01.1	-
		Tópicos Especiais em Trabalho e Sociabilidade	04	60	2.01.1	-

Código/Matéria de Ensino	Código	Disciplinas	Cr	CH	P.E.L	Pré-Requisito
Ética e Serviço Social		1 Ética e Serviço Social I	04	60	2.01.1	
		2 Ética e Serviço Social II	04	60	2.01.1	304331
		3 Tópicos Especiais em Ética e Serviço Social	04	60	2.01.1	
		4 Tópicos Especiais em Ética e Serviço Social	04	60	2.01.1	
Política Social		1 Política Social I	04	60	2.01.1	
		2 Política Social II	04	60	2.01.1	304241
		3 Seguridade Social	04	60	2.01.1	
		4 Tópicos Especiais em Política Social	04	60	2.01.1	304342(PRR)
Administração e Planejamento em Serviço Social		1 Administração e Planejamento em Serviço Social	04	60	2.01.1	
		2 Gestão Social	04	60	2.01.1	
		3 Tópicos Especiais em Administração e Planejamento	04	60	2.01.1	
		4 Serviço Social e Processos de Trabalho	04	60	2.01.1	
Processos de Trabalho		1 Oficina de Instrumentalidade Profissional I	04	60	2.01.1	304321(PRR)
		2 Oficina de Instrumentalidade Profissional II	04	60	1.02.1	304361
		3 Tópicos Especiais em Serviço Social	04	60	1.02.1	304362
		4 Oficina de Metodologia Científica	04	60	2.01.1	
Pesquisa Social		1 Pesquisa Social	04	60	1.02.1	
		2 Pesquisa Social e Serviço Social	04	60	2.01.1	
		3 Trabalho de Conclusão de Curso I **	04	60	2.01.1	304372
		4 Trabalho de Conclusão de Curso II **	04	60	2.02.0	304373
Estágio Supervisionado em Serviço Social		1 Tópicos Especiais em Pesquisa Social	06	90	2.02.2	304374
		2 Laboratório de Ensino da Prática I **	04	60	2.01.1	
		3 Laboratório de Ensino da Prática II **	04	60	2.01.1	304332-304363-304342
		4 Laboratório de Ensino da Prática III **	04	60	2.01.1	304381
Estágio Supervisionado em Serviço Social		1 Estágio Supervisionado em Serviço Social I **	04	60	2.01.1	304382
		2 Estágio Supervisionado em Serviço Social II **	08	120	1.03.4	304332-304363-304342
		3 Estágio Supervisionado em Serviço Social III **	09	135	1.04.4	304384
		4 Estágio Supervisionado em Serviço Social III **	13	195	1.05.7	304385

** Disciplinas com caráter eminentemente prático

RESOLUÇÃO Nº 22/2010/

ANEXO II

EMENTÁRIO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Seminário Temático I

Cr: 04 CH: 60

PEL: 2.01.1

Pré-requisito: -

Ementa: Concepção de Serviço Social. Projeto ético-político profissional. Projeto Pedagógico do Curso. Dimensão organizacional da categoria profissional. Áreas de atuação do Serviço Social e o mercado de trabalho na atualidade.

- Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I

Cr: 04 CH: 60

PEL: 2.01.1

Pré-requisito: -

Ementa: Expansão do capitalismo monopolista, questão social e o surgimento do Serviço Social na Europa e nos Estados Unidos. As formas de expressão e enfrentamento da questão social na América Latina, particularmente no Brasil dos anos de 1920 ao final da década de 1950: das protoformas à institucionalização do Serviço Social. Análise crítica das influências teórico-metodológicas e as formas de intervenção construídas pela profissão.

- Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II

Cr: 04 CH: 60

PEL: 2.01.1

Pré-requisito: 304302

Ementa: A Questão social e suas formas de enfrentamento entre as décadas de 60 e 70 do século XX no contexto da expansão do capitalismo sob o padrão fordista-keynesiano de acumulação e o seu modo de regulação. O movimento de Reconceituação na América Latina e no Brasil. O processo de renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa no caso brasileiro. As sistematizações teórico-metodológicas e técnico-operativas da profissão no período.

Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III

Cr: 04 CH: 60

PEL: 2.01.1

Pré-requisito: 304303

Ementa: A questão social e suas formas de enfrentamento no Brasil a partir da década de 80 do século XX. O redimensionamento da profissão ante as transformações societárias contemporâneas. Condições e relações de trabalho, espaços ocupacionais, atribuições. O debate teórico-metodológico e técnico-operativo do Serviço Social no período.

Questão Social

Cr: 04 CH: 60

PEL: 2.01.1

Pré-requisito: -

Ementa: O processo de produção e reprodução da questão social na sociedade capitalista. Dimensão teórico-conceitual. Diferentes expressões da questão social a partir do capitalismo industrial: desigualdade, exploração e dominação. Classes sociais, Estado e Cultura na conformação da questão social.

- Formação Sócio-Histórica do Brasil I

Cr: 04 CH: 60

PEL: 2.01.1

Pré-requisito: -

Ementa: Conceito de formação econômico-social e suas categorias fundamentais: modo e relações de produção e forças produtivas. Modos de produção pré-capitalistas. Estruturação do capitalismo no Brasil do período colonial a 1970 e sua inserção na dinâmica internacional. A constituição dos sujeitos políticos e da luta de classes ao longo do referido período histórico.

- Formação Sócio-Histórica do Brasil II

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: A crise capitalista a partir da década de 1970 do século XX em nível mundial e seu impacto no Brasil. Emergência do paradigma da flexibilidade e a particularidade do caso brasileiro. A transição democrática e o neoliberalismo. O processo de globalização e formas de inserção do Brasil.

- Movimentos Sociais e Serviço Social

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: Teorias clássicas sobre os movimentos sociais. O debate contemporâneo, principais polêmicas, e sua incorporação na produção acadêmica brasileira. As relações entre movimento social, Estado e a sociedade civil. Dinâmica interna e formas de sociabilidade dos movimentos sociais. As lutas dos movimentos sociais nos espaços rural e urbano e seu papel na formulação de políticas sociais. Dimensão pedagógica e estratégias de educação popular no Serviço Social e sua interlocução com os movimentos sociais.

5 - Realidade Regional

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: 304311

Ementa: Principais expressões da questão social que se manifestam historicamente na realidade da região Nordeste e em Sergipe e suas formas de enfrentamento por parte do Estado, das classes e movimentos sociais.

15 - Tópicos Especiais em Questão Social

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: Ementa a definir de acordo com a demanda apresentada ao Colegiado de Curso.

30431 - Trabalho e Sociabilidade

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: O significado ontológico-social do trabalho. O trabalho enquanto atividade humano-genérica. Práxis, objetivações humanas e a construção da subjetividade. Trabalho e Sociabilidade no Capitalismo

2 - Relações Gênero e Serviço Social

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: O feminismo – antecedentes históricos. A questão feminina como questão social. O feminismo na encruzilhada da modernidade. Feminismo e o ponto de vista marxista. Os marxistas modernos e a elaboração teórica da questão feminina. Matrizes teóricas nos estudos da mulher: patriarcado, divisão sexual do trabalho e gênero. Abordagens da subjetividade e construção da identidade de gênero. Igualdade e diferença. O público e o privado. A construção da cidadania feminina. Inserção do gênero nas políticas sociais. Ações afirmativas. Estudos empíricos: gênero e serviço social.

30432 - Cultura, Identidade e Subjetividade

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: Cultura: a questão conceitual. Expressões culturais. Concepções sobre a produção da subjetividade e do sujeito. Marxismo e subjetividade. Teorias da representação do social e construção de identidades sociais.

1 - Tópicos Especiais em Trabalho e Sociabilidade

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: Ementa a definir de acordo com a demanda apresentada ao Colegiado de Curso

Ética e Serviço Social I

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: Os fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético-política da vida social. A relação entre ética e moral. Cotidiano, alienação, liberdade e reflexão ética. A construção do *ethos* profissional, o significado dos seus valores e da dimensão normativa através dos códigos de ética profissional de 1947, 1965 e 1975. Os fundamentos éticos do Serviço Social tradicional: o neotomismo e o pensamento social cristão.

- Ética e Serviço Social II

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: 304331

Ementa: O Projeto ético-político profissional: dimensões históricas e conceituais. A construção do *ethos* profissional de ruptura com o Serviço Social Tradicional: expressões teórico-metodológicas e normativas. O Código de Ética profissional de 1986. A atualidade do debate ético na sociedade brasileira e o código de ética profissional de 1993. Dilemas e implicações ético-morais do exercício profissional.

- Tópicos Especiais em Ética e Serviço Social

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: Ementa a definir de acordo com a demanda apresentada ao Colegiado de Curso

- Política Social I

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: Os primeiros modelos de proteção social no capitalismo concorrencial para o enfrentamento da questão social. O Estado Intervencionista no contexto do capitalismo monopolista: o "Welfare State", as políticas sociais e a questão da cidadania. As diferentes interpretações sobre concepção, natureza e desenvolvimento das políticas sociais. A política social no contexto pós-1970.

- Política Social II

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: 304341

Ementa: O padrão de proteção social brasileiro até 1988. A Constituição de 1988 e a nova conformação do padrão de proteção social no Brasil. Os princípios da descentralização e municipalização. A constituição do fundo público. O papel dos sujeitos políticos na formulação e gestão das políticas sociais públicas e privadas. As políticas setoriais e a legislação social. Formulação e gestão das políticas sociais do Brasil no contexto do neoliberalismo. A questão da focalização.

- Seguridade Social

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: 304342 (PRR)

Ementa: O sistema de seguridade social brasileiro instituído na Constituição de 1988: Saúde, Assistência e Previdência Sociais; sua configuração e institucionalidade atual. Os Conselhos Setoriais. Formas e possibilidades de atuação do assistente social nos Conselhos e na formulação, execução e avaliação da política de Seguridade Social.

- Tópicos Especiais em Política Social

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: Políticas sociais específicas: abordagens teóricas, caracterização, objeto de atuação, legislação específica, cobertura populacional, direitos e benefícios, estrutura e gestão (descentralização e controle social), financiamento e atuação profissional. A Política Setorial a ser estudada será definida pelo Colegiado de curso a partir de levantamento de demandas docentes e discentes.

- Administração e Planejamento em Serviço Social

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização dos processos de trabalho e nas políticas sociais. O planejamento nos processos de trabalho em que se inserem os assistentes sociais e seus instrumentos: planos, programas e projetos.

- Gestão Social

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: Princípios orientadores da formulação e implementação de políticas e programas sociais no Brasil, participação, relações intergovernamentais, descentralização político-administrativa e a constituição do fundo público. O papel dos gestores. As novas modalidades de gestão (gestão democrática, co-gestão e auto-gestão). Mecanismos de financiamento e de captação de recursos. Elaboração e acompanhamento de planos orçamentários. Monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos sociais.

- Tópicos Especiais em Administração e Planejamento

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: Ementa a definir de acordo com a demanda apresentada ao Colegiado de Curso.

- Serviço Social e Processos de Trabalho

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: 304321 (PRR)

Ementa: O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo na sociedade capitalista. A inserção do assistente social nos processos de trabalho de natureza diversificada, suas implicações ético-políticas e particularidades técnico-operativas. O assistente social como trabalhador: condições e relações de trabalho. A questão da interdisciplinaridade. Supervisão do trabalho profissional e estágio.

- Oficina de Instrumentalidade Profissional I

Cr: 04 CH: 60 PEL: 1.02.1 Pré-requisito: 304361

Ementa: Concepção de instrumentalidade. A unidade entre as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica, ético-política na ação profissional. O conhecimento da realidade como determinante das proposições profissionais: o "diagnóstico social" e a "análise de conjuntura". O projeto de intervenção como elemento organizativo central do exercício profissional.

- Oficina de Instrumentalidade Profissional II

Cr: 04 CH: 60 PEL: 1.02.1 Pré-requisito: 304362

Ementa: Exercício teórico-prático de aplicação e vivência de instrumentos e técnicas utilizados no exercício profissional: entrevistas, reuniões, pareceres sociais, perícia social, registro de observações, documentação, dinâmicas do trabalho com grupos, jogos interativos e sensibilização, oficinas de educação participativa, recursos audiovisuais, artísticos e da cultura popular.

- Tópicos Especiais em Serviço Social

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: Ementa a definir de acordo com a demanda apresentada ao Colegiado de Curso.

- Oficina de Metodologia Científica

Cr: 04 CH: 60 PEL: 1.02.1 Pré-requisito: -

Ementa: As formas de conhecimento: Senso comum, mágico, literário, artístico, científico. A construção do conhecimento científico e a postura investigativa. Metodologia do trabalho científico: formas de produção, organização e exposição do trabalho acadêmico. As normas da ABNT.

- Pesquisa Social

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -

Ementa: As diferentes formas de conhecimento e o conhecimento científico. Pesquisa como instrumento de conhecimento da realidade. Objetividade e subjetividade na pesquisa social e o "mito" da neutralidade científica. Incidência das principais orientações filosóficas e teóricas presentes nas ciências sociais quanto à lógica do processo de pesquisa: positivismo (funcionalismo e estruturalismo); fenomenologia e materialismo histórico-dialético. Ecletismo e pluralismo. O debate acerca da "crise de paradigmas" e a teoria social pós-moderna.

- Pesquisa Social e Serviço Social

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: 304372

Ementa: A investigação como dimensão constitutiva do Trabalho dos Assistentes Sociais. A pesquisa qualitativa e quantitativa. Tipos de pesquisa; exploratória, descritiva, documental, teórica, etc.. Interpretação de indicadores sociais e econômicos. Concepção e elaboração de projetos de pesquisa.

- Trabalho de Conclusão de Curso I

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.02.0 Pré-requisito: 304373

Ementa: Elaboração de projeto de pesquisa empírica ou teórica, cuja temática esteja vinculada, preferencialmente às experiências de Estágio. A apresentação do projeto deve estar de acordo com os padrões técnico-científicos e normas da ABNT.

Estágio Supervisionado em Serviço Social III**Cr. 15****CH: 195****PEL: 1.05.7****Pré-requisito: 304385**

Ementa: Desenvolvimento de competências profissionais, nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa com relação à: execução do projeto de intervenção; avaliação do projeto e seus impactos junto à população-alvo; avaliação do estágio supervisionado; elaboração do relatório final do estágio.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2010

RESOLUÇÃO Nº 24/2010/

Aprova alterações nas Normas Específicas do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Serviço Social, Modalidade Bacharelado e dá outras providências.

no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a legislação que trata das Normas Gerais de Estágio Curricular dos Cursos de Graduação da UFS;

CONSIDERANDO que as atividades de estágio devem integrar o saber acadêmico à prática profissional respeitando-se as especificidades de cada curso;

CONSIDERANDO o parecer do Relator, Consº AFRÂNIO DE ANDRADE BASTOS, ao analisar o processo nº 14.323/09-66;

CONSIDERANDO ainda, a decisão unânime deste Conselho, em sua Reunião Ordinária, hoje realizada,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Normas Específicas do Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Serviço Social, Modalidade Bacharelado, de acordo com o Anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Resolução nº 51/2007/

Sala das Sessões, 30 de abril de 2010

Art. 4º O Estágio é atividade essencialmente acadêmica, com objetivos próprios, que têm funcionamento diferenciado em relação às demais atividades de ensino, no que se refere à matrícula, início, controle de assiduidade e eficiência, término e conseqüente registro das avaliações e desempenho.

Parágrafo Único: A pré-matrícula no estágio acontecerá em dois momentos:

- I. dar-se-á no âmbito do DSS, quando os alunos manifestam a intenção de cursar o estágio no período letivo seguinte, com o objetivo de orientar a oferta das atividades de ensino, e,
- II. será realizado antes da matrícula geral oficial e será de responsabilidade do Colegiado do Curso de Serviço Social, conforme o artigo 16 das normas Gerais de Estágio da

Art. 5º O início do estágio dar-se-á após a realização da aula inaugural do Estágio, com a participação dos supervisores pedagógicos, supervisores técnicos e estagiários que oficializará as atividades do mesmo.

Parágrafo Único: Ao final do estágio (ou quando se fizer necessário) o Colegiado do Curso emitirá certificado de supervisão técnica e de outras atividades promovidas pelo núcleo temático e pelo Departamento ao assistente social que realiza a parceria pedagógica na formação dos estagiários.

Art. 6º A matrícula propriamente dita será coordenada pelo DAA e obedecerá ao calendário oficial da

III – DA ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO

Art. 7º O Estágio Supervisionado é responsabilidade do Colegiado de Curso e será coordenado por uma Coordenação de Estágio.

§ 1º Articulada pela coordenação de estágio, existe uma Comissão de Estágio, composta por docentes do DSS e um representante discente indicado pelo Centro Acadêmico. Os professores que ministram a disciplina Estágio Supervisionado são considerados membros natos da Comissão de Estágio.

§ 2º A Coordenação de estágio terá relação permanente com a Coordenação Geral de Estágio Curricular do COGEC e com o Conselho Regional de Serviço Social - CRESS.

§ 3º O Estágio Supervisionado no Departamento de Serviço Social será desenvolvido em três períodos letivos, através dos componentes curriculares:

- I. Estágio Supervisionado em Serviço Social I, II e III;
- II. Laboratórios de Ensino da Prática I, II e III (LEP), sendo estes os espaços de efetivação da orientação pedagógica.

Art. 8º Compete à Coordenação de Estágio:

- I. zelar pelo cumprimento desta Resolução e das Normas de Estágio específicas do curso;
- II. definir as Normas de Estágio específicas do curso, a serem aprovadas pelo colegiado de curso;
- III. estabelecer contato com campos de estágio em potencial para abrir novas oportunidades de estágio;
- IV. encaminhar à COGEC o Termo de Compromisso do estágio supervisionado devidamente preenchido e assinado pela unidade concedente, seja ela pública ou outra entidade pública ou privada, pelo supervisor pedagógico e pelo estagiário;
- V. fazer o planejamento semestral (ou anual), da disponibilidade dos campos de estágio e respectivos supervisores pedagógicos, e encaminhá-lo à COGEC;
- VI. elaborar, em conjunto com as unidades que oferecem campos de estágio, programas de atividades profissionais para serem desenvolvidas durante o estágio;
- VII. informar à COGEC a relação dos supervisores pedagógicos e dos seus respectivos estagiários;
- VIII. promover atividades de integração entre os segmentos envolvidos com os estágios, como reuniões com os estagiários e visitas às unidades conveniadas, dentre outras julgadas necessárias;
- IX. avaliar, em conjunto com os colegiados de curso, os resultados dos programas de estágio supervisionado em andamento e propor alterações, quando for o caso;

- X. realizar treinamento e/ou orientação dos estagiários para a sua inserção no campo de estágio;
- XI. quando possível, reunir todos os estagiários do curso, de modo a integrar as suas experiências vivenciadas nos campos de estágio, enfatizando o desenvolvimento de uma postura ética em relação à prática profissional;
- XII. quando disposto na norma de estágio do curso, promover a apresentação pública dos relatórios finais e/ou monografias relativos aos estágios;
- XIII. promover, com o colegiado de curso, ações que visem à realimentação dos currículos, a partir das experiências nos campos de estágio;
- XIV. propor ao colegiado de curso modelos de plano e de relatório final de estágio curricular obrigatório;
- XV. encaminhar ao colegiado de curso os relatórios finais de estágio curricular obrigatório;
- XVI. elaborar os modelos de relatórios semestrais do estágio curricular não-obrigatório;
- XVII. analisar os planos de estágio curricular não-obrigatório, emitindo parecer no prazo a partir da data do seu recebimento, encaminhando-o ao Colegiado de Curso e à CODEX, e,
- XVIII. proceder à captação de vagas nos diversos campos de estágio, podendo se utilizar da intermediação dos agentes de integração empresa-escola.

Art. 9º Os componentes curriculares do Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social da UFS serão cursados nos 8.º, 9.º e 10.º períodos letivos.

V – DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

Art. 10. Os períodos de Estágio Supervisionado em Serviço Social I, II e III serão realizados com carga horária assim distribuída: 120 (cento e vinte) horas para Estágio Supervisionado em Serviço Social I; 135 (cento e trinta e cinco) horas para Estágio Supervisionado em Serviço Social II; 195 (cento e noventa e cinco) horas para Estágio Supervisionado em Serviço Social III.

Art. 11. O cumprimento da carga horária e atividades dos componentes curriculares “Estágios Supervisionados” nas respectivas instituições conveniadas é de responsabilidade dos discentes acompanhados pelos supervisores técnicos e pedagógico

Art. 12. As duas horas semanais pelas quais responderão os docentes responsáveis pelas turmas de Estágio Supervisionado destinam-se a visitas aos campos de estágio e outras responsabilidades da supervisão pedagógica não devendo ser confundidas com as quatro horas semanais destinadas aos LEP's.

Art. 13. As disciplinas de Estágio Supervisionado têm como exigência a permanência do aluno no mesmo campo de estágio pelo prazo de três semestres letivos, tendo em vista o melhor aproveitamento da experiência e a obtenção dos resultados esperados no processo de ensino-aprendizagem.

Parágrafo Único: Em casos excepcionais, e a critério da Coordenação/Comissão de Estágio, poderá haver troca de campo de estágio.

Art. 14. A carga horária semanal mínima obrigatória em cada Estágio Supervisionado será distribuída ao longo do semestre letivo conforme o número de horas do componente curricular do curso.

Parágrafo Único: A frequência do estagiário é regulada pelas mesmas normas das demais disciplinas, não podendo ser inferior a 75% do total da carga horária semestral.

Art. 15. A responsabilidade pelo controle da frequência do aluno no campo de estágio cabe à instituição, com acompanhamento do supervisor técnico.

VI – DO LABORATÓRIO DE ENSINO DA PRÁTICA (LEP)

Art. 16. Os alunos matriculados nas disciplinas Laboratórios de Ensino da Prática – LEP I, II e III serão orientados para se matricular simultaneamente nos Estágios Supervisionados I, II, III.

Art. 17. As disciplinas LEP I, II e III constituem-se em espaços acadêmicos de resgate e reflexão teórica sobre as experiências vivenciadas no campo de estágio, sendo, portanto, lugar de estudo e vivência de procedimentos técnicos.

Parágrafo Único: As experiências devem ser devidamente registradas no diário de campo, como primeiro instrumento de sistematização dos registros técnicos.

Art. 18. As aulas de LEP obedecerão aos procedimentos administrativos regulamentados pela oferta do período letivo regular.

§ 1º Cada turma de LEP terá um professor responsável pela orientação pedagógica dos alunos e avaliação do processo acadêmico desenvolvido ao longo do período, envolvendo as dimensões frequência, responsabilidade, assiduidade, criatividade, iniciativa, capacidade analítica, capacidade de intervenção, cumprimento das atividades/leituras orientadas, além de outras dimensões pactuadas com os alunos.

§ 2º As visitas aos campos de Estágio deverão ocorrer no mínimo duas vezes a cada semestre letivo, e serão feitas pelos professores de LEP responsáveis pelo estágio supervisionado dos alunos, de acordo com cronograma previamente estabelecido.

Art. 19. Os LEP's I, II e III terão carga horária de 60 (sessenta) horas/aula cada um, sendo composto por turmas de até quinze alunos.

Parágrafo Único: As turmas de LEP serão organizadas por área temática.

Art. 20. Os LEP's I, II e III e os Estágio Supervisionado I, II e III serão acompanhados pela Coordenação de Estágio aprovada pelo Conselho Departamental, devendo seus professores participar das reuniões técnicas e outras atividades desenvolvidas.

VII - DOS ALUNOS MATRICULADOS EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 21. Compete ao estagiário:

- I. assinar Termo de Compromisso com a Universidade Federal de Sergipe e com a unidade concedente do estágio quando for o caso;
- II. elaborar, sob a orientação do Supervisor Pedagógico e/ou do Supervisor Técnico, o plano de estágio curricular obrigatório;
- III. desenvolver as atividades previstas no plano de estágio supervisionado sob a orientação do supervisor técnico e/ou do supervisor pedagógico;
- IV. cumprir as normas disciplinares do campo de estágio e manter sigilo com relação às informações às quais tiver acesso;
- V. participar, quando solicitado, das reuniões promovidas pelo supervisor pedagógico, pelo supervisor técnico e/ou pela Coordenação de estágio;
- VI. apresentar relatório final do estágio supervisionado, seguindo o modelo definido pelo Colegiado de Curso;
- VII. submeter-se aos processos de avaliação, e,
- VIII. apresentar conduta ética.

Art. 22. Considera-se em condições de realizar o Estágio Supervisionado o aluno aprovado nos seguintes componentes curriculares: Ética e Serviço Social II, Política Social II e Oficina de Instrumentalidade Profissional II, conforme disposição da estrutura curricular, e matriculado na disciplina de LEP correspondente ao período semestral do Estágio.

VIII - DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 23. A Coordenação de Estágio Supervisionado será desempenhada por um professor designado pelo Conselho Departamental, com carga horária para este fim, com vistas a criar condições para a elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação da política de estágio do Curso.

Art. 24. Ao Coordenador e Coordenador Adjunto de Estágio competirá:

- I. coordenar as atividades da Coordenação de Estágio;
- II. coordenar a elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação da política de estágio do curso;
- III. elaborar, semestralmente, e encaminhar à Chefia Departamental, o calendário das atividades relativas ao Estágio Supervisionado;
- IV. estimular a articulação do Estágio Supervisionado com as demais disciplinas e componentes curriculares do curso, integrando ementas, conteúdos e estratégias metodológicas;
- V. manter contatos e orientar os assistentes sociais responsáveis pelos campos, em questões relativas ao estágio, sempre que solicitado;
- VI. coordenar a aula inaugural de Estágio e distribuir o instrumental necessário para que os professores de LEP e o supervisor técnico possam acompanhar e avaliar o processo de estágio;
- VII. articular a abertura de novos campos de estágio e ampliação de vagas, através de correspondências, contatos telefônicos e visitas *in loco* e outros;
- VIII. propor convênios e parcerias com Instituições sociais e órgãos similares;
- IX. avaliar, aprovar vagas e distribuir os alunos por campo de estágio;
- X. promover encontros sistemáticos com assistentes sociais responsáveis pelos campos;
- XI. promover atividades sistemáticas de discussão da política de estágio, envolvendo os atores do processo de supervisão, e,
- XII. encaminhar ao CRESS a lista dos campos de Estágio e respectivos supervisores técnicos.

Art. 25. É da competência do Coordenador de Estágio a solução de casos especiais, podendo, se necessário, encaminhá-los para análise, deliberação e/ou aprovação do Colegiado de Curso.

IX – DO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 26. Compete ao Supervisor Pedagógico cumprir as atribuições definidas na legislação vigente, destacando-se:

- I. orientar o estagiário em relação às atividades a serem desenvolvidas no campo de estágio;
- II. contribuir para o desenvolvimento, no estagiário, de uma postura ética em relação à prática profissional;
- III. discutir as diretrizes do plano de estágio com o supervisor técnico;
- IV. aprovar o plano de estágio supervisionado dos estagiários sob sua responsabilidade;
- V. assessorar o estagiário no desempenho de suas atividades;
- VI. orientar o estagiário na utilização dos instrumentos técnicos necessários ao desempenho de suas funções;
- VII. acompanhar o cumprimento do plano de estágio;
- VIII. acompanhar a frequência do estagiário através dos procedimentos definidos nas normas específicas de estágio do curso;
- IX. manter o contato regular com o campo de estágio na forma prevista nas normas específicas de estágio do curso;
- X. comparecer às reuniões e demais promoções relacionadas ao estágio, sempre que convocado por qualquer das partes envolvidas com o estágio;
- XI. orientar o aluno na elaboração do relatório final e/ou monografia do estágio;
- XII. responsabilizar-se pela avaliação final do estagiário, encaminhando os resultados ao colegiado de curso;
- XIII. encaminhar os relatórios finais e/ou monografias elaborados pelos estagiários, para arquivamento pela Coordenação de Estágio do curso.
- XIV. a identificação de carências teóricas, metodológicas e técnico-operativas do aluno e contribuir para sua superação;
- XV. estimular a sua curiosidade científica e atitude investigativa;
- XVI. orientar o aluno no registro do diário de campo, na elaboração de relatórios, pareceres e outros documentos;
- XVII. refletir com o aluno sobre valores, posturas e comportamentos identificados com a profissão, de acordo com o Código de Ética e o Projeto Ético Político da Profissão, e,

XVIII. responsabilizar-se pelas avaliações do Estágio Supervisionado e do LEP.

Art. 27. Compete ao Supervisor Técnico:

- I. orientar o estagiário na elaboração do plano de estágio;
- II. discutir o plano de estágio com o supervisor pedagógico;
- III. orientar o estagiário em relação às atividades a serem desenvolvidas no campo de estágio;
- IV. assistir e/ou treinar o estagiário no uso das técnicas e tecnologias necessárias ao desempenho das suas funções no campo de estágio;
- V. auxiliar o estagiário no desenvolvimento do seu plano de estágio;
- VI. encaminhar mensalmente, ao supervisor pedagógico, a frequência do estagiário;
- VII. participar da avaliação do estagiário, sempre que solicitado, e,
- VIII. ser membro nato do Núcleo Temático ao qual se vincula o campo de Estágio, devendo participar das atividades do mesmo.

X – DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 28. A avaliação dos estagiários deverá ser feita de forma sistemática e contínua e contará com a participação do supervisor pedagógico, do supervisor técnico, quando houver, e do próprio estagiário, através da auto-avaliação, quando estabelecida nas normas específicas de estágio do curso.

Parágrafo Único: A avaliação final do estagiário será realizada pelo supervisor pedagógico.

Art. 29. Poderão ser utilizados como instrumentos de avaliação, de acordo com as normas específicas de estágio de cada curso:

- I. plano de estágio;
- II. ficha de avaliação do supervisor técnico;
- III. relatório final do estágio curricular obrigatório;
- IV. apresentação oral do relatório final do estágio supervisionado;
- V. ficha de auto-avaliação do estagiário;
- VI. frequência do estagiário;
- VII. ficha de avaliação do supervisor pedagógico, ou,
- VIII. atividades propostas pelo supervisor pedagógico para o estagiário.

XI – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 30. Os casos omissos, de natureza formal ou administrativa, serão resolvidos pela COGEC, aos demais aplicar-se-ão, supletivamente, o disposto nas Normas do Sistema Acadêmico, Regimento Geral e demais normas internas da instituição.

Art. 31. Esta Resolução entra em vigor nesta data e revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2010

RESOLUÇÃO Nº 25/2010/CON

Aprova alterações nas Normas Específicas do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Serviço Social, Modalidade Bacharelado e das outras providências.

no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Resolução nº 15 do CNE/CES, de 13 de março de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, assim como os pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade do trabalho final de curso como atividade de síntese e integração de conhecimento, para o Curso de Serviço Social, Modalidade Bacharelado;

CONSIDERANDO o parecer do Relator, Cons^o **AFRÂNIO DE ANDRADE BASTOS**, ao analisar o processo nº 14.323/09-66;

CONSIDERANDO ainda, a decisão deste Conselho, em sua Reunião Ordinária, hoje realizada,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar alterações nas Normas Específicas do Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Graduação em Serviço Social, Modalidade Bacharelado, de acordo com o Anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Resolução nº 52/2007.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2010

Art. 5º São atribuições do co-orientador:

- I. acompanhar e orientar o projeto, na área de sua especificidade, e,
- II. acompanhar o cumprimento do cronograma;

SEÇÃO IV DO ALUNO

Art. 6º São atribuições do aluno:

- I. desenvolver o projeto de acordo com o cronograma apresentado;
- II. participar das orientações, construindo processualmente o trabalho monográfico;
- III. produzir a redação final do trabalho de conclusão de curso, a ser entregue ao seu professor orientador no final da disciplina TCC II, e,
- IV. entregar uma cópia impressa da versão final do trabalho ao Colegiado do Curso de Serviço Social e duas cópias em Cd Room, com arquivos gravados em PDF.

Parágrafo Único: Não será considerada produção de trabalho de Conclusão de Curso o produto apresentado pelo aluno ao professor ao final do semestre letivo, sem ter passado pelo processo permanente e continuado de orientação.

SEÇÃO V DA BANCA EXAMINADORA

Art. 7º A Banca Examinadora será constituída pelo orientador e co-orientador, se for o caso e por, no mínimo, mais um membro indicado pelo Professor Orientador.

Parágrafo Único: A presidência da Banca caberá ao professor orientador ou ao professor co-orientador no caso do orientador não pertencer ao curso.

SEÇÃO VI DA APRESENTAÇÃO ORAL

Art. 8º As apresentações orais dos trabalhos serão públicas, conforme calendário estabelecido pelo Colegiado de Curso, com dez dias úteis de antecedência.

§ 1º O calendário do qual fala o caput deste artigo deve ser programado nos limites do calendário letivo do semestre acadêmico, não devendo abranger o período de recesso.

§ 2º O aluno ou grupo de alunos deverá entregar ao orientador três cópias impressas do trabalho, com no mínimo de dez dias úteis de antecedência a data de apresentação.

§ 3º O aluno ou o orientador deverá providenciar junto aos órgãos competentes o material necessário (retroprojeter, computador e outros equipamentos) para a apresentação.

§ 4º Cada aluno terá de 20 a 30 minutos para a apresentação oral de seu trabalho.

Art. 9º Após a apresentação e arguição, a banca reunir-se-á em particular para decidir a aprovação ou não do trabalho e a nota a ser atribuída ao aluno.

§ 1º No caso do projeto ser aprovado com modificações, estas deverão ser providenciadas e a versão final entregue no prazo previsto no Calendário.

§ 2º Cabe ao orientador a responsabilidade pela verificação do cumprimento destas exigências.

§ 3º O aluno só constará como aprovado na pauta de notas finais mediante a entrega da versão final do trabalho ao chefe do Departamento.

SEÇÃO VII DA DIVULGAÇÃO DO TRABALHO

Art. 10. Quanto ao trabalho, não podem existir restrições de propriedade, segredo ou qualquer impedimento ao seu amplo uso e divulgação.

§ 1º Todas as divulgações (publicações) devem explicitar o nome da do Curso de Serviço Social e do (s) Orientador (es).

§ 2º Os trabalhos devem ser passados para o formato PDF para que possam ser divulgados na "homepage" do Departamento de Serviço Social.

SEÇÃO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. Estão sujeitos a essas normas todos os alunos do curso de Serviço Social da

Art. 12. Os casos não previstos neste documento serão resolvidos pelo Colegiado.

Art. 13. Estas normas entram em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2010

§ 1º A análise referida no caput será realizada, semestralmente, por uma comissão ampliada do Colegiado de curso tendo seus pareceres submetidos à aprovação em reunião ordinária dessa instância.

§ 2º A composição da comissão ampliada do Colegiado de curso para análise das atividades complementares deverá ser renovada a cada ano.

Art. 10. O Colegiado de curso fixará calendário, a cada semestre, para recebimento dos requerimentos discentes e emissão dos pareceres pela comissão responsável pelas análises.

Parágrafo Único: Cada discente só poderá apresentar dois requerimentos solicitando contagem das horas de Atividades Complementares sendo o primeiro a partir do 6º período curricular e o último no período anterior ao que será considerado concludente.

Art. 11. Ao integralizar a carga horária devida das atividades Complementares o discente terá computado no histórico escolar uma nota correspondente à sua Média Geral Ponderada e frequência de 100%.

Parágrafo Único: O aluno que tiver Média Geral Ponderada abaixo de 5,0 deverá ter registradas as atividades complementares com média 5,0 e frequência de 100%.

Art. 12. O Coordenador do Curso de Serviço Social encaminhará ao DAA as comprovações das atividades de que trata este Regulamento.

Art. 13. O aluno deverá integralizar pelo menos 90 horas em atividades complementares e deverá obedecer aos seguintes limites por atividade:

ATIVIDADES	Máximo de horas ATRIBUÍDAS*
Participação em comissão organizadora de eventos	15
Eventos diversos na condição de ouvinte	30
Eventos diversos na condição de palestrante ou debatedor	30
Atividades de pesquisa orientadas por docente da ou outras instituições de pesquisa ou IES	60
Trabalhos, comunicações e artigos apresentados em Eventos;	15
Publicação de trabalhos em anais de eventos técnico-científicos	30
Trabalhos publicados em periódicos científicos	30
Capítulo de livro	30
Atividades de extensão coordenadas por docente da ou outras instituições ou IES	60
Monitorias em disciplinas pertencentes ao currículo pleno do Curso	60
Estágios NÃO OBRIGATORIOS	30
Aproveitamento em disciplinas de outros cursos que não integram o currículo pleno do curso de Serviço Social em qualquer modalidade de ensino	Registrar de acordo com a certificação apresentada
Cursos de informática	15
Cursos de língua estrangeira	15
Representação discente em instâncias colegiadas da ou outras entidades, bem como em entidades da Categoria profissional (ABEPSS, ENRESSO)	15
Núcleos Temáticos	Registrar de acordo com a certificação apresentada
Atividades do PET	INTEGRAL

§ 1º O Aluno deverá ter experiência em, no mínimo, duas modalidades de atividades complementares.

§ 2º A contagem da carga horária das atividades complementares seguirá os critérios constantes do quadro de pontuação abaixo:

a) Certificados de Participação em Eventos Diversos

Mais de 200 horas	Valem 30h em atividade Complementar
De 151 a 200 horas	Valem 20h em atividade complementar
De 91 a 150 horas	Valem 15h em atividade complementar
De 51 a 90 horas	Valem 10h em atividade complementar
De 10 a 50 horas	Valem 5h em atividade complementar
Abaixo de 10h	Valem 1h em atividade complementar

b) Atividades de Pesquisa

1 ano completo ou mais	Vale 60h em atividade complementar
Mais de 6 meses até 11 meses	Valem 45h em atividade complementar
Até 6 meses	Vale 30h em atividade complementar

c) Atividades de Extensão

Até 100h	Vale 30h de atividade complementar
Acima de 100h	Vale 60h de atividade complementar

d) Estágio Não-Obrigatório

1 ano ou mais	Vale 30h de atividade complementar
De 6 a 11 meses	Vale 15h de atividade complementar
Menos de 6 meses	Vale 10h de atividade complementar

e) Representação Estudantil - O aluno requerente deve ter cumprido uma gestão certificada na representação estudantil para ter direito às 15h de atividade complementar

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso, ouvido o Conselho Departamental.

Art. 16. Este regulamento entra em vigor nesta data, revogam-se as disposições em contrário e em especial a Resolução nº 50/2007

Sala das sessões, 30 de abril de 2010



PROGRAMA DA DISCIPLINA

I – IDENTIFICAÇÃO

Disciplina: Serviço Social e Processos de Trabalho

II - EMENTA

O Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo na sociedade capitalista. O assistente social como trabalhador: condições, relação e processos de trabalho. A questão da interdisciplinaridade. Supervisão do trabalho profissional e estágio.

III – OBJETIVOS

1. Geral:

- Propiciar ao aluno o conhecimento do Serviço Social como trabalho especializado participe dos processos de trabalho.

2. Específicos:

- Analisar o Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho na sociedade capitalista;
- Analisar as condições, relações e processos de trabalho dos assistentes sociais nas diferentes áreas de atuação;
- Verificar a inserção do Assistente Social em trabalhos interdisciplinares e
- Discutir os diferentes aspectos presentes na relação estabelecida nos processos de supervisão do trabalho profissional e estágio.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Trabalho: categoria fundante do mundo dos homens
 - Processos de Trabalho
 - Elementos componentes do processo de trabalho
-
- O Serviço Social inserido na divisão social e técnica do trabalho.
 - O Serviço Social como especialidade do trabalho com a particularidade de agir sobre as expressões da questão social.
 - Processos de trabalho do Serviço Social
 - A questão da interdisciplinaridade.
 - Supervisão do trabalho profissional e estágio.

V – METODOLOGIA

Aula Expositiva

Estudo Dirigido

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será permanente levando-se em conta a participação de alunos nas discussões em sala de aula, elaboração de trabalhos e realização de provas subjetivas.

VII – BIBLIOGRAFIA

ARANHA, L. et al. Trabalho, mercado de trabalho do Assistente Social: a realidade do setor público municipal e das organizações. In: *Revista da FAPese*. V. 2, Nº1, 2006.

ARANHA, L. et al. Transformações contemporâneas e o trabalho do Assistente Social em Sergipe. In: *Cadernos da UFS. Serviço Social*, V. V, Fascículo 4, 2003.

GUERRA, Y. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: *Revista Serviço social e Sociedade*, nº62, ano XXI, março de 2000.

HOLANDA, M. N. A. B. O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre trabalho e Serviço Social. In: *Serviço Social e Sociedade*, nº69, ano XXIII, março de 2002.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Serviço Social na Contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 2005.

Reprodução Social, Trabalho e Sociabilidade. *Caderno de Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Programa de capacitação continuada para assistentes sociais. Brasília, CEAD, Módulo 2, setembro de 1999.

DISCIPLINA: TRABALHO E SOCIABILIDADE –

PROGRAMA

EMENTA: O significado ontológico-social do trabalho. O trabalho enquanto atividade humano-genérica. Práxis, objetivações humanas e a construção da subjetividade. Trabalho e Sociabilidade no Capitalismo.

OBJETIVOS

- Discutir elementos centrais da ontologia social de Marx;
- Compreender a centralidade do trabalho na constituição do ser social;
- Refletir sobre as categorias práxis, objetivação e subjetividade à luz da categoria trabalho;
- Discutir o trabalho no capitalismo enquanto processo de valorização;
- Analisar a sociabilidade no capitalismo a partir do fenômeno da alienação/reificação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

- Ontologia e Ontologia Social;
- O significado ontológico-social do trabalho na constituição do ser social;
- Consciência e teleologia;
- O trabalho enquanto atividade humano-genérica: o trabalho concreto;
- Práxis, objetivações e subjetividade: processos característicos da sociabilidade humana.

UNIDADE II

- O trabalho enquanto processo de valorização de capital: o trabalho abstrato;
- Práxis e sociabilidade no capitalismo: trabalho, alienação e reificação.

METODOLOGIA

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Leituras e discussões de textos;
- Exercícios em sala de aula.

AValiação

- Provas escritas

BIBLIOGRAFIA

LESSA, S. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. CEAD: Brasília, 1999.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas da atividade humana. In: **Cadernos do Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista**, nº 1. PUC-SP/PEPGSS: São Paulo, 1997.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. HUCITEC: São Paulo, 1987.

MARX, K. **O Capital**. Vol. I. 18ª ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844**. Edições Avante: Lisboa, 1993.

NETTO, J. P. Razão, ontologia e práxis. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 44. Cortez: São Paulo, 1994.

_____. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

_____.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

TONET, I. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

4º PERÍODO 1-DISCIPLINA: TRABALHO E SOCIABILIDADE Núcleo 02**CARGA HORÁRIA: 80****PERÍODO: 4º**

EMENTA: Trabalho e relações sociais na sociedade contemporânea. Divisão social do trabalho. Produção social e valor. Trabalho assalariado, propriedade e capital, processos de trabalho e produção da riqueza social. Trabalho e cooperação: o trabalhador coletivo. Trabalho produtivo e improdutivo. A polêmica em torno da crise da sociedade do trabalho.

Competências:

- ☐ Reconhecer o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho.
- ☐ Compreender a realidade social em sua totalidade e intervir responsavelmente nela.
- ☐ Compreender o trabalho na sua dimensão ontológica e histórica, bem como suas implicações na constituição do ser social.
- ☐ Compreender como estão estabelecidas as relações sociais capitalistas, articulando a ideia de que a sua lei de valor necessita cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial, precarizado.

Habilidades:

- ☐ Entender o porquê das transformações do capitalismo global, suas consequências para as diversas esferas sociais, em especial para o mundo do trabalho, incorporando o debate sobre o processo de reestruturação produtiva, o fluxo do conhecimento e da cultura a partir das novas tecnologias da produção e da informação em rede.
- ☐ Enfrentar os desafios e as atuais exigências profissionais do Serviço Social desempenhando atividades que se fundamentam na questão social, e se pautam em instrumento técnico-operativo capaz de mediar às relações sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. **Os sentidos do trabalho.** Ensaio sobre a afirmação e a negociação do trabalho. 8ed. São Paulo: Boitempo, 2006.
- HOLANDA, M. N. A. B. **O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács:** alguns considerações sobre trabalho e serviço social. In. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.69, Ano XXIII, 2002.
- MOTA, A. E. & AMARAL, A. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. In.: MOTA, E. (Org.). **A nova fábrica de consensos.** São Paulo: Cortez, nº 50, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. 3ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e indivíduo social.** 2ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado.** Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. 2ed e 3 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- ORGANICISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

DISCIPLINA: SERVIÇO SOCIAL E PROCESSOS DE TRABALHO Núcleo 03**CARGA HORÁRIA: 80****PERÍODO: 5º**

EMENTA- O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. A inserção do Assistente Social nos processos de trabalho: questão social, políticas e movimentos sociais, a dinâmica institucional e a formulação de projetos de pesquisa e intervenção. Espaços ocupacionais do Serviço Social nas esferas pública e privada. O Assistente Social como trabalhador, as estratégias profissionais, o instrumental técnico-operativo e o produto do seu trabalho. Processo de supervisão de estágio e os atores nele envolvidos: supervisores, usuários e alunos.

Competências:

- ☐ Conhecer explicitamente os processos de trabalho do Assistente Social envolvendo: questão social, políticas e movimentos sociais, a dinâmica institucional e a formulação de projetos de pesquisa e intervenção.
- ☐ Conhecer os espaços ocupacionais do Serviço Social na esfera pública e privada.
- ☐ Conhecer as estratégias profissionais e o seu instrumental técnico-operativo.
- ☐ Conhecer o processo de supervisão de estágio.

Habilidades:

- ☐ Saber fazer a articulação entre os elementos da formação profissional e os elementos da atuação profissional nas variadas realidades do mercado de trabalho.
- ☐ Saber fazer a articulação entre teoria e prática, dialeticamente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FALEIROS, Vicente de P. **Estratégias em Serviço Social**. 5ed. São Paulo: Cortez, 2005.
GENTILLI, Raquel. **Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social**. 2ed. Veras
BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **Supervisão em Serviço Social – o supervisor, sua relação e seu papel**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2007.
SERRA, ROSE M. **Crise de materialidade no serviço social: repercussões no mercado profissional**. São Paulo: Cortez. 2000.

